

ÉTICA ■
HISTÓRIA
ORAL

Projeto História

10



Org.
Dir.
Marta

O Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC - USP completa 25 anos de atividades de ensino e pesquisa histórica comprometido com os desafios que os movimentos e tendências sociais vêm trazendo, para o historiador, na constante busca de compreensão do fazer-se histórico.

Assim, no início, em 1972, sua estrutura curricular concentrou-se em História do Brasil; a partir de 1980, os debates e as direções das pesquisas em andamento possibilitaram delimitar seu campo de investigação em torno do eixo temático Estado e Sociedade no Brasil, definido em 1985 em duas linhas de pesquisa: História dos Movimentos Sociais no Brasil e História das Ideologias no Brasil.

Acompanhando as discussões teórico-metodológicas socialmente colocadas e as preocupações presentes nos projetos de pesquisa de seus professores e alunos, em 1990, junto a um processo de reestruturação do Mestrado, foi

projeto
HISTÓRIA¹⁵

Nº 15
Abril/97

REVISTA DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA
E DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PUC-SP

ISSN 0102-4442

Proj. História	São Paulo	Nº 15	p.1-293	Abril/97
----------------	-----------	-------	---------	----------

O
Pó
P
de
pe
co
qu
so
hi:
de
hi:
A:
es
co
B:
de
pe
pc
ca
to
e
de
lit
de
B:
ld
A
te
sc
pt
pt
pt
ju
re

PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP - Brasil, 1981.

Publicação semestral a partir de 1985.
1981-1985, 0-4
1986, 5-6
1987, 7
1992, 8-9
1993, 10
1994, 11
1995, 12
1996, 13
1997, 14
1997, 15

ISSN 0102-4442

Projeto História

Editora

Maria Antonieta Antonacci

Conselho Editorial

Estefânia Canguçu Knotz Fraga

Fernando Londoño

Heloísa de Faria Cruz

Maria Antonieta Antonacci

Maria Izilda Santos de Matos

Yara Aun Khoury

Tradutoras

Elenice Mazzilli

Heloisa Velloso

Janice Mazzilli Louzada

Léa Amaral Tarcha

Lilian Dluhosch

Monica Johnson

Roberta Barni Summa

Silvia Mancini

Coordenação

Laura Mortara

Educ - Editora da PUC-SP

Direção

Maria do Carmo Guedes

Produção

Eveline Bouteiller Kavakama

Preparação

Paulo Sérgio Carvalho

Revisão

Sonia Montone

Editoração Eletrônica

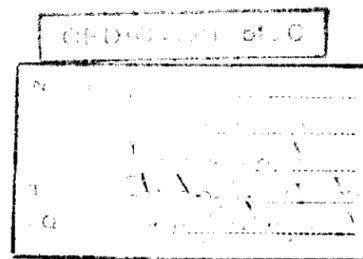
Waldir Antonio Alves

Capa

Vista Criações Gráficas

Educ - Editora da PUC-SP

Rua Monte Alegre, 984 Caixa Postal 7982 - CEP 05014-001
Tel.: (011) 873-3359 - Fax: (011) 62-4920 - São Paulo - SP



SUMÁRIO

APRESENTAÇÕES

Maria Antonieta Antonacci.....	5
Daisy Perelmutter.....	9

CONFERÊNCIAS

TENTANDO APRENDER UM POUQUINHO. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A ÉTICA NA HISTÓRIA ORAL	
Alessandro Portelli.....	13
RECOMPONDO A MEMÓRIA: QUESTÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA ORAL E AS MEMÓRIAS	
Alistair Thomson.....	51
ESQUECENDO LOUISE ROUGET - O PROBLEMA DO INDIVIDUALISMO, DA COLETIVIDADE E DAS LEMBRANÇAS NÃO-COMPARTILHADAS NA HISTÓRIA ORAL E NA CULTURA DOS ESTADOS UNIDOS	
Mary Marshall Clark.....	85
CONJUNTURAS DE IDENTIDADE COLETIVA	
Lutz Niethammer.....	119

PAINEL NACIONAL

A CULPA NOSSA DE CADA DIA: ÉTICA E HISTÓRIA ORAL	
Janaína Amado.....	145
HISTÓRIA ORAL, COMEMORAÇÕES E ÉTICA	
Marieta de Moraes Ferreira.....	157
O CINEMA DOCUMENTÁRIO E A ESCUTA SENSÍVEL DA ALTERIDADE	
Eduardo Coutinho.....	165

DEPOIMENTOS

Alessandro Portelli.....	193
Alistair Thomson.....	229
Lutz Niethammer.....	269

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO.....	293
-----------------------------	-----

mentação oral. Com o Centro Cultural Banco do Brasil, a parceria se estende para esta publicação das conferências, debates e depoimentos então registrados, em São Paulo e Rio de Janeiro, na perspectiva de expandir as formas de acesso e discussão de questões subjacentes ao trabalho com documentação oral.

Sediar a realização deste evento e editar o material então produzido, representam, para nosso Programa de Pós-Graduação, mais que trazer ao mundo acadêmico as implicações éticas e teórico-metodológicas inerentes à incorporação do uso de documentos orais na produção de teses/dissertações. Significam, também, aprofundarmos nossas reflexões sobre documentação e História Oral enquanto possibilidades de apreensão de modos de ser, de viver, de conhecer, de se organizar e de lutar presentes na memória e na cultura popular.

Não no sentido de resgatar “elos perdidos”, em uma perspectiva linear-evolutiva, mas de surpreender, nas temporalidades da memória e nos diálogos com sujeitos constituídos a partir de experiências de luta e tradições de oralidade, o contínuo refazer-se do popular. Recuperando o jogo entre a letra e a voz,¹ a História Oral reaproxima a fala da escrita² enquanto traz à tona encontros/confrontos da oralidade com a palavra impressa, revelando quão saturadas e tensas são as relações entre a cultura oral popular e a cultura letrada erudita.

Nesta perspectiva, importa participar e divulgar debates trazidos por suas estratégias de estudo porque, além de nos colocar frente a uma história aberta, uma memória ativa e à multiplicidade de modos com que os sujeitos trabalham suas experiências, a História Oral atualiza discussões sobre a escrita da História. Ao focalizar atenções no intercâmbio entre a oralidade e o letramento e ao deixar evidente a presença do historiador na produção das fontes e na construção de sua narrativa, a História Oral renova questionamentos às pretensões de neutralidade e objetividade da análise histórica. Colocando em cheque tais postulados positivistas com novos argumentos e exercícios de pesquisa, o trabalho com documentos orais retoma a pauta das relações do historiador com documentos escritos e grafados em geral, problematizando pressupostos da produção historiográfica.

São essas virtudes, desafios e questões que a História Oral vem trazendo para os historiadores, que a colocam no horizonte de nossas preocupações, sinalizando para o sentido de eventos e publicações que tematizam ângulos e recortes do trabalho com testemunhos orais.

Por priorizar a escuta e para permitir acompanhar caminhos por onde vem fluindo a História Oral, optamos pela apresentação a duas vozes.

*Maria Antonieta Antonacci
Coordenadora do Programa de Estudos
Pós-Graduados em História da PUC-SP*

1 Cf. Zumthor, P. *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

2 “A fala e a escrita, por muitos séculos, não existiram separadamente: se muitas fontes escritas são baseadas na oralidade, a moderna oralidade por si está saturada de escrita”. Portelli, A. O que faz a História Oral diferente. *Revista Projeto História*, 14. São Paulo, Educ, 1997.

A elaboração do evento “Ética e História Oral” inseriu-se dentro do amplo debate que atravessou a sociedade brasileira em meados da década de 90, em torno da ética em suas instituições, práticas, valores e comportamentos. Acrescido a esta conjuntura favorável, há um outro fator que corroborou a importância de propormos esta discussão à comunidade de História Oral brasileira, que é o próprio crescimento e amadurecimento das experiências prático-teóricas em História Oral, ocorrido nos últimos cinco anos no Brasil.

Em termos “estratégicos,” a idéia de perfilar previamente um fio temático nos pareceu produtiva, pois possibilitaria um intercâmbio mais efetivo entre seus participantes — convidados estrangeiros e nacionais e público ouvinte. Ao fazê-los convergir e debruçar sobre um mesmo questionamento, acreditávamos poder estimulá-los à compreensão da problemática em jogo, revelando, desta forma, as diferenças e as respostas singulares diante do que essa questão convoca em cada contexto específico.

O evento “Ética e História Oral”, que se constituiu de palestras, debates, depoimentos de história de vida e projeção de documentários a partir de depoimentos orais, transcendeu as expectativas vislumbradas previamente ao encontro. A essencialidade que a ética assume na produção do documento oral inviabiliza qualquer tentativa de circunscrição e esquadrinhamento. Respeitar alguns procedimentos padrões como: a restituição da transcrição ao depoente, desligar o gravador em momentos de forte comoção, assinar o termo de concessão são necessários, mas não é o seu simples cumprimento que assegura um compromisso ético na construção do documento oral. O que ficou nítido a partir das várias análises e intervenções é que a ética na História Oral está sempre relacionada ao campo de experimentação onde se encontra articulada.

O painel de experiências promovido pelo encontro atesta essa abrangência e complexidade. Lutz Niethammer falou-nos sobre a força da História Oral no sentido de libertar a memória de seus cárceres defensivos; Mary Marshall Clark, sobre a responsabilidade da História Oral em explicitar a dimensão compartilhada de toda experiência,

especialmente em contextos altamente individualistas, como o caso dos EUA: Alistair Thomson despertou-nos para o potencial transgressivo da História Oral, ao questionar certas lendas públicas, entendendo por público a própria família, local de trabalho, clube; Alessandro Portelli, com sua habilidade de tecelão, pontilhou-nos todo o percurso de uma pesquisa de História Oral, remontando o que são boas maneiras, a tensão entre igualdade e diferença, os limites e o alcance da interpretação e restituição do depoimento oral; Eduardo Coutinho, a partir de sua perspectiva como cineasta, chamou-nos atenção para o compromisso que a escuta em relação ao *outro* engendra, e que implica a garantia de sua dignidade; Marieta de Moraes Ferreira alertou-nos sobre a tradição crítica da História Oral e os riscos e os cuidados de uma utilização com fins promocionais e celebrativos; Janaína Amado mobilizou-nos ao lembrar-nos que as pessoas não são papéis, exigindo do pesquisador um tratamento sensível e cauteloso de suas fontes, já que a sua interpretação pode incidir diretamente sobre a existência concreta de seus informantes.

Além da diversidade de perspectivas e tratamentos que nos foi exposta, o encontro também favoreceu o enfrentamento com uma questão que está subjacente à toda e qualquer discussão em História Oral, que é o liame sempre frágil entre teoria e prática. O fato de a História Oral ser uma experiência intelectual absolutamente intempestiva, mutante e heterogênea leva-nos a pensar que para a sua teoria ser-lhe continente, ela deve necessariamente dispor de agilidade para acompanhar os seus saltos e generosidade para contemplar a sua multiplicidade. A teoria de História Oral, para que seja fiel à sua prática, deve manter-se arejada e flexível às ventanias alimentadas sem intermitências pela experiência concreta, de forma a nos ajudar a compreender cada nova paisagem com a qual nos defrontamos.

Um último aspecto que reverbera no material colhido pelo evento "Ética e História Oral", e que poderá ser apreciado a partir desta publicação, é a relação de indissociabilidade entre subjetividade e cultura. Segundo Suely Rolnik: "Não há subjetividade sem uma cartografia cultural que lhe sirva de guia; e, reciprocamente, não há cultura sem um certo modo de subjetivação que funcione segundo seu perfil"³. A História Oral, ao "tratar" (Alessandro Portelli) basicamente da subjetividade está inalienavelmente engajada na compreensão da realidade cultural que dá estofa para a sua trama sensível.

Esta relação atávica pode ser observada tanto no tipo de intervenção e teorização que cada um de nossos palestrantes propõem, como nos seus próprios depoimentos de história de vida, em que fica patente que as escolhas, os valores, os caminhos e descaminhos, as insistências, os dramas e os fantasmas estão sempre ancorados e dialogando com uma experiência cultural coletiva.

Esperamos que este empenho sustentado e investido pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP e pelo Centro Cultural Banco do Brasil, tanto na viabilização do evento como na de sua publicação, contribua para a efervescência e inquietude que a discussão prática e teórica de História Oral nos provoca.

Daisy Perelmutter

Curadora e Produtora do evento "Ética e História Oral"

³ Rolnik, S. Subjetividade, ética e cultura nas práticas clínicas. *Cadernos de Subjetividade*. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, v.3, n° 2, Dossiê Subjetividade, set./fev., 1995, p. 308.

CONFERÊNCIAS

TENTANDO APRENDER UM POUQUINHO. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral

Alessandro Portelli*

Responsabilidades

Antes de ser convidado a participar de uma conferência sobre História Oral e Ética, jamais me ocorrera que havia princípios éticos específicos relacionados à História Oral, além daqueles inerentes à condição de cidadão e de intelectual acadêmico. À semelhança de todos os pesquisadores, os historiadores orais têm a responsabilidade não só de obedecer a normas confiáveis, quando coligem informações, como também de respeitá-las, quando chegam a conclusões e fazem interpretações — correspondam ou não a seus desejos e expectativas. Como somos agentes ativos da história e participantes do processo de fazê-la, cabe-nos, por outro lado, situar a ética profissional e técnica no contexto de responsabilidades mais amplas, tanto individuais e civis como políticas. Em última análise, as diretrizes éticas e jurídicas terão razão de ser apenas se constituírem manifestações externas de uma consciência mais abrangente e profunda do compromisso pessoal e político com a verdade e a honestidade, na medida de nossas possibilidades. Portanto, nesta parte do trabalho, em vez de tentar requintar ainda mais os códigos de comportamento profissional, procurarei investigar a forma pela qual esses compromissos se sobrepoem aos procedimentos específicos da História Oral.

A rigorosa obediência às diretrizes profissionais pode não ser incompatível com formas mais profundas de manipulação e com estratégias mais sutis de deturpação — nem se tornar, na verdade, uma justificativa para ambas. As diretrizes éticas talvez representem, neste caso, não só uma proteção de que dispõem os entrevistados contra

Agradecimentos

*Às professoras Déa Ribeiro Fenelon, Estefânia Canguçu Knotz Fraga, Yara Aun Khoury, pelo investimento, entusiasmo e apoio à realização do evento.
À Betinha e funcionários da PUC que se envolveram com a infra-estrutura do evento, a despeito de todas as dificuldades e obstáculos enfrentados.
Ao Carlo Romani e Fernanda Scalvi, pelo envolvimento efetivo e afetivo na curadoria e produção do evento.
À Beatriz Rudge e Cláudia Intátulo, pela colaboração na tradução das palestras e no projeto gráfico do evento, respectivamente.*

* Professor de Literatura Americana da Universidade "La Sapienza" de Roma.

a manipulação, por parte do entrevistador, como também uma proteção deste contra reivindicações dos entrevistados — ou seja, depois de cumpridas as etapas predeterminadas, nossa liberdade é total, uma vez que não podem processar-nos. Eu mesmo já me conscientizei de que tomo o máximo de cuidado no sentido de guardar autorizações para publicação, bem como aprovação das transcrições e citações quando minha posição política é contrária à das pessoas que entrevistei. Nessas circunstâncias, eu poderia usar as informações dadas por elas de maneiras que talvez as desagradassem (mais adiante, neste trabalho, apresentarei um episódio em que isso tenha ocorrido).

Na maioria dos outros casos, conto com as garantias de que: a) as compensações materiais de tudo aquilo que faço neste campo são tão irrisórias que dificilmente suscitarão controvérsias sérias; b) tenho um compromisso *comigo mesmo* de não usar o material da entrevista de formas que possam prejudicar a pessoa de quem o obtive, nem de a ela desagradar. Assim sendo, é pouco provável que eu receba quaisquer reclamações que não possam ser elucidadas de boa-fé. Com base nessas duas afirmações, sei, por experiência própria, que um acordo verbal — possivelmente gravado em fita — tem valor idêntico ao de um contrato lavrado em cartório e constitui garantia suficiente para ambas as partes. Reconheço que tal atitude pode não ter fundamento no tocante a questões jurídicas sérias (e, por isso, a posição que adotei me impede de propor uma ética normativa e de expor princípios morais sobre qualquer assunto — e a ninguém recomendo essa postura). Ela decorre, em parte, das condições relativamente não-estruturadas de meu próprio trabalho.¹

A bem da verdade, muitas vezes tenho a impressão de que requisitos cada vez mais complexos de ética profissional são elaborados para pessoas ou instituições que dispõem de recursos, tempo e assistência necessários para cumpri-los. Essas diretrizes fazem com que pesquisadores profissionais ou voluntários se sintam muito culpados e antiéticos, seja porque não devolvem cópias de todas as fitas e transcrições, seja porque não mantêm contato com os narradores, seja ainda porque deixam de tomar as devidas precauções legais, etc. Embora devam mostrar empenho no cumprimento dessas ta-

¹ Embora eu seja intelectual acadêmico, não me situo profissionalmente no campo da História Oral (nem, na verdade, da História). Assim, não posso contar com uma estrutura planejada para esse tipo de trabalho que continua a ser, até certo ponto, voluntário. Não sei muito bem se preferiria que tal situação fosse diferente. Em vinte anos, consegui encontrar um arquivo onde guardar minhas fitas e transcrições, fazer um índice talvez confiável delas e torná-las acessíveis a outros pesquisadores.

refas tão bem quanto conseguirmos, não podemos permitir que tornem burocrático nosso trabalho: apesar de isso não assegurar um comportamento verdadeiramente ético, traz o risco de aniquilar muitas das forças que têm mantido viva a História Oral.

Nesse contexto, compromisso com a honestidade significa, para mim, respeito pessoal por aqueles com quem trabalhamos, bem como respeito intelectual pelo material que conseguimos; compromisso com a verdade, uma busca utópica e a vontade de saber “como as coisas realmente são”, equilibradas por uma atitude aberta às muitas variáveis de “como as coisas podem ser”. Por um lado, o reconhecimento da existência de múltiplas narrativas nos protege da crença farisaica e totalitária de que a “ciência” nos transforma em depositários de verdades únicas e incontestáveis. Por outro, a utópica busca da verdade protege-nos da premissa irresponsável de que todas as histórias são equivalentes e intercambiáveis e, em última análise, irrelevantes. O fato de possíveis verdades serem ilimitadas não significa que todas são verdadeiras no mesmo sentido, nem que inexistem manipulações, inexatidões e erros.

Individualidade, igualdade e diferença

As pessoas em geral acreditam que as únicas memórias dignas de serem lidas ou lembradas são aquelas em que há acontecimentos extraordinários ou notáveis ... Portanto é, confesso, bastante arriscado para um indivíduo obscuro — e, mais grave ainda, um estranho — assim pedir a complacente atenção do público, principalmente quando reconheço que não apresento, aqui, a história de um santo, de um herói, nem de um tirano ...

Olaudah Equiano²

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito — assim como a sociologia e a antropologia — a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é, por definição, impossível sem ele. O significado

² “The interesting narrative of the life of Olaudah Equiano, or Gustavus Vassa, the African. Written by Himself (1785)”. In: Gates Jr., H. L. *The classic slave narratives*. Nova York, Penguin, 1987, p. 11.

e a ética dos contatos humanos diretos, na experiência do trabalho de campo, são imprescindíveis ao significado e à ética no exercício de nossa profissão.

A essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. A memória pode existir em elaborações socialmente estruturadas, mas apenas os seres humanos são capazes de guardar lembranças. Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são — assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes — exatamente iguais.

É por esse motivo que eu, pessoalmente, prefiro evitar o termo “memória coletiva”. Embora estejamos trabalhando com o intuito de registrar lembranças que possam ser coletivamente compartilhadas e aproveitadas, devemos ser cautelosos ao situá-la fora do indivíduo. Por diversos motivos (por exemplo, na sociedade contemporânea, cada pessoa reúne fragmentos de muitas recordações sociais diferentes em um todo inconfundivelmente pessoal), esse procedimento seria questionável, em termos éticos, pois tenderia a fazer com que encarássemos os indivíduos como intercambiáveis e desinteressados do próximo. Na verdade, quase nunca somos notificados sobre *quem* contou para o antropólogo a respeito de um determinado mito, *que* narrador deu, ao estudioso, *quais* informações referentes a *que* característica da cultura. Desse modo, esta fica distanciada daqueles que a criaram e a vivenciaram.

Conseqüentemente, enquanto as outras ciências sociais desempenham a indispensável tarefa de abstrair, da experiência e memória individuais, padrões e modelos de memória que transcendem à pessoa, a História Oral alia o esforço de reconstruir padrões e modelos à atenção às variações e transgressões individuais concretas. Assim, a História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos — a menos que as diferenças entre elas sejam tão irreconciliáveis que talvez cheguem a rasgar todo o

tecido. Em última análise, essa também é uma representação muito mais realista da sociedade, conforme a experimentamos.

Nesse sentido, a História Oral não deixa de se assemelhar à literatura. Embora a teoria e a crítica literárias realmente se ocupem de conceitos tão transcendentais ao indivíduo, como gênero, estilo, período, escola ou influências literárias, no final, a conclusão é a de que o elemento responsável por fazer com que um trabalho literário produza impacto reside no fato de ele, de maneira inconfundível, aglutinar, transgredir, transcender e transformar gênero, estilo, período e escola. De modo análogo, exatamente por dizer respeito a pessoas “comuns”, a “indivíduos isolados e obscuros”, que podem, “além disso, ser estranhos”, a História Oral não se concentra nas pessoas médias, mas não raro considera mais *representativas* aquelas que são extraordinárias ou incomparáveis. Como sugiro em outra parte deste trabalho³, o escravo que foi punido com cem chicotadas pode esclarecer mais a instituição da escravatura do que aqueles que foram chicoteados 0,7 vezes por ano. O número extremamente reduzido de toxicômanos, em uma cidadezinha industrial, pode fornecer indicações inestimáveis sobre a experiência dos jovens como um todo. Além disso, um contador de histórias criativo ou um brilhante artista da palavra constituem fonte de conhecimento tão rica quanto qualquer conjunto de estatísticas.

O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral. Não são exclusivamente os santos, os heróis, os tiranos — ou as vítimas, os transgressores, os artistas — que produzem impacto. Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias *em potencial*, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. Cada um de meus entrevistados — talvez quinhentos —, e na afirmação que se segue não há nenhum clichê, representou uma surpresa e uma experiência de aprendizado. Cada entrevista é importante, por ser *diferente* de todas as outras.

Por conseguinte, o que o trabalho nos ensina não é a importância abstrata do indivíduo, alardeada pelo capitalismo competitivo e liberal, mas a importância idêntica

3 Ver “Philosophy and the facts. Subjectivity and Narrative Form in Autobiography and Oral History”. In: *The Battle of Valle Giulia - Oral History and the Art of Dialogue*. Madison, University of Wisconsin Press, 1997.

de todos os indivíduos. A bem da verdade, embora realmente entrevistemos pessoas de elite, fomos motivados a iniciar nosso trabalho, e a ele damos continuidade, porque, em essência, desejamos ouvir aqueles que não foram ouvidos — as pessoas comuns, os trabalhadores, os pobres e os marginalizados, os homossexuais, os negros, as mulheres, os colonizados. Em nossa área de atuação, a voz de todos esses indivíduos, isolados e obscuros — e, sem exceção, muito especiais —, é igualmente importante e necessária.

A História Oral como uma arte do indivíduo, portanto, leva ao reconhecimento não só da diferença, como também da igualdade. A diferença é, antes de mais nada, aquela entre as numerosas pessoas com quem conversamos, porém, compreende, também, o elemento de serem diferentes *de nós* — constituindo essa a razão primordial que nos motiva a procurá-las. Essa diferença, por sua vez, chama-nos a atenção para a realidade de os historiadores orais muito diferirem entre si e ainda para o fato de valorizarem essas diferenças, ou seja, sua não-conformidade com as idéias predominantes em nossa sociedade.

Verificou-se uma das instigantes diferenças na conferência realizada em São Paulo, quando, no terceiro dia, Mary Marshall Clark fez uma palestra sobre o fato de a História Oral ser eticamente importante porque se baseia na ética da coletividade e está arraigada na memória coletiva. Na antevéspera, eu abri os trabalhos com a argumentação sobre a História Oral como arte do indivíduo. Ao ouvi-la, acreditei que estava coberta de razão. Quando lhe contei isso, observou que também eu estava certo.

À parte o respeito que todos temos pelas idéias de outros colegas, terminamos por concordar que, embora todos nós trabalhemos com indivíduos e, ao mesmo tempo, com parâmetros coletivos, colocamos em primeiro plano diferentes aspectos de nosso trabalho, pois ambos desejávamos enfatizar as diferenças existentes entre as respectivas tradições. Clark insistiu no conceito de coletivo porque considera a História Oral imprescindível para restringir o elemento moral individualista e competitivo que tem prevalecido no capitalismo liberal de livre empresa nos Estados Unidos. Em contrapartida, ressaltai o indivíduo, pois me conscientizei de que a tradição marxista a que pertenço deixou de reconhecer que as massas e as classes são constituídas de pessoas diferentes entre si. Aquilo que ela e eu tínhamos em comum era uma idéia da História Oral como diferença, como uma prática inquestionavelmente antagonista e contestadora.

No pensamento pós-estruturalista recente, bem como em algumas correntes do feminismo, a diferença tem sido postulada como o único ideal a ser atingido, sendo contrária à igualdade e incompatível com ela. Eu concordaria que são os dois lados de

uma mesma moeda, moeda essa denominada “liberdade”. A liberdade significa a possibilidade de escolhermos nossas próprias diferenças, mas essa escolha só se torna viável em um estado igualitário. A diferença se transformará em hierarquia e em opressão, a menos que essa liberdade de escolha seja compartilhada por todos, nas mesmas proporções: as diferenças universais têm como base os direitos universais iguais (exceto, é claro, se estivermos nos referindo apenas à “liberdade” individualista e competitiva de fazer prevalecer a diferença de um ser humano sobre os direitos de outros). Não teremos condições de reivindicar nossas diferentes identidades, se formos todos iguais, e tampouco conseguiremos procurar a diferença por nós escolhida, se alguém tiver poder para nos impingir uma igualdade forçada (assimilação) ou uma diferença imposta (racismo e sexismo). Na busca pela diferença, não podemos nos esquecer de que também acalentamos um sonho de compartilhar, de participar, de comunicarmo-nos e de dialogar.

É isso que implica o caráter dialógico da História Oral, bem como seu trabalho de campo: a fim de sermos totalmente diferentes, precisamos ser verdadeiramente iguais e não conseguiremos ser verdadeiramente iguais se não formos totalmente diferentes. Como já argumentei em outras ocasiões, o trabalho de campo é, por necessidade, um experimento em igualdade, baseado na diferença.⁴ É preciso “que sempre exista uma linha”⁵ de diferenças que, depois de transposta, torne-se plena de significado, mas é necessário que exista também uma “linha”, segundo a qual possamos comunicar o desejo de encontrar um terreno e uma linguagem comuns, que possibilitem a troca — aquilo que, como nos lembra Tzvetan Todorov, é nossa natureza humana profundamente arraigada.

Boas maneiras. A ética do trabalho de campo

Nas sociedades essencialmente desiguais em que vivemos e trabalhamos, a maioria das entrevistas não é feita com indivíduos que, de fato, estão em pé de igualdade conosco. Não raro conversamos com pessoas poderosas, que pertencem à elite; com maior

4 Portelli, A. “Research as an experiment in equality”. In: *The death of Luigi Trastulli and other stories. Form and meaning in Oral History*. Albany, Nova York, State University of New York Press, 1991, pp. 29-44.

5 Portelli, A. “There’s gonna always be a line. History-telling as a multivocal art”. In: *The Battle of Valle Giulia - Oral History and the Art of Dialogue*. Madison, University of Wisconsin Press, 1997.

freqüência, somos nós as pessoas investidas de autoridade, dirigindo-nos a outras sem autoridade oficial. Na maioria dos casos, o poder, o status e o prestígio — reais ou imaginários — oferecidos por nossa profissão interferem no desempenho do trabalho.⁶

Portanto, se tivermos um compromisso com a “verdade”, como conseguiremos que nossas “fontes” nos dêem sua versão daquilo que realmente acreditam ser verdadeiro? Não o conseguiremos nunca, talvez (“Onde você estabelece o limite sobre o que falar?”, indaga Mildred Shackelford, poeta, ativista e mineira de carvão, furtando-se a uma pergunta delicada).⁷ Devemos, não obstante, fazer um esforço para criar um ambiente em que as pessoas tenham condições de estabelecer os próprios limites e de tomar as próprias decisões a esse respeito. Não o conseguiremos ignorando as diferenças que nos tornam desiguais, nem paternalística (e desonestamente) simulando uma igualdade que inexistente. Em vez disso, devemos deitar por terra a diferença, encará-la menos como uma distorção da comunicação do que como a própria base desta e situar a conversa no contexto da luta e do trabalho, com o intuito de criar igualdade. Temos um interesse não apenas ético, mas também profissional nesse processo. O trabalho cultural precisa criar as condições políticas para sua diferença e existência, como afirmou Gianni Bosio:

A fim de preservar sua não-integração, o *trabalho cultural* é levado a criar as armas que asseguram sua própria sobrevivência. O trabalho cultural torna-se, obrigatoriamente, luta política: por necessitar de autodefesa e por ser a luta política a mais elevada forma de trabalho cultural.⁸

O que significa ir à casa de alguém e pedir permissão para ligar o gravador (seria necessário sublinhar *pedir permissão!*)? Na maioria dos casos, agimos espontaneamente — porque, se não agirmos assim, melhor será nem sequer agir. Comportar-se corretamente não é uma técnica a ser aprendida naqueles manuais em que nos sugerem fazer

6 Para discussões anteriores sobre esse dilema, consulte Borzeix, A. e Marzani, M., La duplicité incontournable du métier de sociologue e Chamberlain, M. Power and authority in the collection and presentation of Oral History material, ambos em *V Colloquy Internacional d'Historia Oral. El Poder en la Sociedad* (Barcelona, 29 a 31 de março de 1985, pp. 65-72 e 163-74). Os trabalhos de Borzeix e Marzani também foram reimpressos como La memoria come un obiettivo de poder y la duplicitad insoslayable del oficio del sociólogo, em Vilanova, M. (ed.), *El poder en la sociedad. Historia y fuente oral* (Barcelona, Antoni Bosch, 1986, pp. 109-19).

7 Mildred Shackelford, nascida em 1950, Evarts (Harlan Co), Kentucky, entrevistada em 2 de novembro de 1990, em New Market, Tennessee.

8 Bosio, G. “Lettera a Giuseppe Morandi (1967)”. In: *L'intellettuale rovesciato*. Milão, Edizioni Bella Ciao, 1985, p. 186.

com que o entrevistado se sinta à vontade, a oferecer-lhe um cigarro... Quase todas as pessoas são suficientemente perspicazes para discernir quando alguém está tentando seduzi-las ou usá-las.

Tentarei explicar o que isso significa recorrendo a uma história. Antes de começar o trabalho de campo no município de Harlan, eu havia sido advertido diversas vezes de que os habitantes do local haviam sido cultural e economicamente explorados, (em bom português: eram retrógrados e pouco civilizados) a tal ponto que nutriam desconfiança em relação a todos os estranhos e antropólogos. Em alguns casos, os intrusos haviam sido baleados.⁹ Quando, finalmente, senti-me preparado para minha primeira visita, telefonei a uma senhora que me fora indicada e perguntei-lhe se podia ir a sua casa e fazer uma entrevista. Ela aquiesceu de imediato. Seis anos depois, contou-me que consultara a irmã, por telefone, e que haviam concluído: “Se ele não for daqueles muito metidos, a gente conversa com ele”. Em primeiro lugar, essa atitude levanta a questão de quem observa quem na entrevista. Entretanto, também é interessante a forma pela qual concluíram que eu não era “daqueles muito metidos”. Essa senhora simplesmente se negava a realizar as tarefas domésticas, por uma série de motivos que, posteriormente, vim a apreciar e a valorizar (entre eles, sua recusa em abrir mão do trabalho comunitário). Tendo duas filhas solteiras, três netos e um marido incapacitado, sua casa estava — e não corro o risco de exagerar — bastante descuidada. “Só conversei com você”, explicou-me ela, quando já éramos amigos o suficiente para falar no assunto, porque “entrou e sentou. Não ficou procurando um lugar limpo onde botar o traseiro”.

Isso significa que, quando fazemos uma entrevista, invadimos a privacidade de outra pessoa e tomamos seu tempo. No início do projeto de História Oral com os universitários, em Roma, meus colaboradores — os estudantes — pediram-me: “Ensine-nos a fazer entrevistas”. Ninguém jamais me solicitara isso. Em última análise, tudo aquilo que eu podia lhes ensinar, ou seja, a única técnica que me ocorreu foi: ajam com educação. Ter boas maneiras não significa apenas falar em um tom de voz agradável, dizer “muito obrigado”, sentar onde nos mandam sentar, tomar o café ou o vinho que nos oferecem (normalmente não tomo vinho nem café com açúcar, mas aprendi a fazer as duas coisas, pelo menos nas etapas iniciais do trabalho). Significa que, em vez

9 Trillin, C. A stranger with a camera. *The New Yorker*, 20 de abril de 1969; reimpresso em Walls, D. S. e Stephenson, J. B. (eds.). *Appalachia in the Sixties. Decade of Reawakening*. Lexington, Ky, The University Press of Kentucky, 1972, pp. 193-201.

de irmos à casa de alguém e tomarmos seu tempo a lhe fazer perguntas, vamos à casa dessa pessoa e iniciamos uma conversa. A arte essencial do historiador oral é a arte de ouvir.

Também neste caso, a abordagem ética ou cortês é cientificamente compensadora: boas maneiras e respeito pessoal constituem um bom protocolo para trabalho de campo. Fui à casa de minha amiga em Harlan, pois desejava saber sobre as lutas dos mineiros de carvão, da década de 1930 até hoje. Ela, porém, queria me contar das dificuldades que encontrara — com o marido desempregado — para criar uma filha, em uma região cultural e economicamente marginalizada. Mesmo que eu não estivesse interessado — o que não era o caso —, haveria de ouvi-la, por mera questão de cortesia. E, se ouvirmos e mantivermos flexível nossa pauta de trabalho, a fim de incluir não só aquilo que acreditamos querer ouvir, mas também o que a outra pessoa considera importante dizer, nossas descobertas sempre vão superar nossas expectativas. Quando a senhorita, Maggiorina Mattioli, em Terni, insistiu em me contar o romance por ela vivido, em lugar das aventuras políticas do irmão, o fato de ouvi-la, além de melhorar extraordinariamente o livro que escrevi sobre o local, causou radical mudança em minhas idéias e deu-me outras, tanto sobre História Oral como sobre a teoria da narrativa com que venho trabalhando desde aquele período.

Obtemos resultados radicalmente opostos a esses quando seguimos os conselhos dos célebres manuais sobre trabalho de campo: invariavelmente aconselham a nos mantermos neutros e distantes e a não interferir. Eu daria uma sugestão diferente: mostre-se aberto, fale sobre você, responda a perguntas (se as fizerem...). No que me diz respeito, não revelaria quase nada de importante sobre minha vida a alguém que, ao conversar comigo, assumisse uma atitude neutra, impessoal e distante. Por que devo eu esperar que outros me falem de sua vida se eu não me mostro disposto a contar algo a respeito da minha? As perguntas feitas por nossas “fontes” — a frase que o Rev. Cowan usava para se aproximar das pessoas: “Você pertence à União dos Mineiros?”, ou a de Annamaria di Marco, tentando reunir coragem para perguntar: “Ah, conte-nos como você se tornou professor, vai!”¹⁰ — são tão necessárias à entrevista quanto aquelas que nós mesmos formulamos. Contribuem para definir a base da diferença e da possibilidade de comparação que confere significado à entrevista: o fato de eu ter crescido em uma vila industrial de propriedade particular facilitou a comunicação com as pessoas que se

lembravam desses lugarejos; o fato de minha vila ser diferente ajudou-os a identificar as características específicas e peculiares dos lugarejos de onde se originavam.

Por outro lado, boas maneiras nem sempre consistem em dizer, o tempo todo, ao interlocutor, que ele tem razão. A bem da verdade, não existe pior forma de paternalismo. Nas entrevistas, e também nas conversas bem-educadas, não há mal nenhum em fazer perguntas como: “Você tem certeza?”, “Não sei muito bem se concordo com você”, “Outras pessoas já me deram versões diferentes desse episódio”. Com demasiada frequência, sentimos que é mais seguro nos atermos às normas universais de bom-senso quando conversamos com algum desconhecido. Uma contradição polida, em uma entrevista, pode dar margem a comentários mais longos, a explicações e a análises de que, em outras circunstâncias, não tomaríamos conhecimento, ou — como muitas vezes percebi que acontece — fará com que nosso interlocutor sinta que não há nada de errado em expor pontos de vista menos convencionais. O fato de eu ter-me identificado como membro de uma minoria dissidente da Esquerda incentivou os entrevistados comunistas em Terni, na década de 1970, tanto a expor com maior eloquência e profundidade a linha do partido como a verbalizar suas perplexidades em relação a ele.

Contrariando todas as expectativas, descobri que a maioria das pessoas, em Kentucky, mostrou-se receptiva, aberta e prestativa. Não tardei a dar por mim conjecturando: “onde foi que acertei?”. Incorporei essa pergunta à minha conversa com Mildred Shackelford, e o resultado foi um gratificante misto de motivos objetivos e subjetivos, relacionados ao poder, por um lado, e à atitude, por outro.

Portelli. Quando comecei a fazer essas entrevistas, tive medo de que minha presença incomodasse as pessoas, porque sou de fora e venho da Itália. Não notei reações muito negativas. Acho que, basicamente, porque não sabia muito e não estava em condições de ensinar nada a ninguém.

Shackelford. Vou te contar uma coisa que fez muita diferença também. Você não vem dos Estados Unidos, também não vem de Nova York, nem de Chicago, sabe esses lugares, nem de Lexington nem de Knoxville.

Portelli. Também pensei nisso. Não sou de nenhum lugar de que vem o poder.¹¹

¹⁰ Consulte “There’s always gon’ be a line. History-Telling as a multivocal art” e “Intellectuals, alas! on multivocal and multilateral interviewing”. In: *The Battle of Valle Giulia - Oral History and the Art of Dialogue*. Madison, University of Wisconsin Press, 1997.

¹¹ Mildred Shackelford não sabia (e, naquele momento, não me ocorreu) que há minas de carvão nos Montes Apalaches, que pertencem a imensas companhias de energia, com sede em Roma, que as operam e controlam seu funcionamento. O fato de eu ter nascido em Roma poderia ter sido significativo no Município de Martin, em Kentucky, assim como aconteceu em Terni.

Shackleford. Outra coisa que eu acho que ia ... sabe, se você viesse do País de Gales aqui pro Município de Harlan e se você fosse mineiro de carvão, essas coisas, e prolesse com as pessoas sobre a mineração de carvão, elas não iam se incomodar não. Mas você não tá tentando influenciar as pessoas, nem nada disso. Você só tá tentando aprender um pouquinho ou descobrir alguma coisa, ou fazer com que as pessoas te contem histórias, e elas não se importam com isso não.

Existem duas estruturas de oposição nos comentários de *Shackleford*. A primeira é entre o centro e o segundo plano, ou seja, a diferença hierárquica e imposta, que se irradia dos centros de poder econômico, responsáveis por dominar e tornar estereotipados a região e seus habitantes. *Shackleford* identifica, como um incentivo a falar,¹² a diferença não-hierárquica de um visitante estrangeiro, apreendido como inferior aos nativos. A segunda oposição está relacionada a “contar” e a ouvir. As pessoas com certeza *darão ouvidos* a um mineiro de carvão galês porque, por aliar diferenças nacionais à igualdade de classes, ele não reivindica mais status, porém dispõe de conhecimentos e experiências que podem ser compartilhados e comparados (por exemplo, no tocante às condições de segurança nas minas). Por outro lado, as pessoas *conversam* comigo porque eu as *ouço*: como tenho pouco a *dizer-lhes*, não dou a impressão de estar procurando “influenciá-las”, mas sim de estar apenas “tentando aprender um pouquinho” e de conseguir algumas histórias.

Concluí aquele diálogo com a observação de que meu trabalho, nos Montes Apalaches, “foi uma fantástica experiência de aprendizado”. As pessoas que vivem nessa região estão de tal modo habituadas a ser *estudadas*,¹³ *civilizadas* e *salvas* por estranhos (“havia missionários saindo pelo ladrão”, afirma *Shackleford*, “para salvar a alma dos selvagens”) que atingiram um ponto de saturação. Quaisquer que tenham sido os resul-

12 Consulte *Two peripheries talk to each other: Italy and Appalachian America*. *Appalachian Journal*, 12, 1, Outono de 1984, pp. 31-7. Meu conceito de periferia do império tem origem tanto em Eco, U. *Dalla periferia dell'impero*. Milão, Bompiani, 1975, quanto em Lewis, H. M., Johnson, L. e Askins, D. (eds.) *Colonialism in Modern America*. Boone, N. C., Appalachian Consortium Press, 1978.

13 Tomei consciência da situação nos Montes Apalaches a partir de uma anedota agressivamente racista sobre um antropólogo que vai para Kentucky e entrevista um jovem montanhês. Acontece que tem como pai um contrabandista de bebidas alcoólicas e, como mãe, uma prima em primeiro grau do próprio marido, além de dois irmãos: um na cadeia e outro em Harvard. “Em Harvard?”, “É o que ele tá estudando?”. “Não tá estudando nada não; eles é que tão estudando ele”. (A propósito, essa mesma piada é contada na Itália, mas em outra versão: o irmão tem duas cabeças e estuda na Escola Politécnica de Milão.)

tados positivos que consegui, provavelmente se resumem a uma fórmula que eu já usara espontaneamente: Não estava “estudando” os habitantes da região (nem lhes fazendo sermões), mas “aprendendo” algo a seu respeito.

A moral desta história não é que fui politicamente correto, mas sim que não estava ciente de ter adotado a atitude correta. Mais uma vez, agi espontaneamente. Embora possamos ser doutores em qualquer matéria entrevistando analfabetos, na situação de campo são eles que têm os conhecimentos, ou seja, “o pouquinho” que estamos “tentando aprender”. Podemos ter status, mas são eles que têm as informações e, gentilmente, compartilham-nas conosco. Manter em mente esse fator significa lembrar que estamos falando, não com “fontes” — nem que estamos por elas sendo ajudados —, mas com pessoas. A questão não é que tipo de expressões já consagradas pelo uso empregamos em nossa abordagem; as boas maneiras são meramente a manifestação externa de respeito genuíno. Caso contrário, poderemos repetir o verbo “aprender”, em vez de “estudar”, o quanto quisermos, mas nossos interlocutores com certeza não se deixarão enganar.

Em busca do significado. A ética da interpretação

Depois de aprendermos um pouquinho, a questão seguinte é: o que esse pouquinho significa? É neste ponto que se torna problemático o conceito de verdade. Nosso problema não se limita a aliar nosso compromisso como historiadores à objetividade daquilo “que realmente aconteceu” nem à nossa consciência pós-moderna de que, na realidade, jamais chegaremos realmente a descobri-lo. Também estamos cientes, a esta altura, de que muito aconteceu na mente das pessoas, em termos de sentimentos, emoções, crenças, interpretações — e, por esse motivo, até mesmo erros, invenções e mentiras constituem, à sua maneira, áreas onde se encontra a verdade.

No entanto, a constatação de não mais estarmos lidando com fatos concretos (e que falta nos fazer!), mas com elementos mutáveis, como subjetividade, memória e narrativas de histórias, não nos deveria causar a euforia pós-moderna de decompor a materialidade do mundo externo entre as estonteantes possibilidades do discurso irrelevante. Da mesma maneira que trabalhamos com a interação do social e do pessoal, trabalhamos com a interação da narrativa, da imaginação e da subjetividade, por um lado e, por outro, com fatos razoavelmente comprovados. Não reconheceremos a imaginação a menos que procuremos nos inteirar dos fatos. Durante os últimos vinte anos,

tenho repetido — a ponto de já estar saturado — a história de como a maioria dos narradores, em Terni, situa a morte de Luigi Trastulli no contexto da rebelião urbana em 1953, e não (como de fato aconteceu) naquele de uma demonstração política, em 1949.¹⁴ Eu poderia, em uma atitude positivista, ter rejeitado as narrativas como prova da falta de confiabilidade da memória ou, no estilo pós-moderno, ter concluído que tanto faz — afinal, trata-se somente de outro conjunto de representações. Em vez disso, encarei com seriedade tanto as narrativas orais não-confiáveis como o registro aceitável do arquivo e procurei encontrar sentido em ambos e, ainda, no espaço entre um e outro. E foi assim que me tornei historiador oral.

Ora, o fato de as múltiplas verdades com as quais estamos comprometidos incluírem os fatores mutáveis da subjetividade, da narrativa dialógica e da memória individual tem sido usado com o intuito de alegar que a História Oral não é científica nem confiável. Durante algum tempo, os historiadores orais reagiram com empenho profundo e louvável, no sentido de eliminar distorções e interferências e de valorizar a realidade de que — à parte as imperfeições — a História Oral verdadeiramente nos permite acesso a uma grande quantidade de fatos passíveis de verificação. Aos poucos, entretanto, também estamos questionando o próprio significado da objetividade e da verdade, e transformando a pretensa interferência de um corpo estranho na identidade de nosso trabalho. A História Oral não mais trata de fatos que transcendem a interferência da subjetividade; a História Oral *trata* da subjetividade, memória, discurso e diálogo.

Por um lado, esse desenvolvimento nos compromete com o reconhecimento do pluralismo, das múltiplas abordagens à verdade (sujeitas, na medida do possível, a conceitos rigorosos, de responsabilidade de quem os usa); por outro, esta é a nós conferida no tocante à escolha. A objetividade científica não consiste em nos ausentarmos da cena do discurso e em simularmos uma neutralidade que é tanto impossível quanto indesejável. Essa objetividade consiste, antes, em assumir a tarefa da interpretação, que cabe aos intelectuais.

Em um erudito periódico sobre história, na Itália, li algo que parecia ser a transcrição muito objetiva e científica de uma entrevista com um operário de fábrica. A certa altura, as palavras do narrador foram intercaladas — em itálico e entre colchetes — por uma informação [*colpo di tosse*] (“tosse”) e, ao vê-la, não pude deixar de me perguntar seu significado: estaria o narrador limpando a garganta? Seria sua tosse in-

¹⁴ “The death and Luigi Trastulli: memory and the event”. In: *The Death of Luigi Trastulli*, op. cit., pp. 1-26.

tencional ou irônica? Teria ele engasgado? Seria tuberculoso? E a tosse, seria um sintoma ou um sinal? A postura “objetiva” do encarregado da transcrição impossibilitava a inclusão dessa informação, porque implicaria o risco de compreensão intelectual, em vez da neutralidade da transcrição (teoricamente) “mecânica”. Na verdade, em lugar de um discurso objetivo sobre a fonte, o texto transformou-se em um discurso subjetivo sobre o historiador: a única informação transmitida era que a entrevista fora transcrita por um estudioso muito objetivo — que acredita ser científico dar nome aos dados, mas não se arrisca a nos dizer o que, segundo acredita, esses dados são.

A responsabilidade pela interpretação, é óbvio, não chega a reivindicar, para nossas interpretações, acesso completo e exclusivo à verdade. Tem sido praxe, desde o início, na História Oral, reproduzir as palavras textuais das fontes, com empenho muito maior do que em outras disciplinas (nem mesmo a história documentária cita seus documentos de arquivo com o mesmo zelo com que os historiadores orais citam entrevistas). Assim, sejam quais forem as intenções que tivermos, o trabalho que realizamos adquire uma dimensão dialógica intrínseca, na qual nossas interpretações e explicações (expressamente claras) coexistem com as interpretações contidas nas palavras que reproduzimos de nossas fontes e, ainda, com as interpretações que os leitores delas fazem. Por conseguinte, aqueles que leram minha história sobre Terni descobriram possibilidades de ligação entre as entrevistas citadas que haviam me passado despercebidas e que, no entanto, nela estavam presentes. Conseqüentemente, aquilo que criamos é um texto dialógico de múltiplas vozes e múltiplas interpretações: as muitas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações e as interpretações dos leitores.

Ora, pode existir uma incompatibilidade entre diferentes interpretações. Embora as vertentes mais românticas da teoria multicultural contemporânea considerem difícil aceitá-la, a diferença não é como um jantar de gala, a diferença não é como um pizza ou feijoada, em que aparentemente se coloca de tudo e, de alguma forma, o resultado é delicioso (na verdade, os ingredientes são escolhidos e medidos com muito cuidado). A diferença, em especial nas sociedades desiguais, também é desacordo e conflito — pode ser até guerra. Assim, embora tenhamos a obrigação de relatar com a maior fidelidade possível as palavras que os entrevistados realmente proferiram, a responsabilidade que temos em relação a eles não significa estarmos sempre de acordo com o que dizem. Às vezes, nossa ética como cidadãos, como indivíduos envolvidos na luta pela democracia, igualdade, liberdade e diferença pode transcender a limitada ética de nossa profissão, a fim de dar lugar a outra, mais ampla, humana e, em última análise,

política. Em outras palavras: uma entrevista com alguém que tem poder sobre nós ou sobre outrem não está, necessariamente, sujeita ao mesmo conjunto de considerações éticas que vigoram para outras entrevistas — não importa o que pensemos da pessoa.

Às vezes, pessoas pobres ou marginalizadas que entrevistamos desconfiam que podemos ser informantes da polícia. Ocasionalmente, quando entrevistamos os ricos, os poderosos, os generais, pode ser altamente ético agir como espiões no campo inimigo. Por um lado, ter uma atitude aberta sempre constitui a melhor política: muitas vezes mostram-se tão orgulhosos, demonstram uma boa-fé tão petulante que terminarão por nos contar o que desejamos saber e mais do que conseguimos imaginar. Porém, às vezes, principalmente quando nutrem suas próprias desconfianças, podem mostrar-se mais cautelosos. Nesse caso, talvez se fizesse necessária uma dose de “dissimulação honesta”. Quando entrevistei o pároco da vizinhança em que cresci, constatei que ele se lembrava de mim como uma criança de classe média, que freqüentava a igreja com relativa assiduidade, e também que partia do princípio de que nossa posição política seria idêntica. Como nada me perguntou, nada lhe esclareci. Em vista disso, ele não hesitou em me contar como examinava, com a maior cautela, todos os pedidos de emprego na fábrica local, a fim de que ninguém com tendências esquerdistas tivesse a mais remota chance de ali conseguir trabalho. Essa entrevista veio a ser a primeira prova documentária concreta de algo que, indiretamente, sempre soubéramos: o papel desempenhado pela Igreja na discriminação política, naquele contexto específico. É evidente que, por saber que o uso que eu faria do material iria de encontro às expectativas do clérigo, fui rigorosamente ético em termos profissionais. Dei-lhe o manuscrito para ler, obtive sua aprovação por escrito das citações, antes de publicá-las, e assim por diante. Abstive-me de informá-lo sobre o contexto em que situaria o material, bem como a interpretação que a ele daria. Este representa um bom exemplo, creio eu, de manipulação “ética” — neste caso, espero, por uma boa causa.

Quando a pessoa que nos contou, em primeira mão, a história do avião e das estrelas, na qual se baseia nosso livro sobre o movimento estudantil em Roma,¹⁵ informou-nos de que discordava da interpretação que havíamos dado à sua narrativa, não optamos por descartar a nossa e por adotar aquela mais “autêntica” do narrador. Em vez disso, tomamos duas providências. Como a História Oral é dialógica, insistimos

¹⁵ Arcidiacono, M. et al. *L'aeroplano e le stelle*. Roma, Manifestolibri, 1995, capítulo 15.

em começar o livro com a história e a interpretação que dela fizemos. Para concluí-lo, inserimos a interpretação do narrador e, por fim, também nossa interpretação da que ele fizera. Ao ler o livro, esse narrador provavelmente acrescentará ainda outra. Tenho a esperança de que essa espiral de interpretações continue indefinidamente (seguida por aquelas dos leitores que possam vir a discordar tanto de nós como dele). Sinto-me feliz, no entanto, por não termos aberto mão daquela que, segundo acreditávamos, era a interpretação correta e proveitosa, simplesmente porque não coincidia com a de nossa fonte. Tínhamos — assim nos parecia — a responsabilidade de documentar a existência de interpretações diversas da nossa, feitas com base em informações dadas por fontes bastante fidedignas. Em vez de passarmos despercebidos e de deixar de lado nossa percepção do significado do material, concluímos que a existência dessa outra contundente versão obrigava-nos, basicamente, a verificar se nossa interpretação de fato fazia sentido, se ela se enquadrava com o restante do material e se tinha alguma utilidade. Uma vez convencidos de que preenchia todos esses requisitos, nós a defenderíamos como uma possibilidade empírica, entre muitas outras. Apenas por nos mostrarmos fiéis à nossa tarefa de interpretar e por correremos o risco de sermos interpretados é que contribuímos com a espiral sem fim que constitui a busca da verdade inatingível, pela qual somos, em última análise, responsáveis.

A ética da restituição. As vozes fora da comunidade

A questão final é: o que fazemos com o pouco que aprendemos e com as interpretações experimentais que dele fazemos? O problema da *restituição* tem-se revelado muito importante nas discussões sobre a História Oral como empreendimento político e comunitário (neste trabalho, a palavra “comunidade” deve sempre ser lida como se estivesse entre aspas). Entretanto, antes de nos perguntarmos o que fazer com a História Oral, creio que deveríamos indagar: *para* que a fazemos. Minha impressão é a de que a fazemos, antes de mais nada, para nós mesmos, motivados pelo desejo e pela necessidade de “tentar aprender um pouquinho” e de “conseguir com que as pessoas [nos] contem histórias”. Na verdade, depois de ouvir atentamente centenas de histórias e pessoas — e de com elas conversar em profundidade —, adquiri uma percepção muito diferente de mim mesmo, pela qual sou grato.

Fazê-la para nós mesmos pode também significar que a História Oral é uma ocupação, uma carreira — e nisso não há nenhum problema (a bem da verdade, muitos

dos historiadores orais desempregados e subempregados gostariam de que essa afirmação fosse sempre verdadeira), contanto que tenhamos em mente o fato de que não nos sairemos realmente bem nessa área, se permitirmos que considerações de ascensão profissional ou os interesses de quem quer que esteja patrocinando nossos projetos, ou pagando por eles, prevaleçam sobre nossa necessidade pessoal e interior de aprender. Na História Oral especificamente — por ser tão diretamente ligada a contatos pessoais — a necessidade de aprender muitas vezes tem transcendido a paixão intelectual de acadêmicos sérios, de modo a incluir um senso de dever, como cidadãos, de que não são apenas estudantes de História, mas também agentes nela atuantes e por ela responsáveis.

Nessas condições, muitos de nós são motivados, ainda, por algo mais amplo do que nós mesmos: por uma comunidade, uma instituição, um movimento, um lugar. É neste ponto que entra o conceito de restituição. Recebemos tanto de pessoas e comunidades que não sentiremos nosso trabalho concluído, enquanto não entregarmos seus resultados àqueles que foram responsáveis por viabilizá-lo.

No entanto, precisamos nos lembrar de que a restituição de objetos — fitas, transcrições, publicações — e sua disponibilidade em museus e arquivos não constituem, necessariamente, restituição à comunidade. Por um lado, museus e arquivos nem sempre são acessíveis a usuários que não sejam profissionais, nem lhes dispensam boa acolhida. Por outro, o que fazer com o valioso narrador que não consegue ler a transcrição, nem ver ou ouvir as fitas, pois não tem gravador nem videocassete? Além disso — e, na maioria dos casos, fato mais importante — estamos devolvendo à comunidade conhecimentos de que já dispõe. Seus membros podem demonstrar satisfação por ficarem de posse das fitas ou transcrições, mas nem sempre chegam a manifestar interesse por elas. Sentimo-nos muito mais gratificados ao devolvermos objetos a eles do que eles por recebê-los (constatação que novamente demonstra que o comportamento ético às vezes beneficia mais o pesquisador do que o entrevistado).

Nesse caso, portanto, aquilo que realmente restituímos é uma oportunidade para as pessoas com quem conversamos organizarem seus conhecimentos com maior clareza: um desafio para aumentarem sua consciência, para estruturarem aquilo que já sabemos — processo que começa com a entrevista e continua, à medida que se defrontam com nossas conclusões. Esse processo, no entanto, ocorre mais na mente das pessoas do que nos arquivos. Assim, nossa primeira responsabilidade no tocante à restituição é com nosso próprio desenvolvimento e aquele das pessoas com quem encetamos um diálogo, iniciando-se concomitantemente à entrevista. Por conseguinte, restituição significa mais

do que a devolução de materiais; também se faz necessária, a fim de propor um discurso experimental, uma possível organização, uma gama de interpretações.

É por esse motivo que emprego a palavra “desafio”. As comunidades não são idealmente homogêneas e unidas — são também palco de tensões e conflitos. Por isso, nosso trabalho documenta, por necessidade, esses aspectos, de formas que podem agradar a alguns de seus membros e a outros, não. Além disso, para segmentos das comunidades, ou para elas como um todo, talvez seja desagradável o fato de nem sempre as encarmos como gostariam de ver-se ou de se verem representadas (alguns narradores de classe média, em Terni, tomaram como uma afronta a cada um deles e a toda a cidade a fiel reprodução de sua forma de falar). Ao mesmo tempo em que aceitamos críticas, precisamos assumir responsabilidade pelo fato de a restituição tornar-se vazia de significado, a menos que mude a imagem que a comunidade já tinha de si própria. A restituição não é neutra — sempre constitui uma intervenção, uma interferência na história cultural da comunidade.

Por outro lado, falar de restituição apenas em termos de devolver informações a seu lugar de origem pressupõe uma imagem limitada, espelhada e narcisista da comunidade, coerente com as versões separatistas e essenciais da diferença cultural, como se as comunidades estivessem interessadas apenas em ouvir e falar sobre si mesmas. O verdadeiro serviço que, acredito eu, prestamos a elas, a movimentos e a indivíduos consiste em fazer com que sua voz seja ouvida, em levá-la para fora, em pôr fim à sua sensação de isolamento e impotência, em conseguir que seu discurso chegue a outras pessoas e comunidades. Senti que realmente havia feito algo pelas pessoas entrevistadas em Terni não quando lhes dei exemplares do livro que sobre elas escrevi, mas quando, para surpresa minha, o historiador Claudio Pavone incluiu, em sua história e interpretação definitivas sobre a Resistência¹⁶, trechos significativos dos depoimentos colhidos e registrados em meu livro. Encontrar suas palavras na obra de Pavone deu, a meus entrevistados, a sensação de que sua experiência e sua versão da história haviam, então, sido registradas não só por um entrevistador que os conhecia pessoalmente, mas também pela comunidade dos historiadores em geral e que ambas haviam exercido influência sobre a história, em nível local e nacional. Como Claudio Pavone teve acesso a essas narrativas, por meio de meu livro, este possibilitou à comunidade falar a outros que, caso contrário, não teriam ouvido sua voz. A bem da verdade, levá-la para fora

16 Pavone, C. *Una guerra civile. Saggio sulla moralità nella Resistenza*. Milão, Bollati Boringhieri, 1992.

da comunidade representa a forma específica de restituição a nosso alcance, como acadêmicos que somos, pois, em nível profissional, temos condições de entrar em contato com editoras e veículos de comunicação em geral. Em vez de nos limitarmos a restituir à comunidade conhecimentos de que já dispõe, nós os restituímos e os complementamos com conhecimentos nossos, compartilhando-os com aquelas regiões do mundo a que temos condições de chegar.

Por fim, mais uma reflexão sobre História Oral e comunidades. Em 1964, Stokely Carmichael afirmou aos liberais de raça branca, participantes do movimento pelos direitos civis, que em vez de interferirem nos problemas da comunidade negra, deveriam voltar às próprias comunidades e organizá-las. Depois de ter aprendido tanto com os mineradores de carvão, em Kentucky, e com os operários do setor siderúrgico, em Terni, comecei a me perguntar como poderia aproveitar os conhecimentos adquiridos nesses lugares em minha própria comunidade, e também organizá-la. Não me refiro só ao bairro em que moro, pois é tão reacionário que, espero, continue desorganizado para sempre, mas também ao meu local de trabalho, à comunidade que, segundo acredito, é formada por meus colegas e alunos na universidade. Esse é um dos motivos pelos quais — quando a universidade foi ocupada em 1990 — reuni um grupo de estudantes para que fizéssemos a História Oral dessa mesma comunidade.

Fiz, então, uma descoberta intrigante. Quase sempre, o sentimento de culpa do antropólogo e a vontade de fazer algo no tocante à restituição decorrem do fato de visitarmos uma comunidade distante, de adquirirmos conhecimentos, de escrevermos um livro sobre estes e de voltarmos para casa — deixando a comunidade para trás. Entretanto, nesse caso, houve uma inversão de papéis: em primeiro lugar, entrevistei a comunidade que, depois, se formou e foi embora e o “antropólogo”, ou seja, eu mesmo, ali fiquei isolado, sem possibilidades de voltar para casa, pois não havia alternativa. Essa pode ter sido uma situação inusitada, porém, fez com eu me perguntasse: e quanto às outras comunidades com que trabalhei? Existiriam ainda? A História Oral é um processo muito longo (meu projeto em Terni consumiu 13 anos; quanto ao trabalho realizado em Kentucky, estou entrando no décimo ano. Até mesmo o projeto com os alunos demorou cinco anos). Portanto, ao sentirmos que nosso trabalho foi encerrado, a comunidade com que o iniciamos pode ter deixado de existir.

Em 1972, comecei a trabalhar com História Oral, escrevendo a saga dos operários do setor siderúrgico de Terni, que estavam a caminho da revolução proletária. Terminei por escrever o elogio à desconstrução da classe trabalhadora, causada pela desindustrialização no capitalismo pós-moderno. No entanto, quando meu livro ficou pronto,

a maioria das pessoas continuava na cidade, mas havia só uma comunidade verdadeiramente muito restrita de operários à qual eu podia fazer uma restituição. O público que hoje lê *Biografia di una città*, em Terni, é muito diferente do que contou as histórias que dele constam. De modo análogo, os novos alunos em Villa Mirafiori, que lêem *L'aeroplano e le stelle* podem ter a sensação de que no livro se encontra a história do lugar em que estão, porém, não a de sua vida: não guardam recordações da comunidade que ali se constituiu por pouco tempo, durante a ocupação.

A restituição a uma comunidade em desenvolvimento, portanto, implica menos a restituição da identidade do que a memória da diferença. A memória acompanha a mudança, contudo, também resiste às mudanças que optamos por não fazer — o que nos remete novamente à História Oral como uma arte não só daquilo que aconteceu, como também daquilo que deixou de acontecer, aquilo que poderia ou deveria ter acontecido.¹⁷ Trata-se da memória como alternativa.

Quando anunciei que passaria um dia na praia de Copacabana, alguém afirmou: “não fique muito tempo ao sol, pois é perigoso”. Enquanto eu admirava, pelas janelas da Fundação Getúlio Vargas, a praia de Botafogo, meu anfitrião advertiu-me de que as águas estavam tão poluídas que era impossível nadar. Ora, recordo-me de uma época em que os raios solares não eram nocivos e as praias não eram sujas. Recuso-me a partir da premissa de que não podemos nadar no mar, nem deitar ao sol, de que devemos temer a beleza de lugares como o Rio de Janeiro. Para meus filhos, esse é um fato da vida: os raios solares são perigosos e o ar e a água, sujos. É meu dever resistir a isso em minha memória e contar-lhes aquilo de que me lembro, para que eles tenham condições de resistir.

17 Consulte “Uchronic dreams: working-class memory and possible worlds”. In: *The Death of Luigi Trastulli*, pp. 99-116.

DEBATE

ALESSANDRO PORTELLI

P: Eu acho que uma característica fundamental de quem trabalha com História Oral é a questão da transparência. Uma característica é saber ouvir, você já disse isso, mas acho também que outra característica muito importante da História Oral é a questão da transparência, já que o Encontro está voltado para a questão ética. Eu queria saber se você torna públicas as suas entrevistas, o seu trabalho, se você dirige esse material para algum museu, para algum instituto, se você dá acesso às pessoas a esse material, ou não. Tem mais coisa aqui. Ah, eu queria também saber, são "boring questions", mas acho que são importantes, queria saber um pouco mais da História Oral na Itália, que a gente conhece muito pouco aqui. Por exemplo, como é que vocês lidam com a questão do direito autoral. Afinal de contas, nós herdamos as leis de vocês, eu queria saber como lidam com a questão do direito autoral, pode ser no seu trabalho, por exemplo; e também gostaria de saber um pouco se a História Oral se tornou tão popular, assim, na Itália, como nos outros países, se ela é mais acadêmica, ou não, se ela é mais multidisciplinar ou não...

AP: Muito bem, na verdade, é uma pergunta só, em certo nível. E, de fato, dei por mim pensando, hoje de manhã, que existe um Museu da Imagem e do Som, em São Paulo, outro no Rio, e não há nada parecido na Itália. Não sabemos onde guardar nossas fitas. Nos últimos dez anos, tenho tentado doar as minhas ao Arquivo Público em Terni, e não o consegui, porque o Arquivo Público não sabe onde colocá-las — este é um problema generalizado com os arquivos — como indexá-las, ou como fazer o que bem entenderem com elas. Por isso, a questão é séria.

Há menos de uma semana, apenas, a notícia promissora era a de que o Instituto para a História do Movimento de Resistência, na Umbria, desejava incluir minhas fitas no Arquivo Público. Lá, provavelmente estarão acessíveis ao público. Isso, porém, não ocorre só na Itália, porque também venho tentando doá-las ao Acervo

de História Oral, na Universidade de Kentucky, e eles dizem “Claro, Claro!”, mas até agora não tomaram nenhuma providência nesse sentido. Portanto, não se trata apenas de a Itália ser um país um tanto atrasado. Mesmo nos Estados Unidos isso ocorre, embora os norte-americanos sejam, sem dúvida, muito mais voltados para arquivos, e nós, muito mais para as pesquisas. Essa é uma questão à parte. Eu próprio jamais usei entrevistas feitas por outras pessoas — apenas ocasionalmente. Esta é minha abordagem pessoal, não estou criticando ninguém, nem impondo regras; no entanto, sempre considerei de tamanha importância a experiência pessoal da entrevista que usar as fitas gravadas por outros era menos gratificante. Em vista disso, sempre tenho a sensação de que aqueles que usam minhas entrevistas também perdem muito, pois ficam muito fragmentadas; acima de tudo, são metros e metros de fita sobre minha infância.

O outro fator sobre a acessibilidade — e também o considero importante — é que um determinado depoimento foi prestado a você e nem sempre o entrevistado está ciente de que sua narrativa poderá se tornar acessível, em algum arquivo, a qualquer pessoa. Quanto a mim, portanto, a condição que imponho, a proposta que frequentemente faço — e não sou a exceção, porque muitos adotam esse procedimento —, quando ofereço minhas fitas ao Acervo de História Oral de Kentucky — e vou agir de forma idêntica em Perugia (Umbria) —, é que as fitas fiquem guardadas lá e quem quiser poderá ouvi-las e ler as transcrições, mas, antes de publicá-las, deverão obter minha permissão. Preciso ter certeza de que as aproveitarão sem violar meu acordo, meu pacto com o entrevistado.

Vou acrescentar, ainda, que essa questão de tornar acessíveis as fitas, a questão dos arquivos, não se inclui entre os elementos básicos que têm sido, para nós, objeto de reflexão, na Itália; trata-se de uma deficiência muito séria. Há arquivos espalhados por toda parte; neles o trabalho está começando. Na verdade, houve algumas reuniões importantes visando à criação de arquivos de História Oral, porém, tudo está nos estágios iniciais e não há arquivos especializados. Os únicos de que tenho conhecimento são os de Música Folclórica, da Academia de Santa Cecilia, na Discoteca Pública, e os do Instituto Ernesto de Martino, que é uma organização política nova e radical de extrema esquerda que, nos últimos 35 anos, tem feito História Oral de Música Folclórica e, nesse caso, o problema não é a acessibilidade, mas a sobrevivência, pois, para o Instituto, tem sido difícil manter-se em funcionamento.

No tocante à questão do direito autoral, lamento informá-los de que não nos preocupamos muito com ela. Basicamente, o que faço — e não acredito que seja suficiente — é conseguir permissão do entrevistado para publicar a entrevista e para usá-la. Desse modo, tenho um documento gravado, que me assegura o direito de utilizá-la; seu valor jurídico jamais foi questionado. Até hoje, ninguém contestou esse procedimento, mas sou obrigado a reconhecer que, quando entrevisto, por exemplo, executivos ou profissionais desse nível, realmente peço algum tipo de permissão escrita. Como vêem, é tudo muito informal, e não estou satisfeito com essa situação. Por outro lado, às vezes, é contraproducente fazer com que possíveis entrevistados assinem formulários e impor exigências do gênero.

Na Itália, a História Oral constitui um paradoxo, porque não é ensinada em nenhuma universidade. Ninguém, no país, é historiador oral por profissão, em período integral. Para aqueles de nós que se dedicam a ela, é uma atividade paralela, ou até mesmo realizada contra a corrente. Estávamos conversando sobre isso, outro dia, e História Oral na Itália, basicamente, é composta de cinco pessoas. Sou capaz até de mencioná-las pelo nome: eu mesmo — e leciono Literatura Norte-Americana — Luisa Passerini, e ela nem sequer dá aulas em uma universidade italiana, mas leciona História Contemporânea na Universidade Européia. Além disso, praticamente teve de eliminar o trabalho feito com História Oral de seu currículo, a fim de obter o cargo. E há também Giovanni Contini, que trabalha no Arquivo Público em Florença, porém desenvolve outras atividades, e mais dois: Cesare Bernani, que foi o criador da História Oral na Itália e está desempregado, não tem renda própria, não tem trabalho; bem como Alfredo Martini, que trabalha como relações públicas em uma empresa de construção civil e se dedica à História Oral aos sábados e domingos. É essa a situação da História Oral na Itália.

Há algumas instituições que realizam trabalho de campo, em nível local, principalmente os institutos para *A História do Movimento de Resistência*, fundados depois da guerra, com o objetivo de manter viva a lembrança da militância antifascista e, agora, são — é interessante notar — institutos ativistas de história contemporânea, fazem um pouco de História Oral. O problema é a continuidade, porque a História Oral não é matéria dada em universidades, porque um evento como este seria quase inconcebível na Itália — é por esse motivo que nós, italianos, viajamos tanto — ninguém nos dá ouvidos em nosso país. Não existe treinamento para os interessados, é muito difícil prepará-los e, sempre que tomamos conheci-

mento de que uma pessoa recorreu à História Oral, é raro ela ter consciência do trabalho internacional que está sendo realizado nesse campo. Todos começam da estaca zero.

Devo acrescentar, ainda, que existe um grupo muito importante de estudiosos, que tem como figura central Franco Ferrarotti no Departamento de Sociologia, em Roma, no qual as entrevistas são muito aproveitadas. No entanto, na condição de sociólogos, logicamente têm abordagem diferente, mas trabalham bastante com fontes orais. Isso é praticamente tudo.

P: Eu queria propor, Portelli, que nós estamos buscando cada vez mais nos aproximar dos significados das diferentes narrativas, os interlocutores tentando aprofundar o significado das diferenças, tentando aprofundar as diferenças, e talvez você explicitar bem isso nos livros que escreve, fazendo observações sobre o significado de uma narrativa e de outra, mas para nós, aqui, ainda é um caminho que estamos tentando trilhar, no sentido de que fica fácil quando damos explicações sobre o ato da entrevista e os significados da interlocução. Mas, quando nos aventuramos nas transcrições, e temos lidado com culturas bastante diferentes, como lidar um pouco melhor com essas diferenças? Fica um conflito grande entre propostas de uma transcrição do texto. Para nós, parece mais importante manter as narrativas dentro dos seus próprios significados, da sua linguagem original, para captar melhor essa cultura que estamos buscando entender. O que sua experiência tem mostrado sobre isso?

AP: Não o suficiente. Basicamente, minha primeira reação ... Ora, minha primeira reação é ... uma entrevista que ... Percebem com que desenvoltura estou me expressando? ... qualquer pessoa, ao falar, está procurando expressar-se e, de alguma forma, aquilo que obtemos — e já fiz esta comparação — é como um texto, com todos os rascunhos e material preparatório nele incluídos. Todos nós, quando falamos, buscamos a expressão, o significado, procuramos a palavra certa e, quando fazemos a transcrição, encontramos não apenas o termo correto — se é que chegamos a tanto — como também todas as falhas, todas as tentativas, todas as hesitações, todos os erros. E o que fazemos então? Com frequência, menciono arte, neste contexto, porque muitas das decisões são intuitivas ... estão ligadas a seu gosto, a sua sensibilidade, a seu instinto em relação ao

significado que o entrevistado tinha em mente, por um lado. Por outro, dizem respeito, ainda, ao tipo de projeto que você está realizando.

Se estiver desenvolvendo um trabalho sobre, por exemplo, “A Retórica da Oralidade”, torna-se sumamente importante incluir todo o material preparatório, todas as hesitações. Pode ocorrer, também, que seu projeto tenha um tema histórico, como por exemplo “O Desfecho da Greve de 1922”. Provavelmente desejaremos encontrar o resultado da busca de significado empreendida pelos entrevistados. Na maioria dos casos, temos em vista os dois. Queremos incluir, em nosso texto, tanto as conclusões, como as informações: “Em 17 de março de 1949, saímos da fábrica e tomamos as ruas, para fazer um protesto contra a OTAN.” — estou citando as palavras textuais de uma entrevista. Desejamos obter essas informações. Em contrapartida, precisamos lembrar nossos leitores de que aquela foi uma exposição oral, exatamente porque este é um status epistemológico das informações que lhes estamos dando: foram-nos fornecidas em diálogos, exigiram um certo esforço, constituíram uma apresentação.

Em suma, fazemos escolhas. De alguma forma, em meu trabalho — e quase nunca me dou por satisfeito com isso —, o que faço é tentar extrapolar o texto final dos entrevistados, quando efetivamente pertinente, e procurar aqueles trechos em que a tentativa de criar um texto foi mais convincente, mais perceptível e também mais objetiva. É preciso lembrar que qualquer transcrição torna-se, automaticamente, uma forma de manipulação. Simplesmente não acredito na transcrição perfeita, não acredito sequer na fita perfeita. Ouvimos, ontem, que muitas das questões morais dependem do posicionamento do microfone, do número de microfones usados. Simplesmente não existe nenhuma reprodução neutra de qualquer evento. Em vista disso, creio que não deveríamos nos empenhar tanto em conseguir a neutralidade, mas em deixar clara a manipulação e, por conseguinte, buscar menos a reprodução do que a representação. São, porém, coisas diferentes.

Representar graficamente uma exposição oral não significa transcrever todos os pigarros e hesitações. Lembro-me de um periódico muito científico sobre história, da transcrição muito científica de uma entrevista, em que transcrevem palavra por palavra e, então, entre parênteses: (o entrevistado tosse). Ora, era esta minha pergunta: seria uma tosse denotativa de ironia, estaria ele tendo um infarto? Qual a função dessa tosse? Isso nos faz retornar à responsabilidade. A pessoa que tem a pretensão de fazer uma transcrição neutra está fugindo à responsabilidade de nos

contar o que aconteceu. Muito bem, conte-nos o que aconteceu, a tosse foi irônica, o entrevistado engasgou e, depois, recomeçou a falar. No caso de um idoso, torna-se importante ter em mente que cada palavra dita por ele representa um esforço. Necessitamos da voz do historiador para interpretar tudo isso.

Além do mais, sem dúvida, em todas as transcrições, usam-se vírgulas, pontos, ponto-e-vírgulas ... muito bem, isto tudo está na fita, isso tudo é fruto de nossa interpretação. E, enfim — fato de suma importância —, todas aquelas transcrições perfeitas, neutras e totalmente objetivas são ilegíveis. Ora, isso nada tem de objetividade, é falso, é deturpação, ou seja, você entrevista uma pessoa que lhe faz uma narrativa maravilhosa e transforma-a em uma transcrição horrível. E pergunto: isso é fidelidade? Não, é uma deturpação do documento.

Portanto, o que precisamos fazer? Mais uma vez, contrabalançar necessidades ou requisitos opostos — ou que essa pessoa realmente disse? O outro requisito consiste em como as palavras do entrevistado afetam aqueles que as ouvem e, por conseguinte, caso ele tenha feito uma narrativa maravilhosa, precisamos ter um mãos um texto maravilhosamente bem escrito. Como consegui-lo? É certo que não concordo com a idéia de transcrição. Se rescrevo algo, acrescento: “Isto foi reescrito por mim”. Minha tendência é evitar esse procedimento, porque gosto do modo de falar das pessoas.

Obedeço apenas a uma regra e reconheço que não é suficiente: jamais atribuo a alguém palavras que não tenham proferido. Jamais. Às vezes, insiro vocábulos entre parênteses, ou então tomo todas as liberdades possíveis: corto e edito. Se alguém houver dito algo logo no início da entrevista e, duas horas depois, completar aquela afirmativa, talvez o texto se torne mais claro se essas duas meias sentenças forem unidas. E sinto-me culpado por fazê-lo; não me dou ao trabalho de contar aos outros como agi. Limito-me a informar de antemão: “Veja, tomei todas essas liberdades” — e retornamos ao outro problema — “se você quiser saber o que realmente aconteceu, a fita e a transcrição completa estão à sua disposição”.

Porém, a apresentação pública relaciona-se a outro requisito ético muito importante, ou seja: “As pessoas”, disse Benjamim Franklin, “não se vestem para receber visitas da mesma maneira que se vestiriam para ir a um baile”. Muito bem, as pessoas falam de um determinado modo quando estão na cozinha de casa e, depois, vêem suas palavras publicadas em um livro, e lhes desagradam aparecer em público de formas diferentes daquelas que desejariam. Gostam de usar as melhores roupas que

têm. Isso nos leva de volta ao relacionamento individual entre entrevistador e entrevistado.

Segundo minha experiência, por não ter verbas, não tenho tempo para mandar de volta ao entrevistado, antes da publicação, partes da entrevista que constarão do livro ou do artigo na versão final. E peço-lhes que, se tiverem quaisquer comentários, que os façam. Isso não é suficiente, eu deveria conseguir uma versão assinada, mas ... a reação mais comum é: “Eu não falo desse jeito”. E segue-se a pergunta: “Qual minha relação política com essa pessoa?”, “É amiga ou inimiga?”. Caso seja inimiga, envio-lhe a fita de volta e indago: “O que você quer dizer com ‘não falo desse jeito’?”. Se a pessoa insistir, é claro que aceitarei suas correções.

Minha melhor experiência a esse respeito foi com um operário, que também fazia parte da Câmara de Vereadores de Terzi, e contou uma ótima história, basicamente em dialeto, de como, na infância, ele e outras crianças apanhavam pedaços queimados de carvão do depósito de lixo da fábrica e levavam-nos para casa, a fim de se aquecer. Foi uma excelente história, realmente, sobre uma fase do crescimento de uma criança da classe operária em Terzi. E ele a contou — todos a contaram —, mas ninguém tão bem quanto ele. Portanto, incluí sua versão no livro, mandei-lhe o rascunho, e ele me telefonou, afirmando: “De jeito nenhum vou-me expor ao público assim”. Respondi: “Ora, mas foi desse modo que você falou”. “Foi. Mas foi com você que falei desse jeito, não em público”. Concordei: “Tudo bem, então vamos conversar a esse respeito”.

E fui visitá-lo. Recebeu-me, de terno e gravata, em um daqueles grandes escritórios de vereadores. Eu estava de jeans, vestido como um intelectual, e ele, como executivo. Levei comigo o texto e sugeri: “Muito bem, vamos corrigi-lo; vamos relê-lo e fazer as correções” — e começamos. Lembro-me de que, enquanto estávamos envolvidos naquele processo, eu invariavelmente usava a forma mais pomposa a fim de mudar as palavras usadas por ele. E, quanto mais prosseguíamos, mais constrangido ele ficava, pois em hipótese alguma fala daquela maneira, até que encontramos a expressão-chave: *andavo a carbonella*, que significa, “eu apanhava pedaços de carvão”. E, em dialeto, ele dizia *andavo a carbonella*. “Tudo bem”, concordei, “você provavelmente deseja substituir essa expressão”, e sugeri — como eu poderia explicá-lo a vocês? — “Eu costumava passar pela fábrica e pegar carvão”. E, quando aquiesceu, perguntei, olhando-o: “Era isso o que vocês faziam?”

E respondeu, “Não, *andavo a carbonella*.” E reagiu, “Deixe como está” — e assim ficou.

No entanto, esse episódio refere-se, na verdade, à questão de reconhecer de que forma alguém deseja mostrar-se ao público. E, na maioria dos casos, consegui convencer os entrevistados de que, ao se exporem em público usando a linguagem e discurso cotidianos, tornarão visível a dignidade desses dois elementos. Não há necessidade de se disfarçarem para apresentar-se ao público, podem fazê-lo da forma que realmente são. E, como muitas dessas pessoas são bastante orgulhosas, a técnica funcionou. As piores reações, pela minha experiência, foram de integrantes da classe média, ou de políticos.

P: Gostaria de fazer uma colocação para análise sua. Sou assistente social e entrevisto pessoas há 21 anos, pacientes, pessoas doentes. Então, recentemente entrei na História Oral semestre passado, com a Maria Ester Fernandes, fazendo mestrado, e, agora, este semestre, ouvi muito sobre transparência, o saber ouvir, a historicidade da pessoa, pela Maria Lúcia Martinelli, também assistente social. Então, fiz uma reflexão da minha vida como entrevistadora e também comecei a utilizar mais um recurso que me passaram e o achei muito bom — o poder da mesa. Essa mesa à qual você está, por exemplo, significa para nós que você sabe mais do que nós, aqui, neste momento. Então comecei a entrevistar as pessoas do jeito que você está sentado, girando a minha cadeira e a cadeira do paciente do lado, aí à sua esquerda. E percebi que essa proximidade gerou a transparência de que se falou aqui, mencionada também pelas minhas professoras, e o saber ouvir.

Quarta-feira passada, uma pessoa conversou comigo uma hora e meia e ele tem problemas de memória, de esquecimento, pois sofreu um acidente. Mas, no fim, disse-me: “Mas como eu consegui falar tanto tempo, e sem me esquecer de nada. Então, eu só quis fazer essa colocação para ver a importância de o profissional estar próximo, essa transparência que foi colocada aqui, o saber ouvir, a importância disso. E dia 27 do mês passado, fiz uma palestra sobre diabéticos para uma equipe interdisciplinar de Bauru, onde trabalho. Falei sobre isso e fui duramente criticada pelos médicos, por alguns deles, que não aceitaram de jeito nenhum o que coloquei: que essa mesa aí significa poder.

AP: Basicamente, concordo na íntegra com você. Há um artigo fantástico, escrito por William Labov, que é sociolinguísta e estuda a linguagem usada nos guetos de negros, em Nova York. E ele discorre sobre as teorias da chamada “carência cultural, psíquica e lingüística das crianças dos guetos”. Essas teorias predominaram nos anos 60, nos Estados Unidos, e foram aplicadas, na Itália, a algumas crianças de famílias pobres. E, infelizmente, o problema parece estar chegando, aos poucos, ao Brasil. Foram elaboradas, em grande parte, com base na situação de entrevista.

Segundo o articulista, toda a teoria formulada sobre o inglês falado pelos negros como uma linguagem em que faltava expressão, baseava-se no fato de os lingüistas, psicólogos, sociólogos que entrevistaram as crianças sentarem-se do outro lado da mesa, exatamente como você descreveu. E o que fez ele? Foi andar pelas ruas e descobriu que as mesmas crianças rotuladas de “lingüisticamente carentes”, que não haviam conseguido construir uma sentença sequer nos estudos por ele realizados, eram poetas, eram criadoras, ou seja, eram artistas do “rap”, antes de este se difundir, e são essas as origens do “rap”. Portanto, o posicionamento da mesa em uma situação de entrevista ...

Bem, vou colocar a questão de outro modo. A palavra entrevista abrange uma série de coisas: as pessoas falam de entrevista para conseguir emprego. Nesse caso, você se senta de um lado da mesa, com uma pessoa o olhando, e você provavelmente também a está olhando e pensando: “Será que eu gostaria de trabalhar com ela?”, mas você está sendo observado e acredito que a função da mesa é evidenciar que está sendo observado. Nesta situação, infelizmente acontece que eu estou sendo observado. É uma longa história. Bem a palavra entrevista tem uma série de acepções. Abrange o exame, todos os tipos de exame são denominados entrevistas e abrangem até mesmo aquelas que você faz como assistente social, ou seja, algo diverso do que realiza como historiadora oral, creio eu. Está procurando coisas diferentes, tem em mente um projeto diferente. Melhor dizendo, a palavra entrevista é genérica, no entanto, em uma grande diversidade de situações, tem o significado contrário, é uma perspectiva unilateral, está relacionada a apenas uma perspectiva, não à perspectiva de ambas as partes. Assim sendo, acredito que devemos começar a discriminar situações de entrevistas.

Acho que seu comentário foi muito proveitoso, porque ... bem, jamais me sentei do outro lado de uma mesa para entrevistar alguém, exceto quando, na condição de professor, dou exame aos alunos, situação em que me sinto muito mal, porque

sei que mentem para mim, dizendo que minhas aulas são ótimas e estou consciente de que não são e de que eles concordam comigo, mas contam-me mentiras, pois há uma mesa nos separando. Contudo, o posicionamento da cadeira, por exemplo, tem importância simplesmente crítica. Mas é a mesa da pessoa e não a sua. Assim, na maioria das situações de entrevista de História Oral, em outras palavras, você está no território dos entrevistados; não são eles que estão entrando em *seu* território. Acima de tudo, cabe a você ser bem-educado, eles é que estão sendo hospitaleiros, conseqüentemente, isso é muito relevante.

Também neste aspecto, nada sei sobre proximidade ou distanciamento físico; trata-se, a meu ver, de algo subjetivo, porém, o olhar, por exemplo, é de grande relevância, o contato visual, o entrevistador deve ficar sentado em uma posição tal que lhe permita olhar nos olhos do interlocutor.

O posicionamento do microfone é de importância crítica. Ontem alguém estava falando a esse respeito, e é fator simplesmente crucial. Sei, por experiência própria — sou pobre e tenho apenas um microfone —, mas, bem no início de meu trabalho, eu entrevistava operários de fábricas e eram, em sua maioria, homens. E aconteceu de as esposas destes começarem a falar, contando histórias das mais interessantes. Assim, logo aprendi a fazer com que sentassem na sala e a colocar o microfone próximo da mulher. Sem pensar e sem sequer pedir licença, o marido pegava o microfone, e eu tentava tomá-lo de suas mãos ... A mulher normalmente nada fazia, pois a luta era entre mim e ele para decidir a quem eu ouviria. Por esse motivo, o microfone, a cadeira, todos esses elementos são, a meu ver, extremamente relevantes na criação dessa igualdade temporária e utópica, ou pelo menos expressando o desejo comum de uma igualdade ainda inexistente — pois deveria existir. Quanto ao ambiente físico, acredito que você está coberto de razão.

P: Você falou de objetos que interferem, de uma certa forma, na relação de entrevista. Eu queria perguntar sobre outras coisas que talvez interfiram. Por exemplo, fiz um trabalho sobre a análise do processo produtivo de uma fábrica de tecidos, em Jacaré, e, basicamente, eram todas mulheres, as trabalhadoras. Então, por ser mulher também, a minha relação inicial e o contato foram bastante facilitados. Depois, fiz outro trabalho sobre análise do processo produtivo, também, de uma fábrica de pianos, onde quase todos os operários eram homens e todos mais velhos do que eu. Então, percebi uma diferença, uma dificuldade muito sutil em lidar com

a entrevista e com a situação de entrevista, porque todos os índices eram praticamente os mesmos, mas o que mudava era minha relação, ou a minha condição diante dos entrevistados. Gostaria que você comentasse um pouco a esse respeito.

AP: Bem, para mim, as interferências e os obstáculos que você enfrentou representam um obstáculo não para a pesquisa, mas sim para o resultado desta. Em outras palavras, uma das conclusões a que parecemos ter chegado com esses projetos é que as atitudes de operárias e operários são diferentes, e essa constitui uma descoberta cultural de destaque, apesar de estarmos conscientes dela. Entretanto, quando analisamos o elemento responsável por dificultar, por diferenciar a entrevista que um homem faz com uma mulher, e aquela que uma mulher faz com um homem, conseguimos importantes *insights* na cultura. E, como dizia Fidel Castro, “Vamos fazer da derrota uma vitória”, transformamos em vantagens os obstáculos, no tipo de trabalho que realizamos. Sempre que algo interfere ... considero maravilhosas as interferências. Sempre que algo se interpõe e muda a situação, muda o que fazemos, ou o que as pessoas dizem, não há problema, pois se trata de algo importante na cultura e, portanto, de algo que descobrimos.

Todos os obstáculos constituem descobertas. Exemplificando: e quanto ao fato de as pessoas não se lembrarem? Esse não é um problema, é o *insight* que conseguimos, pois é memória o que estamos aprendendo. E o fato de as pessoas mentirem? E o fato de as mulheres se recusarem a me contar determinadas coisas? Muito bem. Quais são as coisas que as mulheres se recusam a contar a um entrevistador? Tais coisas provavelmente são definidas, na vida das mulheres, como medo, que não é revelado a algum desconhecido, a um homem desconhecido. Por outro lado, quais são as coisas que elas contam para mim, e não para os respectivos maridos? Isso acontece com frequência — as pessoas fazem, a um desconhecido, revelações que não fariam nem mesmo a um vizinho.

Na verdade, uma das vantagens que tive em Kentucky foi a de não ser norte-americano, pois os habitantes locais contam, a alguém de um lugar exótico na Europa, do qual nem sequer ouviram falar, fatos que não confiariam a alguém de Chicago ou Nova York porque, nesses lugares, as pessoas são estereotipadas — e, em Roma, isso não acontece. Mais uma vez, portanto, quais são os fatos revelados quando conversamos com um estranho, mas que representam tabu em nossa própria co-

munidade? Sobre que assuntos você pode falar, em seu círculo de amigos, mas não menciona a um desconhecido?

Acredito que devemos nos esquecer do mito de obter as informações totalmente completas, ou de esgotarmos nosso assunto com os entrevistados. Sabemos que ninguém consegue obter todas as informações a nosso respeito, portanto, por que o faríamos com eles? Invariavelmente conseguiremos um fragmento daquilo que sabem, um fragmento daquilo que são. E acredito que deveríamos nos dar por felizes em consegui-lo; precisamos empenhar-nos em obter mais informações, e aceitar.

Ouvir é uma palavra tão importante como aceitar, o que não significa pensarmos que os entrevistados sempre têm razão. Aceitar o fato de que podem estar enganados, aceitar os silêncios, aprender com estes. Trata-se do relato deles, daquilo que não sabemos. Os silêncios — ensinou-nos Luisa Passerini, há muito tempo — têm tanta importância quanto as palavras, em todas as formas de comunicação. Acabo de receber um livro maravilhoso sobre o significado e a pedagogia do silêncio. Assim, acho que aquilo que deveríamos fazer é ... quando me deparo com um muro ou encontro sólida resistência, não interfiro, é melhor deixar como está, em minha opinião.

P: É o seguinte. Trabalho com imigrantes e — não sei se você sabe que São Paulo recebeu mais de setenta grupos de imigrantes — de diferentes nacionalidades e etnias. E essas pessoas geralmente, às vezes com mais de noventa, mais de cem anos até, ainda mantêm o sotaque forte, algumas palavras, o jeito de se expressar verbalmente, como se quissem, sinto às vezes, manter sua memória viva, certo? Então, a questão da linguagem é um problema e, ao mesmo tempo, um desafio no meu trabalho. Eu queria saber como você lida com isso, na Itália, onde existe essa questão dos dialetos: como é que você resolve essa questão — você incentiva a pessoa a se expressar no seu dialeto original, ou não?

AP: Ora, depende do dialeto a que você se refere. Como moro e trabalho na região central da Itália, estou em uma situação em que... bem, se você trabalha na Toscana, o dialeto regional é praticamente o idioma nacional. Se trabalhar em Terni, Roma, ou na Umbria, encontrará uma continuidade da linguagem padrão e do dialeto ouvido nas ruas e são compreensíveis para ambas as partes. Portanto, não se trata

de um problema concreto, no sentido de que, caso se expressem em dialeto romano, ou mesmo no dialeto de Terni — que é famoso por ser feio —, as pessoas mesmo assim se entenderão.

Há algumas palavras que são diferentes e, nesse caso, você pode inserir uma nota de rodapé, ou pedir à pessoa, durante a entrevista, que explique o significado e, então, incorporar a explicação ao texto. Eu próprio, no entanto — e já fui criticado por isso —, falo basicamente em dialeto, ou seja, dou aulas em inglês perfeito, quer dizer, em inglês razoável e ainda em italiano com sotaque extremamente regional. Na verdade, percebi que, quando lecionava na Toscana, meus alunos tinham dificuldades para entender o que eu dizia. Portanto, para mim, é natural expressar-me, recorrendo àquela variedade de linguagem que não é rigorosamente um dialeto, mas um ponto intermediário: dialeto, coloquial e padrão. E, assim, pelo fato de eu empregar esse tipo de linguagem — e, acredito, não o faço adotando uma atitude paternalista, ou seja, emprego a linguagem do cotidiano, aquela que usaria se, agora, estivesse falando nesse idioma. Essa constatação, portanto, autoriza qualquer pessoa que esteja conversando comigo a falar da maneira que bem entender.

Bem, cometi um erro crasso quando citei os nomes de cinco pessoas que se dedicam à História Oral na Itália, pois há mais um profissional — e, provavelmente, é o melhor de todos: Nuto Revelli — originário da região ocidental dos Alpes, perto de Cuneo, no Piemonte. Ele realiza um trabalho fantástico com os montanhese da região. Ele faz as entrevistas em dialeto piemontês formado em parte por dialetos franceses e, em parte, por italianos; e os habitantes de outras regiões não conseguem entendê-lo. Portanto, ele o traduz naturalmente para o italiano.

Quase todos aqueles que trabalham com Luisa Passerini em Turim, onde ela entrevista operários e outras pessoas, são obrigados a fazer o mesmo. Às vezes, deixam no original determinadas palavras ou expressões que não têm tradução. Por exemplo, em piemontês, ninguém diz: “Eu nasci”, pois nessas palavras há uma conotação muito sexual, mas: “Fui comprado, minha mãe me comprou”. Nessas situações, os historiadores incluem a tradução, mas conservam a expressão “*Mia madre mi ha comprato*”, ou se limitam a deixá-la no original. O resultado, em minha opinião, não é muito bom, porque faz a expressão destoar do fluxo do

discurso e, de alguma forma, nele cria uma ruptura. Por outro lado, acho que é o único recurso de que podem se valer, caso desejem que seu trabalho seja lido a cerca de 30 quilômetros do local onde realizaram a entrevista — só lhes resta a opção de traduzir.

Quanto aos imigrantes, a situação é muito interessante porque, por um lado — mesmo tendo muito pouca experiência com italianos que emigram para outros países, acredito que, em grande número de casos —, a linguagem se tornou híbrida. Ontem à noite, eu estava na Cantina Posillipo e havia, em um jornal italiano, um artigo fascinante escrito em italiano, cujo autor evidentemente escrevera pensando em português, usando palavras em italiano. Era fascinante porque algumas das expressões italianas empregadas por ele já se haviam tornado obsoletas. O fato é que muitas vezes encontramos um processo de mudanças e inovações na linguagem, a incorporação de locuções, de expressões idiomáticas e de estruturas sintáticas do português. Por outro lado, paralelamente a essa notável inovação, verifica-se um marcante efeito conservador, pois as inovações que estão ocorrendo na Itália não afetam o idioma que os italianos estão falando no Brasil. Assim, percebemos que a linguagem mudou, mas que as diferenças não foram as mesmas, e descobrimos que alguns aspectos são mais antigos e outros, mais forçados.

No caso daqueles que emigram para a Itália — pois se tornou um país para o qual as pessoas emigram — fiz diversas entrevistas, a bem da verdade, com escritores norte-africanos e, inclusive, com um imigrante brasileiro que escreveu um livro. Essa, porém, é outra história. Bem, o que se verifica nesse estágio? É o esforço de falar o italiano com a maior perfeição possível, a fim de eliminar, dessa declaração pública, qualquer vestígio da língua materna.

A meu ver, essa é uma fase em que estão buscando legitimidade, em que estão tentando provar que sabem falar o idioma tão bem quanto qualquer outra pessoa, e, por isso, falam um italiano simplesmente impecável. Estudo literatura afro-americana, e os primeiros textos desta foram redigidos em perfeito inglês literário. Foram necessários um enorme esforço e uma grande autonomia para começar a escrever o inglês autêntico dos negros. O processo demorou quase duzentos anos; espero que os afro-italianos que agora estão se mudando para a Itália consigam escrever de forma idêntica à que falam, antes que dois séculos transcorram. Entretanto, no estágio atual, o que conseguimos nas entrevistas é um italiano perfeito, o mais perfeito possível. Durante a entrevista, o esforço que fazem não visa mostrar

que ainda se lembram da língua materna. Afinal, no caso da Itália, todos emigraram há apenas dois, três ou cinco anos e, em hipótese alguma, terão esquecido um dialeto africano, ou o árabe. Portanto, não pretendem dar a impressão de que esqueceram a língua materna, mas de que passaram a dominar o idioma do país para o qual emigraram. Parece-me que aqui a situação é de outro tipo, há mais sincretismo, hibridismo e memória retentiva.

P: Para seu conhecimento, aqui, no Brasil, não sei como fariam os professores de português, eu lido com pessoas do país inteiro e já percebi que não gostam de que a gente imite o “bá!”, o “barbaridade, chê!”, lá do Sul, nem o “oxente”, do Nordeste. Então, não gostam que a gente faça isso, mas que a gente fale normalmente, como você disse. É o que tenho sentido na minha prática.

AP: Sim, é sumamente importante, como já disse, não simular igualdade, de acordo com o que estava sendo discutido ontem, mas buscar igualdade; portanto, tentar falar o dialeto do entrevistado, quando o seu é diferente é, a meu ver, muito agressivo, ou seja, você está se dirigindo a eles como se os rebaixasse. Se você falar espontaneamente no próprio dialeto, se for uma atitude natural, então provavelmente será a melhor alternativa. Caso se expresse com naturalidade em linguagem literária, use-a. Para mim, o importante é não parecer superior em relação à pessoa com que estamos conversando e não fingir algo que não somos, limite-se a agir com espontaneidade e, talvez, seu interlocutor proceda da mesma maneira.

AP: Grazie!

**RECOMPONDO A MEMÓRIA:
Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias**

*Alistair Thomson**

Nos últimos anos, os historiadores orais têm relutado em aceitar o testemunho oral como pura e autêntica “voz do passado”, preferindo explorar os processos de afloramento de lembranças e “recompor” as reminiscências por eles registradas. Essas abordagens levantam importantes questões éticas e epistemológicas, algumas das quais considero neste estudo. Começo apresentando um tosco resumo das transformações que a História Oral vem sofrendo nas duas últimas décadas, passando pelo desenvolvimento de abordagens sofisticadas, até a geração e análise do testemunho oral, enfocando os países que conheço melhor: a Inglaterra e a Austrália. A seguir considero alguns exemplos tirados de meu próprio projeto de História Oral desenvolvido com veteranos de guerra australianos, destacando tanto os valores como as questões propostas por essas abordagens.

Os críticos da História Oral

Na década de 70, a revitalização da História Oral na Inglaterra e na Austrália foi profundamente influenciada pelas críticas de historiadores tradicionais que trabalham com documentos textuais. O principal argumento usado por esses críticos era que a memória não é confiável como fonte histórica porque fica distorcida pela deterioração física e pela nostalgia própria da idade avançada, pelas tendências pessoais tanto do entrevistador como do entrevistado e pela influência das versões coletivas e retrospectivas do passado. Subjacente a essas críticas estava a preocupação de que a democra-

* Professor da Universidade de Sussex.

tização do trabalho dos historiadores estaria sendo facilitada por grupos de História Oral, e o desdém pela evidente “discriminação” da História Oral em favor das mulheres, trabalhadores e comunidades minoritárias.

Incididos por esse desdém, os autores dos primeiros manuais sobre História Oral desenvolveram um critério para avaliar a confiabilidade da memória oral (embora sa-gazmente lembrando aos tradicionalistas que os documentos textuais não eram menos seletivos e tendenciosos). Com base na Psicologia Social e na Antropologia, mostraram como determinar as tendências e fantasias da memória, a importância da retrospectiva e a influência do entrevistador no processo de afluência de lembranças. Baseados na Sociologia, adotaram métodos de amostragem representativa e, com base em documen-tos históricos textuais, criaram regras para verificação da confiabilidade e da coerência intrínseca de suas fontes. O novo critério forneceu indicações claras e úteis sobre como interpretar as reminiscências e como combiná-las com outras fontes históricas para des-cobrir o que ocorrera no passado.¹

Entretanto, a tendência a defender a História Oral e usá-la apenas como outra fonte histórica para descobrir “como aconteceu realmente” levou ao descaso por outros as-pectos e valores do testemunho oral. Ao tentarem descobrir uma história isolada, estática e recuperável, alguns historiadores às vezes não levavam em conta as várias camadas da memória individual e a pluralidade das versões sobre o passado fornecidas por di-ferentes narradores. Na tentativa de eliminar as tendências e fantasias, alguns profissio-nais descuidavam-se das razões pelas quais as pessoas constroem suas memórias de modo específico e não conseguiam enxergar como o processo de afluência de lem-branças poderia ser a chave para ajudá-los a explorar os significados subjetivos das experiências vividas e a natureza da memória individual e da memória coletiva. Não percebiam que as chamadas “distorções” da memória, embora talvez representassem um problema, eram também um recurso.

Um dos grupos que expressaram críticas mais radicais à prática da História Oral no início da década de 80 e que influenciou particularmente a mim e aos co-ativistas tanto da Austrália como da Inglaterra foi o Grupo de Memória Popular Britânico do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos de Birmingham. Esse grupo estava inte-

¹ Para uma síntese das críticas dos conservadores, ver Thompson, P. *The voice of the past: Oral History*. Oxford, Oxford University Press, 1988, pp. 68-71, e seu editorial em *Oral History*, vol. 18, n° 1, primavera de 1990, p. 24. Para o debate australiano, ver *Oral History: facts and fiction*. *Oral History Association of Australia Journal*, n° 5, 1983-84.

ressado mais especificamente na relação entre reminiscências pessoais e relatos coletivos sobre o passado e nas ligações entre nacionalismo, nostalgia e reminiscências. Nessa mesma época, um número crescente de historiadores orais de outros países — como Luisa Passerini, Alessandro Portelli e Ronald Grele — estava começando a analisar os processos subjetivos da memória e as relações entre memória, narrativa e identidade.²

Alguns profissionais de História Oral desconfiavam dessas abordagens teóricas, que pareciam representar uma visão “invertida” da memória. Lembro-me da hostil acolhida dada a um trabalho que esboçava uma abordagem sobre “memória popular” apresentado na Conferência Anual da Associação de História Oral Australiana, em 1985. A hosti-lidade foi confirmada pela impressão de que o orador estaria negando a validade ou autenticidade da memória e pela preocupação de que a linguagem da teoria radical estivesse simplesmente reproduzindo as críticas anteriores à “não-confiabilidade” da História Oral.

Entretanto, no final da década de 80, os historiadores orais ingleses e australianos eram cada vez mais influenciados pelas novas abordagens sobre reminiscências e sub-jetividade. As apresentações durante a Conferência Internacional de História Oral em Nova York, em 1994, indicaram que nossos colegas brasileiros estavam tomando o mesmo rumo.³ Conforme comentou Paul Thompson no editorial *Oral History* do outono de 1989,

Nossos primeiros — e um tanto ingênuos — debates sobre metodologia e nosso entusiasmo pelos testemunhos sobre “como aconteceu realmente” amadureceram e se transformaram em uma compreensão compartilhada das questões básicas — tanto técnicas como humanas — relativas à nossa profissão; e, igualmente importante, proporcionaram uma avaliação

² Os estudos do Grupo de Memória Popular incluem: “Popular memory: theory, politics, method”. In: Johnson, R. et al (eds.). *Making histories: studies in history writing and politics*. Londres, Hutchinson, 1982; Dawson, G. e West, B. “Our finest hour?” “The Popular Memory of World War Two and the struggles over national identity”. In: Hurd, G. (ed.). *National fictions: World War Two in british films and television*. Londres, BFI Publishing, 1984; Wright, P. *On living in an old country: the national past in Contemporary Britain*. Londres, Verso, 1985. Ver também Passerini, L. Work ideology and consensus under Italian Fascism. *History Workshop Journal*, 8, 1979, pp. 82-108; Portelli, A. The peculiarities of Oral History. *History Workshop Journal*, 12, outono de 1981, pp. 96-107; “Editorial - Oral History”. *History Workshop Journal*, 8, outono de 1979, pp. i-iii; Grele, R. J. *Envelopes of sound: the art of Oral History*. New York, Praeger, 1991 (1985); Thompson, P. I piccoli e il grande. *Oral history* 23, 2, outono de 1995, pp. 27-8.

³ Ferreira, M. M. “Oral History in Brazil: an assessment” (A História Oral no Brasil: uma avaliação), trabalho apresentado na *Conferência Internacional de História Oral em Nova York*, outubro de 1994.

muito mais sutil sobre como toda história de vida entrelaça de modo inseparável provas objetivas e subjetivas, cujos valores, embora diferentes, têm o mesmo peso.⁴

Nos últimos anos, historiadores orais de vários países vêm desenvolvendo métodos de entrevista e abordagens analíticas que envolvem uma compreensão mais ampla das reminiscências e da identidade, e que sugerem novas e interessantes maneiras de tirar o máximo proveito das memórias, em benefício da pesquisa histórica e sociológica. Procuramos explorar a relação entre reminiscências pessoais e memória coletiva, entre memória e identidade e entre entrevistador e entrevistado. Na verdade, geralmente estamos tão interessados na natureza e nos processos de afloramento de lembranças quanto no conteúdo das reminiscências que registramos, e a relação entre as imagens e o conteúdo das reminiscências tornou-se de extrema importância na análise e no uso do testemunho oral.⁵

Memórias dos Anzacs

Passarei agora a relatar o desenvolvimento desses métodos de entrevista e das abordagens analíticas dentro do contexto de meu próprio trabalho como historiador oral. Nos primeiros anos da década de 80, iniciei uma série de entrevistas com veteranos da Grande Guerra de 1914-1918 pertencentes à classe trabalhadora australiana. Os soldados australianos da Grande Guerra — chamados *Anzacs* ou *diggers* (escavadores) — gozam da reputação de terem forjado a nacionalidade australiana através de seu “batismo de

4 *Oral History*, vol. 17, n.º 2, outono de 1989, p. 2; Mcconville, C. Oral History or popular memory? The power of talk. *Conferência Anual da Associação de História Oral Australiana*, Melbourne, 1985. Para críticas do Grupo de Memória Popular, ver Lummis, T. *Listening to History*. Londres, Hutchinson, 1987, pp. 117-40.

5 Para novas abordagens, ver a edição “Popular Memory” de *Oral History* 18, 1, primavera de 1990; a discussão revisada sobre memória e subjetividade em Thompson, P. *The voice of the past: Oral History*. Oxford, Oxford University Press, 1988, pp. 150-65; os debates no *International Journal of Oral History*, vol. 6, fevereiro de 1985; Portelli, A. *The Death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in Oral History*. Albany, SUNY Press, 1991; e a antologia internacional editada por Samuel, R. e Thompson, P. *The myths we live by*. Londres, Routledge, 1990. Para estudos semelhantes nos Estados Unidos, ver Thelen, D. Memory and American History. *Journal of American History*, vol. 75, n.º 4, março de 1989, pp. 1117-29; e Frisch, M. *A shared authority: essays on the craft and meaning of Oral and Public History*. Albany, Universidade Estadual de New York, 1990. Com relação à Austrália, ver Murphy, J. The voice of memory: history, autobiography and oral memory. *Historical Studies*, vol. 22, n.º 87, outubro de 1986, pp. 157-75.

fogo” em Gallipoli e no Front Ocidental. Suas realizações e características supostamente “australianas” — independência, espírito de igualdade, coragem, companheirismo e inabalável patriotismo — constituíram a lenda nacional mais significativa da Austrália, a lenda dos *Anzacs*, lembrada em comemorações, histórias e filmes, e representaram o baluarte da política conservadora através de todo o século XX.

Eu queria analisar como as experiências e memórias dos soldados das tropas formadas pela classe trabalhadora se enquadravam na lenda sobre sua vida. Na verdade, minhas entrevistas realçaram certos contrastes entre as experiências vividas pelos *diggers* da classe trabalhadora e minha percepção da lenda dos *Anzacs*. Por exemplo, havia pouco romantismo ou heroísmo nas histórias de guerra que os ex-combatentes me contavam; muitos admitiam que, se pudessem voltar atrás, não se alistariam. Contavam casos conhecidos sobre o espírito de igualdade que reinava entre os soldados do exército australiano, mas a ênfase que davam às vezes era diferente daquela das histórias convencionais.

Por exemplo, o companheirismo era uma lembrança sagrada, mas era um princípio entre os *diggers*, e não necessariamente incluía os oficiais. Em geral, mesmo os soldados que respeitavam os oficiais competentes abominavam as práticas autoritárias do exército. De maneira muito vívida, vários ex-combatentes faziam comparações irônicas entre seu status como heróis nacionais e o modo como foram maltratados depois da guerra. Na verdade, inúmeros “*diggers* radicais” acabaram se desiludindo com as comemorações oficiais em honra dos *Anzacs* e com as conservadoras organizações de veteranos e ingressaram em movimentos socialistas e pacifistas durante o período interguerras. De certa forma, as memórias dos veteranos da classe trabalhadora representam uma história esquecida e até mesmo contraditória.⁶

Contudo, as entrevistas indicaram também que as reminiscências dos soldados da classe trabalhadora estavam entrelaçadas com a lenda sobre sua vida, e que os veteranos haviam adotado e utilizado a lenda dos *Anzacs* exatamente porque ela tinha muita repercussão e porque era útil às suas próprias reminiscências. Durante sessenta anos, grande parte desses homens tinha pertencido a associações de veteranos e participado dos desfiles em comemoração ao Dia dos *Anzacs*. Muitos tinham lido a história oficial sobre a guerra e contavam casos como se estes fizessem parte de suas próprias experiências. Em algumas entrevistas eu tinha a impressão de estar ouvindo a leitura do script do filme de guerra australiano *Gallipoli*. As lembranças eram também reformu-

6 Thomson, A. *Anzac memories: living with the legend*. Melbourne, Oxford University Press, 1994.

ladas de acordo com as situações do cotidiano e com as emoções. Os debilitados e solitários velinhos às vezes sentiam-se ansiosos por lembrar a camaradagem do exército ou as aventuras da guerra e por reafirmar a viril juventude e o orgulho da identidade *Anzac*.

Fiquei fascinado com a relação entre a lenda dos *Anzacs* e as reminiscências dos *diggers* e, em vez de simplesmente — ou ingenuamente — contestar a lenda, eu agora queria compreender como e por que ela influenciava ou não os ex-combatentes. Esse interesse foi mencionado em recente trabalho teórico sobre reminiscências, subjetividade e memória popular. A partir desses escritos, desenvolvi um modelo de trabalho sobre memórias e sobre a relação entre as lendas conhecidas e a memória pessoal, que aperfeiçoei em meu livro *Anzac memories* (Memórias dos *Anzacs*), e que pode ser resumido da seguinte maneira.

Compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente. *Composição* é um termo adequadamente ambíguo para descrever o processo de “construção” de reminiscências. De certa forma, nós as compomos ou construímos utilizando as linguagens e os significados conhecidos de nossa cultura.

De acordo com o Grupo de Memória Popular, a exposição pública do passado é utilizada como apoio ao constante processo de dar sentido a experiências pessoais:

... levando à reflexão e incitando à comparação entre os relatos mais genéricos e as particularidades das experiências pessoais lembradas. Pois, se o papel da exposição pública é generalizar o significado, deve ser desempenhado através da apresentação de imagens e categorias interpretativas gerais, por meio das quais as pessoas tenham condições de situar suas próprias experiências dentro de padrões sociais mais amplos. A memória popular age exatamente dessa forma, e tenta generalizar os significados de modo a reunir e dar uma mesma forma a uma multiplicidade de experiências pessoais e específicas, assim recriando nas pessoas o sentido do passado.⁷

As imagens e linguagens disponíveis usadas pelo público nunca se encaixam perfeitamente às experiências pessoais e há sempre uma tensão que pode ser manifestada através de um desconforto latente, da comparação ou da avaliação. Portanto, os relatos coletivos que usamos para narrar e lembrar experiências não necessariamente apagam

⁷ Dawson, G. e West, B. “Our finest hour? The popular memory of World War Two and the struggles over national identity”. In: Hurd, G. *National fictions: World War Two in british film and television*. Londres, BFI Publishing, 1984, pp.10-1. Para esta teoria da *composição*, ver capítulo 1 de Dawson, G. *Soldier heroes: britishness, colonial adventure and the imagining of masculinities*. Londres, Routledge, 1994.

experiências que não fazem sentido para a coletividade. Incoerentes, desestruturadas e, na verdade, “não-relembradas”, essas experiências podem permanecer na memória e se manifestar em outras épocas e lugares — sustentadas talvez por relatos alternativos — ou através de imagens menos conscientes. Experiências novas ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão. A memória “gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas”, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, lembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo.

Nossas reminiscências também variam dependendo das alterações sofridas por nossa identidade pessoal, o que me leva a um segundo sentido, mais psicológico, da *composição*: a necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver. Esse sentido supõe uma relação dialética entre memória e identidade. Nossa identidade (ou “identidades”, termo mais apropriado para indicar a natureza multifacetada e contraditória da subjetividade) é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com nossa própria vivência. Construímos nossa identidade através do processo de contar histórias para nós mesmos — como histórias secretas ou fantasias — ou para outras pessoas, no convívio social.

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que lembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido. Reminiscências são *passados importantes* que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes.

Há várias maneiras segundo as quais nossas reminiscências — tanto do passado imediato como do mais longínquo — podem tumultuar e colocar em xeque nossa identidade, e, portanto, é preciso que exista uma certa harmonia entre elas. Experiências traumáticas podem provocar o rompimento de tabus ou prejudicar a compreensão pes-

soal. Dramáticas mudanças de vida muitas vezes tornam irrelevantes velhas identidades e exigem drástica reavaliação. A vida psicológica do cotidiano inclui aspirações frustradas e perdas debilitantes que tentamos administrar de forma mais segura e menos dolorosa. Assim, em nossas reminiscências frequentemente tentamos estabelecer uma coerência pessoal satisfatória e necessária entre as passagens não resolvidas, arriscadas e dolorosas de nosso passado e nossa vida presente.

Entretanto, essas histórias de vida raramente conseguem proporcionar um domínio completo e satisfatório das ameaçadoras experiências do passado. Nossas tentativas de compor um passado nunca são inteiramente bem-sucedidas, e o resultado é uma ansiedade não-resolvida e identidades fragmentadas e contraditórias. A *composição*, por ser baseada em bloqueios e exclusões, nunca é plenamente alcançada; é constantemente ameaçada, abalada, despedaçada.⁸ Sentimentos e impulsos reprimidos se manifestam ou são “descarregados” (atravessando sorrateiramente as barreiras da coerência consciente) de formas específicas — sonhos, erros, sintomas físicos e piadas — que permitem vislumbrar os dolorosos e fragmentados significados pessoais ocultos. Às vezes os historiadores orais ouvem as narrativas, mas descuidam-se desses significados. Assim como as histórias baseadas em reminiscências revelam a maneira específica como uma pessoa compôs seu passado, esses significados ocultos podem revelar experiências e sentimentos que foram silenciados porque não se ajustavam às normas usuais ou à própria identidade da pessoa.

Isso me leva a estabelecer uma importante relação teórica entre os dois significados da *composição* - que o processo aparentemente pessoal de compor reminiscências seguras é, na verdade, um processo inteiramente público. Nossas reminiscências podem ser temerárias e dolorosas se não corresponderem às histórias ou mitos normalmente aceitos, e talvez por isso tentemos compô-las de modo a se ajustarem ao que é normalmente aceito. Assim como buscamos a afirmação de nossa identidade pessoal dentro da comunidade específica em que vivemos, buscamos também a afirmação de nossas reminiscências.

“Reconhecimento” é um termo apropriado para descrever o processo de afirmação pública de identidades e reminiscências. O reconhecimento é essencial para a sobrevivência social e emocional; a alienação e a exclusão como alternativa podem ser algo psicologicamente devastador. Podemos buscar o reconhecimento em outras comunidades ou relacionamentos mais empáticos, mas nossas reminiscências precisam ser apoiadas

⁸ Ibidem, p. 28.

pelo reconhecimento público, e, portanto, são compostas de modo a serem reconhecidas e confirmadas.

Essa estrutura teórica conduziu a uma nova pesquisa sobre a relação entre a virilidade dos *Anzacs*, as memórias e os mitos. Em 1987, fiz uma segunda série de entrevistas sobre os *Anzacs* com cinco de meus primeiros entrevistados. Nessa série concentrei-me no modo como cada homem compunha e relatava suas memórias e explorei quatro interações-chaves: entrevistador-entrevistado; lendas conhecidas e reminiscências pessoais; passado e presente; memória e identidade. O relacionamento que eu desenvolvera anteriormente com cada um daqueles homens facilitou essa nova abordagem e gerou entrevistas longas e detalhadas, nas quais eles eram estimulados a lembrar suas experiências como soldados e ex-combatentes e a refletir sobre o modo como haviam se reconciliado com seu passado dos tempos de guerra.⁹

Alguns deles resistiam ao meu questionamento temático, preferindo contar as histórias comuns da guerra a seu próprio modo e na seqüência que escolhiam. Outros recebiam bem as novas perguntas e a oportunidade de discutir e recordar de uma forma diferente. Meu interesse e minhas perguntas sugeriam que aspectos de sua vida — sobre os quais antes talvez tivesse sido difícil falar — eram de importância histórica e, em certos, casos ajudavam a reafirmar o valor daquelas lembranças. Por exemplo, o medo ou o sentimento de culpa que sentiram durante a guerra e a angústia do período pós-guerra eram assuntos sobre os quais alguns deles raras vezes tinham falado antes. Vários comentavam que eu era a primeira pessoa com quem haviam comentado detalhes sobre “sua própria guerra”. A entrevista os ajudara a superar o silêncio e fora um acontecimento importante em termos de verbalização e afirmação de suas memórias dos tempos de guerra. A natureza da acatização que pode ocorrer durante uma entrevista de História Oral tem um efeito importante sobre o tipo das reminiscências trazidas à tona.

Trechos de minhas entrevistas com Percy Bird, Bill Langham e Fred Farrall sobre a vida nas trincheiras mostram as diferentes estratégias usadas para lidar com as memórias da guerra e as diferentes formas de lembrar. Expõem dilemas e proporcionam também uma importante oportunidade de discussão para os historiadores orais.¹⁰

⁹ Ver Thomson, A. “The anzac legend: exploring national myth and memory in Austrália”. In: Samuel, R. e Thompson, P. (eds.). *The myths we live by*. Londres, Routledge, 1990, pp. 73-82.

¹⁰ No texto, as referências a entrevistas indicam o número da entrevista e o número da página da transcrição correspondente. As fitas e as transcrições encontram-se na biblioteca do Memorial de Guerra dos Australianos, em Canberra.

Memórias da guerra

Quando entrevistei Percy Bird pela primeira vez ele estava com 94 anos e tinha uma memória brilhante com relação às suas experiências como soldado na guerra de 1914-18. Para Percy, o objetivo principal das entrevistas era o entretenimento: ele sentia uma enorme satisfação ao expor suas memórias e ao perceber a reação positiva dos ouvintes nas reuniões com soldados, na velha casa da família, e nos encontros com historiadores orais como eu. Essa exposição incluía um repertório fixo de casos, em geral sobre sua juventude e suas experiências durante a guerra. A maioria dos outros ex-combatentes que entrevistei contava suas histórias como o desdobramento de uma história de vida, com um fluxo regular e contínuo. As reminiscências de Percy assemelhavam-se mais ao estilo anedótico do humorista.

Em geral, os casos narrados por Percy combinavam com as narrativas dos homens de seu batalhão — era freqüente o uso de “nós” em vez de “eu” — e os casos eram apresentados como histórias do batalhão. À primeira vista parecem ser casos meramente descritivos, mas uma leitura mais cuidadosa revela que cada história tinha um fecho de efeito que ajudava Percy a memorizá-la e que atribuía a cada caso um tema determinado, transformando-o em uma “boa” história. Entre os principais temas segundo os quais Percy organizava suas memórias de guerra estão o lado divertido da vida nas trincheiras, as ocasiões em que escaparam das granadas inimigas por obra da sorte, sua participação bem-sucedida nos concertos do exército e o caráter e eficiência dos soldados australianos. De acordo com as lembranças de Percy, a guerra nunca se mostrara terrível ou decepcionante; havia reticências óbvias, como, por exemplo, sobre o alistamento e seus sentimentos na linha de batalha. A série de perguntas às vezes levava Percy a discutir esses aspectos, mas ele estava sempre ansioso por retomar suas próprias histórias padrões, que tinham sido compostas juntamente com os companheiros durante a guerra como uma forma de lidar com suas experiências, tinham sido aprimoradas com o passar dos anos e geralmente estavam entrelaçadas com os principais temas da lenda dos *Anzacs*.

Para Percy Bird, a relação estabelecida na entrevista era inquietante quando tocava em lembranças sobre as quais ele não havia composto histórias “confortáveis”, e que ainda preferia evitar. Por exemplo, os silêncios e os bloqueios indicam que ele não lidava bem com os bombardeios da artilharia, uma constante na vida do Front Ocidental. A tarefa da unidade de Percy quando ele se juntou à linha de frente pela primeira vez, em agosto de 1916, era cavar trincheiras para outros batalhões, sob intenso e constante

fogo de artilharia, sofrendo graves baixas e sem possibilidade de responder aos bombardeios. De acordo com a história de seu batalhão, foi “uma época de passividade extremamente desgastante”.¹¹ No entanto, toda vez que eu perguntava como era estar sob o fogo da artilharia, Percy mudava de assunto e retomava os casos engraçados — que eram suas histórias mais comuns — e falava sobre as reuniões do destacamento por trás das linhas de combate, ou dos lamaçais onde ficaram atolados. Não contava nunca, por iniciativa própria, histórias sobre o mau cheiro e os sons das trincheiras, sobre seus próprios sentimentos quando estava sob fogo de artilharia, ou sobre as mutilações e mortes de seus companheiros. O máximo que conseguiu dizer na primeira entrevista, antes de mudar de assunto, foi: “Acho que todos estávamos apavorados, mas permanecemos juntos” (Entrevista 1/Página 15).

Na segunda entrevista, talvez porque já existisse maior intimidade entre nós e porque eu estava claramente o forçando a se desviar de sua costumeira seqüência de histórias, Percy deixou entrever outros indícios desses sentimentos. Disse que não gostava de assistir às séries de televisão sobre os *Anzacs* porque traziam tristes lembranças de companheiros mortos. Após minhas insistentes perguntas sobre seus sentimentos, ele falou, apressadamente, sobre várias lembranças dolorosas que não tinham sido incluídas em suas histórias anteriores, escritas ou faladas, como, por exemplo, presenciar, impotente, outro batalhão ser “aniquilado”, ou dois soldados “voarem pelos ares” logo depois de ele ter se afastado do local, e novamente mudou de assunto (2/6 e 24).

O modo relutante como Percy contava essas histórias indica que, como muitos outros, ele ficara extremamente traumatizado com essas experiências na linha de combate. Embora negando que seus nervos tivessem ficado abalados, observou: “Tenho de admitir que foi um alívio escapar de lá” (1/21). Nenhuma de suas histórias é positiva quanto a seu próprio valor como combatente, e esse papel é praticamente excluído de suas lembranças, pois não conseguia sentir-se seguro ou à vontade nem naquela época nem posteriormente. A prova dos efeitos traumáticos dos bombardeios pode ser entrevista pelas reticências de suas lembranças. As experiências e os sentimentos perturbadores eram reprimidos da memória consciente ou colocados em um canto “escuro” da memória de Percy, de onde só saíam sob pressão, em resposta a perguntas incisivas, ou por meio de associações, ou ainda em sonhos, mas nunca se faziam presentes nas histórias que ele contava em público.

¹¹ Keown, A. W. *Forward with the fifth*. Melbourne, 1921, p. 177.

Ao contrário de Percy Bird, Bill Langham estava disposto a lembrar e reviver essas experiências traumáticas. Langham era um jovem camponês quando ingressou na artilharia do exército australiano, aos 18 anos, e comandara uma tropa da cavalaria que transportava armamentos e munições para a linha de batalha no Front Ocidental entre 1916 e 1918. Com uma expressão de dor na face, Bill contou-me a seguinte história:

Uma de minhas lembranças mais dolorosas... e que raramente menciono ... quando empreendemos o grande avanço no dia 4 de agosto [1918]... estávamos transportando munições. Tivemos de pegar um atalho, e havia espaço apenas para a carroça e os soldados. O local estava coalhado de corpos de alemães mortos. Não havia possibilidade de desviar, era preciso seguir em frente, passando por cima dos cadáveres. Isso sempre foi muito ... algo que... oh, é difícil explicar. Relembrar essa passagem é muito doloroso, tínhamos de ... tínhamos de empurrar a carroça e fazer os cavalos marcharem sobre aqueles corpos. Foi uma sensação horrível! (1/12-3)

Ver e ouvir “as rodas das carroças esmagando aqueles corpos” foi uma experiência traumática, pois Bill foi obrigado a quebrar arraigados tabus sobre a inviolabilidade do corpo. Fez também com que ele imaginasse que eram “nossos companheiros” (talvez até ele mesmo) que estavam sob as rodas e mostrou que todos os soldados eram apenas corpos que podiam ser mutilados (2/15).

Mais tarde, no decorrer da entrevista, Bill comentou que essas histórias eram “tabus” nas reuniões de sua unidade após a guerra, quando os casos que lembravam os bons tempos e o companheirismo eram mais apreciados e se transformaram no modo favorito de Bill narrar suas experiências do tempo da guerra. Mas as histórias dolorosas não foram esquecidas. Em uma passagem reflexiva durante nossa segunda entrevista, Bill descreveu de forma comovente o modo como ele encontrara para administrar os traumas e as dores provocadas por suas recordações:

Às vezes, quando você pára e [...] começa a pensar, todas aquelas recordações vêm à mente. E então você gostaria de ter alguém com quem conversar, para tentar esquecer todas aquelas coisas. Muitas vezes fico acordado à noite [...], lembrando aqueles tempos. É engraçado... você não consegue nunca se livrar dessas lembranças — estão sempre presentes. Mas, com o passar do tempo, tornam-se mais amenas e não são mais tão terríveis como nos primeiros anos. Como tudo na vida, você acaba se acostumando com elas. Porém, você sempre se lembra — como eu disse antes — das coisas e incidentes engraçados. E então, ocasionalmente, entre eles surgem algumas daquelas recordações dolorosas. É hora de voltar à realidade [...]; e como eu costumava dizer, uma das melhores coisas para trazer você de volta à realidade é a música. (2/21-2 e 32)

Esta passagem revela que o passado pode ser um terreno perigoso e que as reminiscências angustiantes podem surgir espontânea e inesperadamente. Mas as lembranças de Bill não se tornaram mais amenas (como ele disse, “agora são apenas lembranças e eu me acostumei com elas”) simplesmente porque “o tempo é o melhor remédio”. Pelo contrário, “acostumar-se com as lembranças” para que elas se tornem menos angustiantes era um dinâmico processo social — principalmente nas reuniões de veteranos — através do qual certas lembranças eram enfatizadas, enquanto outras eram minimizadas, ou ignoradas, ou trabalhadas de modo relativamente satisfatório. A própria entrevista fazia parte desse processo constante. Embora ainda fosse atormentado por muitas de suas lembranças da guerra — e essas lembranças não faziam parte das histórias que ele contava para os familiares e amigos —, Langham reagiu às minhas perguntas de forma positiva e parecia valer-se da relação estabelecida pela entrevista para expressar e lidar com suas lembranças dolorosas e até mesmo para dar um novo sentido às velhas histórias. As reminiscências de Langham levaram-me a compreender que a experiência nunca termina, é constantemente lembrada e retrabalhada.

A história de guerra de Fred Farrall é um ótimo exemplo do processo através do qual as pessoas retrabalham suas lembranças durante toda a vida. Essa história representou um desafio quando tentei examinar minuciosamente as várias camadas da memória, e mais tarde escrevi um trabalho que denominei “biografia das reminiscências”, que rastreava e recompunha a complexa história das lembranças de guerra de Fred Farrall.

Fred Farrall ingressou na infantaria do exército australiano como recruta-mirim e passou por momentos terríveis no Front Ocidental. Todos os amigos que haviam se alistado na mesma época foram mortos logo nos primeiros meses; Fred sofreu vários ferimentos e ficou com neurose de guerra, provocada pelo impacto físico e psicológico dos intensos bombardeios da artilharia. Parte do problema de Fred durante a guerra era que ele não conseguia ou não era estimulado a expressar e administrar seus sentimentos de ansiedade, vulnerabilidade e desajuste. Embora seus medos fossem os mesmos de muitos outros soldados, a sensação de desajuste era tão forte que Fred não conseguia expressá-la. Sua auto-imagem negativa era também reforçada por comparações com outros soldados que aparentemente não se sentiam afetados pelo fogo cerrado da artilharia: “Eu não era como eles”. Os australianos eram famosos por sua coragem, e esse código de comportamento masculino fez com que Fred reprimitesse seus sentimentos e medos. Enquanto Bill Langham e Percy Bird conversavam com outros soldados para transformar as experiências de guerra vividas em conjunto em histórias com as quais

pu­dessem se sentir relativamente protegidos, Fred Farrall permanecia em silêncio porque suas experiências eram extremamente traumáticas e porque sua auto-imagem masculina era muito negativa.

Quando Fred Farrall voltou para a Austrália, em 1919, estava física e emocionalmente arrasado. Ficou desempregado durante vários anos e, em 1926, os efeitos emocionais do pós-guerra e as dificuldades que envolveram sua repatriação resultaram em um colapso nervoso: “Você fica de um jeito que simplesmente não tem vontade de fazer nada. Parece que não lhe restou nenhuma energia, você não tem vontade nem sequer de se mexer” (1/46). Nos primeiros anos do período pós-guerra, a identidade de Fred como soldado e veterano era confusa e traumática e caracterizava-se por um forte contraste entre suas perturbadoras reminiscências pessoais e o silêncio e marginalização pelas pessoas em geral. No primeiro caso, a guerra era uma presença emocional persistente e debilitante. A sensação de vulnerabilidade e terror causada pelos incessantes bombardeios nas trincheiras era revivida em terríveis pesadelos:

Ah, sim! Meus sonhos sempre envolviam bombardeios, ora eu estava dentro de uma trincheira, ora deitado no buraco deixado por uma granada, ou estava sendo atingido por granadas. E me sentia terrivelmente assustado, tremendo de medo [...] você não sabe se a próxima granada irá reduzi-lo a pedaços ou deixá-lo tão mutilado que seria melhor ter morrido. [...] Se você tivesse passado por essa experiência, também se sentiria apavorado. Teria ficado apavorado e provavelmente teria sido despertado por essa experiência revivida. (2/28)

A natureza e o poder desses sonhos demonstram como as lembranças e sensações experimentadas durante a guerra e não resolvidas contribuíram para abalar o sistema nervoso de Fred e mais tarde provocar um colapso. Ele explica como e por que seu estado piorou na década de 20:

Na época não percebi, mas já faz muito tempo que sei. Eu sofria de neurose, e essa doença não era reconhecida naquela época, e portanto não era tratada. Você simplesmente passa a conviver com ela. E a neurose evoluiu para um complexo de inferioridade extremamente forte. [...] Fiquei tão mal que às vezes queria falar e não conseguia; minha voz tremia, eu gaguejava, sentia um nó na garganta; isso durou muitos e muitos anos. (1/27)

Embora durante muitos anos Fred não tivesse conseguido desatar esses nós emocionais, desenvolveu outras maneiras de lidar com suas lembranças de guerra. Escolheu como data para se casar o aniversário do dia em que fora ferido em combate; em homenagem a seus dois melhores companheiros do batalhão, deu à sua casa o nome

dos locais onde eles estavam sepultados; e lembrava com detalhes os locais e datas da morte de seus amigos. Essas formas peculiares de celebração, que transformaram uma experiência grotesca em registros e rituais com os quais era possível conviver relativamente bem, eram o modo como Fred encontrara para lidar com o passado. Ele explicou que cada pessoa tinha um modo de administrar o passado, e que o seu era aquele — recordar datas: “Coisas desse tipo ficam gravadas em minha mente para sempre” (2/28).

Entretanto, nos anos pós-guerra, as reminiscências de Fred nunca chegaram a obter afirmação pública, o que poderia tê-lo ajudado a desenvolver uma identidade mais positiva como ex-combatente e talvez a resolver as causas de seus problemas psicológicos. Embora os companheiros de guerra representassem uma fonte de apoio e amizade no período pós-guerra, entre os amigos de Fred o tema “guerra” era tabu: “Falávamos sobre corridas de cavalos e sobre os mais variados assuntos, mas não me lembro de nenhuma ocasião em que tenhamos conversado sobre aquela guerra sangrenta” (2/26a).

A atitude de Fred era característica de veteranos com experiências de guerra e repatriação particularmente negativas. Eram homens que queriam esquecer os tempos de guerra, pois recordar trazia facilmente à tona lembranças e sentimentos dolorosos. Achavam também que tinham sido maltratados ao voltar a seu país, e a desilusão do pós-guerra fez com que eles se tomassem ainda mais negativistas. Talvez mais importante ainda, e como consequência desses fatores, eram homens que não podiam ou não queriam participar das várias formas de afirmação pública que estavam disponíveis para os *Anzacs* nos anos 20 e que eram particularmente necessárias para veteranos como Percy Bird e Bill Langham. Fred recusava-se a usar suas medalhas de guerra porque para ele nada representavam (citava uma conhecida história sobre ex-combatentes que, com desprezo, atiraram suas medalhas ao mar). Fred jogou dentro de uma empoeirada gaveta seu certificado de dispensa caprichosamente impresso em alto-relevo e recusava-se a participar das reuniões do batalhão e dos desfiles do Dia dos *Anzacs*.

Por fim, Fred arrumou emprego em uma fábrica e se tornou um sindicalista e comunista militante. Dentro do movimento trabalhista conseguiu desenvolver uma análise crítica da guerra e compor suas próprias experiências de guerra em uma história segundo a qual ele era vítima da rivalidade imperialista. Contudo, embora às vezes apelasse para essa história em sua vida pública, ela não o ajudava a apagar as memórias de terror, culpa e desajuste e não proporcionava uma afirmação positiva de seus tempos de guerra. No auge do sucesso como líder trabalhista, Fred ainda se sentia profundamente perturbado pelo fato de ter sentido tanto medo durante a guerra e não costumava falar sobre essa parte de sua vida nem mesmo com os colegas socialistas. As confir-

mações públicas mais positivas da coragem dos *Anzacs* estavam disponíveis nos procedimentos e rituais das comemorações oficiais, mas essas eram zonas proibidas para políticos radicais como Fred, que desprezavam o militarismo e o nacionalismo que envolviam a lenda dos *Anzacs*. Não contando com o reconhecimento geral das pessoas e ainda incapaz de resolver seus traumas emocionais mais íntimos, durante muitos anos Fred não falava sobre seu passado como combatente e era atormentado por dolorosas recordações que não conseguia apagar.

Na velhice, Fred Farrall experimentou a terceira mudança importante em sua relação com a guerra e com seu próprio passado *Anzac*. Na década de 60 e no início da década de 70, começou a ler e passou a falar, fora do movimento trabalhista, sobre sua participação na guerra. Passou a participar das cerimônias em comemoração ao Dia dos *Anzacs* e das reuniões de seu velho batalhão, a exibir novamente na lapela seu distintivo de militar e pendurou na parede da sala de estar de sua casa seu certificado de dispensa que durante tantos anos ficara abandonado dentro de uma gaveta. Após anos de silêncio, ele agora sentia necessidade de falar longamente sobre a guerra a estudantes, produtores de filmes e entrevistadores de História Oral.

Em parte, essa mudança representou o interesse renovado de um idoso por sua juventude: "Acho que quando você envelhece passa a ter uma certa sensibilidade com relação ao que aconteceu em épocas passadas". Mas Fred só conseguiu experimentar sentimentos positivos com relação a seus tempos de soldado — que deixara guardados em um canto da memória durante anos — devido às mudanças na maneira como a sociedade australiana passou a relembrar a guerra. Foi particularmente influenciado pelas novas histórias inglesas e australianas sobre a Grande Guerra, que eram baseadas em relatos de soldados e tentavam transmitir os efeitos das condições enfrentadas na frente de combate. Quando fizemos nossa segunda entrevista, em 1987, Fred estava lendo um novo livro sobre a participação dos australianos na batalha de Pozieres, no Front Ocidental:

Estive lá posteriormente, e conheço toda aquela região e todos os lugares que são mencionados no livro [...] na imaginação, você volta àqueles anos [...] Parece que ... quando o autor fala sobre Albert, a cidade de Albert, ... ela ressuscita, sem dúvida ressuscita suas memórias, se você já esteve lá, se você já esteve naquele lugar. Quaisquer que sejam. E esse é o poder, esse é o poder que o livro exerce sobre mim. (2/41)

Fred leu o livro avidamente — à noite não conseguia largá-lo —, pois refletia sua própria experiência e retratava a luta nas trincheiras em termos que coincidiam com a

maneira como ele pensava sobre ela. Esses livros e filmes mostraram a Fred que seus temores e sentimentos de desajuste dos tempos de guerra não o tornavam menos viril, pois, na verdade, eram consequência normal da luta nas trincheiras. Ao descrever seus pesadelos com bombardeios, Fred concluiu: "Antes de ler o livro sobre Pozieres eu não sabia que existiam tantas pessoas como eu" (2/28).

Assim, durante as duas últimas décadas de sua vida, Fred Farrall reconciliou-se com seu passado de guerra e conseguiu também reconciliar suas próprias lembranças com as narrativas sobre os *Anzacs*. Essa recente afirmação de seu passado militar e as novas oportunidades de contar sua história de guerra para australianos mais jovens foram muito gratificantes para Fred na velhice. Como o retrato público da participação dos australianos na guerra havia mudado, Fred Farrall pôde compor um passado para os *Anzacs* com o qual conseguia conviver.

Dilemas éticos e políticos

Espero que estes três exemplos tenham servido para demonstrar que a investigação e a análise das histórias e silêncios do testemunho oral podem revelar, de forma ampla, a natureza e os significados da experiência e as maneiras como retrabalhamos nossas reminiscências sobre o passado durante toda a vida. Mais especificamente, minhas entrevistas realçaram o forte impacto causado pela guerra sobre seus participantes e mostraram como os ex-combatentes esforçavam-se por criar um passado com o qual pudessem conviver. A análise da relação entre as memórias pessoais e a memória coletiva dos australianos sobre a guerra me fez também compreender melhor a repercussão da lenda dos *Anzacs*, que ajudou alguns veteranos no processo de dar um sentido positivo a seu passado de guerra e ao mesmo tempo a silenciar certos aspectos de suas experiências — e que excluiu e silenciou outros veteranos cujas experiências não coincidiam com a lenda.

Entretanto, como historiador oral, enfrentei dilemas éticos gerados por minhas entrevistas com veteranos de guerra australianos. Mesmo com cautela e sensibilidade, e obedecendo à regra básica segundo a qual o bem-estar do entrevistado vem sempre antes dos interesses da pesquisa, as entrevistas que exploram a natureza e os processos de afloramento de lembranças confundem as fronteiras dos relacionamentos dentro da História Oral. Uma entrevista que toca em lembranças reprimidas e que às vezes se aproxima de uma relação terapêutica pode ser gratificante para o entrevistador, mas

prejudicial para o entrevistado. Perguntas que fazem lembrar desigualdade, medo ou humilhação podem trazer à tona lembranças traumáticas e dolorosas. Durante a entrevista, às vezes eu precisava interromper uma seqüência de perguntas, ou o entrevistado me pedia para fazer isso, porque estava sendo muito penoso. Ao contrário do terapeuta, eu, como historiador oral, não estava por perto para juntar os pedaços das lembranças que não eram seguras.

Por outro lado, perguntas solidárias e narrativas históricas novas podem ajudar determinados indivíduos — como Bill Langham ou Fred Farrall — a se recuperar e explorar aspectos de seu passado que até então tinham sido silenciados ou reprimidos, e facilitar a reparação do passado e a reconciliação com este. Historiadoras orais feministas, particularmente, têm salientado os dilemas pessoais e éticos gerados pela relação estabelecida na História Oral e, ao contestar abordagens tradicionais que enfatizavam a neutralidade e o distanciamento do profissional, começaram a explorar o potencial da entrevista como meio de incutir confiança.¹²

A partir de uma outra perspectiva, o trabalho de reminiscências, sob o ponto de vista social e sob o aspecto saúde, tem dado prioridade ao valor das reminiscências para o narrador, deixando em segundo plano seu valor dentro do contexto da pesquisa histórica e tem defendido o potencial de reparação das reminiscências bem-orientadas.¹³ Contudo, na prática da entrevista de pesquisa da História Oral — em que as pautas do pesquisador e do narrador são às vezes muito diferentes —, há geralmente uma tênue linha entre a tentativa de incutir confiança e a exploração.

O trabalho de História Oral que explora e questiona os processos de afloramento de lembranças envolve um segundo dilema ético, que tem uma dimensão política. É relativamente fácil colaborar na produção de uma história que confere afirmação pública a pessoas cuja vida e memórias até então haviam sido marginalizadas e que tenta eliminar sua opressão. Conforme os historiadores orais vêm demonstrando desde a década de 70 e conforme demonstrado também em muitos de nossos trabalhos, o testemunho

12 Para questões éticas, ver Gluck, S. B. e Patai, D. (eds.). *Women's words: the feminist practice of Oral History*. Nova York, Routledge, 1991; Stuart, M. And how was it for you, Mary? Self, identity and meaning for Oral Historians. *Oral History* 21, 2, outono de 1993, pp. 80-3; Frisch, M. *A shared authority: essays on the craft and meaning of Oral and Public History*. Albany, Universidade Estadual de Nova York, 1990; Elinor, G. Stolen or given: an issue in oral history. *Oral History*, vol. 20, n.º 1, primavera de 1992, pp.78-80.

13 Ver Bornat, J. (ed.). *Reminiscence reviewed: perspectives, evaluations, achievements*. Buckingham, Open University Press, 1994.

oral gera novas histórias, e a criação de novas histórias, por sua vez, pode, literalmente, contribuir para o processo de dar voz a experiências vividas por indivíduos e grupos que foram excluídos das narrativas históricas anteriores, ou foram marginalizados. Mas em meu livro *Anzac memories* usei o testemunho oral para analisar e questionar uma lenda que, para a maioria dos homens que entrevistei, proporcionava um refúgio seguro, e, portanto, eles talvez não concordassem com todas as minhas conclusões, ou talvez não quisessem ver suas histórias contestadas. Mostrei a alguns de meus entrevistados trechos de meus escritos baseados nas entrevistas e lhes pedi que fizessem comentários e sugerissem correções. Mas antes que isso se tornasse possível, muitos dos velhos soldados já haviam morrido ou não estavam suficientemente bem de saúde para manter o interesse pelo projeto. Se meu projeto envolvesse entrevistados mais jovens, por exemplo veteranos da guerra do Vietnã, imagino que alguns deles teriam contestado minha abordagem e meus achados.

Os profissionais de História Oral talvez achem que não têm o direito de usar as reminiscências das pessoas para criar histórias polêmicas ou que envolvem aspectos delicados para os narradores, e que isso significa uma violação da confiança. Por outro lado, talvez achem que têm um outro dever — para com a sociedade e a história —, a responsabilidade de contestar os mitos históricos que dão poder a algumas pessoas às custas de outras. Talvez todos os pesquisadores enfrentem esse dilema, mas para nós, profissionais de História Oral, ele é particularmente mais delicado porque estabelecemos um relacionamento pessoal com nossas fontes.

O historiador oral norte-americano Michael Frisch sugeriu uma saída para esse dilema, defendendo a aplicação do conceito de “autoridade compartilhada” à História Oral e aos “projetos que assumem seriamente a tarefa de envolver pessoas no processo de analisar o que significa recordar, e o que fazer com as memórias para torná-las vívidas e produtivas, e não meros objetos para acervo e classificação”¹⁴. Os projetos de História Oral para os quais o pesquisador conduz uma série de entrevistas visando atingir os objetivos de sua pesquisa talvez nunca cheguem a satisfazer essa aspiração. Nem tampouco as abordagens baseadas na coletividade ou na comunidade, que tentam envolver os narradores em ambas as fases de um projeto de História Oral — a entrevista e a construção da história —, conseguem resolver facilmente esse dilema. Os partici-

14 Frisch, M. *A shared authority: essays on the craft and meaning of Oral and Public History*. Albany, Universidade Estadual de Nova York, 1990, p. 189.

pantes talvez não se sintam dispostos a examinar sua própria vida e suas memórias, ou capazes de fazer isso.

Na verdade, um projeto coletivo que explora a relação entre a memória coletiva e as reminiscências pessoais e que contesta as histórias de vida de determinados indivíduos quase sempre provoca embaraços e sofrimento. No entanto, em sua manifestação mais positiva, a análise coletiva de histórias de vida dentro de projetos participativos pode ajudar as pessoas a reconhecer e dar valor a experiências silenciadas, ou a se reconciliar com os aspectos difíceis de seu passado. Para alguns, esse processo é extremamente desafiador, mas pode também insuflar-lhes confiança à medida que se recuperam e confirmam experiências antes silenciadas e fazer com que suas histórias sejam compartilhadas e ouvidas. A História Oral seria muito monótona se não se envolvesse em debates sobre memória, tanto em nível individual como coletivo.

Teoria e prática

Essas abordagens da História Oral com base na coletividade ou na comunidade enfocam outro ponto de tensão entre a teoria e a prática. A maioria das recentes discussões teóricas sobre memória e subjetividade tem ocorrido em círculos acadêmicos, geralmente em âmbito internacional. Alguns historiadores orais têm participado desses debates, embora nos últimos anos tenha havido um extraordinário crescimento do interesse pela pesquisa sobre histórias de vida em uma vasta gama de disciplinas e contextos acadêmicos. As abordagens interdisciplinares contestam e enriquecem a profissão de historiador oral. Mas nem sempre esses debates teóricos estão ligados à prática comunitária de conceder maior independência à pesquisa coletiva; na verdade, de um modo geral são conduzidos em uma linguagem, forma e contexto que muitas vezes são extremamente alienantes e restritivos.

Em resumo, um dos aspectos críticos do movimento de História Oral — mais especificamente do movimento britânico — é a tensão entre os desenvolvimentos teóricos que se propõem a problematizar a memória e a identidade e o comprometimento com a prática democrática e com a independência. Eu não diria que a sofisticação teórica não poderia tornar-se acessível e útil na prática; nem que a prática da História Oral comunitária é, necessariamente, não-reflexiva ou não-teórica. Mas em minha opinião, o desafio fundamental hoje enfrentado pelos historiadores orais é descobrir maneiras de facilitar a ligação entre a teoria e a prática, para que os debates sobre história

e memória, sobre as relações estabelecidas pela História Oral e sobre os dilemas políticos e éticos relacionados com nosso trabalho tragam não só novas formas de compreensão, como também experiência prática.

Os recentes trabalhos sobre História Oral de Alessandro Portelli, Michael Frisch, Sherna Berger Gluck e Daphne Patai indicam maneiras de estabelecer essas ligações. Na Inglaterra, a publicação *Oral History*, da qual sou co-editor, tenta, de forma bastante consciente, adotar essa abordagem e representar esse papel. Mas nem sempre isso é fácil. Há tentações e pressões para que ela se torne uma publicação puramente acadêmica, ou uma revista ou boletim informativo para os profissionais da comunidade que não trabalham em universidades. Um tema frequentemente abordado nos editoriais diz respeito à necessidade de incentivar contribuições cuja linguagem e abordagem enfoquem os dois mundos, que procurem colocar em prática a teoria, e que levem à reflexão sobre as questões geradas pela prática. Os títulos de recentes trabalhos — *Popular memory* (Memória popular), *Making histories* (Criando histórias), *Remembering* (Reminiscências), *Working with memories* (Trabalhando com memórias) — têm essa preocupação.

Na Universidade de Sussex, onde dou aulas no Centro de Educação de Adultos, estamos tentando também estabelecer essa ligação entre a teoria e a prática, através de nosso *Certificate in Life History Work* (Certificado de Trabalho sobre Histórias de Vida). Sendo um curso noturno para adultos, é direcionado a profissionais ligados ao estudo de histórias de vida que atuam em diversas áreas de História Oral da comunidade, trabalhando com reminiscências, histórias de famílias e pesquisa acadêmica, usando testemunhos orais e documentos sobre histórias de vida. Ao mesmo tempo em que os estudantes são incentivados a explorar o rico veio de escritos teóricos interdisciplinares sobre histórias de vida e trabalhos sobre histórias de vida, são também incentivados a refletir mais cuidadosamente sobre sua própria prática e a experimentar, através de leituras e discussões, abordagens alternativas para o trabalho com as histórias de vida.

O curso está agora em seu terceiro ano e, pelo que sabemos, existem poucos cursos na Inglaterra que estabelecem ligações como essas, exceto talvez os cursos sobre museus e patrimônio. Em contrapartida, tanto na Austrália como nos Estados Unidos (talvez também no Brasil?) existem cursos tradicionais de “história pública” em nível superior que estabelecem uma ligação entre a teoria histórica e a prática. Os historiadores orais poderiam aprender muito com a experiência de seus colegas estrangeiros. Fiquei extremamente satisfeito por ter tido a oportunidade de participar desta conferência, de contribuir com questões tiradas de meu próprio trabalho de História Oral, e de aprender com as experiências e perspectivas de meus colegas brasileiros. Obrigado.

DEBATE

ALISTAIR THOMSON

P: Vou aproveitar a tradução simultânea e falar em português que é mais fácil para mim e para você. Estou trabalhando em um projeto na Universidade de São Paulo. Está relacionado à história da mulher, especificamente... mulheres judias que imigraram para São Paulo por causa do Holocausto. Quando você falou a respeito do Bill, você falou algo, mas não entrou em muitos detalhes, e isso está relacionado com a ética, e é um problema sobre o qual eu gostaria que você falasse um pouco mais a respeito de quando vocês se tornaram amigos íntimos... Realmente gostei muito de entrevistar muitas das mulheres, gostei delas e não tenho nenhum motivo para não ser amiga delas, exceto tempo, mas percebo que querem ser minhas amigas, realmente querem ser minhas amigas, e a entrevista se torna muito pessoal e muito íntima, e eu quase me sinto perturbada ética e moralmente; algumas vezes eu não posso ser amiga delas no final, e então não quero sentir que as estou usando, e me pergunto, você parece ter tido o mesmo tipo de problema, então gostaria que me falasse acerca disso um pouco mais.

AT: Sim, é um problema quando você faz 25 entrevistas ou quantas sejam, você não pode ser amigo de todas essas pessoas. Tentei ser claro, dizer que tinha um determinado papel e relacionamento com elas, que era um relacionamento de História Oral e não um relacionamento de amizade. Contudo, em alguns casos, os relacionamentos mudam e desenvolvem-se com o tempo e, como em qualquer relacionamento, existem pessoas das quais você se torna muito amiga e fica íntimo. Provavelmente Bill foi, Bill e também Fred Farrel foram duas pessoas assim, e mantivemos contato por cartas quando fui morar na Inglaterra. Quando meu livro finalmente saiu em 1994, Bill foi o único dos homens que eu entrevistei que ainda estava vivo e me senti mal com isso... mas pude levar a ele uma cópia do livro, lemos alguns trechos, e posso falar a esse respeito porque foi muito interessante; ele começou a se lembrar de novas coisas que não havia me contado antes. Sim, creio que um relacionamento de História Oral não é um relacionamento de amizade,

mas, por vezes, o relacionamento muda e se desenvolve; você tem de monitorar e estar ciente disso, em você e em termos do que está acontecendo, particularmente com pessoas que podem ser frágeis, solitárias, ou isoladas; que se tomam dependentes.

P: Sim.

AT: Sim, mas creio que é verdadeiro em qualquer relacionamento de História Oral. Por um lado, não creio que você deva interromper uma amizade que está se aprofundando porque você está fazendo algo em História Oral, por outro, acho que você deve deixar claro quais são os limites e fronteiras do relacionamento. E, se possível — e essa é uma das vantagens de trabalhar em um projeto em grupo ou em base em uma comunidade — é que você pode então trazer outras pessoas e outros recursos para proporcionar o apoio que essa pessoa quer. Seja um grupo de reminiscências formado por idosos, ou um serviço de aconselhamento, ou o que for. Se você faz isso de maneira coletiva, não está trabalhando sozinho.

P: Eu gostaria que você falasse mais sobre as fronteiras entre a História Oral e o trabalho terapêutico. Você disse que quando a experiência é extremamente dolorosa para o entrevistado você pára. Então queria saber como é feito isso, e o que fica, como você lida com esse tipo de situação durante a entrevista ou num encontro posterior. Você concorda com que não nos basta desejar o bem estar dos nossos entrevistados e que, na prática, a gente se depara, no seu caso, por exemplo, com o seu projeto, você estava lidando com memórias, com lembranças muito dolorosas, como acho que acontece com as pessoas que trabalham com o Holocausto, ou outras experiências traumáticas; então você concorda com que nós não temos os instrumentos da psicanálise e que às vezes a gente acaba agindo um pouco por intuição ou sensibilidade; e que, às vezes, você não acha que a gente está correndo um grande risco de desencadear um processo emocional incontrolável, sem termos esses instrumentos da psicanálise?

AT: Sim, creio que, de certa forma, estamos sempre correndo um risco e não apenas quando trabalhamos com vítimas do Holocausto ou veteranos de guerra. Todos têm lembranças traumáticas de algum tipo; creio, então, que em uma entrevista sobre o mais inocente dos assuntos, algo que nem você, nem a pessoa entrevistada es-

peravam pode vir à baila. Então, é arriscado. Isso pode acontecer. Sim, nós não somos, bem, eu não sou psicanalista, e não tenho o tipo de treinamento a que um psicanalista recorreria em uma relação terapêutica. Quando eu disse que as fronteiras ficam indefinidas, creio que elas ficam indefinidas de forma que às vezes são terapêuticas, mas não estou dizendo que é um relacionamento de terapia. E sempre achei que é muito importante deixar claro que você é um historiador oral e não um terapeuta, que você não vai estar lá como um analista para ajudar a recolher os pedaços. Mas aí você se pergunta, “o que fazer quando os pedaços se partem durante a entrevista?”. Acho que, até certo ponto, faço o que você sugeriu, que é instintivo e humano. Como você lida com alguém cujas partes da memória começam a se desprender. Pergunta-lhe, “Você está bem?”, “Você gostaria de parar?”, “Vamos falar sobre outra coisa?”, ou “Você gostaria de continuar falando sobre isto?”. E dá a ele um intervalo. Ou “Você gostaria que eu parasse agora?”, “Gostaria que eu voltasse outro dia?”, “Você gostaria de ter seu filho ou filha conosco?”. Você pensa acerca da pessoa, do ponto em que você está, do relacionamento e da melhor forma de dar a essa pessoa algum tipo de controle sobre o que ela então vai fazer com essas recordações. Agora, em alguns casos — e Percy Bird foi um deles — as pessoas param e não querem continuar falando. Em meus exemplos, quando a maioria teve uma oportunidade de falar a respeito de lembranças difíceis, que possivelmente não haviam tido a chance de expor anteriormente, por qualquer motivo, a maioria aproveita essa oportunidade. Talvez não na primeira vez, talvez não no primeiro encontro com você, mas com o passar do tempo, à medida que você começa a conhecê-las melhor e que retorna várias vezes, pela minha experiência, as pessoas aproveitam essa oportunidade para falar e para começar a expressar suas lembranças e, geralmente, nem sempre, mas geralmente, a oportunidade de falar e verbalizar é terapêutica, podendo restituir um sentimento de potência. Existem casos, eu creio, em que você deveria parar e dizer, “não consigo lidar com isso”, “sabe, não tenho condições de lidar com isso”. Talvez porque esteja mexendo com você, talvez as recordações estejam lhe tocando, e você não consegue lidar com elas. Uma outra coisa que eu diria a esse respeito é que é muito importante não trabalhar só, mas ter colegas, supervisores, um grupo, que você pode procurar com esse tipo de problema emocional que tocou você, alguém quase como um supervisor, alguém para apoiá-lo.

P: Por vezes você necessita de um psicólogo, como entrevistador você se sente muito esgotado?

AT: Bem, talvez não um psicólogo, talvez um amigo, alguém com quem conversar. Acho que o que isso enfatiza é que as entrevistas de História Oral são também sempre autobiográficas. Sempre tocam suas próprias experiências e identidades, e você precisa ter consciência disso, ao mesmo tempo em que percebe o que está acontecendo com a pessoa que está entrevistando.

P: Eu queria fazer duas perguntas. A primeira é entender um pouco mais como é que você trabalhou a questão da composição da memória. A segunda é quando não houver mais questões a respeito de sua palestra, eu gostaria que você falasse um pouco para nós de sua experiência atual com a História Oral em trabalhos com a comunidade.

Você nos contou na primeira parte de sua exposição acerca da idéia de ter uma composição de memória. Gostaria de ver isso mais explorado, e como você vê isso nos exemplos que nos deu?

AT: Quando eu escrevi, concentrei-me nestes três homens e suas lembranças no livro; e escrevi o que passei a chamar, como mencionei antes, memórias biográficas, e para mim uma memória biográfica não era só um relato do que esses homens me contaram durante a entrevista; não era só um relato do que aconteceu com eles quando soldados. A memória biográfica era uma história e uma exploração dos meios pelos quais suas experiências iniciais haviam sido expressas na época, e então trabalhadas na memória com o passar do tempo, mudando com o passar do tempo. E essas mudanças, relacionadas às mudanças das histórias públicas sobre a guerra, então com Fred Farrel em sua velhice, revelaram que existia uma nova história pública que de fato se ligava à sua experiência pessoal, então o modo pelo qual ele conseguiu lembrar e relatar sua guerra mudou. Ele foi capaz de dizer coisas que não conseguia dizer antes. As narrativas públicas expostas sob novos ângulos tornaram possível lembrar as mesmas histórias de novas maneiras, e nas memórias biográficas tentei explorar, suponho, as mudanças nos processos psicológicos. As mudanças que ocorrem na vida de uma pessoa e em sua identidade, com o passar do tempo, e como isso possibilitou a lembrança de coisas novas. Assim, por exemplo, a experiência da velhice é frequentemente um tipo específico de experiência em

relação à lembrança. Psicólogos falam a respeito de retrospecto da vida. Um novo processo de recordar que, às vezes, acontece com pessoas idosas. E talvez uma das razões pelas quais Fred Farrel começou a retirar suas lembranças da gaveta e a colocá-las na parede tenha sido o fato de que, como um homem mais velho, ele sentiu que estava na hora. Queria trabalhar isso. Então, imagino, a idéia de composição ligada a uma abordagem analítica, que chamei de memória biográfica e que tentou explorar as formas pelas quais as pessoas compuseram suas recordações e então as trabalharam novamente com o passar do tempo. É engraçada, para mim, a frase que me veio à mente, quando o livro saiu. No dia seguinte, em que fui visitar Bill Langham — e já mencionei isso — levei-lhe o livro; ele estava quase cego e li trechos de seu depoimento e o que eu havia escrito, e, no final de cada sentença, ele a pegaria e a levaria a um lugar diverso e se lembraria de novas coisas, e suas histórias pareciam adquirir novo sentido e, de alguma forma, quando acordei na manhã seguinte, esta frase me veio a cabeça: “a experiência nunca termina”, e percebi que para Bill Langham — e provavelmente para todos nós — as experiências que tivemos nunca terminam, porque as estamos refazendo constantemente, dando-lhes um novo sentido, re-lembrando; é bom colocar um hífen entre o re e lembrando, re-lembrando nossas experiências passadas. Isso ajuda? Sim? Não me esqueci da sua outra pergunta, mas retornarei a ela.

P: Alistair, eu gostaria de saber se você pessoalmente acredita numa escolha do objeto de investigação, em geral por parte dos historiadores, cientistas sociais, que seja movida por um certo asceticismo, quer dizer, qual a validade de uma pesquisa que não seja motivada por uma relação de paixão com o seu tema, com o seu objeto?

AT: Pesquisa em História Oral é uma experiência que exige tanto tempo e é tão difícil e por vezes dolorosa que, creio eu, você tem que ter razões muito fortes para pesquisar — e paixão é provavelmente uma boa colocação para isso. Seja isso um compromisso político para assumir, usar a História Oral para descobrir, para contar histórias que não foram ouvidas, ou pode ser, e descobri que, para mim, parte da razão pela qual trabalhei nesse projeto foi um compromisso político... de questionar e desafiar a lenda de *Anzac* e descobrir as histórias dos soldados das classes trabalhadoras; mas o que percebi no processo foi que havia também impulsos muito fortes, inconscientes, inicialmente autobiográficos, que haviam me levado a esse assunto; e percebi isso quando um amigo meu, que por acaso era analista, e eu

não estava fazendo análise, me perguntou: “Por que você gosta de conversar com esses homens velhos?”, “Por que você faz isso?”, e então ele mesmo disse (eu nunca havia pensado nisso): “Talvez seja porque você esteja tentando recuperar seu avô esquecido”, e provavelmente estava certo. Minha avó paterna morreu quando meu pai tinha 7 anos, e meu pai idolatrava sua memória; ela tinha sido uma australiana muito inglesa. Ela falava bem, tinha boas maneiras e, mais tarde em sua vida, ele passou a achar que isso era muito importante. Por outro lado, seu pai, que sobreviveu, se tornou alcoólatra, sua fazenda foi à falência; eles a perderam na década de 30, e ele foi muito insensível em relação a meu pai. Então, quando cresci, meu pai nunca falava sobre seu pai, que havia sido soldado na Primeira Guerra Mundial. Creio que em um nível inconsciente eu queria saber algo, estava tentando encontrar esse avô que jamais conheci... E talvez esteja levando um pouco longe demais, porém um dos impulsos autobiográficos, bem, dois dos impulsos autobiográficos, ao fazer esse projeto, foram, primeiro, falar com esses homens idosos era quase como falar com o avô desaparecido, mas talvez o outro impulso tenha sido também criticar a lenda de *Anzac*, o que seria talvez criticar meu pai, que também foi soldado. Então, como sabem, existem impulsos autobiográficos, e acho que você precisa de paixão e comprometimento para trabalhar em algo como História Oral, que, creio, seja mais compensador, mas também mais difícil que outros tipos de pesquisa.

P: Eu não sei se eu pude perceber um movimento pendular em relação às histórias dos soldados e, num primeiro momento, pareceu-me que eles aceitaram a versão oficial dos australianos valentes, e mesmo aqueles que voltaram psicologicamente machucados procuraram esconder, ou se esconder para não contradizer essa versão. Queria que você falasse sobre o assunto.

AT: Fred Farrel pegou o certificado e colocou-o na parede depois de ler a história oficial. Esta surgiu muitos anos mais tarde e era a de que soldados australianos eram corajosos, audaciosos e assim por diante. Nos anos 60 e 70, em parte por causa da História Oral e em parte porque as pessoas estavam entrevistando soldados na Grã-Bretanha, na Austrália e em outros lugares, sabe, a história de que os soldados eram corajosos e audaciosos não funcionou por si só. Alguns eram

audaciosos, alguns eram medrosos e assim por diante. E novas histórias sociais dos anos 70 deram a Fred uma história diferente que, de fato, tinha ligação com o que havia ocorrido com ele, e então pôde contá-la novamente. E, certo dia, quando voltei durante a segunda série de entrevistas, ele veio até a porta, me agarrou e disse “estou lendo este livro”; contou que passara a noite em claro e não conseguia largá-lo, e a motivação para ler esse livro vinha do fato de tratar de aspectos de sua experiência, que, durante seu passado, não haviam sido tratados. Havia então um processo de reafirmações, reconhecimento, através das novas histórias sociais, como, por exemplo, eu querer ouvi-las. Está claro? Sim.

P: É Claro. Será que nós poderíamos extrair dessa experiência uma generalização, um método, para outros acontecimentos da história oficial?

AT: Espero que sim, pois creio que, em qualquer trabalho de História Oral que você faça sobre qualquer assunto, as histórias que as pessoas contam acerca desse aspecto de sua vida, seja vida em família, atividade política, trabalho, serão também histórias públicas. Elas podem não ser grandes lendas nacionais, mas serão histórias públicas a respeito da vida em família nos anos 30, ou acerca de como era o trabalho em uma fábrica, ou de um determinado evento político. Histórias públicas sempre existirão, e, portanto, creio que meu modelo é que, quando examinamos as entrevistas, ouvimos e lemos as entrevistas com as quais estávamos trabalhando. Uma das coisas que temos de fazer é ver quais são as relações entre o modo como esse indivíduo se lembrou de suas experiências e os tipos de história pública dessas experiências; e pública para mim não se restringe apenas às histórias da televisão, dos livros e assim por diante. “Pública” pode ser um conceito muito menos abrangente, o público pode ser uma família, pode ser o público do local de trabalho, ou de um clube. Então, dentro da família, existem algumas histórias que se tornam mais convincentes e aceitas. Se você olhar álbuns de família, eles lhe contam uma história muito particular e específica sobre a história daquela família. Então quando uma pessoa olha esse álbum, tem de fazer a ligação entre o sentido do seu passado e a forma como é representado e, nesse processo, talvez aspectos de suas experiências pessoais sejam deixados de lado ou venham à tona, e ela tem que os enfrentar. Acho que estou dizendo que, em nossas lembranças, em quaisquer lembranças, sempre existirá algum tipo de luta ou tensão entre nossas experiências pessoais e essas lembranças, e as histórias coletivas ou públicas dessa experiência

ou evento. Meus exemplos a respeito de soldados australianos estão muito distantes, e tudo aconteceu há muito tempo, mas espero também que o modelo geral seja útil em qualquer projeto de entrevista. Pois não?

P: Um dos aspectos que você tratou na sua conferência foi acerca da memória e da identidade, e talvez pela rapidez com que foram faladas na primeira parte, essas questões não ficaram muito claras. Eu gostaria que você voltasse a elas um pouco, por favor.

AT: Bem, creio que o que me ocorre neste instante é que existe uma relação dialética entre nossas lembranças e nossa identidade. Construímos nossa identidade em relação a histórias de outras pessoas a nosso respeito e nossas próprias histórias a nosso respeito, histórias a respeito do nosso passado e nosso presente e acerca daquilo que queremos nos tornar. Assim, se nossa identidade é nossa percepção de quem somos agora, quem fomos e quem queremos nos tornar, não é apenas uma história, pode ter várias correntes, pode ser fragmentada. A memória é obviamente uma parte crucial disso, pois uma parte muito importante é, “de onde vim”, “como me tornei quem sou agora”. Então as maneiras pelas quais contamos nossas histórias do passado são uma das formas cruciais pelas quais construímos nossa percepção de quem somos agora. Muito bem. Não sei o que deveria acrescentar. Isso ajuda? Vocês gostariam que eu me estendesse sobre algum assunto em particular um pouco mais? E imagino que o outro ponto importante que eu estava tentando passar é que frequentemente vai existir uma tensão entre nossa idéia, aquilo que queremos ser agora e, talvez, aquilo que aconteceu no passado. Então uma das lutas da nossa lembrança é a tensão entre experiência passada e identidade atual. Uma das coisas que fazemos é tentar trabalhar novamente nossa experiência anterior, então se encaixa com quem nós pensamos e queremos... quem nós pensamos ser agora e aquilo que queremos ser agora. Portanto, de certa forma, existem duas tensões ou lutas que desejo salientar. Uma é essa luta em um nível mais pessoal ou psicológico entre nossa identidade e nossas lembranças e a tentativa de alinhá-las e outra é a luta entre nossas próprias experiências e lembranças e as histórias públicas. E creio que, quando analisamos as histórias em nossas entrevistas, essas seriam as duas tensões que eu gostaria de explorar no depoimento oral. A luta entre minha história e as histórias públicas da minha vida, e a luta entre

como quero me representar como uma pessoa agora e de onde vim e a luta para mudar a percepção do meu *self* (eu) através das lembranças. Certo?

P: Alistair, teu trabalho sobre os veteranos de guerra é muito recente, bom, mais ou menos recente, e um dos objetivos do trabalho é o retorno que depois advém dele. O seu trabalho desmistificou uma lenda coletiva de um fato heróico australiano. Você já tem algum retorno de como foi a repercussão pública sobre essa desmistificação? Você teve curiosidade de saber acerca disso, como é que repercutiu na Austrália?

AT: É uma boa pergunta. Uma das coisas que acontece quando alguém se propõe a desmistificar uma lenda é que aborrece muitas pessoas. Quando comecei a escrever a respeito da lenda de *Anzac*, a escrever críticas, a dizer que soldados australianos às vezes tinham medo e às vezes fugiam do front, essas coisas praticamente nunca tinham sido ditas. Há dois anos, escrevi um pequeno artigo em um periódico inglês desconhecido e o editor fez um *press release* a respeito de fugas de soldados australianos, com base em histórias que me haviam sido contadas, não para dizer que todos os australianos eram covardes, mas sim que, como todos os soldados, alguns homens ficam e outros fogem. Sabe, é complicado como você reage na guerra, mas o editor desse periódico fez um *press release* que foi lido na Austrália. Por acaso, eu estava lá quando isso aconteceu, estava na praia, e meu tio veio com um jornal cuja manchete da primeira página era “Historiador britânico ataca soldado australiano”. Eles partiram do princípio de que eu tinha de ser britânico, pois obviamente um verdadeiro australiano não criticaria australianos. Então, nesse nível, a história gerou muita raiva e preocupação, e meu pai, que havia sido ele próprio um soldado, ficou muito perturbado com esse trabalho e me pediu para mudá-lo, sabe, sugeriu que eu mudasse coisas na redação e assim por diante. Em nível pessoal e público é difícil. O que foi realmente interessante é que, quando meu livro foi publicado — nele havia depoimentos de soldados australianos —, até historiadores conservadores, que discordavam da minha maneira de compreender a lenda de *Anzac*, foram muito cautelosos ao criticar o livro, pois incluía as histórias de homens encarados como heróis nacionais. Atacar o livro de História Oral era também atacar os soldados. Por isso, a crítica foi mais moderada nesse estágio, e acho que algumas pessoas começaram a ver através do livro e dos livros de outras pessoas que as experiências dos soldados australianos e soldados, em qualquer lugar, são muito mais complexas do que o tipo de lenda nacional restrita e artificial.

P: Alistair, você trabalhou um pouco uma questão de uma tensão entre memória individual e memória coletiva ou pública. Agora, pensando em trabalhos com comunidades, com grupos de trabalhadores como seringueiros ou então sobre uma cultura sertaneja, como é que você pensaria a relação entre a memória individual e a memória dessas comunidades.

AT: Um projeto em que estive envolvido recentemente, semelhante a esse, foi um de História Oral em Brighton que é a cidade na qual moro, com uma editora engajada com história comunitária, chamada Queens Park Books, para a qual eu trabalhei. Brighton é uma das capitais de gays e lésbicas da Inglaterra. É uma comunidade gay muito ativa e próspera, mas os arquivos das bibliotecas de Brighton não têm história a respeito da vida dos gays. Tínhamos um grupo de História Oral explorando histórias orais de gays e lésbicas em Brighton, neste século, e era político como todo trabalho de História Oral com qualquer grupo marginalizado e silencioso. E a respeito desse tópico sobre memória individual e coletiva, imagino que uma das coisas que estava acontecendo nesse projeto era que as pessoas olhavam para o que eram histórias públicas através do jornalismo, livros e filmes de gays e lésbicas em Brighton. Em segundo lugar, você sabe o que eram as histórias que as pessoas queriam contar a respeito de sua vida e quais eram as diferenças entre suas histórias e os tipos de artigos de jornais e assim por diante, e ainda quais eram as conexões. Como o fato de saber, por um artigo de jornal, que você era esse tipo de pessoa teria afetado sua identidade e sua maneira de lembrar o passado? E as entrevistas, eu não as fiz, foram feitas por um grupo de História Oral de gays e lésbicas. Uma das coisas que eles disseram foi que entrevistar tornou-se muito difícil e complexo, pois as pessoas muitas vezes estavam contando as histórias pela primeira vez e, freqüentemente, se viam presas à forma como outros as haviam visto, e presas entre isso e a maneira como queriam se ver e se mostrar. Realmente não posso falar acerca da experiência brasileira, mas creio que qualquer grupo marginalizado pode muito bem, dentro de sua comunidade ou grupo, elaborar suas histórias nos seus próprios termos. Entretanto, essas histórias estarão, freqüentemente ou sempre, em conflito com histórias mais persuasivas de outras pessoas que querem representá-los de formas diversas. Então, uma das lutas e questões na História Oral, em projetos comunitários, é não apenas contestar as histórias públicas mas estar ciente de que há um processo de interiorização destas histórias públicas e que as entrevistas são freqüentemente um processo para des-

fazer e encontrar as histórias de sua vida, que não estão, digamos, contaminadas por relatos que não traduzem a sua realidade. Isso faz sentido?... Ah! O projeto de História Comunitária.

P: Imagino que você possa falar mais acerca do seu trabalho agora em grupos comunitários.

AT: Continuo trabalhando com esse grupo, Queens Park Books, como voluntário e, no momento, estamos fazendo um trabalho de História Oral da comunidade pesqueira em Brighton. Trabalho na Universidade de Sussex, no Centro de Educação para Adultos. Um dos problemas que identificamos é que descobrimos que havia uma verdadeira divisão entre a teoria, os novos tipos de teoria sobre memória e subjetividade e a prática. Todos esses debates estão acontecendo nas universidades e nos meios acadêmicos, muitas vezes em nível internacional, e existe uma verdadeira divisão entre a nova sofisticação teórica por um lado, e os projetos de História Oral na prática, que freqüentemente têm uma pauta política. Então uma das coisas que fizemos nos últimos três anos foi criar um curso para as pessoas de nossa área que estão envolvidas em projetos de história comunitária, em grupos de reminiscência, em hospitais ou entidades assistenciais. Eles traziam seus projetos e falavam a respeito deles, e nós tentávamos fazer ligações entre as leituras teóricas e os projetos práticos. Creio que, para mim, um dos problemas principais no movimento de História Oral na Grã-Bretanha hoje é essa divisão entre o meio acadêmico, entre universidades e os debates acerca da memória e História Oral. O movimento de História Oral em grande parte não está nas universidades, mas nos projetos comunitários, em asilos para idosos e assim por diante. Então algo que eu e meus colegas estamos tentando fazer, e que parece muito com o que vocês estão fazendo aqui em São Paulo, pelo que conversei com seus alunos ontem, é estabelecer a ligação entre projetos que se relacionam aos objetivos e propósitos de determinadas comunidades e debates a respeito do trabalho de História Oral.

P: Alistair, esses projetos nos quais você trabalha são projetos multidisciplinares? Que tipo de pessoas trabalham nesses projetos? São só historiadores, historiadores orais? Como vocês trabalham com as diversas possibilidades de seus trabalhos?

AT: O grupo do qual participo se chama Queens Park Books. Começou há cerca de 25 anos e é uma editora da comunidade local que publica autobiografias escritas da classe trabalhadora e desenvolve projetos de História Oral. O projeto Queens Park Books sempre incluiu cerca de dois, três, quatro ou cinco acadêmicos, mas a maioria das pessoas envolvidas no projeto é local, freqüentemente pessoas mais idosas que viveram na área, ou de pessoas que manifestam interesse no tema em questão. E depende dos diferentes projetos, mas nenhuma parte do trabalho é feita pela universidade. Eu trabalhava no projeto e agora trabalho na universidade, mas continuo como voluntário no projeto. Então é um grupo de pessoas locais que estão interessadas em mudar a história de Brighton que é o tipo de história pública; é uma história muito convencional e conservadora de palácios reais e edifícios caros e reis e rainhas, e a maioria dos moradores de Brighton não é assim.

ESQUECENDO LOUISE ROUGET

O problema do individualismo, da coletividade e das lembranças não-compartilhadas na História Oral e na cultura dos Estados Unidos

Mary Marshall Clark*

Em termos de História Oral, gostaria de observar que o Departamento de Pesquisas sobre História Oral, da Universidade de Colúmbia, em Nova York, já não é o maior centro do mundo no tocante à História Oral. Talvez seja um dos mais antigos, mas tornou-se evidente para nós — graças ao movimento internacional — que a História Oral não é mais realizada apenas na América do Norte e na Europa, e é sobre isso que gostaria de falar nesta noite. Em primeiro lugar, constatei que a América Latina é um dos novos núcleos mundiais de História Oral. No ano passado, no Centro de História Oral, na cidade de Nova York, organizamos uma conferência internacional, com mais de quatrocentas pessoas, procedentes de cinquenta países. Até então, as reuniões internacionais sobre História Oral haviam sido eminentemente européias, portanto, a mudança foi drástica — desculpem, minha voz está ruim, mas é que estou apanhando um resfriado autenticamente brasileiro —, porém, aquela se revelou a primeira de uma nova espécie de conferência internacional, creio eu, em que houve verdadeira diversidade e autêntica representação. Talvez vocês gostassem de saber que nela estavam presentes mais de vinte brasileiros. Por isso, parece-me claro que este é um dos novos núcleos de História Oral no mundo.

Antes de mais nada, uma desculpa aos tradutores, que só receberam meu trabalho na última hora, devido à natureza desta conferência sobre História Oral que estamos realizando já faz quase duas semanas. Nossas idéias sofreram mudanças radicais desde que chegamos. Meus colegas, Lutz Niethammer, da Alemanha, Alistair Thomson, da

* Diretora-adjunta do Arquivo de História Oral da Universidade de Columbia.

Inglaterra e Sandro Portelli, da Itália — todos nós conversamos, discutimos e todos, sem exceção, mudamos radicalmente nossas idéias. Além disso, ao entrarmos em contato com as pessoas que, neste país, estudam História Oral e por ela se interessam, descobrimos que também reformularam seus conceitos. E isso ocorreu, ainda, em virtude da influência de Marieta, que nos repreendeu duramente por termos dado títulos tão desinteressantes aos trabalhos apresentados. Criei um título para um novo trabalho — *Forgetting Louise Rouget — The Problem of Individualism, Collectivity and Unshared Memories in the United States Oral History and Culture* (“Esquecendo Louise Rouget — O Problema do Individualismo, da Coletividade e das Lembranças Não-Compartilhadas na História Oral e na Cultura dos Estados Unidos”).

Muito bem. Vou contextualizar um pouco a polêmica iniciada em São Paulo. Cheguei atrasada, pois tenho um filho muito pequeno e várias responsabilidades domésticas e não pude assistir ao início da conferência. Sandro Portelli foi me esperar e me recebeu com um grande abraço — somos velhos amigos — e perguntou-me: “Sobre o que é seu trabalho?”, e respondi: “É sobre memória coletiva e como ninguém mais fala nesse assunto”, e ele observou: “Interessante esse tema; acabei de apresentar um trabalho sobre como ninguém mais *deve* falar em memória coletiva”. E foi essa minha primeira experiência aqui. Assim, vou discorrer um pouco a respeito de como se originou essa controvérsia e o que significa em termos de história da História Oral.

De várias formas, na América do Norte e até mesmo em regiões da Europa — é óbvio que, como norte-americana, posso falar apenas sobre os Estados Unidos — a História Oral tem sido feita, de várias maneiras, em um contexto altamente individualista e, na verdade, fragmentado. O que isso significa para a ética? Em primeiro lugar, vou explicar o que quero dizer. Nos Estados Unidos, a tendência é fazermos histórias orais para arquivos muito grandes, normalmente de universidades, aos quais o público tem acesso. Também são feitas para arquivos particulares — como no caso do projeto do *New York Times*, cujos arquivos não são abertos ao público. Nessas situações, a História Oral resume-se ao encontro de dois indivíduos, sendo o entrevistado, em geral, alguém que vamos chamar de “pessoa de elite”. Isso vem mudando, com o tempo, mas sem dúvida, no começo, constatou-se que o Departamento de História Oral da Universidade de Colúmbia documentava com precisão, em história social e política, a vida das pessoas de elite, que não haviam tido tempo de escrever um livro, ou que não haviam sido protagonistas de nenhum livro. Isso significava que a História Oral, por si só, era considerada uma espécie de substituto de um bom livro. A fita de áudio era transcrita e, muitas vezes nos primeiros anos, até mesmo na Universidade de Colúmbia, não era

preservada. Isso é inominável. Não havia fita, pois era reaproveitada diversas vezes, o que permitia aos editores modificar as transcrições, a fim de adequar a apresentação dessas personalidades de elite a seu bel-prazer.

Retomando: vou falar sobre um pouco mais de história. O que aconteceu, quando nosso arquivo foi iniciado, em 1948, foi que, finalmente, à medida que começamos a compilar mais e mais recordações e histórias individuais, viemos a entender que o arquivo não era apenas um documento histórico. Houve um aumento do registro documental, que era a forma como havia sido concebido de início. Começamos a perceber que diferentes episódios, imprevistos e absurdos ocorriam nas entrevistas e que havia inesperadas contradições, quando entrevistávamos uma pessoa e depois outra, sobre o mesmo assunto, e obtínhamos respostas muito diversas. Assim, começou a tornar-se cada vez mais claro que havia outro elemento presente nesse contexto altamente individualista. Em vista disso, as entrevistas passaram a ser organizadas mais por tópicos: começamos a formular, a grupos numerosos, as mesmas perguntas sobre o mesmo período histórico, etc. e a entender que aquela não era história simplesmente como espelho do registro escrito.

E, com o tempo, fomos também sofrendo, cada vez mais, a influência do trabalho feito nessa área em outras regiões do mundo. Parece-me que em especial da Itália, apesar de, nesta conferência, eu ter descoberto que lá há apenas sete pessoas trabalhando com História Oral. Não sei o número exato, mas vocês têm aqui uma alta porcentagem de representantes italianos da História Oral. Podemos, então, falar de um movimento de História Oral na Itália, e essa foi, para mim, uma grande revelação. Não obstante, aqueles que trabalham na Alemanha e na Grã-Bretanha e, principalmente, creio eu, na Europa Central e Ocidental — aquela que era considerada Europa Ocidental — começaram a trabalhar com lembranças de pessoas cuja vida sofrera o impacto do fascismo e do totalitarismo e a falar sobre o que chamamos de subjetividade. Ora, é infundado acreditar que essa palavra tenha surgido no movimento da História Oral. Muitos outros usaram esse termo, inclusive Sigmund Freud. Ele preconizava uma ciência da subjetividade, cuja origem, no movimento de História Oral, muitas vezes creditamos a Luisa Passerini. Em outras palavras, começamos a perceber a presença de um outro elemento na programação objetiva para a entrevista. Apesar disso — e não posso falar sobre o que ocorre na Itália, Alemanha, Austrália e Inglaterra, mas apenas nos Estados Unidos —, aqueles de nós que estávamos trabalhando nesse país, persistimos na idéia de que os alemães, como me informou Ronald Grele, antes de eu vir para cá, iriam se encarregar da teoria do movimento da História Oral, portanto, estamos esperando que Lutz o faça;

que os italianos se incumbiriam da tradição histórica da História Oral, tarefa que caberia a Sandro Portelli. Ronald não me disse o que os britânicos e os australianos fariam, mas essa informação vocês têm, pois estavam aqui ontem à noite. Então, qual é o papel dos norte-americanos em tudo isso? “Bem”, respondeu ele, “nossa função sempre foi a de falar sobre o método e a técnica, e também a de desenvolver padrões para esses imensos arquivos”. Comecei a discutir com ele — o que normalmente faço. E perguntei “E quanto às limitações nesse aspecto?”. E a controvérsia teve início há cinco anos, e ainda não foi resolvida ...

Mas, colocando de outro modo, a principal preocupação — pelo menos nos Estados Unidos, no começo da busca por um método — encerrava o que significa sentar e pedir a uma pessoa que descreva um período da história e, como se isso não bastasse, que descreva sua vida e que rumos ela tomou no período em questão. Bem, afirmaram os historiadores norte-americanos, pensamos em um contrato bastante sensato entre dois indivíduos; temos um acordo jurídico: decidimos sobre o que vamos falar e não nos desviaremos do assunto. E, se o fizermos, reservaremos essa parte para outra entrevista, repassaremos os tópicos que relacionamos, etc. Essa é, portanto, uma descrição muito racional do método da História Oral. E, sem dúvida, houve influências, no sentido de tentar mudar tal abordagem.

Houve também o impacto da liberação de todos os tipos — cultural, política e especificamente daquela dos anos 60 — e da idéia da autobiografia e da biografia, que hoje são movimentos literários muito importantes nos Estados Unidos. Eu diria que, em qualquer livraria, atualmente, 50, 60 ou 70 por cento das obras expostas com destaque relacionam-se a autobiografia e a biografia. Chega a ser estranho alguém não ter uma autobiografia, e é, dessa forma, que as pessoas hoje estão encarando a história. E, no entanto, isso continua a ser feito com a subjetividade de que falavam os representantes italianos do movimento de História Oral ... interpretada em um contexto individualista tipicamente norte-americano, no qual a subjetividade de cada indivíduo foi identificada como se englobasse todo um conjunto deles. Por exemplo, você pode ser negro, pode ser mulher, pode ser deficiente físico ou homossexual, mas, na cultura política norte-americana, ninguém reúne, jamais, todas essas características. É uma situação social muito fragmentada e reflete-se nas linguagens do movimento de História Oral, em que existe uma forma afro-americana de fazer História Oral. Há um modo feminista de fazê-la, que nem sequer chegou a merecer um artigo. Melhor, existe um — escrito por uma mulher afro-americana —, mas apenas um, e nenhum de autoria de uma latina ou de uma mulher nascida nos Estados Unidos. Há uma forma de fazer

História Oral de gays e lésbicas, etc., etc., etc. Portanto, não há como, na linguagem da política identitária, conforme a analisamos no movimento de História Oral nos Estados Unidos, de unirmo-nos contra essa realidade fragmentada.

Foi por isso que vim ao Brasil falar sobre “identidade coletiva”. E a primeira reação de Sandro foi dizer: “Não usamos mais a expressão ‘identidade coletiva’, mas sim ‘identidade compartilhada’”. Muito bem, mas de onde se originou esse raciocínio? Sandro e Lutz viveram situações em que trabalharam com lembranças de pessoas para quem a idéia de “coletivo” tem uma conotação sinistra. Significa a imposição, por parte do Estado, de uma memória coletiva ao indivíduo. Trata-se, portanto, de um termo bastante problemático, embora eu ainda considere positivo o fato de o usarmos, pois aprendemos muito sobre seu contexto e sua própria história, em virtude de o havermos usado infeliz e erroneamente. Aprendi muito a respeito do trabalho dos italianos e de Lutz, por insistir em que continuássemos a adotar essa expressão. Assim, talvez usemos, em vez de “memória coletiva”, “memória compartilhada”, como Sandro sugeriu. E então afirmei: “Para mim, esse é um problema sério”. A expressão “memória compartilhada” implica a existência de um discurso em comum, de um conjunto comum de significados compartilhados que possibilitam às pessoas se entenderem.

No avião, li, na revista *The New Yorker*, um artigo sobre o julgamento de O. J. Simpson. O autor, Henry Louis Gates, famoso crítico literário afro-americano, formado em Harvard, nele discorreu sobre a crença errônea quanto à memória comunitária. De acordo com ele, a televisão criou um conceito infundado, segundo o qual temos, na verdade, uma memória em comum e, se isso ocorrer, teremos também uma experiência em comum. Todos guardam uma recordação de ter assistido ao julgamento de O. J. Simpson, no entanto, inexistente uma experiência desse episódio que seja comum a todos. Por esse motivo, ainda tenho dificuldades com a expressão “memória compartilhada”.

Então, Sandro e todos nós tentamos discutir esses problemas em nível abstrato e, como sempre, conversas em planos abstratos não colaboram muito para solucionar divergências. Por isso, gostaria de falar sobre como, para mim, essas perspectivas, por assim dizer, entraram em choque — como interpretamos a memória social e individual e a memória individual e social — narrando-lhes a história de uma entrevista que fiz com uma mulher chamada Betsy Wade. E foi a partir desse episódio que criei o título *The Lost Memory of Louise Rouget*. (“Louise Rouget — O Resgate de uma Lembrança”).

Betsy Wade foi uma das várias jornalistas que entrevistei para um enorme projeto sobre a história das mulheres no jornalismo. Não fiz essa entrevista enquanto estava envolvida com o projeto de História Oral do *New York Times*, mas tenho algo a lhes

dizer sobre a subjetividade em meu relacionamento com Betsy Wade, iniciado quando eu trabalhava no jornal, a fim de poderem entender a parábola que vou contar e que bem ilustra as dificuldades da memória compartilhada.

Quando estava no *New York Times*, organizei um grupo chamado *Women's Political Caucus* (Diretório Político Feminino), do qual Betsy Wade também fazia parte e, embora não fôssemos muito chegadas, ela era uma de minhas grandes heroínas. Além de ter sido a pessoa que processou o *New York Times* por discriminação sexual, em nome de todas as funcionárias da empresa, em uma ação judicial coletiva em 1977, era sindicalista muito atuante, não só na associação dos órgãos de imprensa de Nova York, como também de todo o país. Chegou a criar uma organização internacional chamada *The Coalition for Labor Union Women* (Coalizão das Sindicalistas). Por todos esses motivos, para mim, ela personificava uma heroína, por ser a pessoa que era e ainda por representar algo externo ao contexto individualista em que normalmente atuamos, até mesmo no movimento feminista nos Estados Unidos, pois simbolizava um certo tipo de solidariedade.

Bem, quando estava no *New York Times*, tentei entrevistá-la, mas fui impedida por meus chefes, porque, coincidentemente, os interesses destes eram defendidos pelos advogados contra quem o processo fora movido. E o acordo financeiro a que haviam chegado oficialmente não fora cumprido na íntegra. Depois de dez anos de litúgio, ainda deviam dinheiro a algumas mulheres. Assim, informaram-me de que eu não tinha permissão para fazer a entrevista, o que, é evidente, deixou-me furiosa.

Por feliz casualidade, pouco depois descobri, por meio de um funcionário que trabalhava em outro escritório, que meu nome constava de uma lista, nos registros da empresa, denominada "A Lista das Mulheres Perigosas do *New York Times*". Essa descoberta constituiu um dos momentos mais felizes de minha vida. Constatei que realmente atingira um dos objetivos a que me propusera — ser uma mulher perigosa. Espero ter condições de manter essa perspectiva pela vida afora. Gosto do conceito "mulher perigosa". Em geral, tememos o homem perigoso, mas talvez o homem devesse temer a mulher perigosa.

Seja como for, devido à proibição de eu fazer determinadas entrevistas — e também à norma estabelecida pouco depois pelo *New York Times*, de que há entrevistas a que o público não tem acesso —, resolvi deixar o emprego. E, como diz um amigo meu, vamos passar superficialmente pelos cinco anos seguintes, certo?

Recebi um telefonema de alguém do *Washington Press Club Foundation*, que me perguntou: "Você gostaria de fazer a história de Betsy Wade?", "Claro", respondi. "Gos-

taria muito". E eu, por fim, conseguiria entrevistar a mulher por quem nutrira tanta curiosidade, por tantas razões e por um período tão longo. E, acredito, também, Betsy estava muito alvoroçada, de forma profundamente subjetiva, em relação à entrevista. Insistiu em que, antes de começá-la, lêssemos juntas um livro, *Writing a woman's life*, de Carolyn Heilbrun, crítica literária norte-americana, no qual a autora mostra que jamais se chegou, na literatura, a uma verdadeira compreensão das narrativas femininas; que são sempre imitações das narrativas heróicas masculinas, ou então fazem parte de outro gênero muito mais típico, ou seja, nas biografias, a vida das mulheres é esquematizada, sendo a dor como que negada ou abafada — em especial a dor causada pela fúria, pela agressão, pela vontade de se livrar da sujeição e dos papéis que lhes foram atribuídos. No caso de autobiografias, a dor é, de alguma forma, espiritualizada e elas aceitam a fúria e deixam de senti-la.

Foi esse o livro que Betsy queria que eu lesse antes de iniciar a entrevista. Li-o e não estou muito certa de tê-lo entendido por completo até depois de realizar a entrevista e também não tenho certeza de que ela o entendeu, mas tornou-se nosso paradigma. Começamos, então, muito abertamente, perguntando-nos por onde deveríamos iniciar. Em vez de perguntar-lhe, de início, sobre a influência paterna em sua vida, perguntei-lhe sobre a materna.

Começamos, paramos, reiniciamos, enveredamos por diversos caminhos, fomos muito pacientes uma com a outra e o que vivemos foi um misto inusitado, indefinido, errático e maravilhoso de anedotas e de uma espécie de análise didática, de parte a parte. Ambas estávamos muito comprometidas com aquele processo — foi muito aberto, muito caótico, o que às vezes o tornava difícil para nós. Fizemos uma quantidade gigantesca de pesquisas documentárias. Gostaria de ter trazido uma fita, pois a facilidade de expressão de Betsy era inacreditável. Ela, sem sombra de dúvida, decidira contar toda a verdade, conforme a apreendia, a respeito de tudo o que vira acontecer no *New York Times*. Tinha muito a dizer e mostrou-se uma das melhores contadoras de histórias que conheci. Com frequência, conseguia fazer-me rir de sua dor — um dos pontos que me chamou a atenção. Contava uma história com muito humor e, depois de rir do próprio sofrimento, queria prosseguir. Isso eu conseguia observar, mas ainda não me sentia preparada para o que estava prestes a acontecer.

Conforme nos aproximamos da época em que trabalhou no *New York Times* e de sua carreira no jornal, uma espécie de fórmula começou a prevalecer na narrativa, e ela se pôs a discorrer sobre como havia sido a pioneira em tudo o que fizera: fora a primeira mulher a ser contratada como editora — havia mulheres repórteres, na redação,

mas ela fora a primeira, em suas próprias palavras, a ser contratada, como "revisor". Foi a primeira a chefiar uma editoria propriamente dita, que lhe conferia autoridade como assistente editorial. Foi a primeira mulher a chefiar a Editoria Internacional, cargo de grande importância, porque, homens bastante bem-sucedidos, depois de ocupá-lo, normalmente conseguiam tornar-se diretores-executivos de todo o jornal.

Quando Betsy Wade processou o *New York Times*, o então diretor-administrativo afirmou: "Se Betsy Wade não fosse mulher, teria se tornado o diretor-executivo do *New York Times*. Ninguém conseguia se lembrar de alguém com mais talento do que ela". No entanto, jamais foi promovida da chefia da Editoria Internacional. Assim, mais uma vez, comecei a tentar discernir a fúria, a ira que essa injustiça lhe causava, contudo, novamente passei a ouvir histórias e mais histórias sobre como era fantástico sentir-se parte integrante do grupo dos rapazes. Ela inclusive chegou a brincar comigo a esse respeito, afirmando: "Em toda a minha vida, sempre me candidatei a empregos publicados na coluna de 'Precisa-se de Homens', parodiando a seção de anúncios classificados dirigidos ao público masculino. E então contou-me das muitas ocasiões em que saíra com os rapazes para beber; em que os acompanhara a um bar chamado Guss, em que se divertira muitíssimo com os colegas à noite, em que fizera todo tipo de coisa.

Eu, devido a minha própria subjetividade, estava ficando muito cansada da narrativa. Aquela não era a heroína feminista que esperava entrevistar, e o processo ficava mais e mais enfadonho para mim e eu, mais e mais farta daquilo. Em uma sessão que durou três horas, sentia-me exausta e, finalmente, pensei: "tenho de me controlar, não posso interrompê-la, preciso ouvir todas essas histórias". Perguntei-lhe sobre amigas suas, sobre o movimento feminista, sobre o início do Diretório Político Feminino, acreditando que ela me interpretaria corretamente e mudaria de assunto, mas não me entendeu e contou mais histórias. Por fim, afirmou: "Além disso, fui a primeira mulher a entrar na gráfica". Bem, esse recinto, em um jornal — talvez vocês saibam disso, talvez não, — é, pelo menos nos Estados Unidos, não só domínio exclusivo dos homens, como também uma central sindical. Isso significa que ninguém da gerência nem da editoria jamais tem permissão de entrar naquela que é designada "The Stone" que, literalmente, significa o linotipo, no qual — isso antes do advento dos computadores — cada letra era colocada ao contrário em uma barra e impressa à tinta no papel.

Portanto, quando Betsy assegurou ter sido a primeira mulher na gráfica, soou-me um alarme muito forte e veio-me à mente Louise Rouget. E pensei: "Será que fiquei louca?". Não sei o significado desse nome, nem sua origem. E, então, aos poucos,

fui-me recordando — enquanto ouvia aquela voz interior — de uma entrevista que fizera anos antes, com um editor do *New York Times*. Ele descrevera uma mulher muito dócil, muito submissa, originária de uma região eminentemente rural dos Estados Unidos, que trabalhara na gráfica por quarenta anos, em igualdade com os homens. Sempre vestira a mesma roupa azul-marinho, sempre usara os mesmos sapatos velhos e, em quarenta anos, jamais faltara um dia ao trabalho. Despercebida. E pensei: "O que devo fazer?, interromper Betsy e perguntar: E Louise Rouget? O fato de você esquecê-la está sendo extremamente prejudicial". E ponderei: "Não posso interrompê-la, meu papel é ouvi-la, essa é a principal característica do método altamente definido que usamos, e me perguntei, o que fazer?"

Quando houve uma pausa, limitei-me a formular a Betsy a mesma pergunta que normalmente fazemos, quando temos a impressão de que uma pessoa está ficando por demais fascinada com a história da própria vida: "Olhando para trás, você se considera uma jornalista típica e uma mulher representativa de sua época?", "Ou você foi incomparável, diferente de todas as outras?". E ela, em absoluto silêncio, apoiou a cabeça na mesa e, depois, gritou: "Mary Marshall, podemos parar, apagar a fita?". Respondi que não. E continuei: "Mary Marshall, ajude-me, o que vou fazer?"

E, então, tive de tomar uma decisão ética. Fui obrigada a decidir se deixaria de lado minha amizade e meu relacionamento com ela, em nome do profissionalismo como historiadora, o que evidentemente fiz. E não proferi palavra. Ela em seguida afirmou: "Bloqueei totalmente a lembrança dessa mulher, que trabalhou na gráfica, todos os dias, durante quarenta anos — seu nome era Louise Rouget". Assim, a narrativa recomeçou e, decorridos cinco minutos, Betsy parou outra vez, apoiou a cabeça na mesa e disse: "Isso não é tudo. Louise era mãe solteira e bloqueei sua história porque não era sexy, atraente, nem interessante, nem feminista e fiz a ela o que acuso a geração mais nova de fazer comigo — bloqueei a lembrança de sua existência".

Betsy se sentia, de alguma forma, tão empolgada e amofinada com isso que, antes do final da entrevista, escreveu um artigo intitulado: "In memory of what's her name — My memories of the law suit of the *New York Times*" ("Em memória de quem quer que seja — Minhas recordações do processo contra o *New York Times*") e o publicou em uma revista muito famosa nos Estados Unidos. Nele discorreu sobre o significado de ter-se esquecido daquela mulher e a importância desse episódio em sua própria vida. Mas, vale notar, essa entrevista — que, a meu ver, bem ilustra o problema que enfrentamos, ao fazer entrevistas em uma situação em que as lembranças são, em grande parte, não-compartilhadas — representa nosso problema em diversos níveis. Antes de

mais nada, representa o poder da memória da empresa, no sentido de separar, desde o início, minha consciência da consciência de Betsy; representa o poder da memória da empresa, ou seja, do *New York Times*, de manter, de certa forma, a lealdade de Betsy à imagem que tinha de si mesma, como incomparável e diferente, pois ainda trabalhava no jornal e ainda precisava ver-se dessa maneira. E também representa como uma pessoa consegue bloquear por completo as ligações entre suas atividades, por exemplo, nos movimentos sindical e feminista que, ironicamente, afloraram apenas depois daquele momento de conscientização — e só então ela começou a falar sobre o papel que desempenhara no movimento sindical.

De certo modo, assim como suas atividades como militante sindical e feminista jamais se encontram na história, tampouco se encontraram em sua própria consciência, de modo que não teve condições de descrever a si própria como alguém que reunisse simultaneamente todas essas características. E, nessa situação, não houve oportunidade para que aflorasse a lembrança compartilhada.

Agora, gostaria de mencionar — apenas, na verdade, para finalizar — que eu mesma não tive condições de interpretar essa recordação, até conversar com meus fantásticos colegas. E vou-lhes contar três formas que me ajudaram a interpretar essa recordação.

Em primeiro lugar, sem a insistência de Sandro Portelli, de que a expressão “memória compartilhada” precisa substituir o termo “memória coletiva”, em nossa linguagem interpretativa, eu não teria sido obrigada a pensar na falta de lembranças compartilhadas em um contexto liberal e capitalista, como o existente nos Estados Unidos. Por outro lado, sem os comentários dele e de Lutz, sobre a pernicioso imposição, por parte de Estados totalitários, de recordações coletivas a indivíduos e culturas, eu não teria compreendido que a memória coletiva da empresa estava realmente bloqueando a memória essencial da jornalista em relação a todas aquelas atividades e impedindo-a de reintegrar a idéia de solidariedade — que tão grande papel desempenhou em sua vida — à própria recordação da história por ela vivida como mulher.

Acho que também tive culpa por permitir que essas lembranças permanecessem, de certa forma, não-compartilhadas, pois ainda estava — apesar de conhecer, por meio de leituras, essa teoria literária — muito suscetível à necessidade de encarar Betsy como uma espécie de heroína perfeita, uma espécie de paródia do modelo heróico masculino, em lugar da mulher que de fato era, de diversas maneiras, um reflexo dos muitos tipos de identidade fragmentada na cultura norte-americana, com uma história de vida que não podia ser estruturada ou, nas palavras de Carolyn Heilbrun, ter um autor. Betsy

não podia ser a autora do próprio texto, não podia escrever a própria vida, pois lhe faltavam condições históricas e materiais. Assim, meu desejo de vê-la como heroína constituía outro modo de me render a esse mito do individualismo, no qual eu precisava que ela se tornasse minha heróina.

E Alistair realmente me ajudou a entender, graças à sua definição de “Compose/Composer”, que ontem expôs às pessoas aqui presentes — sei que não há tradução para o português — e refere-se não só à atividade do entrevistado, ou seja, o narrador, reunindo, em uma narrativa, sua experiência de vida, estruturando sua experiência de vida, como também à atitude com que o faz, ou seja à atitude que essa pessoa busca, de sentir-se “tranquila” (“composed”), de sentir-se inteira e de conseguir reforço de outrem. Achei que devia aludir a isso, principalmente depois de havermos tentado eliminar o termo “coletividade” ou “coletivo”. Gostaria de explicar a distinção entre lembranças “uncomposed” e “composed” como lembranças não-compiladas, a fim de recordarmo-nos de que sempre existe — mesmo no caso de uma pessoa tão desenvolvida para expressar-se, quanto Betsy Wade, por exemplo — um desequilíbrio entre essa desenvoltura e a capacidade de manipular palavras, e os lapsos de memória, que são muito sérios.

Bem, isso me leva a uma terceira questão que Lutz, meu colega, insistiu em formular em todas as nossas conversas — no carro, durante todo o percurso de São Paulo ao litoral, até Ubatuba, em cada café da manhã, almoço e jantar, aqui no Rio —: “Mas que relação tem tudo isso com a ética?”, até que, finalmente, ontem à noite, respondi: “E por que não teria?” e, como todos me pediram que esclarecesse, agora tenho de me sair com uma explicação.

Ora, antes de mais nada, parecem-me realmente óbvias algumas das questões éticas surgidas quando entrevistei Betsy Wade. A primeira foi a entrevista oficial que o *New York Times* nos negara o direito de fazer, a segunda, a decisão de Betsy, de não faltar com a verdade e a terceira, minha decisão de impedir que o fizesse, mesmo quando isso se tornou muito difícil. Ainda somos amigas, mas, de certa forma, talvez não tanto quanto antes, e acredito que Alistair me ajudou a entender a necessidade de ser objetiva, a impossibilidade de tomar uma resolução que agrade a todos.

Mas, voltando a Lutz, creio que temos muito em comum: durante vários anos, a exemplo de diversos historiadores orais, obtivemos muitas histórias acadêmicas fragmentadas, apenas alinhavadas e ecléticas e nunca pensei que fosse encontrar um historiador oral que, em determinada época, também estivesse estudando Teologia e Ética, porém, nós dois fizemos isso. Mas nesse aspecto, emocionou-me, na América do Sul,

porque durante vários anos estudei a Teologia da Libertação e fui muito influenciada pelos teólogos daqui que a preconizam, mas, seja como for, entendi, em parte, a pergunta de Lutz, pois pensei que ele estivesse dizendo: "Existe todo um campo de ética, no qual as pessoas despendem muito tempo e energia escrevendo sobre a própria disciplina". Então, por que nos consideraríamos superiores o bastante para não tomar conhecimento de seu trabalho nesse campo? Mas, persisto, por acreditar que há uma possibilidade de repensar a relação da História Oral com a ética, que exige tanto atenção ao movimento do indivíduo no social como o do social no indivíduo e a transferência de significado, com o tempo — assunto sobre o qual Sandro Portelli estava falando — sobre como o passado continua a acontecer o passado, em 1953, é reinterpretado em 1972 e reinterpretado mais uma vez, de modo que existe um movimento na história, ou, como diria Alistair Thomson, a experiência jamais termina.

Portanto, ao tentar reunir todos esses elementos, pensei em uma metáfora que se origina, genericamente, da teologia, de estudos bíblicos, da ética, que é a idéia da hermenêutica, e a idéia do círculo hermenêutico, em que o historiador oral eticamente não tem alternativa senão a de tomar a memória do passado e examiná-la como se fosse um texto, como agiria em uma situação hermenêutica e fazer o que denominariam "redução", ao significado original do texto — não apenas a importância dos eventos descritos, mas também o significado pretendido do texto. E, depois, a função do analista do texto ou do historiador é reinterpretar esse significado, tomando como base aquela comunidade original e reintegrá-la a outra comunidade, da época em que vivemos, de modo que o círculo fique completo. E é essa imagem que eu gostaria de oferecer ao movimento de História Oral, porque acredito que, sem ela, nada conseguiremos.

Digo movimento de História Oral — e talvez nem exista —, mas, se persistirmos, como norte-americanos e europeus, em afirmar que a ética não existe, deixaremos de levar em consideração a finalidade dos encontros sobre ética, por exemplo, entre o Hemisfério Norte e o Hemisfério Sul. Podemos partir da premissa de que nosso contexto ético abrangerá todos as reuniões que tivermos? Sei, por exemplo, que houve contatos muito problemáticos entre historiadores orais do norte e historiadores orais do Brasil, em que os primeiros julgaram e criticaram o trabalho de História Oral aqui realizado, como se tivessem esse direito. E como podemos nós, que viemos de uma cultura imperialista, deixar de levar em conta o impacto de nossa cultura sobre outras?

Apenas um pequeno exemplo: no trabalho feminista feito nos Estados Unidos, hoje muito se fala sobre os direitos de reprodução humana e sobre a tecnologia dessa reprodução, usando como pretexto discussões filosóficas a respeito de fertilidade. Bem,

o tipo de retórica que se ouve nos Estados Unidos — sancionado pela ONU — é freqüentemente aliado a uma retórica sobre controle demográfico, muito prejudicial às mulheres do Hemisfério Sul, com discussões sobre fertilidade visando lhe impor controles. As feministas norte-americanas praticamente não têm consciência disso, estão começando a estudar o assunto.

Assim, creio que nossa linguagem, bem como suas raízes específicas, técnicas e históricas, são extremamente importantes e que a imagem do círculo talvez nos ligue, por sermos historiadores orais adeptos desse método, por acreditarmos em ouvir pelo tempo suficiente — em realmente ouvir — por precisarmos dar ouvidos a todos. E a imagem do círculo também é boa por ser, em grande parte, uma imagem que teve força no movimento feminista, no movimento ecológico e, creio eu, é uma imagem capaz de mudar esse conceito de duas pessoas sentadas, uma em frente à outra, com um gravador, em um ângulo de 45 graus para conseguir o som perfeito. Acredito que essa idéia tão racional e linear poderia ser substituída por uma idéia mais ampla, mais hermenêutica. Isso é tudo.

DEBATE

MARY MARSHALL CLARK

P.: Diante da sua história de vida, da sua trajetória na História Oral, das histórias que contou, do *New York Times*, etc, gostaria de saber um pouco de sua formação acadêmica.

R.: Minha formação acadêmica é bastante inusitada. Estudei História, tenho um diploma em Psicologia, dois em Teologia e passei muito tempo estudando Arte.

P.: Mary, eu gostaria que você falasse um pouco da experiência com História Oral e com documentários que você teve junto ao *New York Times*, no projeto de filmes e vídeos e algumas produções independentes.

R.: Bem, não é realmente o que faço agora, mas tenho prazer em falar no assunto. Tecnicamente, é interessante realizá-los, em História Oral, porque há uma diferença entre o registro oral que obtemos e a voz gravada em fita e o registro que conseguimos com a câmera. Vou-lhes contar o que fizemos, a fim de dar um exemplo concreto. Entrevistávamos pessoas durante oito ou dez horas, gravando em áudio e, depois, passávamos a usar o vídeo e a alternar as duas fitas. Hoje, nos Estados Unidos, muitos filmes e documentários fantásticos estão sendo feitos, usando predominantemente a narrativa oral e recorrendo à narrativa visual apenas como elemento secundário, ou como uma resposta muito interativa ao documento oral. Porém, a menos que você tenha uma pergunta sobre um determinado filme ..., pois hoje, nos Estados Unidos, esse é um campo altamente desenvolvido e, creio eu, os historiadores orais, pelo menos nesse país, tentam adquirir alguns conhecimentos sobre a parte visual, a fim de que suas gravações possam ser usadas em produções de vídeo e de filmes.

P.: Quando você narra a entrevista que fez com essa jornalista, em que ela diz que sempre foi a primeira em todas as funções que ocupou e quando omite, no caso da

tipografia, a existência de uma outra mulher que ali já trabalhara, você não fez uma intervenção, no sentido de questionar esse ponto. Por que não poderia fazer isso? Porque, em nossas entrevistas, é claro que o fazemos com uma dose de respeito e de cuidado. Mas, quando tenho alguma informação que, de alguma maneira, contradiz ou desmente a história, ou é uma outra versão dela que o entrevistado está contando, costumo mencioná-la, com a maior gentileza, que em outra entrevista esse fato me foi relatado de outra maneira, ou que há, na bibliografia existente, um relato desse episódio, enfim, procuro dar uma dimensão, para meu entrevistado, de que conheço uma outra versão desse episódio. E nunca me senti culpada; gostaria de conversar com você um pouco sobre isso, qual o problema que você vê, acha que foi uma coisa específica, pelo grande envolvimento que tinha com ela, ou é um procedimento que está sempre presente quando você realiza entrevistas?

R.: Não, é um procedimento bastante comum. Eu queria que ela tivesse seu próprio momento de conscientização, não queria interferir na sua própria compreensão, no seu próprio resgate da lembrança, pois era também um momento ético de resgate. Se ela não houvesse lembrado aquele momento, que foi muito dramático — e a pergunta feita por mim surtiu grande efeito, nesse sentido — eu a teria procurado novamente, munida de documentação sobre a história de Louise Rouget. Provavelmente não o teria feito naquela sessão, porque teria, antes, de fundamentar minha própria lembrança. Mas, felizmente, ela confirmou minha recordação.

Tenho a impressão, às vezes, de que o método da História Oral é muito paternalista: partimos do princípio de que sabemos qual deveria ser a interpretação do entrevistado, mas, na verdade, nossa interpretação e aquela dos entrevistados entram em conflito. Acredito, porém, que é muito melhor darmos a eles liberdade para entender, antes, sua interpretação, a importância da própria história e da própria narrativa. É uma forma de respeito por sua capacidade de lembrar a própria história.

Por exemplo, entrevistei um homem, que também descreveríamos como de elite. Foi diretor, por vários anos, de um imenso império de mídia nos Estados Unidos, a CBS, e desempenhara papel muito relevante no macarthismo, fazendo com que o nome de um grande número de pessoas fosse para a lista negra e destruindo a vida de muitas e muitas delas. E havia uma contradição nesse homem tão afável, que, depois de dez horas de entrevista, eu tão bem conhecia — ele como que se impôs, para mim, como uma figura paterna, de uma forma que senti ligeiramente —, mas

não extremamente — irritante. Em vista disso, não esperava que eu fosse forte o suficiente para lhe formular perguntas sobre o período em questão, mas eu havia pesquisado exaustivamente, lera tudo o que conseguira encontrar sobre aquela época e comecei a lhe fazer perguntas, e ele respondia “Não me lembro”. Continuei repetindo inúmeras vezes as mesmas perguntas, até que finalmente entendeu que seu silêncio era uma forma de registro. E, então, durante a entrevista, desatou a chorar, afirmando que aquele fora o episódio mais vergonhoso de sua vida e começou a recontar a história. Portanto, a questão não era eu deixar de enfrentá-lo — ele tinha a resposta imediata, estava a par dos fatos, sua memória era perfeita em relação a outras áreas. A questão era apenas provar que eu não era fraca, nem que estava temerosa naquela situação.

P.: Eu gostaria que você explicitasse um pouco mais a diferença de *collective memory* e *shared memory*. Qual é a diferença que você faz, porque para mim não ficou realmente claro, talvez porque usemos um termo diferente.

R.: Bem, você teve a vantagem de ouvir Lutz falando sobre a história. Ele fez toda uma pesquisa sobre a história dos termos “coletivo” e “identidade”, e seria muito interessante ouvi-la. Desconheço a história desse termo, mas para mim é importante, pois tenho pesquisado as teorias da História Oral e, até mesmo, as teorias sobre a memória. Por exemplo, nas pesquisas sobre ela, encontrei uma citação de um autor chamado Ulrich Nizer, que escreveu uma antologia denominada *Remembering in natural context* (“Lembrando no contexto natural”), e a maioria dos estudos sobre a memória, três-quartos do total dos estudos científicos a respeito dela, bem como dos estudos sociológicos, diz respeito a lembranças que ficam encadeadas por menos de um minuto. Nos Estados Unidos, pelo menos, é isso que interessa a quase todos aqueles que estão estudando a memória. Portanto, quando comecei a tentar descobrir de que maneiras a história coletiva de povos e culturas é representada em discussões sobre a memória, não consegui realmente encontrar nenhuma e, segundo aquilo que li — pelo menos na literatura em inglês —, a expressão memória coletiva referia-se ao passado impossível de ser lembrado e ao folclore, ou seja, a lembranças que, de acordo com a História Oral, podemos registrar com pessoas que ainda estão vivas; o passado coletivo era sempre usado para designar algo que era uma espécie de tradição incontestada. E, assim, não temos uma expressão muito adequada, em inglês, para a forma de discorrer sobre o relacionamento dinâmico entre uma relativa idéia

de coletividade, que não é, em hipótese alguma, aquilo que chamamos de união — não é a isso que me refiro, mas a alguma idéia para expressar o amálgama de culturas, idéias e identidades; não dispomos de um contexto para ele. E esse hoje representa o grande problema na teoria feminista, em que o papel da experiência propriamente dita e a forma pela qual se concretizou em estudos sobre identidade significam que, ao entrevistar uma mulher, como no caso de Betsy Wade, em que com frequência obtemos uma narrativa heróica, enaltecendo a questão da identidade — é ótimo ser mulher, somos fortes, somos vitoriosas, etc. —, praticamente inexistem uma linguagem para descrever a multiplicidade, a pluralidade e a dor inerentes à identidade.

Sandro estava me falando de um livro realmente surpreendente que tem uma ligação concreta com o Brasil — vou tentar conseguir um exemplar, acho que só foi publicado em italiano e, ao que tudo indica, terei de aprender esse idioma — é a história de uma transexual que saiu do Brasil para viver na Itália, onde foi presa logo que chegou. Vocês sabem da história? Não a conheço muito bem, mas ... aqui há um filme sobre ela; tenho grande interesse a esse respeito... e alguém escreveu sua história que, parece-me, serviu como base para um filme.

Sandro acabara de ler o livro, antes de comparecer à conferência internacional que mencionei. A propósito, entre representantes de quarenta países, nela havia no mínimo duzentas mulheres. E ele fez uma apresentação, em uma sessão plenária, sobre como usamos a linguagem da multiplicidade e da identidade para enaltecer a identidade, os diversos tipos de identidade que podemos ter, mas que raramente utilizamos, com o objetivo de investigar a dor de identidades múltiplas e fragmentadas. Ele aproveitou, como exemplo, a história a que aludi. Portanto, acredito que estou à procura de uma forma para falar sobre lembranças não-compartilhadas.

Por exemplo, existe um livro muito bonito intitulado *Killers of the dream* (“Assasinos do Sonho”), é mais um livro sobre amnésia e, no momento, está esgotado nos Estados Unidos. Foi escrito por uma lésbica. Mudou-se do sul para o norte do país e tinha uma lembrança, da época em que tinha vinte anos, que bloqueara por completo durante toda a vida. E tratava-se da recordação de uma criança que vivera por seis meses na casa de Lillian ... Lillian Smith. Lillian era branca e vivia no sul com os pais, que eram sindicalistas extremamente progressistas para essa região, algo raríssimo entre os brancos naquele período —, sei disso porque lá cresci. Adotaram uma criança que encontraram perambulando pelas ruas, acreditando que era

branca. Todas as noites, Lillian tocava piano com essa garota. Exatamente seis meses depois de passar a fazer parte da família, levaram-na embora, pois os pais adotivos haviam descoberto que ela tinha uma gota de sangue afro-americano. A existência da menina foi completamente esquecida por Lillian, que, vinte anos depois, teve um colapso nervoso e lembrou-se do acontecido. Escreveu um livro sobre o episódio e mudou-se do sul do país; publicou muitos outros livros e, graças a eles, tornou-se bem mais famosa.

Este, no entanto, é um exemplo, uma metáfora sobre o relacionamento, no sul do país, entre negros e brancos. Quando crianças, brincávamos juntas, mas quando adolescentes, éramos obrigadas a nos afastar. E, portanto, preciso de um termo para explicar a perda, a fragmentação da memória, bem como a amnésia e, ao mesmo tempo, a existência concreta na realidade histórica das ligações que, apesar de compartilhadas, não podem ser lembradas como tal. Em vista disso, sinto-me relutante em descartar esse termo mais abrangente, que expressa nossa experiência mais ampla e inclui não apenas o social, como também o político, o cultural, o psicológico ...

P.: Eu quero entender bem. Esse termo que você usaria como *shared* significaria que seria compartilhada com muitas pessoas ou com nenhuma pessoa? Quer dizer, não seria dividido com ninguém, é uma memória guardada até de si mesma, uma memória que você não divide, até um certo momento, nem com você mesma. Essa seria a memória do *shared*, e você acha que na entrevista com Betsy, a um dado momento, isso ocorreu porque aquilo que ela já tinha ocultado de si mesma, compartilhou com você? Seria isso?

R.: Sim. A palavra “compartilhada” não é, na verdade, escolha minha. É a esse respeito que Sandro estava falando, e creio que nós dois decidimos usar o termo “social” em vez de “compartilhado”, porque este último implica uma espécie de idéia religiosa de ágape e estabelece uma ligação talvez inexistente. Em inglês, há essa conotação; talvez não haja em italiano, por isso, estamos tentando encontrar outra palavra para “compartilhado”. Acredito que o termo que se aplica à memória de que estamos falando — existe um vocábulo, em Psicologia, para esse tipo de esquecimento, a saber, “dissociação”. Não se trata apenas de um bloqueio, pois a dissociação ocorre diariamente na realidade da vida de outras pessoas. E, a meu ver, a História Oral não deu muita atenção à Psicologia, nos Estados Unidos. Na

verdade, tem sido ignorada e creio que, por uma série de motivos, seremos obrigados a dispensar mais atenção a essa ciência.

P.: No "folder" com o programa deste Seminário, há referências a trabalhos seus em Chinatown e em Staten Island. São trabalhos realizados com as comunidades locais? E com que objetivos foram feitos?

R.: Bem, um de nossos objetivos, como historiadores orais que trabalham em um grande arquivo a que o público tem acesso — eu ia empregar a palavra "compartilhar" —, consiste em aproveitar o método que usamos, a fim de colaborar para que se iniciem outros projetos em comunidades. A História Oral hoje representa um movimento muito forte nos Estados Unidos, e numerosas pessoas desejam fazê-la; é bastante fácil treiná-las e despendemos, calculo eu, no mínimo, um quarto de nosso tempo trabalhando com grupos e indivíduos que querem voltar-se às próprias comunidades e fazer as respectivas histórias. Eles não têm dinheiro para contratar alguém da Universidade de Colúmbia, nem para custear um curso muito caro; portanto, dedicamos nosso tempo ao trabalho em comunidades, com grupos que pretendem iniciar os próprios projetos.

Hoje, há um grande movimento de grupos de gays e lésbicas que desejam fazer sua História Oral; a AIDS tem sido tema de numerosas histórias. Há um enorme volume de trabalhos extremamente interessantes em História Oral. Em Staten Island, trabalhei com professores do curso secundário, a fim de que seus alunos aprendessem a aproveitar a História Oral, e o projeto foi muito gratificante, porque foram excelentes as entrevistas com os estudantes. Esse é um bom exemplo de como despendemos nosso tempo.

P.: Mary, você iniciou sua apresentação fazendo uma crítica em relação aos estereótipos identitários conferidos a certos grupos, supostamente coesos e idênticos a si mesmos, em que já existem algumas imagens atribuídas e fixadas e que circunscreveriam as possibilidades desses grupos. Então, eu gostaria que você falasse um pouco mais sobre a sua experiência ao trabalhar com esses grupos: em que medida a História Oral permitiu uma autonomização em relação a esses estereótipos?

R.: Esta é uma pergunta de fato complexa e diz respeito exatamente àquilo que estamos tentando resolver em nossos métodos e teorias, pois acredito que você está se referindo ao que falei sobre a popularidade da autobiografia e às autobiografias escritas sem a colaboração de outros — e estamos contribuindo para isso, ou estamos tentando criar um documento mais complexo? E a resposta, é claro, é que estamos tentando criar um documento mais complexo.

Uma das coisas sobre as quais agora passamos a refletir, uma vez que temos o hábito de entrevistar pessoas da elite, com frequência homens brancos, muito bem-sucedidos na área da política ou em qualquer área da cultura ... Quando pensamos em identidade, tendemos a pensar nela em termos de etnia, tendemos a pensar em pessoas de cor. E subitamente percebemos que não perguntamos a um homem branco o que significa ser branco, não perguntamos aos heterossexuais o que significa ser heterossexual, não fazemos a esses homens as perguntas que propomos a outros grupos, portanto, passamos a lhes fazer indagações dessa ordem. Começamos a lhes perguntar como se sentiram quando perceberam que eram heterossexuais. "O que isso significa para você?", "Que tipo de poder na sociedade essa condição lhes confere e que, sem ela, não teriam?", "Quando você se conscientizou de que era um homem e como isso influenciou seu desenvolvimento e amadurecimento?"

Para mim, é fascinante porque estou fazendo um estudo muito profundo — para minhas próprias pesquisas — sobre uma mulher cujo nome é Karen Hornay. Ela é psicóloga, psicanalista e, logo depois da época de Freud, fez muitas pesquisas, acredito, dentro de um contexto quase freudiano sobre identidade feminina em especial, e falava muito sobre o fato de todos os meninos atravessarem uma fase, durante a qual invejam a capacidade que as mulheres têm de engravidar. Tenho um filho de quatro anos que, no ano passado, teve diversas crises fortes, chorava muito, pois queria ter nascido menina e eu, com muita paciência, dei-lhe a devida atenção, em vez de ignorar o problema.

Na verdade, há uma história fantástica: certo dia, estava eu entrando no edifício em que moro, quando entrou um casal de gays idosos — são nossos vizinhos e, até certo ponto, bastante estereotipados — não vou entrar em detalhes ... são proprietários de uma loja de antigüidades em Greenwich Village, bairro da cidade do qual sem dúvida já ouviram falar, e sentamo-nos, eu e Nick, na escada na frente do prédio, e ele teve uma espécie de crise de nervos e disse: "Eu queria ser menina!". E o casal perguntou: "Por que você está chorando?", ao que ele repetiu "Eu queria

ser menina?”. E os dois o olharam com tanto carinho e humor, foi muito bonito. Depois, perguntei-lhe por que estava tão triste, e ele disse que queria ter um nenê nascido de seu próprio corpo, pois nos ouvira conversar a esse respeito — moro com sua mãe biológica.

E, assim, o problema de identidade novamente surgiu para ele. Fomos passar férias em um lugar chamado *Wood's Hall* — nome de um instituto oceanográfico, em Massachusetts — e lembrei-me da existência de um peixe, que ocupa lugar inferior na escala evolucionária e que gera só fêmeas. Metade delas, depois de desovar, muda de sexo. É esse o método de reprodução de tal espécie. Então, levei o garoto para ver a exposição e disse-lhe: “Veja só. É normal sua vontade de ter um nenê, acontece com esses peixes”. Agindo assim, tentamos eliminar os contextos tradicionais de identidades. No entanto, é um ângulo problemático, porque evidentemente ainda trabalhamos com uma dinâmica de poder muito rígida, quando entrevistamos pessoas da elite. Para os homens, não é muito complicado pertencer à raça branca ou ser heterossexual, isso não lhes representa problema.

P.: Veio à mesa uma série de perguntas. Quem as formula diz que suas dúvidas são básicas, mas para ela são fundamentais, já que é iniciante em História Oral. São quatro questões. A primeira é: “O que você quis dizer com estruturar a experiência de vida do narrador?”. A segunda é: “Até que ponto é ético interferir na amnésia dos entrevistados?”. A terceira: “O que a Psicologia ajuda, ao entrevistador e ao narrador?”. E a quarta é: “Onde entra, em seu trabalho, a religiosidade que você carrega dos seus estudos?”.

R.: Bem, vou começar pela quarta pergunta. Não sou nada religiosa; meu filho se queixa muito disso, dizendo: “Você não acredita em Deus...”. Simplesmente estudei Teologia, mas não sou religiosa. Estou consciente de que, ao falar, às vezes emprego palavras de conotação religiosa, como no caso do vocábulo “hermenêutica”. Porém, interesse-me muito pelo estudo da religião, pois acredito que ela ainda trata de problemas éticos, enquanto parte significativa da esquerda, pelo menos nos Estados Unidos, está muito alheia a tais questões.

Quando falo em Psicologia, acredito que agora fazemos entrevistas muito longas — em geral, de vinte a trinta horas seguidas — e inevitavelmente nelas se verificam interações subjetivas do entrevistador e do entrevistado. Precisamos aumentar muito

nossa compreensão dos processos de transferência e de contra-transferência, pois não deixam de ocorrer — e sobre eles muito pouco sabemos. Portanto, é isso que quero dizer com a necessidade de darmos atenção ao trabalho da Psicologia. Penso, ainda, que essa ciência, em especial em seu contexto mais europeu, também lidou com questões de representação do indivíduo na sociedade e com as várias maneiras pelas quais a identidade individual reflete as diversas formas de identidade social. Acho que estou me referindo à Psicologia Social.

Quando falo sobre a estrutura da experiência na narrativa, acredito que todas as narrativas, isto é, histórias, têm camadas de estrutura, assim como a linguagem tem estruturas — quando analisamos uma sentença — e idiomas diferentes têm diferentes estruturas, e há maneiras pelas quais as histórias adquirem uma forma que conseguimos entender ou não — como sabem, cada história tem uma forma. E, até certo ponto, é nossa tarefa, na condição de historiadores, descobrir a forma e o significado da história. Sei que esta é uma resposta extremamente vaga, mas senti necessidade de dar a você um exemplo específico.

P.: A segunda questão é: “Até que ponto é ético interferir na amnésia dos entrevistados?”

R.: Esta é uma excelente pergunta, pois acredito que, no caso de Betsy Wade, o fato de falarmos a respeito dos lapsos de memória não lhe causou nenhum trauma significativo. A meu ver, existe uma diversidade de situações — principalmente agora, que estamos fazendo mais histórias orais de mulheres, bem como de pessoas que foram, de alguma forma, torturadas ou agredidas — em que inevitavelmente afloram recordações desagradáveis. Se nos vemos em uma situação em que isso acontece, jamais podemos correr o risco de traumatizar outra vez a pessoa, mediante a recriação do passado. De certa maneira, abrimos espaço para a repetição do trauma e fazemos — até certo ponto, fazemos — exatamente o que faria um terapeuta ou um analista: voltamos, nesse processo hermenêutico, à situação inicial e tentamos reconstituí-la. E se, por acaso, obtivermos informações que nos causem dificuldades, temos o compromisso ético de não causar, de novo, o mesmo trauma ao entrevistado e de, além de interromper a entrevista, consultar pessoas qualificadas para nos ajudar.

Em Nova York está em andamento um projeto muito interessante, chamado *Voices of women* (“Vozes de Mulheres”) que, segundo creio, agora está muito mais direcionado para contextos coletivos e comunitários. Foi um projeto de História Oral

feito com mulheres vítimas da violência, orientado por uma mulher que, durante anos, dirigira abrigos para elas. Além dela, todos os entrevistadores que ali trabalhavam eram terapeutas qualificados, e o projeto foi elaborado para determinar o momento em que a mulher que é vítima da violência abandona seu agressor, pelo bem da família, em vez de com ele ficar pelo mesmo motivo.

O projeto foi custeado pela prefeitura, a fim de que os órgãos de saúde pudessem tentar entender — com o intuito de redefinir a legislação específica — qual o objetivo daquela mulher. Houve um caso específico que levou à realização do estudo nos Estados Unidos, mas não vou entrar em detalhes. Seja como for, o projeto teve resultados muito positivos, porém, durante sua realização, quando surgia algum problema na entrevista, os encarregados dele encaminhavam a entrevistada a um especialista. Também davam, a todas, tempo para que se reunissem e contassem, umas às outras, os resultados das lembranças de cada uma. E elas, então, ficaram muito entusiasmadas, pois as conclusões do estudo foram usadas para melhorar a legislação referente a mulheres vítimas da violência. E, assim, tornou-se um projeto de História Oral que se revelou de grande utilidade pública, porque foi elaborado com o máximo cuidado. E, para mim, é sempre responsabilidade do entrevistador não causar, de novo, um trauma à pessoa.

P.: Mary, você disse que estudou arte. Eu gostaria de saber se você tem alguma experiência de História Oral neste campo .

R.: Sim, fazemos histórias orais com artistas, sem dúvida. Na verdade, há um lugar chamado *The Archives of American Art*, em que existe um grande número de histórias orais. Também a *Fundação Getty* está realizando um projeto internacional com artistas. Eu, pessoalmente, sou inexperiente nessa área, porém, temos um projeto denominado *The American Crafts Project*, que consiste em cem entrevistas com artesãos. São pessoas que trabalham com diversos tipos de artesanato — cerâmica, vidro soprado e muitos outros — antes de obterem lucros com a venda de seus produtos. Esse projeto é bastante interessante porque muitas dessas pessoas viviam em comunidades, e a respeito destas, em termos de História Oral, pouco sabemos nos Estados Unidos — mas o projeto é bastante interessante.

P.: Mary, eu tenho algumas dúvidas, sou fotojornalista e minha formação é na área de cinema. Você desenvolveu trabalhos de documentação a partir de História Oral em

um arquivo público e em um arquivo privado, que é o do jornal e no cinema-documentário. A minha questão é: como você pensa a questão da subjetividade nessa narrativa oral? Lembrei-me, durante sua exposição, de um trabalho de Walter Benjamin, que é *O narrador*, em que ele considera essa questão da subjetividade na narrativa da história. Ele usa uma imagem em que o narrador, assim como o oleiro, a mão do oleiro, molda a argila do vaso.

Nos exemplos que você citou, essa documentação feita basicamente através de entrevistas, talvez tivéssemos dois narradores, o entrevistado que narra sua história e o entrevistador, que a está documentando e vai-lhe dar uma forma, para ficar disponível a outras pessoas no arquivo. Também podemos pensar nestes termos no cinema-documentário, onde você tem o reforço das entrevistas, os vários recursos da linguagem cinematográfica, como angulação, edição e montagem feitas com o material disponível. Como é que você pensa esses aspectos, a subjetividade relacionada com esses aspectos no trabalho de História Oral?

R.: Esta é realmente, uma série de perguntas fascinantes. Fui muito influenciada pelo trabalho de Walter Benjamin. Acredito que a imagem tem sua própria subjetividade, o que também acontece com a palavra e ainda com o narrador. E uma das coisas que os historiadores orais que produzem documentários vêm tentando fazer é tornar mais visível, no texto visual, o relacionamento entre os narradores.

Um dos motivos de eu deixar de agir assim foi o fato de a boa realização desse processo ser extremamente cara. Devido aos altos preços da edição, a subjetividade do narrador — partindo do princípio de que há uma pessoa que faz as perguntas e outra que a elas responde — torna-se imperceptível. Antigamente, no contexto da História Oral, as perguntas eram literalmente tiradas da narrativa. Portanto, uma das formas pelas quais estamos procurando solucionar esse problema em nossos arquivos de História Oral é ... claro que não excluimos as perguntas e também que fazemos transcrições, de modo que as questões ficam à disposição dos pesquisadores. Acredito, porém, que, de certa forma, essa dinâmica de poder não se torna transparente, a menos que tenhamos em vídeo, obviamente, as imagens completas e possamos observar entrevistador e entrevistado em atividade. Não consegui, ainda, encontrar uma resposta para a transformação dessa complexidade, dessa dualidade incorporando-a à versão cinematográfica.

Há um artista agora, nos Estados Unidos, chamado Alan Berliner que, ao que tudo indica, está começando a entender bem em que consiste a subjetividade dessas duas narrações. Lamento profundamente não ter trazido o filme feito por ele (*Intimate Stranger*); vou tentar mandá-lo para vocês quando voltar aos Estados Unidos. O filme é um retrato do avô paterno do cineasta, tendo o protagonista morrido enquanto tentava escrever a própria autobiografia. Embora Alan seja um cineasta bastante famoso, não tinha dinheiro para usar a câmera durante as entrevistas e, então, fez sessenta histórias orais. Limitou-se a usar imagens em vídeo, a fim de complementar a narração oral.

Assim, o filme começa com o pai de Alan perguntando: “Por que você quer fazer um filme com esse sujeito horrroso?”, pois odiava o próprio pai. E, desse modo, Alan combate a mentalidade cinematográfica da narrativa autobiográfica, biográfica. Em vista disso, considero muito interessante o trabalho de Alan, pois ele compreende que há uma contradição entre a subjetividade dos seres humanos e também entre a palavra e a imagem. Parece-me, contudo, que foi o primeiro cineasta a fazer isso, pelo menos nos Estados Unidos, e eu gostaria de dar uma resposta mais completa à sua pergunta, de conversar com você. Eu mesma interrompi meu trabalho porque exigia também verdadeiros malabarismos artísticos para conciliar esses dois elementos, sem torná-lo muito maçante, ou anti-ético, com a eliminação da voz do narrador.

P.: Mary, eu gostaria que você falasse um pouquinho do trabalho a que está dando início, que é sua experiência com História Oral com psicanalistas. Como é que foi esse processo, tipo de narrativa, a capacidade de suportar os silêncios e, um pouco, essa inversão de papéis, colocando aquele que supostamente escuta no lugar daquele que supostamente fala?

R.: No Departamento de História Oral, temos um projeto, sobre a história da psicanálise, orientado por uma psicanalista que entrevistou dez ou onze das pessoas analisadas por Freud e por seus colaboradores mais próximos. Esse acervo, apesar de pequeno é composto por entrevistas bastante longas e tornou-se muito famoso, sendo consultado por pessoas de todo o mundo. Ganhei uma bolsa para entrevistá-la sobre as recordações que guardava, depois de 25 anos, a respeito da subjetividade durante as entrevistas com aquelas pessoas. A história é fascinante, mas, na verdade, estou encontrando muitas dificuldades nesse projeto, porque nós duas temos tanta consciência da subjetividade em nosso relacionamento, nas entrevistas, que estamos

achando muito difícil encontrar uma saída e tornar a subjetividade realmente transparente. Essa colocação é muito vaga, porém, não cheguei a uma conclusão quanto à forma de abordar esse elemento na entrevista. Parece-me que sua pergunta não se limita a isso, mas não entendi o verdadeiro sentido da questão formulada. Se você pudesse explicar melhor, talvez eu conseguisse...

P.: Embora seja um trabalho que você ainda não finalizou, gostaria de entender o recorte do projeto, quer dizer, quais seriam os objetivos e sua experiência com um grupo familiarizado com a situação da entrevista.

R.: A motivação do projeto foi simplesmente tentar responder a algumas das questões fundamentais sobre a Psicanálise como movimento que é hoje e que continua a existir. Pelo menos nos Estados Unidos deixou de ser, de fato, uma profissão viável. Há uma guerra entre psicólogos e psiquiatras, e não existe nenhum espaço para a Psicanálise, devido às mudanças no setor da Previdência. O terapeuta, qualquer que seja sua especialidade, só será reembolsado por, no máximo, três consultas — em alguns casos, talvez por dez. Isso aconteceu nos últimos seis ou sete meses em meu país, sendo, portanto, um dos fatores responsáveis por essa situação.

Por isso, estou muito interessada no papel que a Psicanálise vem desempenhando no aprofundamento de nossa compreensão da história, por um lado, e no aprofundamento de nossa compreensão da teoria literária, por outro e, é lógico, no impacto da psicanálise sobre o método da História Oral. E essa mulher é, incontestavelmente, uma especialista no método da História Oral, tendo entrevistado inúmeras pessoas, a quem fez as mesmas perguntas: qual a história da Psicanálise, qual o futuro desta ... E, como já disse, há uma espécie de subjetividade em nossas entrevistas, que ainda está muito pouco elaborada.

É muito estranho, mas ela tem um certo receio de ser entrevistada por mim — também somos amigas —, ela chegou a ser excessivamente cordial, afirmando saber que sou boa entrevistadora, que já lhe contei histórias de outras pessoas que entrevistei, e me garantiu que estava apavorada. Respondi: “Mas você é a psicanalista mais famosa de Nova York, eu é que estou com medo de você, o que vamos fazer?”.

Na primeira sessão de entrevistas, ela estava extremamente perturbada, não dormia há várias noites e disse-me: “Tive um sonho” — parecia realmente louca. “Esta noite, sonhei que um pássaro gigantesco mordeu meu lábio”. E nela acreditei, embora

observasse: "Acho que foi só uma queimadura de cigarro, e não sei o que isso significa". Assim, percebi que ela esperava que eu a analisasse ... e observei: "Não tenho condições de interpretar o sonho". Conversamos sobre isso e o que significa para a História Oral, e ela me assegurou: "Para mim, o sonho representa uma fragilidade da memória, e estou muito assustada, como se iniciou esse processo? Se não posso confiar em minha própria memória, isso é memória ou subjetividade?".

Tive o cuidado de ligar o gravador, a fim de registrar tudo isso e, muito nervosa, comecei a entrevista, indagando-lhe: "Onde você nasceu?, Em que escola estudou?", etc., porque ela parecia, na realidade, bastante louca e eu me sentia muito temerosa e insegura quanto a minhas aptidões para interpretar, pois ela esperava que eu interpretasse aquele episódio, aquela recordação. Por isso, afirmei-lhe: "Mas não tenho condições de lhe dizer como é a memória, teremos de discutir mais esse assunto, à medida que prosseguirmos".

Tivemos, então, duas sessões, eminentemente documentárias, em que ela narrou sua história de vida da maneira que pedi. Contou que nascera na Rússia, que vivera em segredo nos Estados Unidos, como comunista; falou muito sobre os primeiros anos de sua infância e romanceou-os tanto que a narrativa tornou-se para mim extremamente cansativa — e não foi o único caso em que isso ocorreu —; contou que, na Rússia, com frequência, era obrigada a dormir nos pomares de cerejeiras devido aos bombardeios; não podia ficar em nenhuma edificação, pois todas estavam sendo bombardeadas. Na época da revolução bolchevique, ela ainda era criança — e era uma mentira muito interessante —, mas narrou a história como se, em momento algum, houvesse corrido perigo. Seus pais sempre fizeram com que se sentisse sã e salva. E repetiu a mesma história vezes sem conta: como era privilegiada, pois, apesar de não ter dinheiro, era rica, graças à riqueza de seus ancestrais. Sempre se sentira rica porque seus antepassados possuíam objetos de valor em número suficiente para vender e conseguir segurança financeira. Mudaram-se para os Estados Unidos, etc., etc.. Ela foi morar no Bronx, sendo obrigada a estudar inglês durante anos. O Bronx é um bairro muito pobre da cidade de Nova York, porém ela não se incomodava em viver na parte mais miserável daquela área, porque, na verdade, sabia que sua situação era incomparavelmente melhor do que a dos outros que ali moravam.

Não demorei a perceber que ela sofria de culpa do sobrevivente, pois nem sequer conseguia tirar proveito das condições de relativa pobreza em que vivia, porque

havia outros ainda mais pobres. Finalmente, na terceira sessão, depois de muitas horas, perguntou-me: "O que você está achando desta entrevista?". E ponderei se devia lhe contar a verdade, pois tomei consciência de algo que faço — em geral sem perceber —, ou seja, detenho o poder, porque estou ciente de que, em algum nível, ocorre a transferência e não desejo fazer uma interpretação que torne transparente essa dinâmica de poder; caso contrário, meu poder será menor. Portanto, em outras circunstâncias, eu não revelaria a ninguém, tão prontamente, o que estou pensando. No entanto, refleti: "Mas ela é analista e sabe o que está pedindo que eu faça, está me pedindo que eu penetre nessa transferência que já está ocorrendo". E, na falta de alternativa, dei-lhe minha opinião sincera, respondendo: "Parece-me que você de fato romanceou os primeiros anos de sua infância". Para mim foi muito estranho dizer isso justamente para aquela analista tão famosa que, quando tinha 25 anos, fizera terapia com Margot Mallory, por um período de apenas nove meses, e que supostamente era tão sábia ... E observou: "Concordo com você".

Ela estava apenas se certificando de que eu estava a seu lado e optara por aceitar o desafio de fazer a própria análise. E, com isso, as entrevistas transformaram-se em uma espécie de auto-análise, que, na verdade, era o trabalho que desde o início a motivara, por ter participado da vida acadêmica em Nova York, quando era ainda bastante jovem, e por ter conhecido o trabalho — e aqui menciono de novo, na mesma palestra, o nome de Karen Horney, que recentemente chegou da Europa para falar sobre e escreveu um livro a respeito da possibilidade da auto-análise, a fim de radicalizar esse processo, desobrigando as pessoas de entregar sua interpretação à outra. Por isso, agora agradeço a você por ter feito essa pergunta, pois passei a enxergar com mais clareza o ponto em que estamos, na entrevista, porque, de certa forma, ela se apossou desse trabalho analítico e parece-me que terei de descobrir meu próprio papel nessa subjetividade.

P.: Eu me interessaria em saber qual é o destino dessas entrevistas, desse trabalho todo de interação com o entrevistado, depois que chegam ao arquivo da Universidade de Colúmbia. A equipe faz algum tipo de análise das entrevistas? E gostaria de saber também se vocês têm uma estimativa do público de fora, quantas pessoas vão consultar essas entrevistas, e que destino as fitas têm na consulta, quer dizer, servem para outros estudos, para livros, servem enquanto documentos históricos, ou têm outro destino?

R.: Bem, eu devia ter mencionado isso antes, porque a limitação do tipo de trabalho que normalmente realizamos é que depois não fazemos uma interpretação, pois ficamos inteiramente envolvidos na produção de um arquivo que será usado por outras pessoas. Por outro lado, nosso arquivo é muito bem aproveitado. A cada ano, mais de 2.000 pesquisadores e historiadores escrevem livros baseando-se no acervo. Existem de 1.500 a 2.000 livros sobre a história dos Estados Unidos, escritos a partir do acervo. Recentemente, um pesquisador do *Berlin Institute of Psychoanalysis* procurou nossos arquivos, com o objetivo de estudar as entrevistas de caráter psicanalítico, a fim de usá-las em uma publicação que está organizando. No caso da psicanalista responsável pelo projeto de história da Psicologia, vou fazer um trabalho sobre a experiência de entrevistá-la, e nele também apresentarei as conclusões a que cheguei sobre a natureza de nosso relacionamento e o que isso nos revela no tocante às formas pelas quais podemos interpretar a subjetividade no contexto da entrevista. Neste caso, tenho em mente um destino específico, ou seja, tentarei aproveitá-lo para interpretar ainda mais o método, do ponto de vista psicológico.

Retomando: nosso arquivo é amplamente utilizado e, cada vez mais, por cineastas e escritores. Tive uma experiência muito estranha, há pouco tempo, porque uma pessoa queria transformar sua própria história oral em livro e pediu-me que eu encontrasse um editor. Normalmente, não fazemos isso, eu nem sequer sabia a quem recorrer e liguei para dois agentes literários que por acaso conhecia, em Nova York. Achei que deveria dar uma explicação sobre o Departamento de História Oral, sobre o que fazemos, mas não conseguia terminar uma sentença que fosse, pois me interrompiam, dizendo: "Claro que conhecemos o trabalho que vocês desenvolvem e que sabemos quem você é; todos os nossos escritores usam seus arquivos".

Para mim, foi um choque, mas na verdade, o Departamento é muito conhecido e os arquivos, muito bem aproveitados. Isso porque somos muito rigorosos no tocante às pesquisas documentárias que constituem nosso ponto forte. Procuramos fazê-las com muita exatidão, e as entrevistas que realizamos são bem fundamentadas nas pesquisas. Calculamos que, para cada hora de conversa gravada em fita — se estivermos contratando você, por exemplo, para entrevistar alguém — exigiríamos que fizesse, em primeiro lugar, extensas pesquisas e, em segundo, talvez dez horas de pesquisas para cada hora de fita. Você teria de ler tudo o que encontrasse sobre a história da Psicanálise e de consultar as entrevistas referentes a esse assunto, que já se encontram em nosso acervo, e só então começaria.

P.: Dentro do universo em que se vai decidir, por exemplo, o número de pesquisadores, deve ser colocada uma pauta de trabalho. Como é que se dá prioridade, como se selecionam os temas? É feita uma pesquisa pública para saber os temas que são prioritários nesse momento? Mais uma pergunta: se todo o material do arquivo pode ser livremente utilizado e se um cineasta pode utilizá-lo para romancear uma história, se o acesso é livre para qualquer pessoa.

R.: Como resposta à segunda pergunta, temos os direitos autorais de todas as entrevistas constantes do acervo e é interessante, no caso de cineastas e escritores de ficção, porque essa não é exatamente nossa área de atuação, mas os arquivos, é claro, são abertos ao público. Qualquer pessoa pode ter acesso a eles e usá-los como quiser.

Quanto a historiadores e escritores que recorrem ao acervo com o objetivo específico de reproduzir citações, pedimos — embora não possamos obrigá-los a agir assim — que voltem a nos procurar, quando terminarem a pesquisa no acervo, e nos mostrem de que formas usaram determinada citação. É evidente que, se a usaram erroneamente, nós os informamos de que não podem usá-la.

Legalmente, temos os direitos autorais da entrevista em questão, porém, desde que lá comecei a trabalhar, houve apenas um caso, e trata-se de um procedimento muito simples. Gostaria, como resposta a sua pergunta, que um maior número de pessoas procurasse o arquivo, apenas a fim de ouvir mais histórias e de aproveitá-las para escrever obras de ficção, roteiros de peças — acho que seria uma excelente forma de aproveitá-lo, mas acredito que a maioria não faz isso.

Respondendo à primeira pergunta, temos restrições muito rígidas quanto às pessoas que podemos entrevistar, pois não recebemos dinheiro algum, nem da prefeitura, nem da universidade para realizarmos o trabalho. Somos obrigados, a cada ano, a arrecadar todas as verbas necessárias, até mesmo nosso salário, por isso, os projetos se tornam muito limitados. Em outras palavras, podemos apenas nos dar ao luxo de entrevistar aqueles que têm condições de pagar para serem entrevistados, fato que, infelizmente, vem preservando o caráter elitista do arquivo. Nos últimos dez anos, desde que Ronald Grele assumiu a direção deste, a política mudou. Usamos dinheiro dos ricos, a fim de subsidiar projetos feitos com pessoas pobres, e também fundamos um Centro de Estudos de Gays e Lésbicas.

Fazer essas histórias mais paralelas significa que recebemos menos dinheiro do que antes. Nossa situação financeira é agora desesperadora. Também neste caso tentamos

conseguir dinheiro de quem tem mais recursos para pagar e, então, usamos essas verbas para financiar projetos de nossa escolha. E não dispomos de nenhum sistema para escolher projetos. O diretor e eu estamos abertos a sugestões do público e, com bastante frequência — pelo menos duas vezes por semana —, alguém nos apresenta uma idéia para um projeto, por exemplo, veteranos da guerra do Vietnã e, mais recentemente, veteranos da guerra do Golfo, mulheres que nela lutaram. Procuramos e fazemos uma proposta e, caso seja aprovada, escrevemos para as agências de financiamento que conhecemos e se o projeto for aceito ...

Isso aconteceu recentemente com o projeto sobre a AIDS. Dois médicos nos procuraram porque desejavam fazer a história de outros cinquenta, que foram os pioneiros no atendimento de pacientes aidséticos no consultório e, depois, aproveitaram as informações para pesquisas em trabalhos acadêmicos. Esses dois médicos vieram até nós; o projeto foi aprovado e todos escrevemos cartas para agências de financiamento. Ambos atuaram como consultores para nós, no decorrer das cinquenta entrevistas — é assim que trabalhamos. Portanto, se você entrasse em contato conosco e expusesse uma idéia, teria de apresentá-la por escrito e nós a discutiríamos com você, que então redigiria uma narrativa a partir dela. Só depois disso decidiríamos se o projeto seria ou não levado adiante.

P.: Você diz que vocês têm poucos recursos e têm de levantá-los para manter o programa, a fim de pagar o salário das pessoas, e quando vocês recebem solicitações como essa, que você mencionou, do projeto de entrevistas com médicos que trabalharam com a AIDS, você diz que vai buscar dinheiro —, mas como é que isso funciona, quer dizer, onde é que vocês conseguem buscar, são agências de financiamento do governo, são as próprias instituições ligadas à AIDS? Eu queria que você falasse um pouco sobre essa parte dos recursos.

R.: Recorremos basicamente a dois lugares: pequenas fundações filantrópicas administradas por famílias e agências governamentais. Para o projeto sobre a AIDS, recebemos uma quantia limitada, do *National Endowment for the Humanities*, que teve um corte de 80% no orçamento nos últimos seis meses; por isso, não sei se voltarão a contribuir conosco. Às vezes, conseguimos dinheiro de fundações municipais e federais, mas hoje isso é muito raro. Portanto, estamos dependendo cada vez mais de entidades filantrópicas, de pequenas fundações que nos reservam verbas para projetos que poderíamos vir a fazer.

P.: Além de História, tem a área de Teologia, então me interessaram algumas colocações que você fez. Você falou sobre a Teologia da Libertação. Não sei se você se familiarizou com o trabalho de reconstituição histórica da Igreja, aqui no Brasil, através do Cefla e o papel da História Oral, que acabou sendo interpretado de maneira difusa, dentro das liturgias, como instrumento de conscientização de massas ou de pequenas comunidades, ou núcleos de base. O que você acha dessa interpretação que o movimento da Libertação fez dessa oralidade que chegou às comunidades, você acompanhou, o que achou disso?

R.: Antes de mais nada, tenho poucos conhecimentos a esse respeito, porém estou muito interessada no assunto. Na verdade, desconheço a história, o movimento específico a que você está se referindo. Mas você conhece o trabalho de Paulo Freire, sabe de quem estou falando. Ele trabalhou, até certo ponto, com os movimentos de História Oral nos Estados Unidos. É uma pena, mas desconheço essa história específica —, porém, gostaria de voltar ao Brasil para estudar alguns desses movimentos. Sinto-me muito frustrada por não conhecê-los.

CONJUNTURAS DE IDENTIDADE COLETIVA¹

Lutz Niethammer*

O "boom" do conceito de identidade

Identidade é uma das palavras-chave mais em voga hoje em dia, na política, na mídia e nos estudos culturais. Conquanto esta palavra fosse, até os anos 50, virtualmente desconhecida fora do círculo de matemáticos, do ramo lógico da filosofia e — por um breve período, no início do século XIX — da corrente de Jena do Idealismo Alemão, a identidade pessoal hoje passou a ser uma necessidade, e a identidade coletiva um novo padrão, em qualquer nível — de empresarial a europeu; de cidade a estado, a nação, a continente; de gênero a região, a descendência étnica. E, se uma dessas entidades sociais dá sinais de uma crise de identidade, o corpo político está fadado a adoecer rapidamente, o que se explica por sua vontade cada vez menor de intervir em assuntos internacionais, pelo esfacelamento das instituições democráticas, pela crescente falta de consenso e pela iminência de guerra civil.

A sociedade de identidade desenvolveu-se principalmente nos Estados Unidos, sobretudo dos anos 60 em diante, porém o novo padrão também foi introduzido na Europa, quando o Conselho da CEE aprovou, na reunião de Copenhague de dezembro de 1973, o seu "Documento de Identidade Européia", desafiando europeus a unificar suas forças e seu entusiasmo na competição entre as grandes potências mundiais. Uma década depois, o conceito de identidade atingiu o nível global, quando a Unesco, em sua Reunião

* Professor da Universidade de Jena.

¹ Este ensaio baseia-se num estudo de subcorrentes negligenciadas no debate sobre o conceito de "identidade coletiva" e sua pré-história semântica, a ser publicado em breve numa versão mais completa, em alemão, que fará parte do compêndio *Geschichte und Identität* (1996), Matthias Werner (ed.). Portanto, limitarei minhas notas de rodapé às referências mais essenciais.

Mondia-Cult realizada no México em 1982, aprovou uma resolução sobre identidade cultural, desta vez não com um objetivo de integração, mas mais como um direito básico de se separar em culturas diferenciadas (de terceiro mundo), em defesa contra a globalização dos padrões das potências mundiais.

Quando comecei a mergulhar na história semântica da identidade coletiva, os jornais haviam acabado de anunciar uma nova identidade coletiva, isto é, entre crianças oriundas da divisão médica de material genético, e quando terminei, há mais de um ano, o líder da Frente Nacional Francesa, Le Pen, congratulou Jirinowski por seu sucesso eleitoral na Rússia, dizendo que aquele era um grande momento para a dignidade e identidade dos povos da Europa.

Identidade parece ser um exemplo bastante proeminente do que veio a se chamar de palavras plásticas,² que possibilitam o intercâmbio entre os meios de comunicação e a sociedade de especialistas por meio de um jargão aparentemente científico que extrai todo o significado e a especificidade da experiência.

A História Semântica de uma Palavra Plástica

De seu confinamento aos departamentos da lógica acadêmica e administração policial, da emissão de carteiras de identidade e identificação de suspeitos, a palavra identidade ganhou sentido social, com o auxílio da tradução do psicólogo dinamarquês-alemão-judeu-austriaco-americano Erik Erikson no final da Segunda Guerra Mundial. Erikson, especialista em psicologia infantil e elaboração de biografias de grandes homens, como Lutero ou Ghandi, e adepto da escola de psicanálise do ego de Anna Freud, escolheu o termo para descrever a dialética do processo de socialização do indivíduo e do imigrante.³ Considerada em conjunto com as contribuições paralelas da escola do interacionismo simbólico americano na esteira de George Herbert Mead, tentando lidar com as falhas da sociologia de papéis sociais do pré-guerra, identidade nesse sentido

² Pörksen, U. *Plastikwörter. Die Sprache einer internationalen Diktatur*. 4ª ed., Stuttgart, 1992.

³ Erikson, E. H. *Identity and the life cycle*. Nova York, 1959. Sobre o desenvolvimento do conceito de identidade pessoal e social cf. De Levita, D.J. *Der Begriff der Identität*. 2ª ed., Frankfurt, 1976 (Ingl. Haia, 1965); Krappmann, L. *Soziologische Dimensionen der Identität: Strukturelle Bedingungen für die Teilnahme an Interaktionsprozessen*. 4ª ed., Stuttgart, 1975; e, como breve referência canônica, Dubiel, H. Identität, Ich-Identität. *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, vol. 4. Basileia-Stuttgart, 1976, pp. 148-51.

é o produto da distinção analítica entre Eu e Mim, entre a disposição do indivíduo, sua espontaneidade e sensação de permanecer o mesmo, por um lado, e, por outro, sua identificação com modelos e expectativas sociais, ou suas adaptações a eles, através do que adquire diferentes personalidades sociais ou máscaras. Esta divisão entre identidade pessoal e social leva o indivíduo a refletir sobre seu processo de socialização e a equilibrá-lo no decorrer de sua vida. Identidade é, então, uma categoria dinâmica que descreve os poderes de reflexão e equilíbrio que permitem ao indivíduo permanecer o mesmo dentro das adaptações sociais e do ciclo de vida, bem como das transformações sociais. O poder do Ego resultante foi estabelecido, nos Estados Unidos da década de 50 (ou seja, no auge de seu poder e auto-estima), como a norma social do indivíduo bem adaptado dentro das transformações dinâmicas das sociedades em processo de modernização.

Entretanto, alguns críticos permaneceram céticos, como Erving Goffman, que apontou os limites da identidade pessoal em instituições totais, ou Theodor Adorno, que chamou de "objetivo perverso" entregar as contradições irreconciliáveis das sociedades capitalistas aos poderes equilibradores do indivíduo para reconciliá-los.⁴ Porém, a história de sucesso do termo identidade daquele momento em diante cresceu muito nas ciências sociais, transformando-o, de conceito de história de vida do indivíduo, em conceito que descreve a similaridade da transformação das coletividades. Existem inúmeras histórias semânticas excelentes dessa transformação,⁵ de forma que não preciso procurá-las para identificar a identidade (coletiva) aqui. Há, no entanto, diversas encruzilhadas neste caminho, entre as quais se destacam:

- a) A influência mais duradoura parece ter sido o renascimento étnico de raças não miscigenadas das culturas imigrantes nos Estados Unidos, que redescobriram suas raízes culturais no exterior.
- b) Academicamente influente foi um programa do Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais nos Estados Unidos na década de 60 para financiar a pesquisa sobre identidade política de países em desenvolvimento, onde estados de perfil colonial, mas em grande parte apoiados em culturas tribais, não alcançavam os padrões de democracia sem a construção de culturas políticas nacionais.

⁴ Goffman, E. *Stigma. Notes on the management of spoiled identity*. Nova York, 1986 (1963); Adorno, T.W. Zum Verhältnis von Soziologie und Psychologie. *Sociologica*. Frankfurt/M., 1995, pp. 29-32.

⁵ cf. Mackenzie, W.J.M. *Political identity*. Manchester, 1978; Gleason, P. Identifying Identity: A Semantic History. *Journal of American History*, 69, 1983, pp. 910-31.

c) Assim, encontramos uma riqueza de discursos sobre cultura política derramando-se sobre o Velho Mundo e transportando a identidade coletiva para a Europa com sua pluralidade de tradições culturais duradouras e sua falta de vontade de ultrapassar essas barreiras nacionais no processo de integração continental.

d) Aqui o já mencionado documento de Identidade Européia de 1973 encontra seu lugar como uma tentativa — inspirada no parceiro mais novo dos Estados Unidos na Europa Ocidental, a República Federal de Willy Brandt — de superar as resistências britânicas, gaullistas e similares à integração e assumir a luta pelo poder mundial num novo nível.

e) No nível filosófico, no mesmo período, as contribuições dos neo-hegelianos alemães parecem dignas de nota, quando hegelianos de esquerda, como Jürgen Habermas, tentaram universalizar os conceitos de identidade importados dos Estados Unidos em uma “identidade com razão” (*vernünftige Identität*), desenvolvendo-se dos atos comunicativos e de cooperação transnacional com parceiros de quaisquer lugares. Como de costume, os hegelianos de direita contra-atacaram o que chamaram de uma versão mínima e um arremedo individualista do *Weltgeist* e lançaram, em fins dos anos 70, uma edição modernizada do *Volksgeist* como uma compensação para a autodinâmica da civilização material ocidental, salientando a função da história, como Hermann Lübbe coloca, “de oferecer um conhecimento histórico que possibilita a realização da identidade estrangeira e da identidade própria”.⁶

Desde os anos 80, todos sabemos que o termo *identidade coletiva* se espalhou por toda parte, perdendo, assim, qualquer precisão terminológica. Mas será que se trata apenas de uma “palavra-curingá” que não sugere nada além do equilíbrio reflexivo da estabilidade e da transformação e não tem quaisquer outras raízes políticas e estruturas conceituais além de uma versão ligeiramente hegelianizada da Psicanálise do Ego numa edição coletivista, misturada com a etnicidade da progressista marca *black is beautiful*?

⁶ cf. Habermas, J. “Können komplexe Gesellschaften eine vernünftige Identität ausbilden?”. In: *ders.: Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus*. 5ª ed., Frankfurt/M., 1990 (1976), pp. 92-126; e os ensaios de Marquard, O. “Schwundtelos und Mini-Essenz — Bemerkungen zur Genealogie einer aktuellen Diskussion”, e Lübbe, H. “Zur Identitätspräsentationsfunktion der Historie”, ambos em: Marquard, O. e Stierle, K. (eds.). *Identität*. Munique, 1979, pp. 347-69, 277-92.

Noções de “identidade coletiva” na Europa pré-integração

Com esta questão em mente, comecei a retroceder, além do legendário pós-guerra da psicanálise e das ciências sociais, e procurei traços do conceito de identidade coletiva na Europa do entre-guerras. Tenho que admitir que não era moeda corrente então, mas estava claramente num estágio de desenvolvimento, quando alguns dos intelectuais mais produtivos da época tomaram-no emprestado da clareza terminológica da lógica filosófica e o introduziram nos domínios da política e da cultura.

Os cinco autores que consegui encontrar vieram de muitos ângulos da *intelligentzia* européia e, se eu soubesse ler mais idiomas, talvez tivesse encontrado outros vestígios da pré-história inconsciente da identidade. As cinco referências principais que encontrei no período entre-guerras têm pouco em comum, exceto o vigor com que reconceituaram seus campos em bases científicas e filosóficas e o fato de ter tido alguma relação com a filosofia idealista alemã, mais precisamente com Hegel. Entre eles há um católico alemão anti-semita de direita, um judeu húngaro de esquerda, um descendente liberal da elite científica inglesa, um imigrante judeu vindo da monarquia Habsburgo assimilando-se ao *Bildungsbürgertum* alemão de Viena e um socialista francês da Alsácia-Lorena, que morreu no campo de concentração de Buchenwald, nas cercanias das origens da filosofia da identidade original de Jena. Estes precursores conceituais da identidade coletiva chamavam-se Carl Schmitt, o proeminente advogado do início do Terceiro Reich; George Lukács, o ideólogo aristocrata da revolução comunista húngara de 1919, que se tornaria o principal teórico de Literatura da Europa Oriental stalinista, proscrito por Stalin; Aldous Huxley, o decadentista de maior sucesso entre os cientistas ingleses e administradores internacionais, fadado a terminar por abraçar a sabedoria oriental e as drogas em seu exílio californiano; Sigmund Freud, precursor da etnicidade, e Maurice Halbwachs, que inventou, após estudos empíricos sobre a concepção marxista do padrão de vida das classes trabalhadoras e o valor do aluguel do terreno urbano ou valores da terra, a noção de memória coletiva.

Apenas cito as conotações de identidade coletiva desses autores dentro dos conceitos mais significativos aqui, sem entrar em detalhes de seu passado ou impacto, para mostrar as raízes dos significados conceituais subjacentes à metáfora atualmente em voga de identidade coletiva em sua gestação, antes que o legendário psicossocial pós-guerra reprimitasse a sua pré-história.

a) Ditadura Democrática

Em busca de um conceito de democracia antiliberal e antiparlamentarista, Carl Schmitt apresentou, num tratado de 1922 chamado “Teologia Política”, que voltou à moda nos dias de hoje, mesmo nos Estados Unidos, uma leitura direitista da tradição esquerdista rousseauiana da *volonté general* — cunhando a expressão, onde democracia era a identidade dos governantes com os governados (“*Identität der Regierenden und der Regierten*”).⁷ A frase pareceu útil o bastante para encaixar-se nas teorias de democracia de muitos tipos, mas na verdade revelou-se uma arma poderosa contra a República de Weimar, pois, com Schmitt, sugeria muito mais: a democracia deveria ser considerada como o princípio regulador somente dentro de uma entidade social homogênea que respeitasse o seu líder político por ser ele um verdadeiro representante de carne e osso. Por força desta concepção folclórica, Schmitt podia dizer que, em virtude da identidade essencial entre governantes e governados na democracia moderna, somente democracia poderia se transformar em ditadura, e quando esta realmente apareceu na Alemanha, em 1933, ele também a aplaudiu. Ele só precisou transformar sua fórmula de homogeneidade social (“*Gleichartigkeit*”) em sua versão biológica ou racista (“*Artgleichheit*”), para converter uma homogeneidade social problemática numa que pudesse ser administrada com base nas leis racistas de Nuremberg. No final, ele pessoalmente já não gostava desta transformação e foi forçado a uma oposição silenciosa, mas objetivamente o seu conceito de identidade preparara o caminho para o Holocausto.

b) Consciência Atribuída

Um ano depois de Schmitt, George Lukács publicou um tratado ideológico igualmente influente, no outro extremo do espectro político (*História e consciência de classe*, 1923).⁸ Depois do fracasso da revolução húngara de 1918/19, que resultou no fracasso da revolução mundial, ele repensou o marxismo sob o ponto de vista hegeliano e transportou a unidade dialética de sujeito e objeto da fenomenologia da mente de Hegel para a história real. Em sua visão, o processo histórico atinge o seu ápice quando o proletariado percebe, em sua consciência de classe, o último estágio, isto é, “ao transformar-se no *sujeito-objeto idêntico* da história”. O verdadeiro proletariado, no entanto,

⁷ Schmitt, C. *Politische Theologie: Vier Kapitel zur Lehre von der Souveränität*. 6ª ed., Berlin, 1993 (1922), p. 45; ver também seu *Verfassungslehre*. 8ª ed., Berlin, 1993 (1928), pp.204-8, 214, 223-38.

⁸ Lukács, G. *Geschichte und Klassenbewusstsein. Studien über marxistische Dialektik* (Berlin, 1923), *Werke* vol. 2, Neuwied, 1968, ed. especial com introdução de 1967, Neuwied, 1970.

não atinge facilmente este estágio de revolução, pois pensa de modo prático e particularista, tendo apenas uma intencionalidade obscura e não uma consciência clara, e a sua subjetividade carece de perspectiva política. Portanto, a *intelligentzia* revolucionária tem que substituir a subjetividade obscura do proletariado e atribuir sua própria consciência ao objeto da história, o proletariado. (O termo-chave em alemão é “*zugerechnetes Bewusstsein*”). Assim, a identidade do sujeito-objeto é efetivamente transformada na identidade postulada pela *intelligentzia* da classe média revolucionária e o objeto da história, o proletariado, na medida em que a consciência e liderança revolucionária do primeiro substitui e compensa o atraso do segundo. Esta identidade, é claro, legitima o radicalismo autoritário da esquerda e — embora o movimento comunista não tenha aderido a esse *putsch* filosófico dos intelectuais — o conceito de identidade de Lukács muitas vezes fascinou os socialistas radicais de classe média, que se frustraram com o conservadorismo da classe operária empírica, notadamente em 1968.

No mesmo ano, a propósito, o conceito de Schmitt de democracia como identidade dos governantes com os governados teve um florescimento semelhante, porque a campanha antiliberal para a democratização social carecia de um conceito marxista de democracia ou de instituições políticas em geral e — com as melhores intenções antifascistas — caiu mais uma vez em outra ideologia de identidade.

c) O cultivo da desigualdade

De volta ao futuro. Em 1932 Aldous Huxley publicou o seu irônico e antiutópico *Admirável mundo novo*, uma das críticas sociais e políticas de maior alcance e sucesso do Século XX.⁹ Nele descreveu um Estado global do futuro, que conceituou como síntese do fordismo econômico, darwinismo burocrático e cultura universalizada da droga e dos meios de comunicação. A tarefa básica deste Estado é abolir a sociedade, a história e o amor e criar e perpetuar uma comunidade que reproduz todas as iniquidades sociais e raciais à maneira de um sistema global de castas que é aceito por todos, pois suas diferenciações hierárquicas são geneticamente programadas. Os agentes centrais deste Estado global nos diversos campos são suas instituições genéticas para reprodução artificial, seleção e condicionamento da prole. E em suas portas está escrito — como nas prefeituras francesas “*Liberté, égalité, fraternité*” — o novo slogan do Estado Mundial: “Comunidade, identidade, estabilidade”.

⁹ Huxley, A. *Brave new world*. 25ª ed., Harmondsworth, 1974.

A identidade coletiva na visão depressiva de Huxley significa então que uma potência política de alcance mundial cria — por estratégias genéticas e pedagógicas — entidades sociais e culturais, desiguais e accitas por todos, porque a aceitação do próprio lugar na hierarquia de castas já é geneticamente programada. Os membros das castas se identificam, pois todo espaço para reflexão biográfica e balançamento das expectativas individuais e sociais foi abolido.

Tal sistema de castas, mesmo tendo alguns maníacos nazistas vislumbrado um futuro comparável, não se realizou. Mas a primazia do poder político sobre a sociedade, cultura e história, e o culto da identidade e da comunidade na base da sociedade mundial, e com ela a esperança de sua estabilização, estavam todos presentes quando, nos anos 60, as estratégias de construção de nações e culturas políticas do Terceiro Mundo foram forjadas pelas cabeças pensantes do Primeiro.¹⁰ E tal sistema de desigualdade sustentável regionalizada também estava presente em segundo plano quando a Comunidade Econômica Européia inventou, em 1973, a Identidade Européia. A cultura deveria ser construída para dar apoio ao avanço de instituições políticas e espaços geopolíticos. E a Comunidade Européia, durante a sua investida na competição entre as potências mundiais, tinha uma visão detalhada das desigualdades do mundo a ser estabilizada. Para o seu relacionamento com o mundo exterior, a CEE desenvolveu uma hierarquia de dez categorias, variando de “amizade” com os novos europeus da CEE e “auxílio” aos estados-membros associados (a maioria na África) através de “oportunidades iguais” (EUA), “reciprocidade” (União Soviética) e “intercâmbio” (China) até “crescente consideração... pelos povos menos privilegiados”, que ela prometeu retribuir no futuro.¹¹

d) Identidade como diferença

Por mais estranho que pareça, não se encontra o termo *identidade*, que se tornou tão simbólico no uso público da psicanálise, nos escritos do seu fundador. Sigmund Freud usou-o apenas uma vez, mas nessa ocasião não falava como psicanalista, mas como imigrante. Em 1926, num discurso diante do B'nai B'rith de Viena, ele confessou que se sentia irresistivelmente atraído pelos judeus e pelo judaísmo “por força de muitos poderes emocionais obscuros, que são tanto mais poderosos, quanto menos puderem

¹⁰ Pye, L. *Aspects of political development*. Princeton, 1966, p. 63. Cf. Mackenzie, op. cit. p. 28 e seguintes.

¹¹ O documento foi impresso por Schwarz, J. (ed.). *Der Aufbau Europas. Plane und Dokumente 1945-1980*. Bonn, 1980, pp. 499-502; cf. von Staden, B. Die Identität der Europäischen Gemeinschaft”. *Auenpolitik* 23. 1972, pp. 505-12.

ser expressos em palavras, e novamente pela consciência clara da identidade interior, o segredo da mesma construção da alma”¹². Como já disse, Freud nunca entrou em detalhes sobre a identidade, mas é numa área semântica em que ele usa o termo uma única vez, como se estivesse no cerne de seu pensamento: poderes emocionais obscuros, construção da alma, realidade interior, incapacidade de falar, segredo, similaridade e consciência clara. Pesquisas biográficas revelaram que Freud sempre tentou ocultar as marcas de sua infância tradicionalmente judia num *Schedl* morávio atrás de sua assimilação urbana ao *bildungsbürgertum* alemão e de sua bolsa de estudos internacional.

Trinta anos depois, essa separação dos laços emocionais secretos das próprias raízes, suas marcas e a adaptação do imigrante às expectativas da nova sociedade em que vivia foram descritos como uma variedade característica de “dissonância cognitiva”. Integração não significa identidade. Por trás da adaptação social e cultural, uma segunda identidade social está fadada a persistir, pois está muito mais enraizada em emoções e tradições familiares. Desde a década de 60, esta segunda identidade, que indica diferença emocional e cultural, veio à tona no reflorescimento étnico de culturas imigrantes e transformou a América numa sociedade de identidades, uma sociedade de culturas diferenciadas dentro de uma só civilização.¹³ A diferenciação de culturas disseminou-se dali para além da etnicidade, do trabalho a culturas jovens e da diferença de gênero à identidade empresarial. Tudo isto implica que, não apenas as pessoas podem fazer parte de várias culturas —, até ao mesmo tempo, o que é a base do novo individualismo —, mas também que a separação entre identidades culturais subjetivas e estruturas materiais objetivas e entre processos de reprodução econômica e infra-estruturas toma-se cada

¹² Freud, S. *Gesammelte Werke*, vol. 17 *Schriften aus dem Nachlaß*, 6ª ed. Frankfurt/M., 1978, p.52.

¹³ Cf. Alba, R.D. *Ethnic identity. The transformation of white America*. New Haven, 1990; e coleções, tais como, Spillers H.J. (ed.). *Comparative american identities: race, sex, and nationality in the modern text*. Nova York, 1991; Aronowitz, S. *The politics of identity: class, culture, social movements*. Nova York, 1992; Bernal, M.E., Knight, G.P. (eds.). *Ethnic identity. Formation and transmission among hispanics and other minorities*. Nova York, 1993; Earle, R.L., Wirth, J.D. (eds.). *Identities in North America. The search for community*. Stanford, 1995; Harris, H.W. et al. (eds.). *Racial and ethnic identity. Psychological development and creative expression*. Nova York, 1995. Quanto ao passado histórico de pesquisas dentro desta tendência nos E.U.A., ver Gleason, op. cit., p. 920 e seguintes; para uma ampla coletânea do mundo francófono, Tap, P. (ed.). *Identities collectives et changement sociaux*. Toulouse, 1987. Os principais antropólogos, contudo, tornaram-se cada vez mais críticos quanto ao conceito. Cf. Lévy-Strauss, C. In: Benoit, J-M. (ed.). *Identität: Ein interdisziplinäres Seminar unter Leitung von Claude Lévy-Strauss*. Paris, 1977; Stuttgart, 1980, p. 7 e seguintes, 262 e seguintes; Geertz, C. *Angestammte Loyalitäten, bestehende Einheiten. Anthropologische Reflexionen zur Identitätspolitik*. Merkur, 1994, pp. 392-403.

vez mais básica e um desafio para a constituição de uma vontade geral na condução desses processos.

A longo prazo, as sociedades pós-modernas tendem a virar de cabeça para baixo o relacionamento entre o consciente e o subconsciente da vida pública, quando o antigo segredo quanto aos laços emocionais domina cada vez mais o espaço aberto com suas expressões culturais de identidades plurais, ao passo que o processo social e material das sociedades como um todo passa da decisão e do debate público para uma autonomia autocontrolada de estruturas que funcionam inconscientemente ou como uma *segunda natureza*.

Mas estas estruturas materiais não são de forma alguma universais. Elas acumulam riqueza coletiva e diferem no seu funcionamento de nação para nação, ou de região para região, criando assim novas identidades coletivas inconscientes altamente ligadas ao poder.

e) A construção social do passado

Minha última referência aos precursores do *boom* de identidade do pós-guerra aponta para Maurice Halbwachs, que inventou, em meados da década de 20, a noção de uma memória coletiva e, portanto, uma primeira versão daquilo que mais tarde seria reinventado como a “construção social do conhecimento” (neste caso sobre o passado). As contribuições teóricas de Halbwachs sobre a natureza social, espacial e reconstrutiva de memória cultural estiveram no ostracismo por um longo período e tiveram que esperar a virada cultural do final dos anos 70 e a década de 80 para serem redescobertas e se tornarem assunto de debate. Halbwachs escolheu o campo da memória para emancipar-se das influências de Bergson, seu primeiro professor, e provar a superioridade de suas posteriores convicções durkheimianas mesmo nesse campo. Assim, ele parte da tese de que não existe a memória interior de uma pessoa, que armazena e recorda suas próprias experiências ao longo do tempo (o que de fato Bergson também disse em seu *Matière et mémoire*), mas toda lembrança significativa é um processo socialmente condicionado de reconstrução que se apóia na estrutura social de relíquias culturais e rituais de comunicação de um dado grupo no presente. Isso significa que a lembrança não é uma questão de experiência própria de alguém ou de tempo, mas de espaço social em sua especificidade, mais dependente dos símbolos, relíquias e tabus da estrutura social do presente que da narração de coisas passadas ou históricas. A lembrança reconstrói, assim, uma visão de um passado significativo computando partículas insignificantes da própria memória do indivíduo com os símbolos e as estruturas comunicativas impor-

tantes no grupo social ao qual pertence e, com isso, cria a “sensação de identidade”, que é identidade social desde o início.¹⁴

Conseqüentemente, Halbwachs atribuiu às estruturas sociais da memória uma identidade coletiva e um caráter subjetivo, ao falar de memória coletiva, memória de grupo ou memória da nação, e define esses conceitos como agentes de construção de comunidade em torno de um passado específico, que está imediatamente presente e não neutralizado pelo universalismo da história científica e o seu relativismo de significado no tempo. Em contraste com a história, Halbwachs enfatiza que a “...memória coloca as semelhanças ao longo do tempo em primeiro plano. No momento em que um grupo volta o olhar para seu passado, sente que permaneceu o mesmo e se conscientiza de sua identidade, preservada ao longo do tempo”¹⁵. Esta noção de memória tornou-se muito influente por volta da última década, porque, no nível acadêmico, os cientistas sociais gostaram da idéia de que as memórias eram fontes do presente e não de um passado incerto e porque os historiadores da cultura viram suas antigas fontes da época dos antiquados *Geistesgeschichte* e história da arte, objetos culturais e símbolos reavalentados como objetivações de identidade grupal, depois de terem sido depreciados em debates intermináveis sobre a vida cotidiana, recepcionismo e práticas socioculturais.

E, naturalmente, num plano mais genérico, a sociedade pós-moderna de identidades culturais plurais com seu jogo de citações simbólicas (por exemplo, na arquitetura) ou sua intertextualidade literária colocou Halbwachs em prática. A pergunta, entretanto, é: isso funciona, as condições de reconstrução podem ser construídas, e a memória interior está realmente vazia, ela não guarda também conteúdos inconscientes e involuntários?

História e memória

Permitam-me deter-me aqui e refletir por um momento sobre o que fiz nesta intervenção. Parti do *boom* de identidade no presente e empreendi — no nível semântico — dois modos de exploração tipicamente históricos: primeiro procurei a tradição, a lenda sobre a evolução deste jovem conceito de identidade para a sua hegemonia um

14 Halbwachs, M. *Das Gedächtnis und seine sozialen Bedingungen*. Paris, 1925; Frankfurt/M., 1985, pp. 95 e 132.

15 Halbwachs, M. *Das kollektive Gedächtnis*. Paris, 1950; Frankfurt, 1985, p. 74.

tanto vazia no presente e tentei condensá-lo e racionalizá-lo para os nossos propósitos aqui. E, em segundo lugar, procurei relíquias e traços contraditórios a esta lenda, quer tenham significado a existência do conceito antes que a lenda tenha postulado seu nascimento, quer tenham mostrado o termo em outras conotações políticas ou usos conceituais que a lenda do moderno poder do ego socializado queria banir dele.

Em suma, narrativas históricas recontam histórias tradicionais de uma maneira nova, auxiliadas pela memória institucionalizada do presente, e a pesquisa histórica tenta mostrar que estas histórias são apenas parcialmente verdadeiras, ou então falsas, subsidiadas por relíquias do passado que estavam inconscientes na memória viva. Assim, recordar de forma histórica é uma tarefa dupla — tradicional e crítica ao mesmo tempo —, sendo assim, ultrapassa em muito os conceitos de memória e identidade social de Halbwachs.

Não sou, obviamente, o primeiro a ter descoberto isto, mas sinto que as racionalizações mais proeminentes desta distinção estão basicamente erradas, ou, no mínimo, não são muito úteis.

Como o próprio Halbwachs, intérpretes contemporâneos da memória cultural, como Yosef Yerushalmi, Pierre Nora ou Jan Assmann¹⁶ — e mesmo os editores de *História e Memória*, a revista mais especializada de Tel Aviv —, estabeleceram uma terminologia na qual memória e história são conceituadas como justaposições. Grosso modo, a memória cultural é tradicional, visual, simbólica ou ritual, espacial, específica, significativa e adota a identidade de um determinado grupo em sua especificidade cultural e em distinção de outros. Por outro lado, a história é moderna, narrativa e textual, temporal, universal, relativista e tende a neutralizar o presente no que se refere a valores tradicionais e específicos. Em virtude desta terminologia, temos duas opções: a história se torna dominante e então temporalizamos os usos da memória e da história no sentido de uma seqüência — as sociedades tradicionais, portanto, usam a memória, e as sociedades modernas têm história, e, na ausência das antigas meganarrativas da filosofia da história, isto significa aqui que ou elas não têm nenhuma ou têm pouca identidade; ou então favorecemos a especificidade e o sistema de transmissão de valores da memória tradicional, tendo, pois, que equilibrar os racionalismos da história reabilitando a iden-

16 Cf. Yerushalmi, Y.H. *Zachor: Erinnere Dich! Jüdische Geschichte und Jüdisches Gedächtnis*. Seattle, 1983; Berlin Ocidental, 1988; a introdução do editor no primeiro volume da volumosa coleção Nora, P. (Hg.). *Les lieux de mémoire*, vol. 1. La République Paris, 1984; Assman, J. *Das kulturelle Gedächtnis. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen*. Munique, 1992.

tidade por meio de práticas simbólicas de memória e rituais no interesse de valores fundamentais que são tabus na historiação. Politicamente não gosto desta alternativa entre pós-história e fundamentalismo e, conceitualmente, acho-a antiquada, se não falsa.

Correções poderiam vir de pesquisas empíricas da memória, tanto em nível de práticas culturais das antigas mnemotécnicas de História Oral e Psicanálise, quanto em nível de pesquisa do cérebro e outras abordagens da memória pela história natural.¹⁷ Ambas tendem a introduzir conceitos metafóricos que consideram a memória de modo muito mais amplo em vez de confiná-la num depósito de armazenagem físico, ou num meio vazio de (re-)construtivismo social. Nesta visão mais ampla, a memória é a pré-condição dinâmica da percepção e do pensamento. Ela tem níveis conscientes e inconscientes e é uma interação altamente complicada de diferentes agentes de percepção, nos quais as disposições genéticas, o aprendizado social e terminológico, os choques do encontro emocional com novidades não preconcebidas e as recordações culturais no sentido de Halbwachs são associados, não excludentes. Sobretudo não existe uma distinção nítida das funções interiores e exteriores da memória, mas uma interação conjunta.

Dentro desse contexto mais amplo, a memória é, ainda hoje, a metáfora mais abrangente de estruturas perceptivas, lembranças e práticas culturais, e dá lugar à memória tradicional, bem como às práticas históricas.

Sobre a especificidade da memória-paradigma

Quando a habitual justaposição temporalizada de memória e história está reorganizada no sentido de se utilizar a memória para todas as práticas, a fim de tornar as coisas passadas significativas para o presente e para as percepções do futuro, incluindo a história e mesmo aquela de suas facções que define a si mesma como parte das ciências sociais, surgem inúmeras outras questões.

17 Como referência, ver diversos estudos, tais como os de Yates, F.A. *The Art Of Memory* (1966). Londres, 1994; Poppel, E. *Grenzen des Bewusstseins. Über Wirklichkeit und Welterfahrung*. (1985). Munique, 1987, apenas como exemplo da conceituação da memória dentro da moderna pesquisa do cérebro; ou meus próprios comentários sobre a memória do ponto de vista de práticas de história oral "Fragen — Antworten — Fragen. Methodische Erfahrungen und Erwägungen zur Oral History". In: Niethammer, L., von Plato, A. (eds.). "Wir kriegen jetzt andere Zeiten". *Auf der Suche nach der Erfahrung des Volkes in nachfaschistischen Ländern*. Bonn-Berlin, 1985, pp. 392-445.

Primeira: o conceito de memória não explodirá quando for utilizado para uma esfera tão ampla e diversa de fenômenos e práticas? Minha resposta a isto seria: sim, enquanto conceito irá pelos ares, mas isto não seria uma verdadeira perda, já que nunca foi um conceito bem definido com poderes explicativos, mas uma metáfora encabeçando longas listas de fenômenos tão diversos quanto, digamos, lembrar-se de uma citação da discussão de ontem, usar a memória corporal para dirigir um carro, ou associar um ícone da libertação de Buchenwald com imagens da Primeira Guerra Mundial, ou uma percepção juvenil do Holocausto na década de 40, e, finalmente, usar um arquivo ou biblioteca como memória objetificada.

Segunda: se eu sugerir não utilizar a memória como um cabeçalho metafórico para as práticas das sociedades tradicionais ou práticas não-científicas para dar às coisas passadas um significado no presente, como então deveríamos chamá-las? A isto eu responderia que nós não tivemos um denominador comum para tradições, rituais, mnemotécnicas, as funções de um contador de histórias, etc. até ontem e pode ser útil permanecer assim, pois assim não esqueceríamos que eles ainda precisam ser interpretados, explicados, contextualizados um a um, e que existem muitos fenômenos em nossas sociedades que funcionam de modo muito parecido, e que a nossa compreensão pode beneficiar-se mais de comparações que da colocação em formações sociais tradicionais.

Terceira: poderíamos perguntar se é legítimo, ou ao menos útil, associar memória cultural à memória individual, tal como a abordam — digamos — filósofos, historiadores orais, ou pesquisas cerebrais. Minha resposta é mais um palpite, mas num sentido positivo, e a razão é que a pesquisa do cérebro, por exemplo, tampouco tem um conceito nítido de memória, mas uma metáfora parecida para um conhecimento razoavelmente diverso e experimental sobre um número de relações funcionais e suas possíveis explicações e interações e, sobretudo, que a pesquisa sobre os aspectos físicos da memória leva tão inevitavelmente à sua estrutura cultural quanto a pesquisa dos fenômenos da memória cultural não pode — ou ao menos não deveria — evitar as questões do impacto sobre indivíduos e seus modos de recepção, tradução ou negação dos mesmos.

Quarta e, para os meus fins aqui, última: poderíamos perguntar — e historiadores e estudiosos da memória certamente deveriam perguntar — quando e de onde vem a expansão da memória? Muitas sugestões pós-estruturalistas e pós-modernistas foram feitas a respeito do enorme crescimento contemporâneo de arquivos e museus e da importância igualmente crescente de imagens e espaços. Não quero me contrapor a isto, mas não me parece suficientemente específico. Gostaria de acrescentar apenas uma

tentativa adicional de resposta ou talvez nada mais do que algumas pistas que poderiam lançar alguma luz sobre a especificidade do componente memória dos conceitos de identidade. Que os *booms* de memória e de identidade atualmente estejam de várias maneiras associados — embora o surgimento da memória nas artes e estudos culturais seja ainda mais recente que aquele da identidade nas ciências sociais — parece óbvio, e voltarei a isto em um minuto. Entretanto, é igualmente óbvio que o interesse em forjar um conceito moderno de memória é muito mais antigo que a informática, a pesquisa do cérebro ou o pós-modernismo.

Aqui, a mudança de paradigma parece ter ocorrido nas décadas anteriores e pouco depois da Primeira Guerra Mundial e está ligada a nomes como Zemon, Bergson, Proust, Freud, Warburg, Benjamin e Halbwachs, e a maioria deles (com a possível exceção do último) foram intelectuais europeus de origem judaica mais ou menos pronunciada que já não praticavam a religião judaica. Conquanto antes disso a memória fosse em grande parte uma coisa técnica, que deveria ser otimizada em sua precisão e capacidade de retenção (como na mnemotécnica retórica, ou com Skinner e outros nas últimas décadas), o novo interesse introduziu uma avaliação totalmente diferente da memória, não mais como instrumento, mas como órgão central, responsável pela integridade de uma pessoa ou cultura ao longo do tempo, sendo básica à sua especificidade, comportamento e poderes criadores, com dimensões inconscientes e involuntárias, indefinível em suas fronteiras abertas com o corpo, de um lado, e com a cultura, de outro. E novamente, no nível cultural, a memória ou *mneme* era vista como sendo central à evolução das espécies, de um lado, e a uma coexistência atemporal do mais avançado e do mais primitivo nos arquivos e espaços referenciais, de outro. Não posso desenvolver mais este aspecto aqui e também carecemos imensamente da pesquisa especializada necessária para ser mais específicos a este respeito. Mas meu palpite seria que esta nova avaliação e centralidade da memória em termos antropológicos e culturais pode também estar enraizada num acompanhamento cultural de uma religião judaica reprimida, à qual o dever de lembrar obrigações comuns, como Yerushalmi e outros mostraram, é muito mais central do que em outras religiões. A memória aqui, de fato, esteve por muito tempo no cerne do que passaria a ser chamado de *identidade coletiva* ao longo das últimas décadas. O que sugiro, então, é que, no período formador da pesquisa moderna da memória, um elemento secularizado das tradições da religião judaica pode ter-se provado tão igualmente produtivo quanto, por exemplo, o protestantismo secularizado na formação do Idealismo Alemão. Se esta sugestão for de alguma valia, talvez também possa dar algumas pistas para a segunda fase de estudos da memória, em que agora

nos encontramos, e à qual pesquisadores judeus (inclusive aqueles em contato próximo com colegas judeus e israelenses) parecem ter contribuído mais do que qualquer outro grupo ou questão.

Por fim, quero apenas apontar para um perigo no relacionamento entre os dois conceitos de que tratei aqui e de seu atual *boom* cultural. A memória está ligada à identidade, seja ela pessoal ou nacional, e o peso que vimos ser dado à psicanálise nos estudos da memória diz muito sobre a especificidade de seu âmbito e objetivos. Como tentei mostrar na parte inicial dos meus comentários, seria, no entanto, enganar a si mesmo acreditar que o inverso também fosse verdade. Há outras maneiras de constituir identidades coletivas que não através da memória, e, sendo essas simplesmente reprimidas na história da identidade, a qualquer momento podem voltar à luz novamente e oferecer seus serviços àqueles que não gostam de lembrar ou ser lembrados.

DEBATE

LUTZ NIETHAMMER

P: Segundo a sua pesquisa, como se formaria a memória individual? Quer dizer, como é que, a partir das suas experiências de pesquisa com História Oral, o senhor vê essa formação, essa criação da memória individual?

LN: Bem, eu acho que a memória individual se forma num processo cultural, social, mas este processo não se restringe à cultura externa. O que é interessante — e o que eu creio, a partir do trabalho empírico de História Oral — é descobrir como a experiência pessoal e a interpretação cultural desta experiência se entrelaçam. E talvez devesse dizer que — a partir de minha experiência com entrevistas de História Oral — temos a impressão de que existem em uma entrevista muitos aspectos de memórias diferentes. Por exemplo, as entrevistas que fizemos na República Democrática Alemã produziram tipos de biografias que, no início, nos eram desconhecidas em suas formas, porque as pessoas, quando lhes dizíamos, “você poderia nos contar sua vida”, não narravam em ordem cronológica, porém, produziam colunas cronológicas subdivididas segundo partes de suas vidas. Assim, uma primeira coluna começava sempre com a carreira, desde seu início. Em seguida, abriam uma nova coluna para a vida em família e, depois, uma outra para a vida pública. Por vezes, renda e finanças em uma quarta coluna.

Isto nos parecia muito estranho, mas surgia tão freqüentemente que percebemos, então, que este era um modelo montado dentro da RDA, porque lá as pessoas tinham que escrever a história de suas vidas muitas vezes, e isto era feito através de perguntas. Então, as pessoas haviam aprendido esta forma de subdividir suas vidas, mas isto também representava um uso cultural para elas, porque deste modo não precisavam fazer uma cronologia crítica. Assim, não diriam, por exemplo, no cabeçalho de sua biografia política: “entrei para o grupo de jovens de Hitler em 1937”, porém, no cabeçalho carreira, subentendendo-se que guerra era parte da carreira, diriam terem sido recrutadas para o serviço militar em 1938. E, também,

como vida pública significava somente a vida pública socialista, esta começava, invariavelmente, quando se entrava em alguma organização socialista. E o mesmo valia para todas as organizações.

Como me disse alguém em um *workshop*, o que as mulheres podiam dizer era algo do tipo, "bem, em 1953 eu finalmente estava certa e ingressei no partido socialista". Se ela tivesse seguido a ordem cronológica, teria dito, "bem, quando meu marido se tornou diretor de departamento, eu finalmente ingressei no partido", e essa declaração teria um significado muito diferente. Portanto, contar a biografia por meio dessas colunas significava, por um lado, usar a linguagem oficial e a cultura oficial e, por outro, organizar sua vida de modo mais suave.

Além disso, quase toda entrevista também contava uma história diferente, que não poderia ser interpretada somente por modelos culturais, porque todo mundo em entrevistas conta anedotas, cenas particulares de seu período de formação. Se você analisar esse material, descobrirá que se alguém encontra algo novo isso será, de certa forma, um grande desafio para suas emoções e provocará um choque, para o bem ou para o mal, daí essa pessoa não armazenar a memória na forma de um termo, mas como uma cena, porque ela não dispõe de termos adequados de definição, e o choque imprime a imagem da cena, que então pode ser recontada a partir da memória. A linguagem na qual você conta pode ser a linguagem atual, mas você o faz a partir de um elemento visual, que vem antes do termo. Agora, se o mesmo acontecer a você mais uma vez, normalmente você não terá a mesma memória da cena ou da anedota, você dirá apenas, "sim, era isso", "eu reconheço isso", você terá então um termo abstrato e esquece.

A memória individual tem, para sua própria vida interior, impressões culturais que a organizam e, também, as impressões próprias do que é emocionalmente básico para cada um. Estas impressões se organizam numa estrutura de narrativa diferente, normalmente em forma de anedotas. Mesmo pessoas que pesquisaram as formas como as pessoas morrem encontraram esse tipo de anedotas. Chama-se "o filme da sua morte". Quando você morre, as cenas mais intensas de emoção parecem ocorrer, instantaneamente. Então creio que precisamos levar em conta esses dois aspectos que se entrelaçam. Assim, a memória individual é criada por ambas as influências, pelo que a sociedade oferece ou mesmo impõe, na forma de organizações ou de significados e, também, por coisas muito originais, que vêm antes do significado.

P: Como advogado e estudante de relações internacionais na área de Direitos Humanos, gostaria de ouvir um pouco mais a respeito de nacionalismo, de memória coletiva e de sociedade pós-moderna. A Alemanha foi dividida em dois países por muito tempo e duas identidades diferentes foram criadas. O que você pode dizer sobre as conseqüências da união de duas Alemanhas, de duas identidades tão diferentes unidas numa só.

LN: Vou começar com a última questão porque é mais fácil para mim, e é exatamente porque eu venho pesquisando a respeito e estou vivendo na Alemanha Oriental sendo um alemão ocidental. Estou vivendo e ensinando na Alemanha Oriental, e o ponto central da minha experiência é ter-me tornado cético acerca do conceito de identidade coletiva, porque eu acho que é simples demais. O que é bom a respeito do conceito de Erickson sobre a identidade individual é a abertura da reflexão do indivíduo sobre os vários caminhos nos quais ele está ao mesmo tempo. Entretanto, não existe tal capacidade de reflexão na coletividade. Acredito que o que eu aprendi dos estudos culturais que fiz da Alemanha Oriental e da Alemanha Ocidental é que nós temos que fazer isto de forma muito mais complexa. Não existe um coletivo se formando, mas existem tradições, existem instituições que reproduzem certos valores, e se elas não estão presentes, então elas não os reproduzem. Também existem impressões em pessoas que gostariam que as coisas permanecessem como eram; elas estão competindo com outros desejos de mudanças em outras áreas. Então, eu creio que se tentarmos organizar tudo isso por meio de um padrão de identidade coletiva...

Claro que eu comecei com essa pesquisa porque todos a meu redor falavam a respeito da identidade alemã, identidade da Alemanha Oriental em oposição à da Alemanha Ocidental e assim por diante. Porém, descobri que isso nem organizava o material de História Oral que eu havia coletado, nem representava meus sentimentos de que sou um ocidental no Oriente... Para os ocidentais eu quase me tornei um oriental e, para os orientais, eu sou um ocidental, e assim por diante.

Creio, então, que o interessante é que a identidade deveria sempre ser plural, deveria levar em consideração os muitos lados que devem estar em harmonia nos indivíduos, e, quando se trata de coletividade, você não pode simplesmente saltar do indivíduo para o coletivo, mas precisa passar por estágios intermediários de análise

cultural, e é sobre isso, principalmente, que os estou alertando. Porque o debate sobre identidade — e com isso chego à outra questão que li — que apresenta, a meu ver, uma afinidade muito grande com os fundamentalismos de todos os tipos, e está aberto a todos os tipos de manipulação, porque sugere que os membros de um grupo e o Estado ou uma Nação seriam de fato de alguma forma idênticos, o que, pelo amor de Deus, eles nunca são. Gosto da diversidade dentro das culturas comuns e gostaria de manter todos esses canais abertos enquanto o conceito de identidade não pode evitar o perigo de que alguém no poder defina o que é essa identidade. E creio que esse é o grande perigo daquilo que foi aqui chamado de memória coletiva e nacionalismo, porque estes são processos que geralmente não podem ser dissociados do poder e da política cultural, por exemplo. Mas acredito que eles deveriam ser analisados e debatidos como coisas nas quais a política está envolvida e na qual o poder está envolvido e não deveriam ficar neste nível metafórico que é tão facilmente manipulado.

P: A discussão a respeito daquela citação do rabino, de que a redenção não vem com a lembrança, e essa questão para os alemães... Exemplifico com o livro *Injustiça*, de Barrington Moore Jr, em que ele justifica escolher a história da Alemanha, para ilustrar essa questão da injustiça da classe trabalhadora na Alemanha no século XIX. Uma das justificativas para fazer essa ilustração é o fato de que na Alemanha há muitas autobiografias de trabalhadores. Havia, portanto, essa prática de escrever as próprias memórias, a autobiografia era freqüente no século XX... Quer dizer, depois da guerra, a questão das memórias torna-se complicada, não somente para escrevê-las como para explicitá-las de qualquer forma. Então, apesar de a redenção não vir com a lembrança, não seria importante se a História Oral refletisse sobre o silêncio também? Quer dizer, mais do que outras fontes como autobiografias escritas, questionários ou outras fontes escritas, a História Oral poderia tentar compreender os silêncios de períodos históricos complicados. Eu me lembro do trabalho de Michael Pollack sobre experiências no campo de concentração de mulheres e essa questão do indizível, do silêncio, etc. Então se o senhor puder comentar sobre isso...

LN: Não tenho certeza se compreendi todas as sutilezas da questão.

P: Você fez uma comparação entre essa propensão a escrever memórias pelos alemães no século XIX, por esse acesso à leitura da Bíblia e religião, e a encontrar, após a Segunda Guerra Mundial, esse problema de memória e silêncio.

LN: Gostaria de utilizar os dois exemplos que você deu um pouco mais de perto do que você, obviamente, queria, porque eu pesquisei um pouco essas autobiografias do século XIX, e, se você analisar várias delas em sua forma e no ciclo de vida dos autores, descobrirá que elas envolvem, por assim dizer, algo como o silêncio a respeito da classe trabalhadora em geral. A maioria das autobiografias da classe trabalhadora foi escrita por pessoas que têm um tipo específico e incomum de vida e, de certa forma, uma história de sucesso que as afastaram da pobreza cultural, que ainda é, então, o destino da classe trabalhadora, menos no século XX do que no século XIX. Por isso, muitos de nós historiadores dissemos, bem, agora temos o documento do ego da classe trabalhadora e, finalmente, estamos entre os trabalhadores.

Embora, tivéssemos documentos de pessoas muito específicas descrevendo a situação das classes trabalhadoras, o significado real dessas autobiografias mostrava como esses autores eram diferentes. Então, ainda tínhamos que interpretar a cultura da classe trabalhadora através dos silêncios dos documentos que tínhamos e, neste sentido, creio que a situação após a Segunda Guerra Mundial não é muito diferente da que você utilizou em seu primeiro exemplo, porque novamente temos um grande número de documentos a respeito do ego (que, nos últimos dois anos eu publiquei), e de memórias de campos de concentração. Então penso que temos um grande número de documentos sobre memórias, mas eles compreendem todos os tipos de silêncios, como você diz. Isso porque as experiências dessas pessoas eram por vezes tão extremas, pois elas já não se sentiam como seres humanos e não podiam suportar isso, e creio que um dos grandes documentos a respeito de Auschwitz, diz que o sobrevivente não pode falar pelos outros. Porém, nós, como historiadores, só temos o relato do sobrevivente.

Assim, creio que a questão é de certa forma a mesma, você quer se aproximar de algo que não fala por si e que pode de alguma forma modificar a natureza da sua narrativa, torná-la mais aberta. Você não será um historiador que tenta saber como era realmente, mas que tem questões mais informadas acerca de algo desconhecido,

e creio que esta é uma boa abordagem para muitas das questões da história e para qualquer uma das duas que você mencionou.

P: Minha pergunta é sobre a relação entre identidade coletiva e identidade pessoal. Aqui no Rio, nos anos quarenta não tínhamos televisão e os jornais eram o principal meio de informação. Nessa época, havia um cronista de jornal que era um formador de opinião: ao descrever os hábitos da burguesia emergente, ele os disseminava para toda a sociedade. Daí, pergunto: você acha útil estabelecer um limite entre a opinião dele, o modo como vê o mundo e o modo como as pessoas recebem a informação?

LN: Sim, eu diria: definitivamente sim. Seria muito útil descrever a imagem que ele tinha desta nova classe, a imagem como uma espécie de modelo de papéis, se entendi você corretamente, o tipo de modelo de papéis que ele estava criando, porque então — e nós estamos novamente muito próximos do que eu tentei falar na última questão — não fingiríamos que nós de fato sabíamos quão abrangente era a construção deste modelo, o que normalmente não sabemos, em *Geistesgeschichte*, em História Intelectual, História da Arte e assim por diante, porque a história crítica das primeiras assimilações é um dos mais complicados esforços históricos.

Se ficarmos próximos à descrição daquilo que nós sabemos realmente, nós necessariamente temos que distinguir entre uma coletividade desconhecida, a imagem que ela possuía, a imagem que foi tirada dela, a imagem que foi produzida a respeito dela e a imagem que os outros podem ter tido a respeito dela, em conformidade com este modelo de papéis. Portanto, creio que quanto mais detalhada pudermos fazer a descrição, mais sua análise será elucidativa para o público, porque ele também aprenderá algo a respeito de como esses processos culturais estão acontecendo hoje e não cairá na armadilha de dizer “era isso” ou qualquer outra supergeneralização.

P: Você falou acerca da experiência de cultura na Alemanha e acerca de nacionalismo, de memória coletiva e de sociedade pós-moderna. Eu gostaria de saber, principalmente, estes três conceitos, especialmente em relação ao que você disse, no final, a respeito de não esquecer, ou a respeito de lembrar, porque acredito que foi Hobsbawm que disse que o objetivo dos historiadores é fazer as pessoas lembrarem a respeito do que aconteceu. Porém, o que está acontecendo agora na Bósnia e em outros

lugares no mundo é diretamente ligado ao nacionalismo, memória coletiva em um mundo de individualismo e separatismo.

LN: Isto ainda é muito complicado. Como posso iniciar... Creio que é bom sermos politicamente provocados, em especial se somos europeus, pelo que está acontecendo na Bósnia. Contudo, sou de algum modo cético. Porque existe algo no argumento nacionalista que diz, “bem, o comunismo acabou e agora estamos de volta a antes de 1914 ou, nesse caso, a antes de 1939, e os Balcãs são os Balcãs e continuarão assim para sempre”. É este o argumento básico. Você precisa de potências mundiais para acabar com isso. Porque elas acabarão com isso para sempre, e memórias são somente formas de revigorar campos de batalhas de longa duração. Não tenho certeza se sabemos disso.

Se você conhece Eric Hobsbawm, creio que também conhece os argumentos de Helmut Gelmost a respeito de nacionalismo. Ele tenta colocá-los muito mais próximos às condições sociais e econômicas e especialmente às explosões nacionalistas de violência e diz que a maneira culturalista de interpretar esses conflitos é, de certa forma, circundar o verdadeiro conflito, porque ninguém pode fazer nada a respeito dele. Isto porque ele está fundamentado na macroeconomia, que faz parte de nossa vida, não podemos fazer muito a esse respeito, então tentamos dar explicações diferentes, para que possa ser de alguma forma explicado.

Não é uma resposta muito boa. Mas uma coisa com a qual gostaria de contribuir é que, eu creio, também pode haver explicações culturais que podem mudar... retirar sua visão das raízes reais do conflito violento porque você tem o tipo de material que lhe permite dizer, “bem, sempre foi dessa forma, as pessoas falam a respeito disso, meu pai sempre odiou os sérvios, e eu faço o mesmo, e nós sempre atiramos uns nos outros durante séculos, e assim vai continuar”. Mas isso não explica por que não ocorreu durante 45 anos de comunismo e por que ocorre agora. Creio que a explicação tem que ser mais específica e teria de se concentrar em como a memória cultural é usada para revigorar o conflito que vem de uma cultura machista, de uma política atrasada, de desejos não realizados, pois os iugoslavos pensavam que eles eram quase tão desenvolvidos economicamente quanto os italianos e acontece que, quando o regime acabou, era tudo muito diferente, e eles estavam bem abaixo dos países em desenvolvimento da Europa.

Então eu pediria para não usarem explicações culturais como explicações principais de tais conflitos, mas para buscarem por causas mais complexas, nas quais as tradições culturais têm o papel de desenvolver o conflito em vez de ser o fundamento dele. Não sei se vocês concordam.

P: Peço para o senhor comentar a respeito de culpa e memória, baseado em suas citações a respeito da história da Alemanha, do Holocausto e depois pela citação dos gregos que esqueciam as atrocidades da guerra, eu até diria o seguinte: onde está a oportunidade de recriação de uma identidade?

LN: Creio que culpa é algo como um grande peso na memória, porque a memória é um órgão tão flexível que as pessoas podem organizá-la de forma a lembrar de algumas coisas e não lembrar de outras. Contudo, o que é convincente para mim na explosão da cultura da memória no século XX — e isto, creio, é em grande parte uma lição que foi primeiro expressa pela Psicanálise, mas as consequências do Holocausto trouxeram muitos fenômenos culturais até aqui — é que se você reprime a culpa, você não será eficaz.

A história alemã dos anos pós-guerra demonstrou muitas vezes que as pessoas, ao tentarem suavizar a história do Terceiro Reich e do Holocausto, caem com clareza. Todo o público, que havia reprimido essas questões por um período tão grande durante as décadas de 50 e 60, tornou-se vulnerável por causa delas nos anos 70 e 80.

As pessoas não podiam resistir a essa culpa, que na maior parte não era sua própria culpa, mas uma culpa que caminha junto com a nossa cultura e que nós herdamos. Isto é um fator crítico na nossa cultura e por essa razão temos que ficar com isto; mas também se você não fica, de certa forma a memória reprimida faz você agir de forma muito inadequada. Portanto, não é uma boa lição deixar que os reflexos de culpa manobrem uma cultura. Para indivíduos, creio que é difícil, porque existem todos os tipos de culpa, especialmente após a Segunda Guerra Mundial na Europa, e uma das coisas mais estranhas é que frequentemente as vítimas sentem mais culpa que os perpetradores, subjetivamente. Há a chamada “culpa do sobrevivente”, não tenho certeza se é uma boa palavra, mas as pessoas que estiveram nos campos de concentração e sobreviveram a isso têm de certa forma um sentimento muito mais vívido de serem culpadas do que aquelas que morreram, do que aquelas que

as mataram, e para isto nós temos documentação em massa, para essas diferenças em sentimento de culpa.

Eu não sou psicólogo e não gostaria de me aprofundar muito nisto, mas, como um fenômeno cultural, creio que a história alemã pós-guerra é um bom exemplo para demonstrar que uma memória de culpa reprimida por muito tempo fará com que você se prenda a uma questão por muito tempo. Quero dizer, se algo permeou todo o setor público, toda a política cultural de ambas as Alemanhas nas décadas pós-guerra, e especialmente na Alemanha Ocidental, mais e mais, foi esta questão da culpa alemã em relação aos judeus, aos ciganos, aos europeus orientais e assim por diante. Creio que é difícil fazer uma avaliação clara disto, porque você não sabe como você ou sua geração teria agido se fosse há 30, 40 ou 50 anos. Entretanto, parece claro que houve a repressão dessa história, na Alemanha Ocidental, nas primeiras décadas após a guerra. Tornaram-se uma lenda comunista na Alemanha Oriental, quero dizer, lidaram com isto quando era reprimido na Alemanha Ocidental, mas lidaram de maneira errada. De certa forma, em última análise, não é tão diferente o que existia nas duas Alemanhas, e acredito que muitos dos conflitos de gerações na Alemanha eram todos em torno dessa questão.

Eu diria apenas que o conflito geral reavivou a memória e permitiu a muitos indivíduos — e através desses indivíduos à cultura também — entrarem em um novo poder de reflexão e harmonia.

Mas há limites a isso. Durante os anos 80, na Alemanha Ocidental, ocorreram muitos eventos públicos em que as pessoas queriam apenas dizer: “bem, vamos pôr um limite; nós agora agimos de maneira decente, estabeleçamos um fim para isso”. Então creio que a memória reprimida tem uma dinâmica muito forte.

P: Durante sua estada no Brasil, o que você poderia comentar, pelas suas observações, sobre as relações sócio-econômicas e inter-raciais. Pela ótica da memória da identidade. Foi possível ter alguma idéia?

LN: Não, creio que eu não tenho condições para comentar a esse respeito. Estive durante uma semana em uma conferência e passei outra como turista, e eu levo apreciação cultural a sério demais para tirar conclusões em assuntos tão difíceis como esse tipo de experiência. Porém, as pessoas neste país me impressionaram com uma vitali-

dade que eu não vi em nenhum outro país, durante similar estada por tão curto espaço de tempo, e também me impressionou a extrema, diferença no status econômico e de riqueza que parece estar presente em todas as distribuições de espaços neste país, mas elas parecem se traduzir menos em diferenças raciais, como vi em outros países, por exemplo a América do Norte. Isto foi algo que me impressionou, então eu gostaria de aprender mais a respeito dos tipos de culturas de, digamos, favelas e bairros nobres vivendo lado a lado. O que eu vi, por exemplo, na Índia onde estive por algum tempo, onde há uma longa tradição em não olhar, de forma alguma, para o outro, como igual, e eu gostaria, se estivesse aqui por mais tempo, me interessaria saber como e de que formas as pessoas se vêem como iguais.

PAINEL NACIONAL¹

A CULPA NOSSA DE CADA DIA: Ética e História Oral

Janaína Amado*

Habitados a conversar com os mortos, os historiadores agora dialogam também com os vivos. A difusão do gravador aliada ao interesse e grande volume de pesquisas sobre o tempo presente transformaram a História Oral na metodologia histórica que possivelmente mais se tenha expandido nas últimas décadas, tanto no Brasil como em diversos outros países.² Em consequência, os historiadores vêm sendo expostos a uma série de questões teóricas, metodológicas e técnicas que, se não são novas, têm-se apresentado com enfoques, relevos e matizes até então pouco explorados na história, exigindo respostas diferentes. São exemplos dessas questões as relações entre escrita e oralidade, a história do tempo presente, o papel das estratégias narrativas nas construções históricas, as intersecções entre história e memória, os lugares da subjetividade, das emoções e dos indivíduos na história, e a questão ética. Este artigo analisa as ligações

* Professora da UnB.

1 As diferenças de estilo de apresentação, entre os três palestrantes, justificam-se pelo fato de os textos das Profas. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira terem sido encaminhados por escrito e o do cineasta Eduardo Coutinho ter resultado da transcrição de sua fala. O debate com o público, que teve espaço após a apresentação dos debatedores nacionais, refere-se às mesas-redondas ocorridas em São Paulo e Rio de Janeiro. Em razão disso, fica evidente uma certa fragmentação e descontinuidade entre as perguntas e as respostas (Profa. Janaína Amado, inclusive, não pôde comparecer, por motivos de saúde, ao encontro do Rio de Janeiro). No entanto, a riqueza das questões levantadas em ambas as cidades e o trabalho reflexivo que promoveram fizeram com que considerássemos relevante a inclusão do conjunto todo. (Nota das Editoras.)

2 Sobre o desenvolvimento da História Oral nas últimas décadas, consultar, entre outros: Joutard, P. "História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos" e Thomson, A. et alii. "Os Debates sobre Memória e História: Alguns Aspectos Internacionais", ambos em Ferreira, M.M. e Amado J., *Usos e abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 43-62 e 65-91.

entre ética e História Oral, destaca uma de suas dimensões importantes — as relações entre historiadores e seus entrevistados — e apresenta, a respeito do assunto, pontos de vista que diferem dos habitualmente aceitos.

Ética e História Oral

A dimensão ética perpassa o trabalho de todos os historiadores, inclusive dos que trabalham apenas com fontes escritas. Citações corretas de trechos, títulos, autores e locais de guarda dos documentos; atribuições dos créditos intelectuais a quem de direito; fidelidade às fontes — mesmo quando, miseravelmente, elas destroem as belas teses imaginadas pelos historiadores —; transparência de conceitos e da metodologia utilizados; exposição das lacunas, dúvidas e incertezas da pesquisa não são meros procedimentos técnicos seguidos pelos historiadores bem treinados em seu ofício. São, fundamentalmente, procedimentos éticos, que servem para regular as relações entre os próprios historiadores, entre estes e suas fontes e entre estes e seus leitores.

Pessoas, entretanto, não são papéis. Conversar com os vivos implica, por parte do historiador, uma parcela muito maior de responsabilidade e compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou disser não apenas lançará luz sobre pessoas e personagens históricos (como acontece quando o diálogo é com os mortos), mas trará conseqüências imediatas para as existências dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais. Nesse sentido, existe semelhança entre o trabalho dos historiadores que pesquisam fontes orais e o dos jornalistas, cujos textos também têm o imenso poder de influenciar diretamente os destinos das pessoas e os desdobramentos dos fatos a que se referem.³

Algumas dessas conseqüências serão benéficas para os entrevistados. Uma das maiores alegrias de fazer História Oral é, justamente, presenciar um ex-informante a exibir orgulhoso, emocionado, para parentes e amigos, trechos da entrevista que concedeu, publicada em revista ou livro. Quanto mais humilde o informante, mais tenderá a valorizar uma experiência que lhe rende reconhecimento e prestígio nos círculos que frequenta. Dependendo do assunto da pesquisa e do uso que o historiador fizer das informações obtidas nas entrevistas, entretanto, as conseqüências da divulgação da pes-

³ Essa é uma das poucas semelhanças entre os dois tipos de entrevista; a respeito do assunto, consultar, entre outros, Medina, C. *A Entrevista*. São Paulo, Editora Ática, 1991.

quisa, para os informantes, assim como para pessoas a eles ligadas, podem ser devastadoras, alterando dramaticamente suas rotinas de vida e seus destinos. Exemplos clássicos são as descobertas e revelações de historiadores acerca de infrações legais dos entrevistados, as quais podem gerar, para estes, perdas de crédito ou de emprego, rejeições pessoais ou sociais, perseguições e até condenações judiciais, o mesmo acontecendo com a divulgação de atividades políticas clandestinas, as quais, dependendo da época da divulgação, podem provocar prisões (quando o regime político continua o mesmo) ou grandes constrangimentos e perdas (quando, por exemplo, o entrevistado mudou radicalmente de convicção política, sentindo-se constrangido e afetado por revelações de seu distante passado). Origem diferente de transtorno para os informantes reside nas revelações a respeito de práticas sexuais ou amorosas, que podem provocar sérias crises familiares, muitas das quais terminam em tragédias ou em instauração de processos de divórcio, reconhecimento de paternidade, partilha de herança, etc. Seres vivos não são papéis.

Pode-se argumentar que tais decorrências são inerentes ao trabalho de todo historiador do tempo presente, cujas pesquisas envolvem pessoas vivas, e não apenas ao historiador de fontes orais; pode-se também argumentar que, na História Oral, os entrevistados expressam somente aquilo que desejam, sendo, portanto, mínima a possibilidade de ocorrerem revelações graves como as aqui mencionadas. Embora seja verdadeiro o fato de as questões éticas aqui tratadas também fazerem parte do universo de preocupações dos historiadores do tempo presente — sendo essa característica, a de trabalhar com o tempo presente, e não a de trabalhar com fontes orais, a que gera as decorrências éticas —, a segunda afirmativa, entretanto, não é verdadeira. Ou seja, ao contrário do suposto, as entrevistas podem originar numerosas revelações sobre os próprios entrevistados e sobre as pessoas a que se referem. Contribuem para isto muitas razões, como o fato de os entrevistados nem sempre controlarem o próprio discurso, deixando-se envolver pelo “turbulento nevoeiro da memória”⁴, entregando-se a um mundo de evocações onde nem sempre é o racional que predomina; o fato de alguns entrevistados aproveitarem os depoimentos para “acertarem contas com o passado”, com antigos desafetos pessoais, profissionais ou políticos, para tanto fornecendo informações copiosas, muitas das quais inéditas, a respeito de aspectos pouco edificantes das condutas destes; finalmente, o fato de determinadas entrevistas abordarem longamente as-

⁴ A expressão está em Proust, M. *No caminho de Swann*. Porto Alegre, Globo, 1951, p. 27.

suntos da vida cotidiana, o que as leva a deslizarem, quase imperceptivelmente, para um poderoso elemento social do cotidiano, gerado pelo clima de intimidade das entrevistas: a fofoca.

Outro fator que torna a ética especialmente presente na História Oral são as relações pessoais estabelecidas entre os historiadores e seus entrevistados. De forma análoga à do entrevistado, o historiador muitas vezes deixa-se envolver pelo ambiente das entrevistas, pelas histórias ali contadas, pela emoção das evocações, “esquecendo-se” de representar o papel profissional normalmente atribuído a ele e criando fortes laços pessoais com os informantes, tanto de admiração, amizade e amor, quanto de antipatia, rejeição e mesmo ódio.⁵ Embebidas de emoção, essas relações pessoais repercutem de várias maneiras sobre o trabalho final do historiador, em geral de forma inconsciente para este: determinados trechos de entrevistas, por exemplo, que “embelezam” os feitos dos informantes com os quais o historiador simpatiza, podem ser citados, repetidos ou estendidos, enquanto outros, que prejudicam a imagem do informante, podem ser negligenciados, resumidos ou afastados para notas.⁶

O historiador sabe, ainda, que as informações divulgadas em seu trabalho trarão conseqüências imediatas para ele próprio; exatamente por não serem papéis, os informantes reagem aos dados e interpretações publicadas, com manifestações de agrado, descontentamento ou fúria, o que pode gerar uma série de conseqüências imediatas para o historiador (como acirradas polêmicas na mídia ou processos judiciais), algumas das quais com repercussões imediatas sobre sua vida profissional. É evidente que a antecipação dessas possíveis conseqüências interfere na elaboração do trabalho, fazendo com que o historiador seja especialmente cuidadoso na redação da pesquisa e, até mesmo, que omita uma ou outra informação capaz de gerar tormentas para si próprio.

Finalmente, o historiador tende a ser muito mais cuidadoso ao apresentar informações relativas às pessoas que entrevistou, vivas e conhecidas, com as quais estabeleceu relações concretas, pessoais, cujos rostos e existência conhece, do que informações a

⁵ Este aspecto, embora extremamente importante para a História Oral, não tem sido suficientemente analisado pelos especialistas.

⁶ Apesar de as tendências recentes da historiografia afastarem-se da concepção da história-ciência e dos paradigmas da verdade, sublinhando, ao contrário, o caráter fundamentalmente relativo das diversas construções históricas e teor imaginativo e ficcional das obras historiográficas, o fato é que poucos trabalhos têm analisado especificamente as *práticas* historiográficas, no sentido das diversas estratégias metodológicas e narrativas próprias dos historiadores.

respeito de pessoas que viveram outrora, cujas fisionomias, características, temperamentos e histórias de vida lhe são distantes ou desconhecidas. O historiador oral sabe que seus informantes lerão o trabalho, formando uma opinião sobre eles (historiador e pesquisa); imagina, até, as reações que terão... Mais: o historiador sabe que as informações reveladas terão impacto, maior ou menor, sobre as vidas desses informantes. Diante disso, impossível é não vivenciar um profundo sentimento de responsabilidade, cuja origem remonta à mesma fonte de todas as preocupações éticas: as relações humanas.

A forte ligação da ética com a História Oral evidencia-se, ainda, nos procedimentos metodológicos e técnicos que constituem a prática da disciplina: a necessidade de o historiador ser fiel não apenas às palavras dos informantes, mas ao sentido da entrevista, evitando, por exemplo, citar trechos onde apenas uma parte das opiniões é revelada, para não lhes alterar o significado global; a necessidade de o historiador explicitar, para os informantes, os objetivos do trabalho e os possíveis usos que fará da entrevista; a necessidade de respeitar as solicitações dos entrevistados, como o resguardo da identidade (via uso de pseudônimo e/ou ocultamento de informações que possam levar à identificação do informante); a necessidade de diferenciar a fala de cada um dos entrevistados, evitando diluí-los em um conjunto homogêneo, indiferenciado internamente; a necessidade de diferenciar claramente a voz do historiador das dos entrevistados, etc.

O cumprimento da longa lista não livra necessariamente o historiador de problemas, pois a História Oral, calcada não em interpretações de documentos, mas em relações humanas, mostra-se mais vulnerável a litígios, problemas e má compreensão, em parte advindos da decepção do informante com seu próprio depoimento ou com o uso que dele fez o historiador, mesmo quando este age de forma ética. A própria existência da lista, porém, reafirma o ponto para o qual vimos chamando a atenção: a indissociabilidade entre ética e História Oral.

“Oferecer algo em troca”

A relação essencial entre História Oral e ética, entretanto, gera alguns comportamentos por parte de historiadores que, em nossa opinião, se baseiam em idéias profundamente equivocadas acerca de tal relação. Embora essas noções tenham surgido ou se consolidado durante a década de 70, muitas continuam até hoje difundidas e praticadas — diríamos cristalizadas —, no Brasil, como em outros países, tanto por historiadores

que trabalham com fontes orais, como por antropólogos e sociólogos. É o que discutiremos a seguir.

A base desse comportamento reside na idéia de que, por e para ser ética, a relação entre historiadores e informantes necessariamente envolve uma troca: os informantes concordam em conceder a entrevista, doando seu tempo e saber ao historiador, e este lhes retribui, “devolvendo” aos entrevistados a pesquisa que estes ajudaram a construir. Há diversas compreensões sobre “devolver a entrevista”, que, por sua vez, geram diferentes práticas; a mais comum é entregar aos informantes exemplares da dissertação, tese ou livro (o que é facilitado quando os entrevistados pertencem a um grupo homogêneo, ou habitam um mesmo local, como posseiros, fiéis de alguma religião minoritária ou moradores de uma pequena comunidade, etc.). Levadas ao extremo, geram a chamada “pesquisa participante”, em que profissionais e informantes constroem juntos todas as etapas da pesquisa, desde o tema e os objetivos, até os roteiros das entrevistas, as pessoas a serem entrevistadas e as próprias entrevistas.⁷

Muito difundida entre os historiadores orais, como entre alguns antropólogos que fazem trabalho de campo, é a idéia de que a “devolução”, a “troca”, representa uma conduta essencialmente ética. Muitos acreditam mesmo ser a única conduta ética possível, pois não “devolver” a pesquisa seria o mesmo que “explorar os informantes”, ou seja, utilizar-se de seu tempo e sabedoria para fins de interesse exclusivo do historiador. Historiadores orais que trabalham com informantes de origem humilde que estão reivindicando algo da sociedade (terra, trabalho, alimento, leis, etc.), ou que trabalham com informantes diretamente envolvidos em litígios e movimentos sociais, acreditam que o retorno do material da pesquisa é uma atitude antes de tudo política. A pesquisa, poderá municiar os entrevistados de informações e interpretações que estes, em geral, não possuem, por não disporem dos meios e da formação do historiador; tais dados e avaliações poderão ser úteis para os informantes, para ajudá-los a alcançar os objetivos que almejam (com os quais, muitas vezes, o historiador simpatiza). Segundo essa linha de raciocínio, caberia ao historiador a obrigação de devolver a pesquisa a seus informantes; ao fazê-lo, estaria agindo eticamente, configurando uma relação igualitária, pois, em troca do tempo, boa vontade e informações, estaria oferecendo um tipo de conhecimento que os entrevistados em geral não possuem (especialmente aqueles pobres e/ou desprovidos de educação formal), o que poderá gerar importantes desdobramentos políticos e sociais para o grupo pesquisado.

⁷ A pesquisa participante nem sempre envolve fontes orais. O antropólogo Carlos Rodrigues Brandão é autor de obras importantes sobre o tema.

Após “devolver a pesquisa” aos informantes, muitos historiadores sentem-se confortáveis, em paz com a consciência, acreditando terem agido de forma ética. Muitos acreditam que seu trabalho será efetivo e valioso para a consecução dos objetivos dos entrevistados, quando estes estão envolvidos em lutas ou campanhas. Outros historiadores, após obterem, graças à pesquisa em fontes orais, o título de mestre, doutor ou livre-docente em suas universidades, ou após publicarem o trabalho, começam a desenvolver um forte sentimento de culpa, que pode tornar-se agudo, com o passar do tempo: afinal, pensam, a pesquisa rendeu-lhes reconhecimento e progresso na vida acadêmica; aos entrevistados, entretanto, mesmo após “devolvida”, ela nada ou quase nada rendeu: eles continuam em seus caminhos de pobreza, desalento e humilhação, sem alcançar vitórias...

A natureza das relações entre o trabalho intelectual e os informantes

Não consideramos condenável a entrega do produto final da pesquisa aos informantes; ao contrário, é um ato cortês, que poderá causar alegria aos entrevistados. Pensamos, inclusive, que algumas pesquisas eventualmente podem revelar-se úteis aos objetivos dos informantes, em especial quando os objetivos são políticos, pois podem fornecer-lhes dados de que não dispõem, apresentar-lhes uma outra visão a respeito de si próprios e, ainda, registrar a história de um grupo que, de outra forma, teria poucas oportunidades de legar para o futuro, por escrito e de forma ordenada, sua própria experiência social.

Nossa discordância com a concepção descrita reside em dois outros pontos: primeiro, na crença de que a relação de igualdade, de troca com os informantes, se concretiza apenas no momento da “devolução” da pesquisa a estes; segundo, na crença de que o trabalho, uma vez “devolvido” aos informantes, terá o poder intrínseco de contribuir para fazer avançar a luta em que estes estão envolvidos.

Sempre que observo essas crenças e suas conseqüentes práticas, lembro-me imediatamente de uma exposição oral que certa vez ouvi, feita pela excelente antropóloga norte-americana Joanne Rappaport, durante seminário na Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos.⁸ Esta antropóloga trabalha com os índios cumbales, da Colômbia,

⁸ O seminário, acontecido durante o primeiro semestre de 1991, integrou o “Atlantic Program in History and Anthropology”, da Universidade Johns Hopkins, Baltimore, EUA. Joanne Rappaport é uma antropóloga renomada, que trabalha numa linha de confluência com a História. O episódio a seguir foi relatado de memória, em nenhum momento pretendendo reproduzir as palavras exatas da antropóloga; a versão aqui registrada representa minha recordação de sua narrativa, anos após ocorrida.

um grupo aculturado, que usa o espanhol como língua e, à época, fazia muitos esforços para recuperar suas raízes, inclusive reivindicando judicialmente as terras a que tinha direito, por nelas seus ancestrais haverem vivido desde tempos imemoriais. Após defender sua tese acadêmica sobre os cumbales, Joanne decidiu “devolvê-la” aos índios, pelas mesmas razões que outros estudiosos o haviam feito: estabelecer uma relação igualitária, de troca, com os informantes e, acreditava ela, ser-lhes útil, pois as longas e trabalhosas genealogias que reconstituíra no trabalho poderiam apoiar as reivindicações judiciais dos cumbales quanto às terras. Com recursos próprios, Joanne pagou a tradução de seu trabalho para o espanhol, depositando o exemplar traduzido no centro comunitário dos cumbales. Um ano depois, ao retornar à Colômbia, surpreendeu-se ao perceber que sua tese sequer havia sido folheada! Acreditando que o fato se devia aos altos índices de analfabetismo e à falta de hábito de leitura entre os cumbales, Joanne pagou de seu próprio bolso a uma índia, para gravar todo o conteúdo do trabalho, depositando as fitas gravadas no centro comunitário. Nunca me esquecerei da expressão de desalento, surpresa e frustração da antropóloga, ao nos relatar que nenhum cumbale jamais havia se interessado em ouvir as fitas!

Esse caso-limite ilustra bem os dois pontos que desejo demonstrar:

- a) a relação de troca entre historiador e informante estabelece-se não apenas a partir do momento em que a pesquisa é “devolvida” a este, mas assim que este concorda em conceder a entrevista;
- b) a pesquisa acadêmica (histórica, antropológica ou sociológica) exerce, em geral, influência pequena sobre as ações do grupo pesquisado; ou, ao menos, as relações que se estabelecem entre as duas ordens de fatores podem ser problematizadas, não se revelando auto-evidentes.

Quanto ao primeiro ponto, nosso raciocínio é o de que, quando alguém ou algum grupo concorda em gravar uma entrevista para um historiador, o faz por motivos nem sempre relacionados às características pessoais desse historiador, como simpatia ou beleza.⁹ Minha própria experiência, somada à relatada por dezenas de outros pesquisadores, conduz à conclusão de que a grande maioria dos indivíduos concorda em conceder entrevistas por um motivo principal: a oportunidade de ter a própria história registrada, podendo transmiti-la, por meio da fita e da tese/livro do historiador, a outras pessoas.

⁹ A exceção mais notória a essa regra se dá quando o historiador e o grupo mantêm um relacionamento sistemático anterior ao início da pesquisa; nesses casos, sentimentos como o de amizade ou o de gratidão podem sobrepujar o motivo aqui aventado.

contemporâneas e futuras, em especial às pertencentes a círculos diversos dos alcançados pelo próprio informante. Decerto as razões para esse desejo de divulgar a própria experiência variam segundo cada pessoa e grupo (interesses políticos imediatos, necessidade de construir um legado, etc.), mas isso não é relevante para a questão aqui discutida. Importa-nos registrar que, quando alguém concorda em ser entrevistado, tem objetivos concretos a atingir, relacionados não ao historiador, mas a si próprio, ou seja: conceder ou não a entrevista é um ato voluntário, integrante de um complexo universo de interesses e estratégias ao qual, muitas vezes, o historiador sequer tem acesso. Para transmitir a própria experiência às pessoas com as quais convive, ou que são muito semelhantes a si, não é necessário a ninguém ajuda de um historiador, pois o indivíduo domina linguagem, códigos e meios de comunicação do grupo, o qual, inclusive, em geral já conhece a experiência. Isso explicaria por que, por exemplo, os cumbales não se interessaram em ler a tese ou em ouvir as fitas de Joanne Rappaport: ao depor para a antropóloga, os cumbales tinham tido o objetivo de alcançar outros círculos sociais (o meio acadêmico, outro país, etc.), e não o de contar sua história para eles próprios a conhecerem; este último fim decerto já era alcançado por outros mecanismos sociais (conversa, rituais, etc.), que dispensavam a mediação da antropóloga.

Pesquisadores orais que trabalham com membros da elite sócio-econômica e cultural de um país tendem a compreender essa questão com mais facilidade: empresários e políticos, por exemplo, não só costumam explicitar seus objetivos ao conceder uma entrevista, como, não raro, procuram os historiadores para que estes (profissionais com treinamento e habilidade específicos) executem um projeto concebido não pelos historiadores, mas pelos futuros entrevistados — como, por exemplo, a história de uma determinada empresa, a de um partido político ou a de uma trajetória individual.¹⁰ Já pesquisadores orais que trabalham com indivíduos pobres e marginalizados social e culturalmente tendem a pensar que estes não possuem objetivos e interesses quanto à entrevista, simplesmente pelo fato de em geral não os expressarem de forma explícita (ou, ao menos, de não os expressarem da forma e com os códigos culturais a que os historiadores estão habituados). A nosso ver, essa última atitude revela paternalismo e,

¹⁰ No Brasil, são muito interessantes os trabalhos escritos sobre o assunto pelos pesquisadores do CPDOC, instituição que tradicionalmente faz História Oral com membros da elite. O Instituto da História do Tempo Presente, em Paris, recebe regularmente encomendas de grupos interessados em registrar sua história. Luisa Passerini relatou e discutiu, em vários artigos, a experiência de ser procurada por mulheres da organização terrorista italiana “Brigada Vermelha”, para a produção de uma história sobre o grupo.

longe de demonstrar o respeito, a preocupação social e a ética pretendidos, expressa na verdade uma postura de desconsideração, desprezo e desvalorização do outro, pois considera que o entrevistado (e, por extensão, os excluídos sociais) não tem condições de construir e executar projetos pessoais e sociais.

Vista da forma proposta aqui, a relação entre historiador e entrevistado sai substancialmente modificada: em vez de apresentar-se nos termos habituais, onde existe um pólo poderoso e dominante (o do historiador) e um pólo fraco e submisso (o do entrevistado) — o que acaba gerando culpa no primeiro, se este é um profissional “ético”, dotado de senso de responsabilidade social —, o que em verdade acontece é uma relação desde o início negociada, caracterizada pelas trocas entre os objetivos do historiador (escrever a pesquisa acadêmica e, se possível, transformá-la em livro) e os do informante (levar sua experiência até outros círculos sociais, via produto final do trabalho do historiador). Quanto mais próximos os objetivos de ambos — muitas vezes o historiador, ao realizar a pesquisa, também tem o desejo sincero de divulgar a experiência dos entrevistados para outros círculos, a fim de que aprendam com ela —, mais fácil será a experiência. Pelos motivos expostos aqui, entretanto, não é necessário que haja confluência de objetivos para que a experiência seja bem-sucedida e ambos os alvos sejam alcançados.

O segundo ponto por nós destacado — a influência do trabalho acadêmico sobre as ações do grupo pesquisado — não tem, a nosso ver, a auto-evidência que muitos lhe atribuem. Não nos parece natural nem evidente que uma tese ou livro sobre, digamos, algum movimento social necessariamente auxilie os participantes desse movimento a alcançarem seus objetivos. As relações entre trabalho intelectual e realizações sociais, conforme vários autores (principalmente Bourdieu) têm demonstrado, são muito complexas e informadas por diversos tipos de mediação, não acontecendo entre ambos a relação direta ou imediata de causa-efeito. Às vezes, e ao contrário do desejo do autor, um livro sobre a história de determinado movimento social não exerce qualquer influência sobre os destinos desse movimento; às vezes, tem papel decisivo, seja para a execução dos objetivos dos revoltados, seja para a compreensão que as futuras gerações construirão a respeito do assunto.¹¹ Queremos aqui acentuar o fato de que trabalho

¹¹ Exemplo do segundo caso é *Os sertões*, de Euclides da Cunha, até hoje fundamental na construção da visão brasileira a respeito de Canudos. Sobre a visão da história como resultado da inter-relação entre fatos históricos e interpretações desses fatos (como teses acadêmicas), ver o interessantíssimo livro de Cohen, D. *The combing of history*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1995.

intelectual e atuação social possuem naturezas distintas; as imbricações entre elas dependem de uma multiplicidade de fatores, não controlados inteiramente nem pelo historiador nem pelos seus entrevistados, participantes da luta social. Entre o desejo de realizar uma pesquisa e escrever um trabalho que contribua para revoltosos e marginalizados alcançarem com sucesso seu objetivo e a obtenção efetiva desse êxito, existe a história, com seu infinito grau de imprevisibilidade. Assim como existe a história entre a intenção de atingir um vasto público e perpetuar uma experiência social por meio de entrevistas e a realização efetiva dessa intenção.

Se assim é, a concepção que mede a ética e o grau de cidadania do historiador pela influência (em geral avaliada em termos políticos) sobre os destinos dos entrevistados merece ser revista. O trabalho do historiador oral será aceito, valorizado e perpetuado não pelo nível de identificação política com o grupo entrevistado ou pelo nível de influência sobre os destinos desse grupo, mas pelas qualidades acadêmicas do trabalho, pela sua capacidade de desvendar relações humanas e pelo grau de comprometimento profissional demonstrado, o qual poderá ser medido pelo respeito aos procedimentos metodológicos e técnicos da disciplina, anteriormente apontados. A ética do historiador oral reside nesses pontos, e deve ater-se a eles. O resto é confusão, provocada por um sentimento de culpa injusto, malformulado e maldirecionado, que melhor faria se transformado, no cotidiano do cidadão-historiador, em ações diretas e concretas contra as numerosas injustiças sociais.

HISTÓRIA ORAL, COMEMORAÇÕES E ÉTICA

Marieta de Moraes Ferreira*

A proposta deste texto é discutir as relações entre História Oral e identidade, tendo como eixo central de articulação o tema da *comemoração* e da *ética*.

A idéia básica é que as sociedades contemporâneas, preocupadas com a perda do sentido do passado e com o aprofundamento da capacidade de esquecer, têm se preocupado em retomar esse passado e, nesse retorno, procuram estabelecer caminhos para uma redefinição de identidade.¹ E um elemento importante neste processo são as comemorações, assim definidas por Philippe Raynaud: "Comemoração é a cerimônia destinada a trazer de volta a lembrança de uma pessoa ou de um evento... É um espaço para perpetuar a lembrança e indica a idéia de uma ligação entre homens, fundada sobre a memória"².

Assim, as comemorações ocupam um lugar central no universo político contemporâneo, pois contribuem para definir as identidades e as legitimidades políticas. Todavia, elas não constituem somente um simples meio de produzir *consenso*; ao contrário, elas podem revelar tensões e conflitos.

Partindo do princípio de que a comemoração é um elemento central da construção da identidade, avançamos no sentido de melhor esclarecer um segundo elemento de nossa argumentação, o de que a identidade está profundamente ligada à memória, e a História Oral é um método extremamente eficaz para lidar com essa problemática.

* Professora da UFRJ e pesquisadora do CPDOC.

¹ Raynaud P. La comemorati6n: ilusion ou artifice? *Le Debat*, n° 78, jan.-fev. 1994, pp. 104-6.

² Idem, *ibidem*.

Segundo Michel Pollack³, a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, tanto coletiva quanto individual, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Essa construção, porém, não está isenta de mudanças, de negociação e de transformação em função do outro.

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e de credibilidade, e que se estabelece por meio da negociação direta com os outros. Isto quer dizer que memória e identidade podem ser perfeitamente negociadas e *não* são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.

Seguindo essa linha de raciocínio, a memória pode constituir um elemento importante para o reconhecimento e a valorização de indivíduos ou grupos. Com esses objetivos, mesmo a memória constituída efetua um trabalho de manutenção, de renovação, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização.

Assim, a constituição e a construção social de memória demonstram a necessidade de um investimento, os riscos existentes nos momentos de mudança e da rearrumação de memória, e evidenciam a ligação desta com as identidades coletivas.

Entende-se por identidades coletivas todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro — quer se trate de família ou de nação — o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência de pertencimento.⁴

Articulada à problemática da identidade e memória, Gilberto Velho adiciona um novo elemento: a noção de projeto.⁵ Nas sociedades onde predominam as ideologias individualistas, a noção de biografia é, por conseguinte, fundamental. A trajetória do indivíduo passa a ter um significado crucial como elemento não mais contido na e sim constituidor da sociedade. Neste sentido, a memória deste indivíduo é que se torna socialmente mais relevante. Suas experiências pessoais, seus desejos, sofrimentos, decepções, privações, traumas são os marcos que indicam o sentido de sua singularidade enquanto indivíduo.

³ Pollak, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, nº 10, 1992.

⁴ Idem, *ibidem*.

⁵ Velho, G. Memória identidade e projeto. Uma visão antropológica. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 95, out.-dez., 1988, pp. 119-26.

Assim, a consciência e a valorização de uma individualidade singular, baseadas em uma memória, conferem consistência a uma biografia e possibilitam a formulação de projetos. O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos e à sua própria identidade. A memória e o projeto, de alguma maneira, não só ordenam como dão significado a essa trajetória.⁶ O projeto é o instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos.

Transpondo essas considerações para o uso da História Oral como instrumento para promover comemorações através do resgate da memória e do reforçamento da identidade de indivíduos ou grupos, inúmeras questões podem ser levantadas.

Poderíamos iniciar nosso debate colocando em pauta a própria validade das comemorações. O historiador Paul Garde, em artigo recentemente publicado,⁷ sustentou que o projeto comemorativo é o contrário da abordagem da história. A segunda recoloca o evento no seu contexto mais amplo e esforça-se para torná-lo compreensível. O primeiro o extrai do seu contexto real, atribuindo-lhe um valor simbólico em função dos interesses e de categorias do momento e o mostra (como) único e ininteligível.

Ainda que possamos relativizar alguns desses pontos e sustentar que através dos projetos comemorativos é possível captar representações acerca do passado, de caráter recorrente e repetitivo, que nos permitam produzir uma história da memória⁸ de um grupo ou de uma sociedade, sem dúvida, muitos perigos se apresentam ao tratarmos dessa temática.

História Oral, comemorações e mercado no Brasil

Primeiramente é necessário explicitar que nos anos 90 no Brasil vem ocorrendo o que se pode chamar de *boom* da História Oral. Este *boom* pode ser explicado a partir de mudanças no próprio campo da história, com o rompimento do paradigma estruturalista, mas também a partir de transformações mais gerais na sociedade brasileira.

O que aconteceu no campo da pesquisa histórica? Em linhas gerais, revalorizou-se a análise qualitativa, resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja,

⁶ Idem, *ibidem*.

⁷ Garde, P. Faut-il commémorer? *Le Monde*, 7/8/1996.

⁸ Rouso, H. "A memória não é mais o que era". In: Ferreira, M.M. e Amado, J. (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, a história cultural ganhou novo impulso, o estudo do político experimentou um renascimento e, finalmente, foi aceito o estudo do contemporâneo.⁹

O aprofundamento das discussões acerca das relações entre passado e presente na história e o rompimento com a idéia que identificava objeto histórico e passado, definido como algo totalmente morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente, abriram novos caminhos para o estudo da história do século XX. Nesse movimento, foi extremamente significativa a expansão dos debates acerca de memória e de suas relações com a história. Essas discussões estimularam o abandono de uma visão determinista que limita a liberdade dos homens e levaram ao reconhecimento de que os atores constroem sua própria identidade. Demonstraram também, de forma inequívoca, que o passado pode ser construído segundo as necessidades do presente e que, portanto, pode-se fazer uso político do passado.

Estas novas perspectivas alargaram, evidentemente, horizontes da História Oral. Estavam neutralizadas as críticas tradicionais, já que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputadas podiam ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional de significados para o pesquisador.

As transformações ocorridas no campo da pesquisa histórica, em especial na França, provocaram um grande dinamismo que se traduziu numa grande vitalidade do movimento editorial, numa renovação dos cursos de pós-graduação, num aumento expressivo do número de pesquisadores e professores e num crescente interesse da sociedade em geral pelos temas históricos. No Brasil, essas alterações tiveram reflexos importantes no perfil dos cursos de História, que ampliaram suas linhas de pesquisa, incorporaram de forma definitiva o estudo do tempo presente e abriram espaço para a História Oral.

É preciso não esquecer também que a sociedade brasileira nos anos 90 reforçou sua prática democrática. Já iam longe os anos em que se considerava arriscado falar. Passara a época em que toda modalidade de história que não a das estruturas econômicas era vista com maus olhos. As curiosidades se ampliaram, e aflorou o interesse da so-

⁹ Chartier, R. "O olhar do historiador modernista". In: Ferreira, M.M. e Amado, J. (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

cidade pela recuperação da memória coletiva e individual. Tomou-se urgente ampliar o conhecimento sobre a vida política do país e apontar os entraves que impediam o acesso da grande maioria da população aos benefícios de cidadania.

Essa problemática, debatida no seio da comunidade acadêmica em função da crise dos grandes paradigmas estruturalistas, transportou-se para setores sociais mais amplos provocando uma demanda por parte das empresas e instituições pela memória.

Recentemente foi publicada na *Gazeta Mercantil*¹⁰ artigo relatando o interesse de várias empresas em recuperar e organizar suas memórias através da elaboração de livros, exposições e museus com o objetivo de criarem novos instrumentos de gestão importantes, mas principalmente de reforçarem sua imagem institucional. Esses projetos são concebidos, em geral, para datas comemorativas e valorizam especialmente o registro das trajetórias das empresas e instituições a partir de depoimentos orais de seus fundadores, diretores e funcionários.

O que explica esse interesse das empresas em patrocinar iniciativas com fins de propaganda com forte apelo ao passado e à memória?

Várias ordens de argumentos podem ser apresentadas. Uma delas é o acirramento do individualismo, que pressupõe o reconhecimento da liberdade de escolha entre os homens e o confronto entre sociedade e indivíduo na fixação de valores, que torna as pessoas curiosas em relação ao outro como forma de reforçar a existência de sua própria singularidade, enquanto que podem estabelecer as diferenças. Esta curiosidade em relação ao outro acaba por criar, em termos editoriais, toda uma demanda, à qual a história vem procurando atender.

Um segundo ponto a ser destacado diz respeito ao quadro político-econômico que o Brasil vem atravessando. Os anos 90 vêm colocando em pauta grandes desafios para a sociedade brasileira em geral e para empresas e empresários em particular.

O questionamento do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, vigente durante algumas décadas, que preconizava uma forte presença do Estado como agente econômico fundamental e estabelecia inúmeras regras e restrições à participação do capital estrangeiro e às importações, inaugurou um grande debate nacional. A abertura da economia, a importância e a dimensão das privatizações, os limites e contornos de

¹⁰ *Gazeta Mercantil*; "Empresas e negócios", 27 de maio de 1996, p. C1.

ação do novo Estado têm mobilizado diferentes setores para a definição de um novo perfil para o país.

Essa agenda de discussões tem sensibilizado profundamente burocratas responsáveis pela administração das empresas estatais, empresários, políticos. É nesse quadro que podemos entender o interesse de grandes empresas em recuperar sua memória, em resgatar seu papel na História do país e estabelecer novas estratégias para o futuro. A História Oral pode ser um instrumento privilegiado para atender a tais demandas.

Como já dissemos anteriormente, em conjunturas de grandes transformações, quando as identidades de grupos ou de empresas estão sendo redefinidas e seu papel e de suas lideranças estão sendo colocados em xeque, as comemorações de aniversários ganham imensa importância e a História Oral pode se constituir num meio útil para valorizar e divulgar imagens.

Que questões esta modalidade de prática da História Oral nos coloca?¹¹ Quais são suas vantagens, seus riscos e dilemas? As respostas para estas questões não são simples e devem ser discutidas com cuidado e atenção. Poderíamos começar apontando algumas vantagens. Em países com recursos escassos destinados à cultura, com um pequeno número de agências financiadoras, como o Brasil — onde hoje se assiste, como já foi dito, a uma redução do papel do Estado como agente financiador —, a entrada em cena de empresas privadas interessadas em patrocinar o resgate da memória de uma atividade ou setor econômico pode parecer animadora. Certamente, também, é dos recursos provenientes da empresa privada que se poderão esperar inovações tecnológicas — vídeos, *cd-roms*, etc. — que enriquecerão a dimensão técnica da prática da História Oral. Do ponto de vista de uma instituição de perfil acadêmico, a venda de projetos de História Oral pode significar a possibilidade de transferência de recursos para outros projetos de características propriamente acadêmicas ou sociais que não encontrariam financiamento de outra maneira, ou para a [produção de] preservação de acervos de depoimentos que poderão ser utilizados para outras pesquisas. Por exemplo, um projeto de História Oral encomendado por uma empresa de seguro de saúde para comemorar seu aniversário pode possibilitar a constituição de um acervo sobre o setor que será de utilidade para pesquisadores futuros que desejarem fazer um estudo crítico e analítico sobre o tema.

¹¹ Ferreira, M.M. "Desafios e dilemas da História Oral nos anos 20: o caso do Brasil". *Conferência apresentada na sessão de abertura do IX International Oral History Conference*. Gotemborg, Suécia, 1996.

Esta modalidade de trabalho se caracteriza pela relação que se estabelece entre os participantes do projeto, que é objeto de um contrato: de um lado, o contratante, ou seja, o cliente, que irá pagar por um produto, livro de depoimentos ou vídeo, destinado a divulgar o papel de sua empresa no mercado; do outro, o pesquisador contratado, que irá realizar o trabalho e receber pelos serviços prestados. Este pesquisador pode ser um pesquisador individual, pode trabalhar para uma empresa de publicidade, de divulgação, de promoções, etc., que entre outras atividades "faz" História Oral, ou ainda estar ligado a um centro de pesquisa de perfil acadêmico. Em geral as empresas interessadas em encomendar projetos de História Oral preferem contratar os serviços de instituições ou pesquisadores com vinculações acadêmicas, pretendendo com isso que o produto final ganhe maior legitimidade.

E quanto aos riscos desta prática? Primeiramente, a empresa que contrata serviços está preocupada em criar ou mudar uma imagem já existente, isto é, ela tem um projeto bem definido. Em geral, ela toma a iniciativa de recuperar sua memória em conjunturas de mudanças importantes, de política interna e de política econômica do país, quando sua imagem está sendo alvo de crítica. Isto reduz a autonomia dos pesquisadores que executam o projeto e coloca os resultados finais da pesquisa sob o controle da empresa contratante. Isso se manifesta desde a solução. Inúmeras vezes o pesquisador vê-se envolvido na produção de uma imagem positiva de uma empresa que contraria os interesses mais gerais da sociedade, o que, do nosso ponto de vista, coloca um problema ético relevante.

Qual é o compromisso do pesquisador de História Oral? Atender ao cliente que pagou pelos serviços que contratou, ou manter seus princípios éticos de trabalhar em prol de uma maior democratização da sociedade? Este dilema, colocado para todos os que praticam a História Oral através da venda de projetos, pode ter saídas diferentes. Evidentemente, ninguém é obrigado a desenvolver projeto algum. Aceito o projeto, instituições culturais ou educacionais com tradição acadêmica têm força suficiente para definir regras ou procedimentos no momento de elaboração do contrato e estabelecer limites de interferência do contratante. Empresas ou entidades privadas sem tradição nos meios culturais e também sem outras fontes de recursos ficam mais vulneráveis a pressões. Como suas atividades também não estão comprometidas com projetos de pesquisa, elas não dispõem da possibilidade de, num segundo momento, produzir análises

críticas sobre o material que foi coletado, pois logo em seguida estarão engajadas em novos projetos de mesma natureza.

Por todas essas razões, consideramos que a prática da História Oral como instrumento de *marketing* é no mínimo polêmica, e, se ela não pode ser simplesmente descartada, deve ser vista com muito cuidado.¹²

O CINEMA DOCUMENTÁRIO E A ESCUTA SENSÍVEL DA ALTERIDADE

*Eduardo Coutinho**

Estou bastante constrangido de estar aqui, não porque eu não seja historiador exatamente, mas porque, em primeiro lugar, em São Paulo já houve uma espécie de mesa igual a essa, e odeio repetir coisas que eu disse, então já me sinto mal de início, porque quando filmo, por exemplo, eu jamais permito que uma pessoa diga uma coisa para mim pela segunda vez. Só para dar um exemplo, se uma pessoa que eu vou filmar e não conheço chega pra filmar e começa a contar alguma coisa interessante com a câmera desligada, peço imediatamente para que ela não me conte, porque, quando alguém lhe diz algo particularmente, isto é, sem câmera e depois vai contar com a câmera, esse depoimento é como pão amanhecido! Tanto que, em geral a pessoa costuma falar assim: "como já tinha dito...". E isso acontece porque as pessoas que são entrevistadas assim não são procuradas pela televisão, são pessoas das classes excluídas, não entendem muito bem que têm que repetir uma coisa duas, três vezes. Assim, já me sinto mal porque sou obrigado a repetir e acho que já não tem mais graça até para mim mesmo. Em segundo lugar, eu me sinto mal porque nunca falo sozinho sem que me peçam, não sou louco; eu só falo se me perguntam. Só uma pessoa louca é que sai falando pela rua sem pedirem.

Isso tem a ver também com a minha profissão, pelo seguinte: no documentário, quando comecei a fazer, e até hoje muita gente toma esse partido, as pessoas filmavam em geral com um só microfone, o do interlocutor. Isso mostra que essas pessoas que filmavam documentários pretendiam, no filme, dar a aparência de que só havia uma fala do interlocutor, sem ser provocado, por isso não precisava de um microfone para

¹² Ethics and Interpersonal Relationships in Oral History Research. *Oral History*, 22/1 (Summer, 1995): pp. 51 e 56.

* Cineasta, documentarista, diretor dos filmes *Cabra marcado para morrer*, *Boca de lixo*, *Fio da memória*, dentre outros.

o diretor, que é o questionador. Acho isso absurdo porque o único interesse do filme documentário que trabalha com som direto, com pessoas vivas, não com natureza morta, é um diálogo, e esse diálogo tem que estar presente no filme. Não que ele tenha que ter a todo momento as perguntas. As perguntas são essenciais como demonstrativos de uma voz que vem de fora, é algo que provoca e que gera um confronto. Tal confronto é uma coisa complicada porque vai gerar um diálogo produtivo, em que há, de alguma forma, uma troca.

É claro que é preciso rejeitar a ilusão de que essa troca seja absolutamente simétrica. Esse diálogo é assimétrico por princípio, não só porque você trabalha com classes populares sem pertencer a elas, mas simplesmente porque você tem uma câmera na mão, um instrumento de poder. Mesmo falando com um general no período da ditadura, você tinha um poder sobre ele que era dado pela câmera, ainda que você não pudesse utilizar publicamente esse material, sob o risco de tortura, mas um dia você poderia utilizá-lo. Você, quando tem uma câmera, pode deformar essa pessoa do ponto de vista da lente usada, mostrar uma verruga, mostrar um defeito físico ou coisa que o valha; você tem um ângulo da câmera que pode ser para baixo ou para cima e que também pode derrubar essa pessoa, isto é, conotá-la pejorativamente. E mais ainda, você tem a possibilidade de dispor da entrevista desta pessoa e eventualmente manipulá-la. Você pergunta algo a uma pessoa, ela diz “não”, mas, através da montagem, você pode manipular o depoimento e transformar uma afirmação no seu contrário. Com isso quero dizer que, mesmo que você filmasse seus pares sociais, teria um poder dado pela câmera. Portanto, esse diálogo é sempre assimétrico; isso só pode ser compensado, na minha opinião, de uma forma correta, incluindo essa assimetria relativa no produto que você faz. Por isso falo que esse microfone pertence aos dois lados, o diálogo é entre os dois lados, deve aparecer, inclusive, em seus momentos críticos.

Você sabe que toda filmagem — e acredito que na História Oral isso exista também, mas de uma forma mais amena, mais simples, mais implícita — tem que ser negociada. Ao contratar um popular, você vai trabalhar com ele no filme e vai precisar de mais vezes, etc., e você tem um diálogo em que cria as condições para esse trabalho conjunto. Quando você está entrevistando, você tem a pessoa que de repente se pronuncia a respeito do lugar que vai filmar, por que vai filmar isso, ela pode pedir dinheiro para você ou não. Essa negociação que preside a muitas das entrevistas e depoimentos — prefiro chamar de conversas, porque entrevista, depoimento, pressupõe uma formalização que destrói o clima de diálogo espontâneo que é importante — não está, jamais, na perspectiva, por exemplo, da televisão e da maioria dos documentários. O documentário

americano é típico no sentido de que jamais existe a pergunta, jamais existe o interlocutor atrás da câmera. Na verdade, no documentário americano, mesmo em seus melhores exemplos, passa-se como se aquilo que estivesse acontecendo fosse absolutamente real. Mas o documentário, ao contrário dos que os ingênuos pensam, e grande parte do público pensa, não é a filmagem da verdade. Admitindo-se que possa existir uma verdade, o que o documentário pode pressupor, nos seus melhores casos — e isso já foi dito por muita gente —, é a verdade da filmagem.

A verdade de filmagem significa revelar em que situação, em que momento ela se dá e todo o alcatório que pode acontecer nela. Há mil formas de mostrar isso, desde a presença da câmera, do diretor, do técnico de som, até a coisa sonora da troca de palavras, incluindo incidentes que aparecem, como o telefone que toca, um cachorro que entra, uma pessoa que protesta por não querer mais ser filmada ou que discute com você diante da câmera. Então isso daí é importantíssimo porque revela a contingência da verdade que você tem, entende? É uma contingência que revela muito mais a verdade da filmagem que a filmagem da verdade, porque inclusive a gente não está fazendo ciência, mas cinema. Esse é o problema da História Oral, que pretende o estatuto de ciência; o cinema, por não pretender isso, fica muito mais liberado para o campo do imaginário e do subjetivo.

Outra tolice que se diz há dezenas de anos é que a presença da câmera torna qualquer gesto ou fala artificial, na medida em que a simples presença da câmera — por mais bem disfarçada, por mais que o realizador more com a comunidade dez anos — muda as pessoas e, portanto, é falsa. Jean Rouch, um documentarista francês pioneiro em certos campos, já respondeu muito claramente algo óbvio: que isso que é “verdade”, em parte, não tem a menor importância porque às vezes é mais importante que a câmera catalise essa comunidade, catalise as pessoas que estão diante dela, para que elas revelem uma “superverdade” delas. Na medida em que a pessoa pode representar para a câmera, isso passa a ser interessantíssimo também. Como ela representa para a câmera? Que papel? Que figura? E que personagem ela quer representar para a câmera? Isto é tão interessante quanto aquilo que ela revela sem a presença da câmera.

Na verdade, não é a presença da câmera que muda realmente, o que muda é a presença de uma pessoa de uma outra classe social, que não pertence àquele mundo e que vem interrogar sobre uma questão. Essa possível interferência no comportamento, no gesto e na fala existe também para o historiador oral, que não tem câmera, mas tem um gravador, que pode ser um gravador de bolso, então a simples presença já muda.

Trata-se, de um lado, de amenizar a presença da câmera pelo fato de que você fica conversando com a pessoa e ela tem que olhar para você, e você só olha para a pessoa — porque eu, quando dirijo, esqueço que tem uma câmera — então, depois de um tempo a pessoa acaba ignorando também a presença da câmera, como também filmando em situações absolutamente esdrúxulas, que não são a situação típica de entrevista. Por exemplo, há entrevistas feitas com teleobjetiva em que o diretor fica a dez metros do personagem, o que torna absolutamente impossível um diálogo. Eu não conheço nenhuma pessoa no mundo que converse com outra a dez metros de distância, porque ou a pessoa grita, ou então quando você faz isso, está falando para a história, fica ruim, fica falso, e o personagem torna-se rígido, formal e mais falso ainda do que deveria ser. Por isso, não filmo nunca a cinco, dez metros; prefiro aparecer no quadro, tornar a câmera mais pobre, tendo que filmar em *close*, mas estou sempre próximo do personagem, a meio metro, um metro.

Em outros casos, ao contrário, opto por um afastamento, como por exemplo em um filme que fiz sobre a Favela Santa Marta, em que, no primeiro dia de filmagem, eu não conhecia praticamente ninguém lá, tinha meu assistente que conhecia, mas a gente convocou pessoas da favela para falar sobre violência, e vieram umas quinze, vinte pessoas. A câmera ficou a seis metros de distância, o que é absolutamente falso para uma conversa. Para aumentar esse aspecto de verdade da filmagem, aparecia na imagem a pessoa sentada numa cadeira e, ao lado, tinha um monitor onde ela podia se ver, o que tornava, portanto, mais artificial, portanto mais verdadeiro, o set de filmagem. No entanto, essa coisa distanciada, a seis metros de distância, etc., não deixou de produzir alguns dos depoimentos mais extraordinários do filme. Os outros foram feitos cara a cara e de forma improvisada. Então realmente isso depende de uma disposição da pessoa se confessar e falar, que é um negócio extremamente variável, e você tem que criar condições para usar tanto o mais íntimo modo de aproximação quanto o mais distante, para chegar a algo que seja surpreendente. Porque, na verdade, fazer cinema é uma coisa muito chata que não dá prestígio, não dá *status*, não dá dinheiro — já deu — e realmente, se você não se surpreender com o que faz, é melhor não fazer.

Eu não faço roteiros escritos, inclusive, porque acho que se eu fizer um roteiro escrito não preciso mais filmar, já está feito o filme. Tento fazer filmes em que tenho perguntas a colocar e vou tentar saber quais são as respostas fazendo o filme. Geralmente o filme, quando dá certo, não termina com uma resposta-síntese. Então, eu não faço cinema para militantes, graças a Deus, e meus filmes terminam, suponho eu, com per-

guntas e reflexões e não com uma resposta. Se fosse para obter uma resposta fechada, também não valia a pena fazer filmes com som direto.

De outro lado eu queria dizer que essa relação com as chamadas classes excluídas — a História Oral também deve ter esse problema —, e principalmente com o analfabeto, é uma relação difícil, mas na verdade é preciso esclarecer algumas coisas. Há a tendência elitista a achar que o analfabeto é uma pessoa desarmada, sem nenhuma noção das coisas e que não sabe nada, sendo facilmente manipulável. Isso não é verdade, essa pessoa que aparentemente não sabe nada tem uma extraordinária intuição do que você quer... você, uma pessoa que vem do mundo exterior. Essa é razão pela qual os documentários, no Brasil, em geral, são muito chatos: é porque essa intuição prodigiosa do analfabeto ou do pobre torna-o consciente rapidamente do que o entrevistador quer. Então, se o entrevistador quiser respostas de protesto, de “esquerda” ele vai ter, se quiser o contrário, vai ter também. Isto é uma das coisas mais importantes a se quebrar, você estando aberto para que o cara seja respeitado. O que quer dizer respeitar essa pessoa? É respeitar sua integridade, seja ele um escravo que ama a servidão, seja ele um escravo que odeia a servidão.

O cineasta tradicional de esquerda só vai ouvir aquelas pessoas que vão dar respostas de acordo com seu espírito militante, o que gera um acúmulo de respostas do mesmo tipo, previsível, e que são aquilo que... o diretor quer ouvir. Me interessa muito mais estar aberto.

Vou dar um exemplo: filmar no lixo. O cineasta tradicional vai ao lixo, a partir de um espírito de revolta e de sua consciência de intelectual da classe média de que aquilo é um horror, um inferno e que ele tem que mostrar que é um inferno e que as pessoas odeiam aquilo e que fazem aquilo porque são obrigadas pela estrutura injusta do país, e que é preciso mudar o país, etc. Então ele precisa encontrar pessoas conscientes disso.

O meu propósito ao filmar o lixo é o contrário. Como eu já conhecia alguma coisa do cotidiano do lixo, era interrogá-los sobre esse cotidiano a partir de um princípio: como eles interpretam viver no lixo, trabalhar no lixo. Então, isso se revela nas perguntas. Por exemplo, várias vezes cheguei a perguntar coisas desse tipo: como é viver no lixo, é bom, é ruim? Perguntar assim é um pecado mortal para um bom cineasta de esquerda, como admitir que pode ser bom? No entanto, isso significa que eu já estou propondo para eles uma aceitação de que aquilo não é um inferno na terra e que eles não são abutres, se aquilo pode ser bom ou ruim. Bom, por quê? Bom, ou relativamente bom, porque é uma estratégia de vida como qualquer outra. Será que aquilo, o lixo,

é um inferno? Ou será que todo o Brasil não é um inferno para os excluídos, um inferno banalizado.

Acho que essa possibilidade da pessoa dizer que o lixo é bom ou que é ruim, que ela come ou não come lá no lixo; e se a pessoa aceita isso com passividade, ou não aceita, não está sendo julgada por isso, entendeu? O básico é dar ao interlocutor a sensação de que ele não vai ser penalizado por ser passivo ou ativo, consciente ou inconsciente, católico ou umbandista, ou o que seja. Porque a tendência é de procurar as pessoas que encarnam alguma coisa de protesto em relação ao *status quo*, quando eu acho que, se isso parte de mim, não tem o menor valor, entende? Pregarg o padre-nosso ao vigário não tem o menor sentido.

Finalmente, eu não sei o que pode interessar a vocês, que eu não conheço, então já é um problema grave quando você não conhece as pessoas, para que falar? Eu acho que talvez esteja dizendo coisas absolutamente sem sentido, não sei, vocês são pessoas interessadas em história, em cinema, ou em nada, eu não sei, mas, enfim, é um pugilo de bravos que veio aqui, então a gente tem que falar; sábado a tarde, por exemplo, eu me sinto parte de um pugilo de bravos.

Queria terminar dizendo o que a gente pode, completando esse problema ético da relação do som direto. O que se pode fazer, o que procuro fazer sempre, até onde posso, é devolver a imagem que captei dessas pessoas a elas mesmas, durante ou depois da filmagem. O pecado original do documentário é roubar a imagem alheia e, para compensar esse pecado, uma das coisas que eu faço é mostrar, durante ou depois da filmagem, o produto final, ou o produto em andamento. Fiz isso no *Lixo* e no *Cabra e* procuro fazer em todos os meus filmes. Tento ser digno da confiança que essa comunidade depositou em mim, quer dizer, eu me sinto responsável diante dessa comunidade e não diante da classe camponesa, da classe dos favelados, etc. É evidente que me sinto responsável por aquela favela, por aquelas pessoas do lixo que filmei. Obviamente se é uma imagem decente que eu transmito delas, suponho que vou ser fiel também a uma relação com os favelados em geral, com as pessoas do lixo em geral, etc., mas o importante são aquelas pessoas que têm nome; não é uma confiança de classe desencarnada, é encarnada em pessoas que foram gentis comigo.

O segundo momento de corresponder a essa confiança é a montagem. Toda montagem supõe uma narrativa, todo filme sendo uma narrativa pressupõe um elemento forte de ficção, e isso também acontece na História, o que não quer dizer que a História seja uma ficção e nem que o documentário seja uma ficção. Eles são um tipo, se quiserem, um tipo diferente de ficção, e o que eu tento na montagem da estrutura é

preservar a verdade da filmagem, que às vezes pode ser indicada pela informação da situação da filmagem, da data da filmagem, por elementos bem concretos; pelo confronto, se a pessoa pediu ou não pediu dinheiro. Isso quer dizer que, de um lado, você tem a tentativa de manter a verdade da filmagem e, de outro, você é obrigado a fazer uma narrativa com elementos de ficção, porque você constrói personagens, constrói conflitos, que se resolvem ou não; então essa dupla dificuldade do documentário, tento preservá-la.

Para encerrar, pois acho que já falei demais, lembro como isso pode ter um valor ético e político. Na verdade, quando se fala em ética em documentário ou em História Oral, é sempre um problema político também. Então eu lembro que, no final do *Cabra marcado pra morrer*, a Elizabete faz um discurso que lembra o discurso que ela fazia em 63, 64 e que mostra, enfim, ela voltando a ser uma líder política, etc. Isso daí, por exemplo, se fosse um filme montado com regras não ligadas à estrutura de filmagem, podia ser uma fala que ela tivesse feito no começo, no primeiro dia de filmagem. Então quando você faz um filme, você separa uma fala e diz: “essa fala é boa para final, vou botar no final para mostrar como eu sou solidário com ela, com o espírito dela, que está retomando a luta”. Mas acontece que não: a força que passa inconscientemente para o próprio espectador está no fato de que a fala dela foi realmente a última da filmagem. Ela foi filmada numa situação de despedida e é uma longa fala onde elogia o Figueiredo e depois mete o pau. Então, essa verdade que é uma despedida — uma Kombi que se afasta e ela dizendo aquilo — ganha uma força política e expressiva dez vezes maior, pelo fato de que foi realmente a última fala dela no filme. Tem uma força extraordinária porque, no fundo, ela tinha noção de que a câmera estava filmando, mas filmando há tanto tempo na despedida — que durou dez minutos — que ela nessa altura nem está ligando se tem câmera ou não. Mas ela sentiu intuitivamente que era a última chance de dizer: elogiou Figueiredo, depois desabafou. Então isso é uma mostra de que a fala dela está no fim, porque a estrutura da filmagem, a crônica da filmagem, a cronologia da filmagem foi essa. E no final ela disse essa coisa porque foi sua última palavra, entende? Então, acho que isso tem um efeito dramático e político dez vezes maior, porque ela foi respeitada como personagem, como evolução durante o filme. E a própria estrutura do filme, obrigado.

DEBATE

Platéia: Gostaria de saber o que a entrevistada do *Cabra marcado pra morrer* sentiu, quando viu na tela o seu depoimento, na Kombi, aquele último depoimento.

Coutinho: Quando a Elizabete viu o filme a primeira vez, ele estava pronto. Foi no momento que eu tinha que ampliar o filme para 35mm; para isso, tive que fazer quinze, vinte projeções pelo Brasil, até arranjar dinheiro para ampliá-lo, e essa projeção foi feita em Brasília, no Congresso; e eu consegui com um cineasta paraibano, meu amigo, Vladimir Carvalho, arranjar uma passagem para ela. E a segunda vez que ela viu o filme foi na CNBB, inclusive ela estava do lado de Dom Luciano Mendes de Almeida e viu do lado dele. E sei lá, imagino o que ela sentiu, pois se emocionou muito.

Nessa mesma época, por iniciativa do próprio Dom Luciano, ela veio ao Rio, acompanhada por uma pessoa da Igreja, e a gente mostrou o filme para os três filhos dela que moravam no Rio. Veja bem, poderia ser um problema complicado, se um dos filhos dissesse não querer que aparecesse alguma cena; seria um problema complicado, porque estava *mixado*, prontinho.

Graças a Deus não houve nada, e isso foi muito interessante para mostrar os preconceitos que temos enquanto classe média. Nos estrangeiros isso é ainda mais forte. Por exemplo, um francês vive com uma mulher cinquenta anos e não permite que ela o trate por tu. Para chamar alguém por tu, na França, é necessário, talvez, trinta anos de amizade. Já, no Brasil, existe uma informalidade que permite um resultado do som direto extraordinário. Na França, para falar com uma pessoa na rua, você tem que pedir CPF, não dá, né?

Por isso, lembro-me de que — quando passei o *Cabra* num seminário lá nos Estados Unidos — um conhecido autor de livros sobre documentário questionou certas reações do filme, principalmente quando aparecem os filhos, aquela filha da Elizabete que chora muito quando entrevistada. Isto inclusive já tinha sido ques-

tionado por um outro diretor de documentário francês, e é algo típico dessa incompreensão absurda sobre a mente popular. O que aconteceu nessas projeções foi o seguinte: dos três filhos que estavam lá, a única que tinha tido uma ligação profundamente emocional foi essa que chorou, que por sua vez tinha problemas graves com Elizabete, que vinham desde a infância. No fundo ela estava muito comovida e agradada pelo fato de ter sido ela quem demonstrou maior amor pela mãe, chorando. Já, para uma pessoa de classe média, chorar é uma demonstração de afeto excessiva que se deve castrar.

Em outra vez, na filmagem da Santa Marta, uma pessoa, para quem perguntei só como era a vida dela, começou a falar sem parar e contou as facadas que tinha levado e que tinha dado no marido, ex-marido, etc. Depois, exibí o filme na favela e não houve nenhuma reação negativa, entendeu? Isto é totalmente diferente da ética e da "etiqueta" das pessoas de classe média. Serve para mostrar como não se pode pré-julgar as reações do outro sem conhecer o seu universo cultural.

Platéia: No filme documentário *Fio da memória* é contada a história de um ex-escravo nascido no século passado. Eu gostaria de saber como é que surgiu a idéia de fazer um documentário baseado na história dessa pessoa e a importância, em termos históricos, pelo fato de ter trabalhado com apenas um personagem da história do Brasil, que viveu momentos históricos diversos ocorridos na passagem do final da escravidão para uma suposta liberdade do negro escravo.

Coutinho: Era um filme a propósito do centenário da abolição em que exigí que fosse completado só em 1989/90, para ficar mais amadurecido. Filmei várias entrevistas, várias coisas, e não sabia qual o eixo que ia dar ao filme porque era um assunto muito genérico para mim e não gosto de fazer coisas sobre assuntos genéricos. Não gosto de fazer um filme sobre a luta de classes, sobre determinismo econômico, essas idéias gerais, não sei fazer. Gosto de trabalhar no micro, odeio trabalhar no macro. Nesse caso era o macro, isso me incomodou no filme inteiro até hoje. Mas, no fim das contas, não tinha um fio condutor, porque eu tinha filmado de uma forma absolutamente maluca, sem roteiro nenhum, que é como eu gosto, mas quando é macro, fica difícil.

Depois de muito tempo, cheguei a um eixo em torno de um personagem que me interessava porque era o cara que construiu a Casa da Flor, em São Pedro da

Aldeia. Interessou-me porque me pareceu um cara fascinante, na medida em que, sendo analfabeto e filho de escravos, uma pessoa obscura completamente, trabalhador de salina, tinha deixado como marca de sua passagem no mundo uma casa construída com fragmentos retirados do lixo, que é a Casa da Flor. Em segundo lugar, tinha deixado anotado em um diário coisas da história do Brasil, o salário que ele ganhava em 1930, o vizinho que tinha morrido, quem tinha entrado para igreja batista, pois ele era batista... Enfim, dava notícias de sua comunidade e falava do mundo.

Isso me pareceu fascinante, este diário imenso junto com essa coisa do imaginário. Parecia-me que o imaginário era importante, fascinante, podendo ser um eixo, porque no fundo esta tentativa de construir algo com fragmentos era uma síntese extraordinária; me pareceu corresponder um pouco à memória do negro, na medida em que foi destruído — ele e sua família — pela escravidão, e tinha que recuperar, com fragmentos, sua identidade. É uma pessoa que juntava os fragmentos, os cacos de sua vida, para construir uma imagem, por isso eu o escolhi como eixo.

Platéia: No trabalho que se propõe científico podemos dar total liberdade ao entrevistado ou é inevitável uma certa indução da entrevista?

Marieta: Esta é uma boa pergunta... Muitas vezes, nós — cineastas, historiadores, pesquisadores de História Oral, cientistas sociais, enfim, as mais diferentes categorias — só queremos entrevistar e ouvir pessoas que corroborem o nosso ponto de vista, o que é algo bastante problemático. Neste sentido, tentando responder à pergunta, considero fundamental deixar o indivíduo expressar o seu ponto de vista.

Em primeiro lugar, julgo extremamente importante elaborar uma entrevista bem consistente, ou seja, você deve conhecer bem as perguntas que vai fazer, deve conhecer bem a trajetória ou ao menos alguns momentos mais decisivos da vida do seu entrevistado..., mas é igualmente fundamental que deixe o seu depoente — seja no cinema, seja na História Oral — expressar livremente a sua visão de mundo e a sua ideologia, a sua forma de pensar... As perguntas não podem ser respondidas da maneira que você quer, que você gostaria que a pessoa respondesse. Se isso acontece, as coisas ficam sem sentido. Isso não quer dizer, porém, que você não possa, muitas vezes, fazer algumas perguntas que levem o seu entrevistado a refletir sobre determinados aspectos. O modo como você formula a sua pergunta é deter-

minante. Você pode fazer perguntas do tipo “O senhor acha que é bom, o senhor acha que é ruim...?”, e isso é problemático.

Se você quer discutir o problema dos “sem terra”, ou das mulheres, ou dos homossexuais, ou seja lá de quem for, sendo você uma pessoa com uma certa visão crítica da sociedade, você já parte do princípio que vai entrevistar as pessoas que possam vir a corroborar os seus pontos de vista. Ontem no *workshop* com a Mary Clark, ouvindo-a falar sobre a emoção que ela sentia ao entrevistar pessoas, perguntei-lhe como se sentia quando entrevistava pessoas com as quais não concordava, com as quais tinha divergências estruturais, profundas, que possuíam uma visão de mundo oposta à dela.

Depois da pergunta, comentei que achava extremamente importante ouvir pessoas que pensavam diferente de mim, sejam elas quem fossem. Ela me respondeu que esta era uma fraqueza — usou a palavra *fraqueza* — da História Oral nos Estados Unidos: “Nós só entrevistamos as pessoas com as quais concordamos; não entrevistamos quem não gostamos — ‘não gostamos’ no sentido pessoal, do gostar ou não gostar em termos pessoais —, pessoas que não possuem uma mesma posição política, pessoas cujo universo ideológico é divergente do seu”. Fiquei estarelecida com essa perspectiva, mas ela fez essas colocações com muita tranquilidade.

É bom esclarecer, em relação à questão da indução, que fazer determinadas perguntas, avivar a memória do depoente, levantar alguns pontos... não quer dizer que você está induzindo a pessoa a falar coisas que você quer que ela fale, que ela corrobore os seus pontos de vista. O problema da indução não está presente apenas na maneira pela qual você formula a pergunta na entrevista, mas também na sua escolha do entrevistado. Às vezes você decide entrevistar fulano porque sabe que ele vai falar isso, isso e isso, vai reforçar a tese que você quer defender deste e daquele modo. É, sem dúvida, muito mais rico podermos trabalhar com as divergências, com perspectivas muitas vezes opostas, contrárias às nossas.

De qualquer modo acho que também aqui no Brasil temos um pouco a tendência a desqualificar, muitas vezes, pesquisas cujos temas não são “politicamente corretos” (coloco “politicamente corretos”, entre aspas), por julgarmos que não devemos dar voz a segmentos com os quais não concordamos. Se fosse assim, não poderíamos estudar os militares e outros segmentos da sociedade brasileira dos quais discordamos por adotarem... uma postura antidemocrática, ou por isto ou aquilo... Estaríamos dando voz a pessoas que, em última instância, têm uma posição política

com a qual não concordamos, ou que contrariam nossos pontos de vista éticos. Enfim, acho a postura mais aberta, pronta para ouvir as vozes diferentes, divergentes, muito mais interessante e criativa.

Platéia: Gostaria de entender o que é uma indução... porque, por exemplo, o Eduardo citou em sua fala que a Elizabete, no final do filme, retoma sua atividade política. Ela faz uma fala que só poderia ter ocorrido no final do filme, das gravações. Isso implica que a relação entre entrevistado e entrevistador no *Cabra*, ou seja, do Eduardo com os entrevistados, levou de certa forma a uma indução, porque, senão, ela não teria modificado sua posição. Gostaria que o Eduardo Coutinho falasse um pouco sobre isto. Se ele não entende que a última fala da Elizabete foi motivada pelo tempo de vivência entre eles durante a execução das filmagens.

Coutinho: A questão da despedida é apenas um detalhe. Na verdade, um ou outro crítico notou — e era importante — que a fala da Elizabete foi montada em ordem mais ou menos cronológica. Pouco a pouco, durante a entrevista, ao longo do filme, ela vai adquirindo confiança para falar, vai falando mais e mais. Agora, a questão do resultado da fala final é importante porque não pedi jamais isso, por isso em todo documentário a crítica profunda só pode ser feita a partir dos documentos, a partir do pré-texto, a partir daquilo que foi o material bruto de filmagem, entende? Caso contrário, é muito fácil você enganar: eu podia perfeitamente tê-la treinado e induzido, dizendo: “olha, no final você manda ver”.

Isso eu não faria por vários motivos. Em primeiro lugar é absolutamente sem sentido, absolutamente antiético na minha opinião. Em segundo lugar, eu jamais repetiria o que foi feito em 64 e muitas vezes é feito no Brasil, quando você força uma pessoa a se expor, e ela vai sofrer as conseqüências depois..., você vai embora e ela fica.

Então, o que aconteceu foi apenas o seguinte — o uso da palavra indução aí é complicado —, foi simplesmente a minha presença, a presença da câmera, a presença do cinema, que era uma coisa pública. Elizabete deixava de ser clandestina e tornava-se apta a recuperar dados da história, sua confiança, a revelar sua identidade aos vizinhos — e quando está revelando para os vizinhos, está revelando para o mundo todo. Porque a câmera é simplesmente uma intermediária para o público todo, da polícia aos espectadores anônimos. Elizabete está falando para o

mundo. Agora essa fala final, eu não esperava, eu fiquei muito surpreso. E digo mais: se ela não tivesse surgido, o filme não seria diminuído, não precisava essencialmente dela. A fala final foi um valor a mais dado por Elizabete, que eu não esperava que surgisse, por isso fiquei absolutamente surpreso! Não tinha a certeza de que aquilo estava sendo filmado, o fotógrafo ligou a câmera no banco de trás porque eu dizia para sempre ficar ligado... e foi tão... absurdamente real que o microfone... tivemos que mandar desligar o motor, e depois ligou o motor e fazia barulho... e no final o fotógrafo, que estava vendo que aquilo era uma situação de cinema e que via que aquilo fechava o filme, pediu para o motorista recuar. E eu até fiquei perdido, porque aí ele me pediu para me despedir dela no meio da fala e a câmera se afastou pra fazer um plano de cinema.

Marieta: Concordo com você. Acho a palavra indução muito forte porque passa a idéia de que o entrevistador está querendo forçar uma situação. Acho que numa entrevista — seja no cinema, seja na História Oral —, há essa interlocução, essa troca efetiva entre o entrevistador e o entrevistado, de tal modo que muitas vezes tanto um quanto o outro alteram seus pontos de vista, suas perspectivas, ao longo das conversas. De qualquer modo, se a prática da indução existe, e acredito que exista, deve ser evitada.

Coutinho: A palavra melhor é contaminação. Acho que tudo que existe é interessante e só pelo fato de existir deve ser respeitado, entende? Você só pode mudar o mundo se primeiro aceitá-lo como é. Isso é uma coisa muito complicada, mas acho que é o que me permite fazer os filmes que faço.

Em princípio, tudo que existe é interessante. Por pensar assim, ocorre essa contaminação, porque você só trabalha bem se você fica com a pessoa, você tem que se contaminar, os dois têm que se contaminar. E é por isso que não filmo torturador, porque, se o filmasse, eu seria obrigado a compreendê-lo e aceitá-lo, e isso eu não quero, pois seria minha tragédia. No caso da História Oral é diferente, você vai tentar obter um relato sobre a visão de mundo, é outra coisa.

Coutinho: Em um Congresso de História Oral, as questões do público não deviam ser escritas. Isso é gravíssimo, vocês já devem ter analisado sujeito, verbo, predicado, acentuação, uma pessoa que não sabe escrever bem vai ficar com vergonha, começa

aí a coisa, por isso que é bom fazer documentário ou História Oral, é que não tem esse problema...

Platéia: A pergunta dirige-se à Marieta: qual é a diferença que você identifica entre História Oral e Antropologia?

Marieta: Tenho me envolvido muito nessa discussão ultimamente. Temos até um grupo de trabalho na ANPOCS chamado “História Oral e Memória”, cuja composição — historiadores, sociólogos e antropólogos — enriquece muito o debate. Os antropólogos, que há muito tempo fazem e gravam entrevistas, perguntam o que é História Oral. Afinal, desde que existe o gravador, eles realizam entrevistas, gravam suas entrevistas, adotando, em grande medida, procedimentos metodológicos acadêmicos bem definidos. As entrevistas são parte integrante de um projeto... Assim, qual é a diferença entre o trabalho da História Oral e da antropologia nesse aspecto? Há dois anos que discutimos esse tema, e ainda tem muita gente insatisfeita com a distinção. De qualquer maneira, avançamos em alguns pontos.

Em primeiro lugar, acho que a postura diante do depoente — ou informante, como os antropólogos denominam o entrevistado — é diferente. Acho que a História Oral está muito preocupada em retratar o indivíduo, a trajetória individual, embora a Antropologia esteja incorporando bastante essa dimensão. Na minha opinião, e na de alguns antropólogos que eu conheço, a Antropologia é, sobretudo, o estudo do estrutural, ao passo que a perspectiva da História Oral é a de resgatar a trajetória do indivíduo. Nesse sentido, na Antropologia, quando você recorre ao depoimento de determinada pessoa, sua intenção é a de que ela forneça subsídios para você desvendar essa grande estrutura.

Outro ponto importante diz respeito à documentação. Quando o historiador parte para fazer a sua entrevista de História Oral, mesmo quando não dispõe de um banco de dados sofisticado, a sua preocupação é criar um documento, até porque o historiador tem uma forma específica de se relacionar com as chamadas “fontes primárias” (o historiador, ao escrever um trabalho, tem de abrir uma porção de notas informando de onde retirou as informações). Por exemplo, numa entrevista com operários, mulheres ou militares, o historiador necessariamente abre uma nota de pé de página discriminando que a entrevista foi realizada com fulaninho de tal, no dia tal do mês tal, etc. A entrevista deverá ser preservada, visto que alguém

poderá querer checar essas informações, querer saber onde se encontra esta ou aquela entrevista, se ela existe mesmo, se as declarações foram aquelas mesmas... E mais: o historiador tem de estar preparado para guardar essa entrevista até mesmo em sua casa. O Alessandro Portelli comentou que grande parte das entrevistas que ele faz continua preservada e guardada na casa dele, porque na Itália há poucos centros de depoimentos orais coletados... Mas o importante é que tenha como comprovar que a informação que você está fornecendo no seu texto tem a ver com a entrevista que você realizou.

Já a perspectiva do antropólogo é diferente, ele não tem a mesma preocupação em preservar o documento. Ele faz a entrevista e depois pode até mesmo desgravar aquela fita, ou então pode não dar nenhum aproveitamento a ela. Ele não se sente obrigado a isso. No máximo, ele se refere à entrevista na introdução do trabalho, ou fala dela no seu relato sobre o trabalho de campo, descrevendo como se aproximou dos informantes, como foi o contato, essas coisas todas. Mas vejam bem, não estou aqui valorando, dizendo que um procedimento é o correto e outro não... São tradições disciplinares: a Antropologia tem uma tradição disciplinar, a História Oral tem outra. O interessante na História Oral é que ela, de certa maneira, reúne contribuições de vários campos. Da História, a preocupação com a documentação, com a preservação das entrevistas. A Antropologia contribui de outra maneira. Afinal, foi ela que primeiro trabalhou com os depoimentos orais, ainda uma novidade para os historiadores.

Cabe lembrar que até recentemente os historiadores só podiam trabalhar — e isso era dito, explicitado — com um recuo temporal de pelo menos 30, 40 ou 50 anos. Lembro-me de um colega meu do CPDOC, o Gérson Moura, que foi fazer doutorado na Inglaterra para estudar o período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. Foi a maior dificuldade. Na Inglaterra, os cursos de História só permitiam pesquisas que chegassem até a Primeira Guerra Mundial. Os períodos posteriores não eram mais objetos de pesquisa... O que se percebe é uma forte desconfiança dos historiadores em relação às fontes orais. Até hoje você encontra pessoas, na comunidade de historiadores, que consideram História Oral uma bobagem, coisa sem sentido, tudo fofoca, etc.

Acho o encontro desses campos disciplinares com tradições tão distintas, como a Antropologia e da História Oral, bastante interessante, em função mesmo da troca de bagagens e experiências. Também da Psicologia podem vir coisas muito inte-

ressantes, embora eu as conheça menos. O próprio trabalho com história de vida tem sua origem localizada, em grande parte, na Escola de Sociologia de Chicago... De certo modo, a História Oral se apropria disso, lança mão desse tipo de influência...

Platéia: Gostaria que vocês aprofundassem as relações entre História Oral e confissão, já que há na literatura contemporânea um uso e abuso do estilo confessional... aproximando história da narrativa.

Coutinho: A valorização da subjetividade, da parcialidade inclusive, do imaginário, eu acho que está nisso tudo, percorre isso tudo. Só queria dizer duas coisas, primeiro que realmente eu adoraria que houvesse confissões com cada personagem que eu filmasse, só que com a diferença de que não tem nem absolvição, nem penitência. De outro lado, acho que isso percorre toda a mídia e a cultura contemporânea, mas com formas pervertidas, como, por exemplo, o estilo confessional das autobiografias ou biografias não-autorizadas, isso que percorre o mundo, inclusive, com narrativas inventadas.

Marieta: Muitas vezes, quando você recolhe depoimentos de figuras públicas, o que elas relatam pode ser até coisas pouco conhecidas, mas são da esfera pública... Por exemplo, como é que dentro de uma empresa foi tomada tal decisão, como é que tal partido definiu uma estratégia política? Por que determinado sindicato optou desta ou daquela maneira? Muitos assuntos circulam na esfera pública...

Bem, em relação a esse estilo confessional, vou contar para vocês um caso muito interessante que se passou no CPDOC neste ano e que se enquadra perfeitamente na situação que está sendo colocada... Uma moça, de família tradicional, foi ao CPDOC e disse que a tia-avó, uma velhinha de 80 e poucos anos, tinha tido uma vida muito interessante e rica. Essa senhora, que tinha participado intensamente da vida cultural e social do Rio de Janeiro, desejava prestar um depoimento sobre a sua vida, muito embora nunca tivesse ocupado nenhum cargo, nunca tivesse exercido qualquer ação política... Faria mais um relato como mulher de elite, que nasceu no começo do século, que teve uma educação... Não vou falar o nome da família dela porque todos vocês conhecem... uma família-tradicional do Rio de Janeiro.

Depois que decidi fazer a entrevista, fui à casa da mulher e expliquei para ela como seria o depoimento, etc. Começamos a entrevista... eu, inclusive, dei muita liberdade à entrevistada porque quando se trabalha com a vida privada da pessoa

é diferente de quando se trabalha com a dimensão pública da pessoa: no dia tal o entrevistado fez um discurso e disse não sei o quê, no outro dia participou de não sei qual greve... a polícia invadiu o... Enfim, quando você está trabalhando com uma figura pública — seja ela da elite, da classe trabalhadora, camponesa, o que for —, você dispõe de toda uma cronologia, um conjunto de informações, de um *background* da ação dela! Mas nesse caso que estou contando, eu sabia pouquíssimo a respeito de vida dela. Por isso mesmo, você acaba perguntando muito menos, faz perguntas elementares do tipo “quando e onde nasceu? Como era a sua família?”.

Lembro-me de que durante toda a entrevista ela se referiu a um projeto... Acho muito interessante perceber que, numa entrevista, além de existir sempre o risco de as pessoas falarem apenas aquilo que nós queremos, elas também têm a intenção de passar uma determinada visão de mundo para você e para outros segmentos, outros grupos. Todo mundo constrói a sua trajetória, a sua narrativa, com um eixo central que organiza a memória.

O projeto dela baseava-se muito em afirmações do tipo “eu fui uma mulher diferente na minha época”, mas, quando eu perguntava porque ela tinha sido diferente, nada do que me dizia confirmava a afirmação. Ela me contava coisas absolutamente regulares, normalmente regulares, normais de uma mulher da elite, nascida em 1900. E eu, intrigada, continuava acompanhando a trajetória. Ela me falou da juventude, do pai, da mãe, até que chegou ao casamento. “Quer dizer então que a Senhora se casou... O seu marido fazia o quê?”. “Meu marido era da Marinha. Nós casamos e fomos para a França”. “Mas como vocês foram morar na França se ele era da Marinha, ele tinha algum cargo no governo?”. “Não, é que minha família era muito rica, e ele foi trabalhar no escritório da minha família em Paris”. “Ah, sim, então a senhora morou fora muito tempo... E a sua família, relacionava-se bem com o seu marido?”. “Não, ela o detestava”.

Depois desse diálogo, ela começou a chorar. Eu fiquei completamente passada com aquela história toda e não consegui ir adiante na entrevista. Interrompemos o depoimento nesse dia, mas depois telefonei para ela várias vezes — ela era uma ótima narradora, contava histórias muito engraçadas —, mas não foi possível retomar... Fiquei sem entender porque ela havia desistido da entrevista.

Depois, fiquei sabendo por outras pessoas que o que a levou a dar o depoimento foi a necessidade de se confessar. Ela queria confessar uma coisa, mas, ao mesmo tempo, não conseguiu. E ela tinha casado com um homem, acho eu, meio oportu-

nista, com quem teve um filho. Mais tarde, conheceu outro homem, com quem iniciou uma relação e ficou grávida dele. O filho desse segundo homem foi registrado no nome do marido que, logo depois, morreu. Aí ela se casou com o amante... (Vejam só que coisa surrealista! Acho até que vou escrever um texto sobre isso.) O pai verdadeiro do segundo filho dela era legalmente o seu padrasto.

Na verdade, só depois de muito tempo é que pôde ser esclarecido para o segundo filho que ele era efetivamente filho do padrasto que, assim, não era seu padrasto... mas aí a cronologia não batia... Quando eu perguntava: “Seu filho mais novo tem quantos anos?”, sua resposta não combinava com o primeiro casamento.

Então, ela acabou perdendo o pé da história e não conseguiu ir adiante. Não sei o que se passava na cabeça dela, só sei que a iniciativa do depoimento foi dela, e a sua intenção era em cima desse mote de que ela era uma mulher diferente das outras do seu tempo, só que ela não queria me contar porque era diferente. Ficou complicado para ela me confessar aquela história toda. A entrevista foi suspensa irreversivelmente. Era um tipo de entrevista muito pessoal. Ela não podia me falar sobre trabalho, porque um homem ou uma mulher que tem uma trajetória profissional pode dar uma entrevista informando que deu aula não sei onde, que escreveu um livro sobre não sei o que, que foi profissional disso ou daquilo, ou que foi política, senadora, militou na esquerda, enfim, mas nenhuma dessas possibilidades era a dela... A trajetória da vida dela era outra... tinha que falar acerca da sua vida como mulher e como uma mulher da classe dela.

Platéia: A pergunta é para o Coutinho, sobre ficção e documentário. Você falou que do documentário surgiriam perguntas, enquanto que a ficção daria mais respostas. Eu queria que você discorresse mais um pouco sobre isso, inclusive sobre a possibilidade da ficção provocar perguntas. E também aproveitando um comentário seu, quando falou que o documentário seria um outro tipo de ficção, sobre a possibilidade de a ficção levar a uma verdade até mais forte do que o próprio documentário, partindo do ponto de vista de que todas as construções têm um ingrediente forte de subjetividade.

Coutinho: Bem, tenho má dicção e falo depressa demais, por isso às vezes não me entendem, o que é normal. Esclareço: eu acho que o documentário deve propor perguntas e que, quanto mais aberto o documentário for, melhor. A ficção é exa-

tamente igual, a boa ficção é a que propõe perguntas, que propõe questões e deixa a coisa aberta, então, nesse aspecto, eles são iguais, com mecanismos diferentes.

E quanto à segunda questão, acho que há filmes de ficção que revelam muito mais sobre o mundo do que o documentário, porque esse é um problema, as pessoas odeiam documentário no mundo inteiro, particularmente no Brasil, um pouco com razão, porque o que a televisão mostra é só reportagem.

Há cem anos a maldição do documentário é que ele é para ensinar, documentário é educativo, documentário é para dizer a verdade, e não há quem consiga vender muito um produto que pretenda ser educativo, isso é insuportável, quem quer ser educado? É impossível vender um produto como "cultural", se é um produto que vai te dizer a "verdade", ninguém quer saber da "verdade", entende? E quando as coisas estão mal, como no Brasil hoje e no mundo em geral, as pessoas fogem do documentário como o diabo da cruz. Por isso, entendo porque elas não querem saber da "verdade": elas querem sonhar, a força da ficção é essa, e é até por isso que os jovens hoje não querem nem ver e nem fazer documentários. Noventa por cento dos jovens cineastas e videocastas querem fazer ficção, porque o documentário criou esta maldita aura de ser didático, de ser moral, de ser educativo, de ser verdadeiro.

Isto é uma lástima porque os documentários que rompem com esse esquema raramente passam na TV, e na verdade não é assim, o documentário trabalha com o imaginário, com a subjetividade, e pode ser tão falso como a ficção e a ficção pode ser tão verdadeira quanto um documentário. A diferença, entre outras, é que, trabalhando num documentário, você se expõe de início a uma limitação que não é só ética, é a limitação de que você trabalha, no caso do som direto, com pessoas e não pode mudar o que elas falam; você tem que respeitar uma certa estrutura de pensamento na comunidade e é obrigado a respeitar coisas que a ficção não precisa.

A ficção tem preocupações éticas ou desse tipo muito menores que o documentário; mas como resultado final as coisas se aproximam muito.

Mais, ainda, todo filme em si é, de certa forma, um documentário. Nada melhor do que ver um filme antigo ou um filme histórico, por exemplo — você vê um filme dos anos 30 americano, ou qualquer um que seja, ou contemporâneo falando de Cleópatra ou o que seja —, como um documentário de sua própria época de realização.

Humberto Mauro fez o *Descobrimento do Brasil*, que é um documentário, mas poderia ser uma ficção. O essencial, na verdade, é que se trata de um documento sobre como as pessoas entendiam o Brasil, qual era a concepção de cenografia, de vestuário, de gesto, de moral e de política na época da filmagem — 1936. Todo filme de ficção é também um documentário, na verdade, e acho todo filme histórico de ficção é uma contradição em termos, porque todo filme histórico de ficção acaba sendo um documentário de sua época, acaba não sendo apenas uma ficção, entende?

Platéia: Eu gostaria que os palestrantes dessem a sua opinião sobre as relações entre ética e História Oral. No caso específico do Eduardo, como é que se trabalha a relação ética na montagem, na edição das imagens do documentário?

Coutinho: Eu já falei sobre isso, mas talvez possa dar mais algum detalhe. Todo filme é montado. Eu não faço roteiros descrevendo tudo o que vai acontecer. Tenho um roteiro que é um mapa, relacionando lugares em que eu devo ir, pessoas que eu devo procurar, mas, na verdade, de repente, pessoas que encontro por acaso são mais importantes do que as que encontro propositalmente. Então, é necessário juntar todas essas falas desconexas ou caóticas, numa estrutura que acaba sendo, obrigatoriamente, uma estrutura narrativa, que tem a ver com a ficção porque é difícil interessar uma pessoa durante uma hora e meia.

Portanto, é preciso privilegiar a verdade da filmagem na estrutura. Começa pelo aspecto micro das entrevistas mesmo. Você pode, como eu disse, tomar uma afirmação em uma negação, você pode manipulá-la de modo a inverter, a destruir o núcleo do que a pessoa quer dizer, e isso eu tento evitar, entendeu? Então a preocupação começa aí: em todas as entrevistas procurar preservar o mundo cultural daquela comunidade, se é um filme sobre comunidade, ou preservar em cada personagem, a verdade entre aspas do que ela quis dizer. E, na estrutura geral, a preocupação é preservar aquela relação ética, aquela relação com a comunidade que você quis mostrar.

Por exemplo, tem no *Cabra* uma cena em que a Elizabete dizia que o seu filho bebe e eu tinha que usar a seqüência. Ao mesmo tempo eu achei que ela dizer que o filho bebe sugere a idéia de que ele bebe muito, bebe sempre. Então, na dúvida, eu cortei, significou cortar no som, ela abre a boca e não sai nada. Quer

dizer, eu produzi, eu gerei um defeito técnico no filme para não botar no filme uma mãe falando que seu filho bebe.

Este é um exemplo de coisas que você, às vezes, é obrigado a tirar, diminuindo a eficácia do teu filme, etc., em função de preocupações éticas. Outro exemplo: no Santa Marta, toda referência aos traficantes do lugar eu tinha que ver se era possível usar ou não para preservar as pessoas que falassem naquilo. Acabei usando, então, uma referência aos antigos traficantes, que eram "maus", e uma referência aos novos, que eram "bons", porque isso permitia que a pessoa continuasse viva, que eu continuasse vivo e que todos continuassem vivos.

Platéia: A partir do caso da senhora descrito pela Marieta e de um outro caso ocorrido no Museu da Imagem e do Som, onde um depoente, passado um tempo, solicita que parte da entrevista concedida fosse apagada, pergunto: Qual seria o procedimento ideal, do ponto de vista ético, em situações como estas?

Marieta: Acho que todos nós temos que ter ética na nossa vida pessoal, no nosso trabalho. Enquanto professores, cineastas, e historiadores em geral, na atividade acadêmica, quando vão fazer suas pesquisas e seus trabalhos, devem ter uma postura ética. Este não é um problema específico da História Oral, mas que se apresenta a ela de forma mais intensa, pois esta lida com pessoas vivas. Uma coisa é fazer menção a uma pessoa que morreu há cem anos; de quem ninguém mais se lembra. Por exemplo, falar que Dom Pedro era amante da Marquesa dos Santos é algo que é absorvido, mas falar hoje que o Fernando Henrique é amante de alguém é um problema sério, gera-se uma crise.

Portanto, lidar com pessoas vivas, que estão aí — em uma situação em que você entra na vida pessoal delas —, exige a criação de uma relação de confiança entre entrevistado e entrevistador. Para que uma entrevista de História Oral possa acontecer é necessária uma certa dose de confiança mútua; não é necessário haver afinidade de idéias, mas o entrevistado precisa acreditar que está em um trabalho sério.

E para que o depoimento gravado possa ser usado, ser aberto à consulta por outras pessoas, é necessário obter a carta de cessão, documento onde o indivíduo afirma ter dado uma entrevista, com especificação do entrevistador, duração, data em que foi realizada e que permite a utilização da entrevista para fins acadêmicos, etc.

Agora, quais são os problemas que aparecem? É que muitas pessoas fazem gravações e depois querem mudar, querem desgravar, ou fechar o depoimento, e é um direito que elas têm. Por exemplo, lá no CPDOC temos entrevistas que são fechadas. O indivíduo deu a entrevista, depois ele dá a cessão afirmando: "Só quero que abra minha entrevista daqui a vinte anos". Isto é um direito, você tem que fazer uma negociação com seu depoente, como falava o Eduardo. Ocorre, por exemplo, de ele falar coisas que depois quer apagar, coisas até bobas que não são importantes, como um comentário de que fulano era ladrão, era homossexual, uma coisa qualquer que possa ser interpretada como ruim em relação àquela pessoa.

Às vezes o depoente quer cortar coisas que são importantes, e você, como pesquisador, fica meio desesperado, porque acha que aquilo é algo importante, e que a comunidade, que as pessoas deveriam tomar contato com aqueles aspectos. Você tem que tentar uma negociação e mostrar que não manter aquilo vai descaracterizar a entrevista. Mas se ele resolver mesmo que não vai deixar... Você está diante de dois problemas. Por um lado, há o aspecto ético de você respeitar o acordo que fez com seu depoente. Mas, por outro lado, há o problema jurídico: se você usar o material sem que ele tenha lhe dado a carta de cessão, ele poderá processá-lo. Portanto, são negociações que você tem que fazer: suprimir temporariamente um determinado trecho, permitir sua liberação depois de alguns anos, etc.

No caso dessa minha entrevista que foi interrompida, acho que não tenho o direito de dar o nome da pessoa ou de arquivar a entrevista. Nela, dá para perceber que as informações não batem, e a depoente não me deu o direito de divulgação. Portanto, seria uma atitude antiética colocá-la a público. Talvez eu até escreva considerações metodológicas acerca dessa entrevista, mas efetivamente não poderei revelar o nome da pessoa.

Portanto, há vários aspectos nessa importante relação entre ética e História Oral. Um deles foi discutido em São Paulo, a partir de uma apresentação da Janaina. Ela discutia a imposição ética de se dar um retorno à comunidade, principalmente em se tratando de camadas populares. Tal devolução é, às vezes, muito limitada, pois a comunidade ou o indivíduo que deu o depoimento não está interessado em receber de volta, e sim que aquela idéia circule em outras comunidades.

Um outro problema é o da possível existência de um conflito com seu entrevistado. Por um lado, você fez um acordo com ele, mas por outro, como pesquisador, você

tem um compromisso com a comunidade acadêmica e, às vezes, pode-se chegar a impasses complicados. Não há uma regra fixa para solucionar isso.

Um exemplo engraçado foi apresentado aqui pelo Portelli, relatando a entrevista com um padre que dedurava pessoas numa fábrica. O padre certamente só revelou isso a ele porque conhecia sua família e achava que ele era um rapaz bonzinho, de classe média, católico etc, e que seria, portanto, um parceiro. Na verdade, ele estava do outro lado, seu compromisso ético mais importante era com a comunidade e não com aquele indivíduo. Por isso, ele ficou quieto, não expressou seus pontos de vista e posteriormente divulgou a entrevista, revelando que o cara delatava os operários na fábrica.

Platéia: Do nosso ponto de vista, como pesquisadores, seria ético deixar o gravador na mesa numa posição fácil para o entrevistado desligar, já que, às vezes, nos deparamos com questões críticas para o depoente, que ele não está disposto a revelar num documento público?

Janaina: Na minha opinião — retomo o que o Eduardo falou —, trata-se de um diálogo assimétrico, em que — geralmente no início da entrevista — quem tem mais poder é você. Mesmo que numa situação social o entrevistado possa ter mais poder, naquele momento ali, é você quem está conduzindo a entrevista, é você quem está filmando. Agora, trata-se de um diálogo, onde você tem a obrigação de permitir que o seu entrevistado tenha a reação que quiser, até de desligar, de pedir para parar, pensar, refazer a pergunta, etc. O que acho importante é que isso seja, de alguma forma, sinalizado no texto, como, por exemplo: “Pausa, a pedido do informante”, porque você deve registrar todas estas questões. O ideal é o que o Eduardo falou, que eles te façam perguntas, colocações, te contestem, e uma dessas formas é o silêncio, é não-responder, é pedir para pensar, é parar, etc.

Marieta: Concordo com este ponto de vista, porque a tomada de depoimentos, muitas vezes, desencadeia sentimentos e emoções muito fortes nas pessoas. Eu tenho um projeto, por exemplo, com professores de História, em que fui entrevistar uma professora. Quando ela começou a relatar a sua cassação e todas as humilhações que sofreu no momento que antecedeu a sua prisão, ficou extremamente emocionada, começou a chorar e pediu para que eu desligasse o gravador. Eu não poderia de forma alguma negar-me a atender tal pedido. Num determinado momento, ela

interrompeu o relato e retomamos depois, num ponto seguinte. Ficou gravado ela dizendo que não gostaria de relatar sobre o momento que antecedeu a prisão; ficou claro que ela não queria aprofundar-se nesta questão. Eu acho que é um respeito que você deve ter com o seu depoente, não tem como fazer diferente isto.

Coutinho: Em cinema, isto acontece muitas vezes. Aconteceu comigo, uma única vez, recentemente no trabalho do lixo, em que a pessoa contou uma estória, inclusive falsa, exagerando a miséria dela — vejam como as pessoas são inteligentes: ela exagerou a sua miséria achando que era isso que eu desejava — e depois começou a me esculhambar porque achava que eu estava filmando para mostrar que eles comem do lixo. Daí, ela pediu para desligar e, com o gravador desligado, teve um ataque. Eu acho ótimo olhar este confronto, a pessoa não é passiva. Justamente porque essa mulher recusou continuar a ser filmada e teve esta atitude, pareceu-me uma mulher interessante, por isso tentei até o fim entrevistá-la e consegui. Então, ela falou francamente, inclusive que comia o lixo.

Agora, acho que o importante é o seguinte: tanto pedir para desligar como, o que é mais comum, a pessoa fazer exigências para ser filmada — “eu quero colocar outra roupa”, “eu quero dinheiro” — eu acho que tudo bem, mas você deve registrar, e os documentários quase nunca registram. O cinema documentário não filma a verdade, ele é a verdade da filmagem, até onde pode ser. E raramente ele é isso, na medida em que muitas das conversas são precedidas de uma negociação. Eu gostaria de fazer um filme que fosse todo ele sobre o processo de negociação de uma filmagem. No *Cabra*, usei o estratagema, nas duas vezes que aconteceu, dizendo: “depois de fazer muitas exigências, tal pessoa aceitou ser filmada, mas fora do alojamento”. E, então, acho justamente que é rico, no caso do cinema, registrar estes imponderáveis que acontecem de recusas, rejeições, o telefone que toca, o cachorro que vem... E a segunda coisa é a pessoa, depois de ser filmada, dizer que não quer que apareça. E, caso isso aconteça comigo, espero poder cumprir com a solicitação e não deixar aparecer e, se achar precioso, vou procurar negociar com a pessoa até o final da vida, convencendo-a ou não da importância.

Platéia: Em que ponto se colocam o interesse e a parcialidade do historiador? Ele tem que ser parcial ou imparcial no seu trabalho?

Marieta: Essa questão se coloca para qualquer trabalho de História que você faça, com qualquer tipo de fonte. Eu acho que o historiador deve ter a preocupação de ser o mais objetivo possível, de ser o menos parcial. Não estou de forma alguma querendo dizer que existe a neutralidade. Todos nós, quando fazemos os nossos trabalhos, colocamos as nossas intenções, os nossos vieses. Mas acho que devemos ter uma objetividade, é um compromisso do pesquisador. Caso não seja possível atingir a "verdade" — essa discussão está muito em voga na comunidade dos historiadores atualmente, o Hobsbawn escreveu um artigo recentemente sobre isso —, você tem que buscá-la, tentar chegar mais perto, procurar mostrar os diversos lados da questão, dar voz a diferentes atores, mostrar as diferentes perspectivas. Isso deve ser garantido na análise da entrevista ou de outra fonte coletada. Quando você publica a entrevista, não é propriamente a sua voz a fundamental, apesar de ser você que esteja conduzindo o depoimento. Mas você vai publicar a versão daquele indivíduo. É importante sempre explicitar que aquela é uma versão, uma forma de ver aqueles relatos, aqueles eventos, aqueles acontecimentos. Mas acho que é tarefa nossa buscar sermos o mais imparcial possível, embora eu não acredite na neutralidade.

Janaína: Eu concordo com a Marieta e acho que é importante prestar atenção aos procedimentos que temos como historiadores. Estes procedimentos estão todos, inclusive na História Oral, bastante catalogados e analisados. Não que eles nos levem a qualquer "verdade", porque cada vez mais estamos entendendo a História como uma das formas de narrar. Mas, a História tem a sua própria forma de narrar, tem os seus próprios procedimentos e regras, inclusive, regras narrativas, regras éticas. Acho importante estarmos atentos a estas regras, não para chegarmos às "verdades"; pois não acredito nestas coisas e nem na "imparcialidade". Nós não somos imparciais, estamos fazendo um trabalho e é importante que a gente explicita o trabalho que estamos fazendo, a metodologia que estamos utilizando, os procedimentos, as preocupações. Geralmente, transitamos por várias pessoas e meios, e isso, de certa maneira, permite fazer aflorar diferentes versões, como dizia a Marieta.

Mas para que nós devemos nos ater aos procedimentos éticos? A meu ver, não só éticos, mas também aos procedimentos históricos, para que possamos fazer uma boa história. Le Goff, em um texto de que gosto muito, diz que há historiadores

que são muito bons e outros que não são tão bons. Tem que haver competência no que nos propomos a fazer. Se a História é uma das formas de narrativa, vamos fazê-la bem, e para isso não vamos tentar inventar o mundo, mas vamos ver quais são estes procedimentos que têm sido construídos ao longo dos séculos, não para encontrarmos "verdades" ou "imparcialidades", mas para fazermos bem o nosso trabalho. A melhor maneira de fazermos bem é explicitar quais são os procedimentos que nós estamos usando.

DEPOIMENTOS

ALESSANDRO PORTELLI

Data: 16 de outubro de 1995

Local: Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP

Entrevistador: Carlo Romani

Entrevistadores convidados: Déa Fenelon e Yara Aun Khoury

Registro em vídeo: Adriana Judith Rachman

ROMANI: Gostaríamos que você desse início ao depoimento nos contando um pouco sobre as suas origens, quando e onde você nasceu?

PORTELLI: Nasci em Roma, em 1942, e aos quatro anos fui morar em Terni, que era uma cidade industrial a 95 km de Roma. Foi lá que cresci e estudei. Morávamos em um lugar estranho, porque meu pai era funcionário da prefeitura, e quando nos mudamos para Terni, a cidade estava completamente destruída pelos bombardeios da guerra e não havia casas; então, a prefeitura obteve de uma indústria, a Montecatini, permissão para ocuparmos provisoriamente uma das casas de funcionários na vila industrial da empresa, chamada Polimer. Assim, acabamos ficando lá definitivamente..., e a minha era a única família de classe média, com pais de nível universitário, em um bairro habitado essencialmente por operários, ou técnicos; um bairro dominado pelo clima da fábrica, com sirene e tudo mais. Por isso eu era uma figura um tanto estranha ali. Fazia parte da comunidade, mas era muito diferente. Por exemplo, no futebol eu era goleiro — isso significa que você está no time, mas não joga, não participa do jogo de equipe...

Romani: Você é o único que não...

Portelli: Não, você pode ser até mais espetacular, se quiser, não? mais narcisista, mas não participa das ações coletivas. E quando, muitos anos depois de ter saído de lá, voltei a Terni para fazer entrevistas, entrevistei os rapazes com quem havia

crescido e descobri que havia muitíssimas coisas que eles faziam e não me incluíam; por exemplo, sair à noite para roubar cerejas nos pomares era uma coisa que não me chamavam para fazer, pois eu era muito respeitável (risos).

Romani: Pensavam que você não iria concordar...

Portelli: É, pensavam que eu não iria concordar, enfim, que não era... Isto é, é esta situação de estar um pouco fora e de ser... diferente. Lembro, por exemplo, da cozinha do meu melhor amigo — que é hoje um técnico muito competente e viaja pelo mundo todo —, quando íamos à casa dele, havia na cozinha uma enorme fotografia de Stalin, do pai, e para mim os comunistas eram uma gente estranha...

Romani: sem dúvida...

Portelli: Enfim..., mas por ali, onde me criei, eram todos comunistas, e ele, por exemplo, era muito divertido, porque vinha a minha casa e conversávamos sobre livros — os garotos da vizinhança vinham a minha casa, meu pai tocava piano, falávamos sobre livros —, eu ia à casa deles e olhava, enquanto trabalhavam com as mãos... ou na horta... Assim, havia esta... eu era o intelectual do pedaço. E é isso... estudei o tempo todo em Terni e...

Romani: Você chegou a Terni em 46?

Portelli: Sim, em 46.

Romani: Vamos voltar só um pouco... Disse que os comunistas naquela época eram uma coisa um tanto estranha para você. E seus pais tinham nível universitário. Fale um pouco de seus pais; qual é o diploma...

Portelli: Os dois vêm de famílias da pequena burguesia; meu pai vem de uma família siciliana, na verdade o nome Portelli parece ser de origem maltesa, parece que vem de Malta. E na Itália se encontram, ou melhor, se encontravam, antes que comessem a emigrar, somente na Sicília Meridional. Na verdade meu avô era de Scicli, que é perto de Ragusa, na costa meridional da Sicília. E pouco a pouco, como todos os funcionários públicos — meu avô era funcionário público, meu pai era funcionário público e eu comecei como funcionário público —, começaram a con-

vergir para Roma. Meu pai era o mais moço de cinco irmãos, nasceu em Roma, era de 1913 e se formou em direito, jogava futebol nos times jovens da Lazio, e dele herdei a paixão pelo futebol e pela Lazio...

Romani: A Lazio ganhou ontem...

Portelli: Ganhou ontem? Ora veja, esta é uma ótima notícia (risos)... Meu pai tinha grande orgulho de ser romano, o que, antes de mais nada, implica uma atitude de desencanto. "Nós, romanos, vimos tantas coisas, não nos emocionamos com nada, não nos apaixonamos por nada", essa era a sua... retórica. Por exemplo, uma característica de meu pai é que ele fingia não conseguir lembrar o nome dos atores e o título dos filmes. Fingia, porque nós, romanos, não podemos dar muita importância a essas coisas... E outra coisa era, naturalmente, o grande orgulho nacionalista que vinha da educação de liceu clássico, que é a que eu também tive. E ainda nos anos 50, os versos de Virgílio sobre a missão de Roma, essas coisas, vieram-me do liceu clássico. E naturalmente ele recebeu essa educação durante o fascismo que, portanto, significava a retórica do império, etc. Todavia, a atitude de desencanto do romano significava que ele não se entusiasmava nem mesmo pelo fascismo; assim, meu pai era um daqueles italianos que nunca fizeram a mínima oposição ou antagonismo ao fascismo, mas também nunca... nunca acreditaram nele. São, pois, aqueles italianos que mais tarde, quando o fascismo caiu, tinham sempre algum caso a contar sobre... a distância que mantiveram do regime. Minha mãe, por sua vez, era filha de um ferroviário; seu pai era de Cesena, na Romagna...

Romani: É no centro-norte...

Portelli: Centro-norte... Existe um famoso conto de Edmondo de Amicis, em *Cuore*, um livro que todos os meninos lêem, que se chama "Sangue romagnolo"; e eu tinha a idéia de que era uma síntese dos dois sangues... das duas raízes mais prontas a pegar em armas em toda a Itália: sicilianos e romanholos, os mais passionais, não? Talvez por isso eu seja uma pessoa muito controlada (risos)... É interessante porque Cesena fica no início do vale do Tibre, e, também, meu avô veio trabalhar, pouco a pouco, na direção de Roma; mas, por exemplo, ele trabalhou em Terni por volta de 1919-20, e a irmã mais velha de minha mãe nasceu em Terni. Mais tarde descobri que, à época da industrialização de Terni, houve um enorme fluxo

de migração vinda de Cesena, da Romagna na direção de Terni, através do vale do Tibre. Portanto, de certa forma, minha família participou também dessa formação... Meu avô, porém, era fascista militante... havia ingressado no partido fascista antes da marcha sobre Roma, havia sido "fura-greve" durante a greve dos ferroviários em 1919 — "foi fura-greve" é o que eu digo, pois eles dizem: "fez rodar os trens" — que foi uma das maiores derrotas do movimento operário. Eu gostava demais desse avô, que fazia todos os brinquedos para mim, era um grande artesão, trabalhava muito com as mãos...

Romani: Em Roma?

Portelli: Em Roma. E... vá lá... a história que corre na família é a seguinte: quando os americanos desembarcaram na Sicília, meu pai disse a meu avô: "em quinze dias estarão em Roma". Meu avô disse: "Se eu fosse um verdadeiro fascista, denunciaria você". E meu pai disse: "Faça isso; e daqui a três meses recebo uma medalha".

Na família de meu pai, todos os homens, menos um, haviam feito faculdade, e a irmã havia estudado piano. Na família de minha mãe eram três mulheres e as duas mais moças eram formadas em Letras. Minha mãe, durante a guerra, tinha aprendido inglês com o cunhado, o marido de minha tia, que o aprendera na escola, e usou esse pequeno conhecimento de inglês para conseguir trabalho com os ingleses durante a ocupação. De fato me recordo daqueles pacotes com a inscrição ERP (Plano de Recuperação Européia)..., do chocolate que levava para casa, etc. A partir daí ela aperfeiçoou o inglês e, mais tarde, lecionou-o durante muito tempo, na escola, em vez de Letras, e foi ela que me ensinou inglês, que acabou se tornando minha profissão.

Romani: E, digamos, teve algum impacto essa mudança da família, a mudança para uma cidade industrial, Terni, e o fato de viver em um ambiente operário, isto é, de uma classe teoricamente inferior?

Portelli: Digamos...

Romani: Refletidos em você...

Portelli: Refletido em mim, digamos o seguinte: a idéia de que os garotos com os quais fui criado fossem de uma classe inferior nunca me ocorreu. Meu pai não tinha essa atitude e minha mãe, durante muito tempo, não viveu conosco; por um certo período ficaram separados, pois ela lecionava em Roma. Minha mãe talvez fosse um pouquinho mais esnobe, mas a principal influência era meu pai e nele isso não existia... Eu diria que, justamente, foi muito importante esse senso que tive sempre de ter crescido em meio aos operários, embora mais tarde, em retrospectiva, tenha percebido que eram operários muito especiais. Essa vila era um quadrado, no qual ficavam as casas, que eram de típica construção operária fascista — muito bonitas, no sentido que eram grandes, destinavam-se a famílias numerosas. E nós... eu era o único — mais tarde, quando nasceu minha irmã, eu já tinha 9 anos —, assim, tínhamos muito espaço e, em volta, havia a horta, pois durante o regime fascista os baixos salários eram compensados pelo fato de que as pessoas cultivavam parte do alimento que consumiam e, de fato, lembro-me que no primeiro ano — só no primeiro ano, devo dizer — nós cultivamos trigo é lembro que, quando o debulhamos, tivemos farinha em casa, etc.... depois, não mais. Logo depois da guerra não havia alimentos, enfim.... Depois deixávamos que um camponês ou qualquer outra pessoa usasse a terra e recebíamos parte da colheita. E esse lugar era disposto de tal forma que havia a estrada nacional, a Via Flâminia, e depois, à medida que se afastavam da estrada, as casas ficavam cada vez piores e eram habitadas por categorias inferiores de operários; assim, eu ficava na primeira fila de casas de operários — eram, na verdade, operários qualificados, técnicos, etc. E mais para trás ficavam as famílias dos operários mais simples... Eu não percebia isso muito bem... Para mim eram todos operários, isto é, a grande diferença era simplesmente que nós éramos funcionários, professores, enfim, intelectuais de alguma forma, e eles eram trabalhadores braçais. E o fato de ter pais formados, de ter a mãe professora, razão pela qual eu era muito bom aluno. Frequentava a escola, onde todos, menos eu, eram filhos de operários e camponeses. Naturalmente eu era o primeiro, o melhor da escola, e os meus colegas diziam que minha mãe fazia minhas lições, e eu ficava muito ofendido, pois fazia tudo sozinho. Foi só muito tempo depois, ao ler aquele grande livro de Don Lorenzo Milani, *Carta a uma professora*, publicado em 1967, e que foi um dos mais importantes para o movimento estudantil na Itália — ele era um padre, e o livro era um ataque ao caráter classista do sistema escolar —, que compreendi: a questão não era que

minha mãe fizesse meus deveres, era que eu sabia o que era um livro, falava um italiano correto em casa, podia falar em casa, eu tinha ambiente...

Romani: Sim, certamente...

Portelli: E isso vejo nos meus filhos hoje em dia, porque percebo claramente que eles têm uma relação com a cultura e os livros totalmente diferente de muitos de meus alunos, não porque eu lhes faça alguma coisa, mas porque cresceram no meio de livros..., isto é, se eu fosse, por exemplo, um jóquei, eles provavelmente saberiam andar a cavalo, teriam crescido em meio a cavalos. Portanto, essa era a grande diferença e justamente por isso eu me destacava ali. Uma das coisas extraordinárias de minha infância é que não havia mulheres — eram todos homens, ou melhor, não sei onde estavam as meninas...

Romani: Que chato...

Portelli: É... muito desagradável (risos), mas até a idade de 13, 14 anos, você só pensa em jogar bola, está bem, não precisa das garotas. Mas lembro-me claramente da primeira vez que chegou uma menina, em férias... amiga... filha... sobrinha de uns vizinhos nossos, e estávamos na idade de começar a nos interessar, essa menina foi literalmente levada até mim, isto é, os meus amigos, que a conheciam, pegaram-na e levaram-na à minha casa... (risos).

Outra coisa era a que tinha relação com a linguagem; isto é, eu não falava palavras certas? Mas não me incomodava nem um pouco que os outros falassem, era simplesmente fazer parte do grupo, mas com uma diferença.

Romani: Socialmente foi mais ou menos assim. E economicamente, como foi?... pois você viveu um período do pós-guerra, luta e ressurgimento... isto é, você conseguiu trabalhar.

Portelli: Não, não. Economicamente não estávamos muito melhor que as famílias à nossa volta, ou pelo menos eu não tinha essa impressão. Tínhamos dois salários, os dois baixos, além disso minha mãe viajava, de modo que... Mas lembro que quando comecei a ir à escola na cidade, porque a vila ficava fora da cidade, quando terminei o primário e fui cursar o secundário na cidade, bem... eu... era um dos

mais malvestidos. Usava quase sempre roupas de segunda mão. Tinha um primo mais velho, de uma família que tinha um pouco mais de dinheiro e eu herdava todas as roupas dele. Na verdade, meu pai era muito rígido em questão de dinheiro, e não havia muito dinheiro. Mas a idéia de que eu pudesse fazer outra coisa que não a Universidade e o diploma nunca foi cogitada, e isso nunca foi um grande problema econômico, porque felizmente a escola na Itália custa pouco. Mas devo dizer que a tranquilidade econômica chegou muito tarde. Na verdade, sempre tivemos uma empregada em casa — de fato minha mãe estava fora; aliás, a primeira empregada que tivemos, eu teria entre 4 e 6 anos, lembro-me disso também, era comunista... Assim, digamos, éramos classe média-baixa, mas... média.

Terni era uma cidade estranha, eu realmente não a conhecia. Uma das coisas que herdei de meu pai foi essa característica: vivi em Terni 15 anos, sempre presente, mas nunca pertencendo a ela, e sempre ouvindo, defendendo arduamente, meu sotaque romano; sempre falei com sotaque romano, nunca peguei o sotaque local, sempre me senti um romano, sempre como quem está de passagem... e nunca tive um contato real com a cidade, mesmo porque morávamos fora, e eu estava sempre concentrado em meu bairro, na minha vila operária, mas da cidade mesmo não conhecia nada. Terni era uma cidade que, tendo nas costas 80 anos de aristocracia operária, de industrialização, era relativamente menos pobre que muitos outros lugares: porém estava atravessando, quando eu era pequeno, uma grande crise, porque foi destruída por bombardeios, e a fábrica, a usina de aço, começava a dispensar pessoal, e assim houve essa enorme transformação. Assim, digamos, a diferença em termos econômicos não era grande, mas em termos de *status*, sim.

Romani: Eles saíram de Terni só quando você foi para a universidade?

Portelli: Eu saí de Terni... sim, basicamente porque aconteceu que recebi uma bolsa para ir para os Estados Unidos por um ano, como estudante de intercâmbio, e foi logo depois de terminar o liceu, portanto, na década de 60. Voltei em julho de 61, e em setembro-outubro nos mudamos para Roma...

Romani: Você ficou um ano nos Estados Unidos.

Portelli: Um ano nos Estados Unidos.

Romani: Aprendeu inglês?

Portelli: Sim, a verdadeira virada com o inglês foi... um pouco de inglês sempre tive em casa, pois minha mãe me ensinava, tanto que na escola fiz francês, porque tinha como certo que o inglês podia aprender em casa, porém a verdadeira virada foi a chegada do rock'n'roll. Foi assim: minha mãe era uma professora bastante avançada para sua época, bastante não-conformista. E começou a chegar em casa com discos de músicas americanas que seus alunos pediam para tirar a letra, e eu comecei a tomar conhecimento dessa música. Lembro-me de quando ela chegou com o disco *Diana*, de Paul Anka, eu estava na quarta série do ginásio, e naquele ponto se combinaram as duas coisas: aprendi inglês através dessas músicas e aprendi bastante bem... só que... aprendi a dizer as coisas que estavam nas músicas naturalmente. E nesse sentido acredito que uma das grandes viradas foi realmente esta: que a minha geração é a primeira geração na história da Itália em que desperta esse conceito de cultura jovem, que até então não existia, porque antes, me lembro bem, a gente passava — e isto vale para todos os meus amigos de infância — passava de menino a adulto, não havia a adolescência. Inclusive no sentido mais restrito, pois os garotos com quem cresci, aos 15, 16 anos, senão antes, iam para a fábrica, iam trabalhar... Portanto, a idéia de uma adolescência prolongada existia, mas somente na minha classe, e, depois, as coisas que ouvíamos, as coisas de que gostávamos — gostávamos de esporte, falávamos de futebol, de ciclismo, que era uma coisa que tínhamos em comum com os adultos, não era uma coisa específica dos adolescentes; a música não existia, nenhum de nós ouvia música, as canções eram algo que minha mãe ouvia, minha tia, os adultos. Ou então, eu tinha um primo, um pouco mais velho que eu, que ouvia jazz, que é uma música para adultos. A idéia de que existisse uma música para adolescentes surgiu quando eu me tornei adolescente. E, portanto, estas duas coisas, o rock'n'roll, o inglês, e a cultura jovem, surgem ao mesmo tempo; aliás, há um artigo que escrevi sobre isso, que tem duas versões, uma em italiano, que se chama... "O ursinho e o tigre de papel" — o ursinho é o ursinho de pelúcia, o tigre de papel é Mao, porque há esta passagem: "a idéia é que o nascimento de uma cultura jovem é o primeiro momento em que o desejo de diversidade, o desejo de mudança começa a se exprimir e, em seguida, toma forma nos movimentos jovens, e há então uma fase de politização, portanto, repito, na escola, por exemplo, o liceu clássico onde não se ensinam idiomas, se ensina grego e latim, mas não inglês..."

E eu era o único que sabia inglês, o único que podia escrever, explicar as letras das músicas aos meus colegas. Assim, fizemos — eu e outro garoto, que era o único aluno que tocava violão — um jornalzinho em que falávamos principalmente de música e lembro que ele assinava Frankie, Frankie Avalon, e eu assinava Ricky Nelson (risos). Em resumo, esta é uma grande passagem, por isso, quando surgiu a oportunidade — minha mãe me disse que existiam essas bolsas para ir aos Estados Unidos —, corri para ir em busca do rock'n'roll, para ir em busca de um universo em que... quero dizer, na minha terra as salas de aula eram separadas, isto é, não só não havia mulheres na nossa vila, como também na minha escola os meninos ficavam no segundo andar e as meninas no terceiro; para organizar uma festa precisávamos mandar embaixadores ao andar de cima (risos)... E então, você estava indo diretamente para um mundo em que, não só não era proibido, mas a própria escola organizava as festas. Para mim isso era realmente um sonho inacreditável, não?

Romani: Na volta, que mudanças essa permanência nos Estados Unidos havia causado em você?

Portelli: De um lado, reforçou essa coisa que nestes últimos tempos tenho visto muito, de estar meio dentro e meio fora, isto é, veja bem, a mudança fundamental ocorreu, descobri a política nos Estados Unidos.

E explico por que. Chego nos Estados Unidos, em Los Angeles de 1960-61, eu com 18 anos... não se pode pedir mais. Eu era muito bobo para absorver plenamente a novidade até o fundo, mas, de qualquer forma, alguma coisa ficou. Então, chego lá, em um país virulentamente nacionalista e virulentamente anticomunista, e convencido de ser a única democracia do mundo. Aí, meu orgulho nacional assume a seguinte forma. "Primeiro: somos tão democráticos quanto vocês; segundo: somos mais democráticos do que vocês, porque enquanto, vocês discriminam os comunistas, nós não, aliás, sabem de uma coisa? Somos mais democráticos que vocês, graças ao fato de que, por termos entre nós os comunistas, a presença de uma forte oposição radical significa — eu sempre me considerei um liberal, vagamente — que você precisa estar atento, isto é, precisa fazer as coisas corretamente, porque senão..."

Lembro-me de ter escrito isso em uma lição de casa, e aconteceu uma coisa absolutamente extraordinária: o professor de História, que secretamente pensava como eu, evidentemente, mas oficialmente não podia reconhecer — daí se vê como era a democracia nos Estados Unidos —, me pediu para ler o texto para a classe... E alguém me perguntou: “Mas como você explica o fato de haver tantos comunistas na Itália?”. E eu, muito irritado, respondi: “porque somos um país democrático, porque somos um país livre”. Ora, nos Estados Unidos, o conceito de *free country* é um conceito que vale só para os Estados Unidos, então foi uma grande provocação de minha parte dizer: “because Italy is a free country”. Então, esse professor de História fez o seguinte: me pediu para ficar na sua aula, reler o texto para todas as turmas de História que chegavam e, se ninguém fizesse essa pergunta, ele a fazia, de modo que eu pudesse dar essa resposta.

E com isso aconteceu que aquele meu anticomunismo, herdado de família, desapareceu, eu deixei de ser anticomunista; em seguida, em 60-61, houve a eleição de Kennedy. Enquanto na Itália, na escola, não se falava de política, que era uma herança do fascismo... nos Estados Unidos todos nos faziam participar, nos ensinavam como funcionava o sistema político, como eram feitos todos os preparativos, fazíamos, inclusive, uma eleição simulada. Foi assim, por exemplo, que essa eleição me ajudou a... conquistar minha primeira namorada (risos), pois tanto ela como eu votávamos em Kennedy... sabe essas coisas que se entrelaçam... e, assim, o envolvimento com Kennedy... com o kennedismo, com o internacionalismo, com o pacifismo, e havia ainda o movimento dos direitos civis, a minha era uma escola rigidamente segregacionista, não enquanto escola, mas enquanto bairro... havia aqueles *housing ordinances*, pelos quais era proibido vender casas aos negros, no entanto, a maior parte dos alunos, ou todos com quem eu fazia amizade, mas só me dei conta no final, eram hebreus. E, portanto, liberais, não? E através desses garotos conheci o movimento dos direitos civis, conheci a música folk, o primeiro disco de Pete Seeger, que nunca tinha ouvido, na casa dessa garota...

E devo dizer que tinha duas imagens da política antes de ir para os Estados Unidos: uma era Budapeste, os carros armados russos em Budapeste; outra era a imagem na televisão de Little Rock e do movimento contra a segregação racial, portanto o movimento dos direitos civis. Foi essa imagem do movimento, de um movimento muito respeitável e pacifista, integracionista, humanista — no entanto com grande

participação, não delegada, mas de massa — que me deu pela primeira vez a idéia de que talvez a política não fosse só aquela “coisa suja” de que se falava em casa, mas essa coisa estupenda; assim, a identificação com os movimentos... os afro-americanos, o movimento... começou antes da minha ida para a América... E se reforçou depois, de modo que voltei da América politizado, no sentido democrata-progressista, mas politizado em termos americanos, isto é, não sabia nada da política italiana.

Romani: E quis conhecê-la?

Portelli: Devagarzinho... meu primeiro voto, por exemplo... votei no partido social-democrata, que era um partido corrupto e reacionário na Itália, mas eu achava que era Kennedy... (risos)

Romani: Isso foi em...

Portelli: 64. E então havia o Vietnã e depois, no fim dos anos 60, li Malcom X, isto é, minha formação política era toda baseada em questões americanas, muito pouco de coisas italianas, e, nesse meio tempo, a mudança para Roma, onde eu não conhecia ninguém, onde era muito solitário... Só me relacionava com ex-bolsistas que tinham estado nos Estados Unidos comigo.

Romani: Você mudou para Roma para...

Portelli: Mudei para Roma porque minha mãe estava cansada de ficar em Terni, ela lecionava em Roma e, com a desculpa de que eu ia para a faculdade, sem nem dizer a meu pai, alugou uma casa em Roma. Foi uma grande briga em família, porque meu pai, nesse meio tempo, trabalhava primeiro em Terni e depois em Macerata, de modo que, de fato, eles não viveram juntos até a metade dos anos 70, quando meu pai se aposentou. Assim, mudei para Roma para fazer faculdade, sem saber bem o que fazer, pois me interessava por literatura, por letras, mas a única possibilidade profissional, o único trabalho era lecionar, e eu via a vida que minha mãe levava, era uma vida que não me atraía, poucas satisfações, etc. Gostaria de ser jornalista, mas não queria uma profissão competitiva, tinha medo do risco, essa é uma característica muito italiana, de filho e neto de funcionários públicos:

você quer um cargo seguro... Então, me voltei para o Direito, para ser, eu também, funcionário público, mas não gostava, não ia bem... enfim... Mas lembro que, depois de um exame em que fui mal, estava indo para o estádio para ver Lazio-Napoli e pensava: talvez deva desistir, não? Talvez não deva fazer isso... e aí vinha aquele pensamento profundamente elitista: meu pai é universitário, minha mãe é universitária, como é possível que eu vá para trás...

Esperam de mim que eu o faça. Portanto, basta, continuei e terminei o curso de Direito. Mas era muito sozinho, conhecia poucas pessoas, as coisas que fazia eram sempre ligadas aos Estados Unidos, por um certo tempo continuei a ter um relacionamento com aquela garota de Los Angeles, namoramos por carta, depois ela veio à Itália e passou algum tempo, depois terminamos por carta. Em resumo, meus contatos em Roma eram muito limitados, e a principal coisa que eu fazia, comprava sistematicamente todos os discos de música popular americana e inglesa que eram lançados e acompanhava a política americana.

Aqui há uma evolução, pois aconteceu o seguinte: comecei comprando... aqui há história da música, mas é importante. Os discos de Elvis Presley são feitos da seguinte forma: lado A é de blues, o lado B é de música country. Então, eu, que evidentemente não tinha um ótimo gosto musical, gostava do lado B, o lado country, e daí passei a ouvir — saíram os primeiros discos do Trio Kingston, Tom Dooley, em resumo, música folk muito melosa. Chegando aos Estados Unidos descobro a existência de Pete Seeger, que era uma coisa mais séria e também mais politizada, não? E descobro, naturalmente, que, nas raízes de Pete Seeger, estavam Woody Guthrie, Huddie Ledbetter, e então me lembro do grande dia em que, praticamente com meu primeiro salário, fui a uma loja de discos e havia um disco de Woody Guthrie e um de Huddie Ledbetter e eu disse: “o que faço, quero comprá-los ou não? Será que vou gostar? E se não gostar, porque não são comerciais?”. Investi o dinheiro, fui para casa, ouvi os discos e disse: ainda bem que gostei. E passei a ouvir Woody Guthrie.

Foi sobre Woody Guthrie que escrevi minha tese de formatura, que depois foi publicada [*A música popular na América*, 1975], e, a partir de Woody Guthrie, comecei a descobrir que, ao lado dele, são tantos, há Phil Ochs, Alan Lomax, Almeda Riddle...

Em 69 fiz outra viagem aos Estados Unidos e conheci Barbara Dane, que era uma musicista de blues, branca e... comunista, de música política, que me revelou muitas

coisas, me fez descobrir a música do movimento dos mineiros do Kentucky, músicas como *I hate the capitalist system*. Ora, eu havia acabado de viver o movimento de 1968, onde havia essa idéia de relacionar música e política, a música popular e as classes populares...

Comecei a pensar, tendo feito todo esse percurso, do lado B de Elvis Presley até começar a comprar os discos da Biblioteca do Congresso, talvez eu deva, como próximo passo, começar a coletar as músicas..., mas nos Estados Unidos não dava, isto é, eu não podia ir para os Estados Unidos, não tinha dinheiro..., então comecei a pensar que talvez fosse possível fazê-lo na Itália. E comecei, justamente, no final de 69, início de 70, a rodar, a ir às cidadezinhas em torno de Roma, começando a coletar músicas. Eu ia lá sozinho, entrava nas cantinas, bebia vinho... E a primeira canção que gravei, número 1, fita número 1, é uma canção chamada “Stalin” (risos), e é uma paródia de uma canção que se chama *Mamma*, cantada por Beniamino Gigli, não?, “*mamma solo per te la mia canzone vola...*”, só que, em lugar de *mamma*, há Stalin (risos), e é uma canção engraçada... de fato, essa ligação entre a tradição popular e a política é fortíssima na Itália, pois a tradição popular na Itália é mesclada com a tradição comunista, dos socialistas...

Nessa época eu já era formado em Direito e não estudava nada. Era um funcionário. Acontece que me formei justamente em 66, tinha essas vagas idéias progressistas e em 68 estava fazendo o serviço militar, era oficial da aeronáutica, fui treinado para observar o radar..., eu lia essas coisas nos jornais e gostava muitíssimo. Eram convincentes, eu gostava principalmente daquilo que era o slogan inicial, isto é, o antiautoritarismo, esta era a primeira palavra, a primeira palavra de ordem do movimento estudantil de 68, a luta contra o autoritarismo acadêmico, contra o poder dos “barões”. E eu gostava muito disso. Além de tudo eu estava em um ambiente, o das forças armadas, em que o autoritarismo era o pão de cada dia, portanto isso ajudava a me radicalizar e travar todas as discussões com os oficiais.

Em seguida, terminado o serviço militar, faço essa viagem para os Estados Unidos, e a faço depois de ter tido contato com o *Istituto Ernesto de Martino*, em Milão, que era uma estrutura que ainda hoje resiste com alguma dificuldade, era o ponto de referência do *folk revival*, do relançamento da música popular, tinham feito programas como *Bella ciao*, como *Ci ragiono e canto* (Penso e canto). Havia realmente relançado na Itália a existência da música popular, e nós acreditávamos que era uma coisa que existia só nos Estados Unidos, não? Porém haviam relançado

a música com forte cunho político, isto é, individualizando-a exatamente como traço distintivo da cultura de classe.

O fundador, o líder, era Gianni Bosio, um historiador do movimento operário, que havia sido mais ou menos marginalizado, era da esquerda socialista..., portanto essencialmente inspirado em Rosa de Luxemburgo; marxismo libertário de certa forma, não-leninista, portanto um pouco menos autoritário... Decididamente não filo-soviético, por exemplo. E ele foi marginalizado do partido, dos ambientes acadêmicos, por essas coisas. E havia lançado essa idéia, de estudar a classe, não as organizações da classe; a história do movimento operário não era a história do partido comunista, do partido socialista e do sindicato, era a história dos operários e, portanto, também das minorias, também dos dissidentes, dos anarquistas... Eu os conheci na véspera da partida para os Estados Unidos, pois pensava em ir aos Estados Unidos coletar — coisa que fiz — músicas do movimento afroamericano. canções do *black power* e, quando voltei, fiz um disco com eles. Eles tinham, então, um enorme arquivo de cultura oral, sobretudo música, mas também uma grande quantidade de entrevistas, de História Oral, que não estavam formalizadas como tal, mas eram utilizadas como fonte histórica, e havia uma dimensão de espetáculo, do *folk revival*, para mim foi uma descoberta.

Romani: Você não sabia da existência...?

Portelli: Não sabia, não tinha a mínima idéia. Havia começado a ouvir essa música italiana de protesto, essas canções pouquíssimo... Enfim... comprei no mesmo dia os discos *Freeheelin' Bob Dylan* e *Bella ciao*. Só que Bob Dylan... eu já tinha comprado a série dos outros discos antes, e *Bella ciao* foi o primeiro disco italiano que comprei. Assim, deles me veio um quadro teórico, falo disso em um capítulo de *A morte de Luigi Trastulli*. Tive até uma idéia do tipo de comunicação, que naquele momento eram os discos e os espetáculos. Porque uma das coisas que fiz ao começar a militância política foi coletar canções e histórias de vida nas favelas... nos barracos, que até a metade dos anos 70 ainda existiam, e fazer um disco com essas vozes, com as entrevistas e as canções, que eu mesmo paguei, porque eles não tinham dinheiro para produzi-lo. Então eu paguei e eles produziram... de certa forma. Assim, havia começado a participar de grupos políticos, etc.

Romani: Nos anos 70?

Portelli: Em 70 comecei pela primeira vez a fazer parte de um grupo político que resultou no grupo do *Manifesto*, que, naquele tempo, era um grupo político, depois tornou-se somente o jornal, que era..., mais uma vez, aquele que me parecia o menos leninista e o menos stalinista dos grupos da nova esquerda, muito maoísta, mas também muito luxemburguês e, assim, nesse âmbito, comecei a contar essas experiências, conheci pessoas que tocavam, que faziam música, e entre elas uma moça com quem depois me casei, e eles me diziam: “por que não formamos um grupo? Formemos um cancionário”. E usando essas canções que eu havia coletado, formou-se esse grupo, *O cancionário do Lazio*, que foi o melhor grupo do *folk revival* na Itália, absolutamente extraordinário. Entre outras coisas, foi o primeiro formado por músicos, por gente que pensava em tocar música, não em fazer propaganda, tanto que depois nos separamos justamente por isso, porque a um certo ponto eles quiseram ir adiante na estrada da pesquisa musical — tiveram um sucesso extraordinário, são muito bons, são um grupo histórico —, e eu apenas continuava adiante no âmbito da pesquisa histórica. Isto é, eles estavam interessados em se expressar como artistas, e eu estava interessado em expressar a classe de qualquer forma, não?

Estávamos ambos errados, mas eu estava mais errado, pois não compreendia e pensava que eram traidores da classe e coisas do gênero... Se está lembrado, ontem falávamos com Al Thomson — grupos como os *Pogues*, como *Steeleye Span*, esses grupos ingleses que nos anos 80, 70-80, *Fairport Convention*, começaram a usar material folclórico com arranjos inspirados na contemporaneidade, arranjos elétricos, eles faziam isso dez anos antes, e eu não sabia, não tinha compreendido. Nem eles tinham compreendido e davam explicações que teoricamente não tinham fundamento, e eu contestava... Mas, na verdade, a intuição deles era de certa forma correta, em um certo plano, não? Mas então, o que acontece? Nós fundamos uma estrutura em Roma, um círculo cultural chamado *Círculo Gianni Bosio*, porque Gianni Bosio havia morrido em 71, e começamos a fazer uma publicação chamada *I giorni cantati*, que durou até este ano... este ano nós o fechamos...

Romani: *I giorni cantati* era...

Portelli: Era uma publicação de música popular, que depois se tornou uma publicação de música popular e História Oral e, depois, uma publicação de música popular, História Oral e cultura de massa... Durou mais de vinte anos...

Assim, o que acontece é que, rompendo com esses músicos, comecei a perceber que não tinha competência para continuar a bancar o etnomusicólogo. Isto é, aprendi a ler música há menos de dez anos, não sei tocar nenhum instrumento, não sei cantar; não sabia ler música mas continuava a me ocupar de música, era um pouco irresponsável. Eu sentia um pouco essa dificuldade, não? Continuava a coletar muito, muito material, mas, no fim, não sabia o que fazer com ele.

Por volta de 72-73 houve outra grande virada. Dois fatos: eu tinha trabalhado sempre nos arredores do Lazio, confesso que não tinha mais posto os pés em Terni, e não tinha intenção de ir nunca mais. Em certo momento uma pessoa, o melhor cantor popular que eu já tinha ouvido — que era do Lazio do norte, perto de Rieti, próximo à fronteira da Umbria —, conta que era um operário, tinha sido operário de siderúrgica e me diz: “quero que você conheça uma pessoa”, me leva a conhecer o famoso Dante Bartolini, que era ex-operário das siderúrgicas e camponês, havia sido guerrilheiro, escrevia músicas e cantava. E eu gravei suas canções, e foi ele que me contou pela primeira vez a história de Luigi Trastulli, errada. Mas ele era um narrador absolutamente extraordinário.

Bem... havia Gianni Bosio que era o teórico e Franco Coggiola, sempre do *Istituto de Martino*, que era quem fazia o trabalho de campo. Perguntei: “comprei um gravador, agora o que faço? Como se faz pesquisa?”. Então Franco Coggiola me disse: “nunca ponha o gravador sobre a mesa, porque o microfone capta as vibrações”; esse foi o único ensinamento técnico (risos).

O ensinamento teórico de Gianni Bosio foi: “nunca o desligue, grave tudo”.

Esta é a grande diferença com relação aos etnomusicólogos, ou aos folcloristas, a quem interessa somente o aspecto formalizado. Também a mim interessava somente o aspecto formalizado, mas havia uma coisa que para mim permanecia talvez como fundamento ético. Na verdade, sobre ética em fonte oral eu nunca havia pensado, vocês me fizeram pensar... Mas é o seguinte: há uma pessoa que está dedicando seu tempo a você, se ela diz certas coisas, é porque provavelmente as considera importantes. É muita falta de educação desligar o gravador, não? Não se pode fazer isso... Bem, por outro lado, isso me desagradava, porque eu pagava todos os custos, as fitas, etc., e custavam (risos); mas não se deve desligar nunca. Cheguei ao ponto, nesse encontro, de encontrar pessoas para quem as canções eram a continuação dos relatos e... comecei a perceber que os relatos eram tão interessantes como as

canções, e a raciocinar sobre as fontes, como tais, e isso tinha a ver... ora, estou aqui fazendo um monólogo total, sou um péssimo entrevistado...

Romani: (risos) É isso mesmo... senão eu saberia aqui como desligar.

Portelli: Está bem, eu continuo, e... você, quando achar necessário, me interrompe. Na verdade continuava a me ocupar de coisas italianas só porque não podia ir para a América, pois meu desejo sempre era de ir a Harlan, Kentucky, para entrevistar os mineiros e coletar suas canções. Assim, meu desejo era de me ocupar da América, eu havia permanecido americano, não? Embora estivesse me integrando, pois fazia um pouco de política italiana, me ocupava da cultura das classes subalternas na Itália, e...

Enfim, o principal efeito de 68 foi o seguinte: fiz grande amizade com um rapaz de Bolonha, chamado Franco La Polla, ainda se chama Franco La Polla. Ele estava se formando em Literatura Americana, hoje é também professor de Literatura Americana, e tocava violão e cantava canções populares americanas. Assim, nasceu essa grande amizade e a idéia de escrevermos um livro juntos, sobre a música popular americana. Depois do serviço militar, eu estava muito só, havia tido outro namoro com outra garota e havíamos terminado, então saía e ia me encontrar com ele em Bolonha, e um dia ele me disse: “vem comigo até a faculdade”. Ia até a faculdade porque precisava se inscrever, estávamos em novembro de 69. Eu fui com ele até a faculdade e, enquanto subíamos e descíamos escadas, víamos escritos os nomes das matérias nas portas: antropologia, glotologia — lembro-me muito bem desta —, e pensei: “e eu não devo ter mais nada a ver com tudo isto? Devo ficar fora destas coisas?”. Voltei para Roma e me inscrevi na universidade. Estava trabalhando, pertencia ao Conselho Nacional de Pesquisas, que tinha a vantagem de ficar na frente da universidade, de modo que podia sair escondido, com a desculpa de tomar um café, e ir à aula. Então, me inscrevi na universidade, porque assim me obrigaria a ler coisas que queria ler e que não leria se não fosse para os exames.

Porém me inscrevi naquilo que era mais fácil para mim, isto é, em línguas, e inglês, simplesmente por facilidade, com a idéia de me dedicar a estudos sobre a América. E encontrei esse professor, Agostino Lombardo, que ainda hoje é meu chefe, que era muito tradicional, mas gostava de ajudar a quem fazia coisas novas. Assim, cheguei ali, tendo voltado de Nova York, onde tinha coletado canções do *Black Power*, e estava fazendo um livro, pois tinha um conhecimento dos aspectos

da América, do movimento operário, da música popular, que ninguém havia estudado, e ele me facilitou muitíssimo, tanto que escrevi a tese de formatura sobre Woody Guthrie, que não é, oficialmente, um escritor... E começamos logo a fazer um trabalho de redefinição sobre o que entendíamos por literatura.

Na véspera de minha viagem para cá, encontrei um velho amigo, um antropólogo, que me disse: “estive pensando em você. Porque compreendi o que é que você fazia, sem que ninguém de vocês soubesse, você fazia estudos culturais, não?”. Eu me ofendi — pois estudos culturais, entre nós, é uma coisa muito acadêmica e esnobe —, mas ele tinha razão, pois fiz isso de entrelaçar literatura, cultura de massa, folclore, antropologia e coisas semelhantes.

Ao mesmo tempo, aconteceu outra coisa. Aconteceu que eu estava no Conselho Nacional de Pesquisas, fundamos o sindicato, fomos o primeiro sindicato de funcionários públicos que aderiu à CGIL — a CGIL era a confederação sindical da esquerda —, tanto que me lembro que, quando fomos à CGIL e conversamos com Vittorio Foa, um dos grandes fundadores, um dos pais fundadores da Itália, e ele ficou muito impressionado com duas coisas: a primeira era que, até aquele momento, o sindicato não tentara recrutar os funcionários públicos, estavam naquele momento decidindo fazê-lo, e nós fomos os primeiros a aparecer; a segunda coisa que o impressionou é que éramos todos do *Manifesto*, todos extraparlamentares e, não obstante, estávamos aderindo à CGIL, não? — o que era uma coisa um tanto curiosa.

Fizemos um pouco de agitação, houve uma longa ocupação, ao fim da qual descobrimos o seguinte: que uma coisa é 10, 15 pessoas se politizarem, formarem um sindicato, e outra coisa são os funcionários públicos que aderem ao sindicato. Por isso, foi muito fácil para a direção do Conselho Nacional de Pesquisas isolar-nos de nossa base. Nós fazíamos reivindicações pedindo, por exemplo, aumentos salariais inversamente proporcionais — quem ganhasse mais deveria ter um aumento menor —, e eles propunham aumentos proporcionais — não iguais, para todos, imagine... proporcionais —, mas nossa recusa a esse aumento naturalmente indignou nossos afiliados: “que lhes importa se são proporcionais ou não? afinal o dinheiro chega, não?”. E, assim, ficamos totalmente isolados.

Nesse ponto, eu tinha um chefe de repartição, um chefe de divisão e, acima de todos, o Secretário Geral. O chefe de divisão era um tecnocrata aspirante, então me chamou em seu escritório e me disse: “Caro Portelli, você é muito competente,

muito inteligente, não está fazendo carreira aqui” e me fez uma proposta muito engraçada, isto é, a proposta de ganhar o dobro, fazendo, porém, de alguma forma, uma oposição aos meus companheiros, não exatamente uma traição, certo? A mim não interessava, não tanto por motivos morais ou políticos, mas porque não estava a fim de trabalhar mais, pois estava estudando... por exemplo, eu praticamente trabalhava em tempo parcial, e depois, na parte da tarde, não fazia horas extras e saía por aí coletando canções, portanto trabalhar mais não me interessava, estava com minha família, assim não me interessava. Por isso, recusei. O chefe dele, que era um piemontês à moda antiga, autoritário, paternalista, me fez outra proposta: “Portelli, você é muito competente para ser funcionário, deve ser pesquisador, deve se dedicar a pesquisas. E nós, no Conselho Nacional de Pesquisas estamos cheios de cargos para pesquisa, diga para onde quer ir...”.

Romani: Assim, faziam você ir para longe...

Portelli: Isso... E eu disse: “gostaria de ir para o Instituto de Inglês, onde estou me formando”. Então ele fez uma manobra, de certa forma ilegal, para que eu conseguisse, mantendo meu salário, meu cargo e tudo, ir trabalhar lá, no Instituto de Inglês e, assim, me transferi para a universidade...

Romani: Nesse ponto, você estava na universidade, pago pelo Estado, transferido...

Portelli: Sim, transferido.

Romani: E gravando os cantadores... em Terni...

Portelli: Em Terni eu ainda não havia pisado de novo, mas era início de 72, e devo dizer, a segunda vez que saía com a minha noiva — sendo que a primeira vez que saímos depois de noivos foi para ir gravar esse Dante Bartolini, que cantou a canção de di Tanturi. Estávamos então além da fronteira do Lazio, e ele obviamente me levava para Terni..., mas estávamos em 72, eu ainda não havia começado. E eu tinha, justamente, essas duas coisas: de um lado estava na universidade, onde todos faziam literatura, mas eu não estava interessado em literatura, queria fazer história, queria estudar folclore, essas coisas. De outro lado, fazia, em caráter in-

dividual, diletante, esse outro tipo de atividade. E isso foi adiante, com esse senso de estar... dividido entre as duas coisas.

O primeiro momento de recomençar uma aproximação foi em um livro que escrevi em 75, o segundo livro que escrevi, que era sobre a cultura afroamericana. Novamente, sempre me apaixonaram esses temas de hibridação, e o livro era sobre a mistura, os negros de pele clara que passam por brancos. Aliás, há uma seção inteira, no início, sobre a diferença da definição do que é um negro nos Estados Unidos e o que é no Brasil... onde essencialmente há essa idéia de que nos Estados Unidos uma gota de negro torna você negro, no Brasil é quase o contrário, enfim... para falar da arbitrariedade do que é negro, do que é branco, e, portanto, de tudo o que existe no meio. Como no trabalho sobre música popular, me fascinavam os aspectos de mediação; me fascinavam as paródias, isto é, o uso da música ligeira por parte da cultura popular de massa; me fascinava o chamado canto do poeta, em que pastores, camponeses aprendem de memória Homero, Dante, Tasso, sobretudo Ariosto, e os cantam, reinventam; me interessavam os contatos... E assim, nesse sentido, fiz esse livro em que o discurso era sobre contatos entre branco e negro, onde não se distingue um do outro.

Romani: Mas você tinha uma base teórica neste ponto?

Portelli: Não, não tinha. Eu era... sou simplesmente muito eclético, aliás... — agora me vem à mente — toda a parte mais importante de minha formação cultural nos anos 60 foi a literatura, ler e escrever ficção científica, que mais tarde se torna essa fascinação — de novo — do encontro com o outro, não? Do encontro com o outro e, por uma espécie de extrapolação crítica da sociedade... Assim, gostava de Sheckley, gostava de Asimov. De Asimov ainda gosto, havia esse elemento do contato, do encontro, da miscigenação, da hibridação, do sincretismo, sabia... não sei se conhecia a palavra sincretismo..., mas era isso que me fascinava. Da música do Kentucky me fascinava muitíssimo o fato de que as canções políticas, de luta, eram palavras progressistas em música tradicional, coisa que faziam da mesma forma os meus amigos da Valnerina. Quando encontrei Dante Bartolini e os outros, minha sensação foi — e está escrito na introdução de *Luigi Trastulli* — de que era a coisa mais parecida com o que imagino seja o Kentucky, pela mesma razão, isto é, uma zona rural sobre a qual a indústria cai de repente, e as pessoas não têm muito tempo para esquecer as formas tradicionais e usam-nas imediatamente

para falar do presente. Bem, ali naquele livro que se chama *Branços e negros na literatura americana*, pela primeira vez há um mínimo de contato entre essas duas partes de mim que eram muito separadas, pois eu estava tratando de encontros e hibridações e, no entanto, estava... estava dividido, e isso tem a ver com a História Oral que pouco a pouco fomos descobrindo...

Romani: E você não conhecia...

Portelli: Conhecia, porque havia lido Studs Terkel, havia lido *All god's dangers*, de Theodore Rosengarten, e porque, de alguma forma, aquilo que faziam Gianni Bosio e Cesare Bermani era História Oral; eu não conhecia ainda Danilo Montaldi, que nunca usei muito, devo dizer, não conhecia Rocco Scotellaro, que é outro dos inventores, nos anos 50, dessas coisas. Assim, o termo História Oral chega para mim dos Estados Unidos, como também dos Estados Unidos chega, por exemplo, Luisa Passerini, poucos anos depois. E consegui fazer referência às coisas de Cesare Bermani e de Gianni Bosio sobre a História Oral e a cultura popular, para uma análise de alguns textos da literatura afro-americana, a biografia de Malcom-X, o processo pela revolta de Denmark Vesey, não? Assim, comecei, pela primeira vez, a usar instrumentos nossos para ler essas coisas, começou a existir um contato. Depois, aconteceu que eu havia me casado, a política havia entrado em crise... aconteceu que em 78 ou 79 morreu Dante Bartolini. Assim, eu havia começado a fazer outras coisas, algumas coisas haviam mudado...

Romani: Você estava formado?

Portelli: Havia me formado em Línguas em 73 e a partir de 75 comecei a lecionar na Universidade de Arezzo, no curso de magistério da Universidade de Siena, que ficava em Arezzo, ensinava literatura americana e era muito inadequado, pois o único escritor que conhecia era Mark Twain... E meu professor me disse: "Caro Portelli, você claramente deve seguir essa profissão, deve se tornar catedrático, etc., mas, para isso, não pode continuar a se ocupar só de operários e negros, deve escrever alguma coisa sobre o clássico". Então, pensei em escrever um livro sobre Washington Irving, o clássico que, em minha opinião, havia escrito menos obras, e, não por acaso, é ligado ao folclore. Fui até a estante da biblioteca onde havia

Washington Irving, e eram cinquenta volumes, mas gostei, escrevi com muito prazer e, para poder escrever aquele livro, precisei estudar Teoria da Literatura, li tudo. Sempre tive essa característica, não sou capaz de ler um livro se não tiver em vista um projeto; não consigo, por isso sou muito fraco no plano teórico, por exemplo, a Filosofia, para mim, é um território completamente desconhecido..., sou ainda muito eclético no plano teórico e nunca estou atualizado com bibliografia, porque só leio as coisas quando preciso delas, enfim... estes são meus pontos fracos.

Entre 77 e 79, meu primeiro filho havia nascido, de modo que eu ficava muito mais em casa, etc., entre 77 e 79 dediquei-me a escrever esse livro, graças ao qual, alias, obtive a cátedra, e me diverti muito ao fazê-lo, aprendi a analisar a literatura. Em 78 ou 79, morre Dante Bartolini, depois de escrever o livro sobre Irving. Porque eu tinha sempre, ininterruptamente, um livro em andamento desde 71: a tese, depois o livro de Woody Guthrie, logo depois sobre os afroamericanos, em seguida sobre Washington Irving. Terminei este e — digo — não vou escrever mais nada por algum tempo, quero curtir meu filho e estudar. Morre Dante Bartolini, eu volto a Terni para seu enterro, etc, e, de qualquer forma, em homenagem a ele..., começo a retomar o trabalho sobre História Oral. Sobre o qual já havia começado a pensar, porque o ensaio sobre Luigi Trastulli, essa conversa sobre os relatos errados...

Romani: Você tinha ficado impressionado?

Portelli: Bem, era esse o fascínio, não? Uma primeira versão muito elementar havia saído em 77, em *Giorni cantati*. Portanto, desde aquele momento, a idéia era: esses relatos me interessam e me interessam porque são errados. E... enfim... um pouco devido ao impacto da morte de Dante, um pouco porque encontrei outras pessoas, etc., começo a fazer essas entrevistas em Terni. Ao mesmo tempo... eram coisas divididas, porque eu começava a levar a sério o fato de fazer literatura...

Romani: Entrevistas com operários.

Portelli: Entrevistas com metalúrgicos. Começo a ir a Terni, a fazer entrevistas, não mais a coletar canções, sem saber bem o que fazer com elas, mas muito fascinado por essa sequência, que é 49-53, isto é, a crise do movimento operário, a morte de Trastulli, a revolta urbana e as invenções sobre isso. Enfim, eu queria fazer um

livro sobre 49-53 e desde as primeiras entrevistas encontro pessoas que me contam que seu avô havia fugido com Garibaldi em 1861 (risos)... Isso é muito engraçado... e, enfim, começo a pensar na idéia de uma coisa abrangente. Começo também a conhecer jovens que me falam daquilo que estavam fazendo no momento, começo a ter uma idéia, mas, quer dizer, ainda muito incipiente. O que realmente acontece é isso, acredito que seja exatamente a virada: havia resolvido ocupar-me de literatura — seriamente, por muitos anos havia feito seminários de literatura engajada, isto é, onde se usava a literatura de algum modo para falar de outra coisa, e havia Jack London, *O tacão de ferro*, Steinbeck, *As vinhas da ira*, ... essas coisas. Livros inclusive acessíveis. E eu percebia que de alguma forma isso não funcionava para mim, não caía bem.

Nesse mesmo ano, decidi pegar o livro mais difícil e menos diretamente político e engajado que já havia lido e, ao mesmo tempo, o mais fascinante, que era *Absalão, Absalão!*, de William Faulkner. Isso era mais um desafio porque os historiadores marxistas, como eu mais ou menos pensava ser, estavam naquele momento sob violento ataque dos semiólogos estruturalistas, e nós falávamos de Jack London, e eles falavam de Faulkner, então meu desafio era “quero ver” — assim como em meu trabalho sobre Irving eu tinha feito um trabalho muito formal, tanto que meus inimigos acadêmicos ficaram muito surpresos... dizendo “como? Você também faz essas coisas?”. Pois bem, resolvi então fazer esse seminário sobre *Absalão, Absalão!* de tal forma a desafiar os alunos: “vamos lidar com um livro que não se compreende, vamos lidar... com a dificuldade”, pronto. Pois bem, essa história é contada no livro *Luigi Trastulli*, porque, na metade desse trabalho, fiz uma entrevista em Terni com uma senhora idosa, que contou uma história absolutamente idêntica a uma das histórias do romance de Faulkner, absolutamente idêntica, a história que está no livro, da senhora que conta seu casamento malogrado de 43 anos atrás e conta com o mesmo mecanismo narrativo, da interação cumulativa, da repetição incremental, como é contado por Faulkner.

E, ali, descobri que a razão pela qual não se compreendia nada de Faulkner era a mesma pela qual não se compreendia nada da transcrição da entrevista: os assuntos não aparecem em sequência, não aparecem em ordem cronológica, são associativos, repetem-se. As frases não terminam, não respeitam a gramática, porque Faulkner conta como se a pessoa que está falando se dirigisse a alguém que já conhece a história, aliás, logo de início, o protagonista diz: “mas por que esta senhora conta

essa história para mim?” — e diz — “talvez porque saiba que eu já sei”, entretanto é tudo alusivo a coisas que ninguém sabe. Lembro-me ainda do dia em que no seminário, diante da dificuldade dos alunos, eu lhes disse: “escutem, na casa de vocês se fala como Alessandro Manzoni ou como William Faulkner? Como vocês aprenderam a história de sua tia? Por acaso alguém se sentou e disse: caro filho, agora vou te contar a história de nossa tia: em 1747, a família veio para... Ou será que um dia você ouviu alguém dizer que a tia havia estado em Torino, outro dia ouviu contar que se casou, isto é, fragmentos juntados, não?”. Lembro-me disso, porque naquele momento compreendi que devia interpretar as fontes orais como contos... já o fazia, de certa forma, não? Quero dizer, se não tivesse uma formação literária, se tivesse sido um historiador, esta é uma coisa que repito, bem... tendo visto que as histórias sobre Luigi Trastulli eram erradas, teria dito: “não se pode confiar nas fontes orais” — e pronto.

Romani: Porém, se você não tivesse conhecido Faulkner, talvez...

Portelli: Não, Faulkner eu teria conhecido da mesma forma, mas o ponto é: não teria escrito *Luigi Trastulli* porque, graças ao fato de que tinha uma formação literária...

Romani: Permitiu que você aceitasse...

Portelli: Exatamente, eu disse: “isto é invenção, é ficção, é imaginação”, certo? E me perguntava: “mas por quê?”. Veja, se tivesse sido uma pessoa, bem, uma pessoa se engana, mas como isso pode acontecer coletivamente? Eu me perguntava, não o que aconteceu, mas o que significa, certo? Assim, naquele momento de 79-80, o seminário sobre Faulkner significou exatamente isso: compreendi que devia tentar entrecruzar as técnicas, isto é, ler a literatura através da experiência do trabalho de campo e ler as fontes orais através da experiência da literatura.

Romani: Da fragmentação.

Portelli: Da fragmentação... da teoria narrativa. Mas, mais uma vez, inventando, porém, uma teoria adequada. Esta é a outra coisa. A razão pela qual eu resistia sempre a formalistas e estruturalistas, especialmente aqueles que estavam em meu departamento, era que, para eles, a crítica consistia em tomar um modelo metodológico —

fosse Barthes, fosse Genette, Greimas... sobretudo Propp, que foi morto na Itália — e baixá-lo como um gabarito *a priori* sobre qualquer objeto que estivesse diante deles, descobrindo sempre as mesmas coisas: que existem as 32 funções. Descobrimo sempre as mesmas coisas, porque faziam sempre as mesmas perguntas.

Romani: Mudar a teoria do objeto?

Portelli: Sim, isto é: o método deve ser formado sobre o objeto, não? A teoria é um produto das perguntas, a arte — digo arte deliberadamente — do crítico, onde quer que resida, é a de descobrir, não a resposta, mas as perguntas. Já todo esse uso do estruturalismo consistia no fato de que as perguntas eram pré-construídas — talvez as respostas pudessem até variar —, mas, se você faz sempre as mesmas perguntas, obtém sempre as mesmas respostas. Eu sempre pensei — acho que isso tem a ver com a técnica da entrevista —, por exemplo, por que, justamente todos nós temos uma lista de perguntas na cabeça, escritas ou pensadas — mas todos os bons entrevistadores inventam as perguntas diante da pessoa que estão entrevistando, o que não quer dizer que ter um esquema de perguntas seja um erro, o erro é ter só o esquema.

Outra experiência que sempre uso como exemplo... Fui entrevistar um certo Enrico Ferri, em Terni, sobre uma das coisas menos interessantes do movimento operário italiano, ou seja, o fato de que entre 46 e 48 existiram conselhos operários, que colaboravam na direção da empresa. Eu achava isso pouquíssimo interessante, porque na realidade eles não tinham nenhuma voz ativa, porém era preciso documentar; ele fazia parte, e fui entrevistá-lo. Casualmente, ou melhor, da mesma forma que você me perguntou sobre meus pais, eu lhe perguntei: “o que fazia quando jovem?”, e descobro que ele era um dos maiores conhecedores dos bordéis de Terni. A entrevista acabou sendo sobre bordéis (risos). Fiz também as três perguntas sobre os conselhos operários, mas, quero dizer, esse era o tema da entrevista. Assim como a senhora que entrevistei sobre: “passou fome depois das demissões em 52?”, isso ela me disse, eu perguntei, mas... mas como foi essa história de seu bisavô ter fugido com Garibaldi em 61 (risos)? Assim...

Criam-se essas coisas. Portanto, a idéia de que, mesmo com os testes, a criatividade está nas perguntas, não? A criatividade está em perguntar as coisas, e isso acho que nenhum método faz, *a priori*...

Romani: Mas, quando foi para Terni, você tinha um... objetivo específico de trabalho?

Portelli: Não, não sabia nada. Isto é... essa é a outra coisa que...

Romani: Este é um ponto que lhe permite coletar informações as mais diversas, porque você não tem um foco específico.

Portelli: Meu foco era o período 49-53; mas... esta é a outra questão com as fontes orais, não? A questão com as fontes orais que... agora vocês me ensinaram também a colocá-la em termos éticos — eu colocava, embora de forma simples, em termos de boas maneiras ou de *serendipity* — esse conceito sociológico de que você descobre coisas diferentes daquelas que procura — que, enfim, são duas pessoas em uma entrevista, e há coisas que você quer saber e há coisas que o outro quer dizer, enfim, há dois agentes, duas ordens do dia.

Romani: Você transmite o seu?

Portelli: Bem, sim, eu transmito o meu, mas se me interessa a cultura, para mim é muito importante saber qual é a ordem do dia, qual é a pauta, o que essa outra pessoa tem em mente, isto é, quais são, para essa pessoa, as coisas importantes. Pois não são necessariamente as mesmas importantes para mim; assim, descobrir que para essa outra pessoa há coisas importantes, diferentes daquelas que são importantes para mim, é o primeiro resultado da pesquisa, não? Justamente, a entrevista com aquela senhora que eu acabei comparando com Faulkner, eu queria que ela me falasse sobre o irmão, que havia estado na organização clandestina do partido comunista dos anos 30, quando ela começou a me contar sobre seu noivado com um fascista nos anos 20, era muito mais importante para ela..., era uma história incrível...

Romani: A outra parte...

Portelli: A outra parte, o encontro com o outro, mas também simplesmente uma história de noivado... No fundo, eu tinha um lado político, que permaneceu no livro, um lado político, voltado para os operários, etc, de modo que, para mim, perguntas de caráter pessoal eram difíceis de fazer, inclusive por acanhamento..., assim, a história do que significa esse noivado nos anos 20 e como eram as festas, os bailes, o que fazia o irmão se encontrava a irmã com um namorado na rua, à noite... Eram coisas que eu não estava procurando, mas eram importantíssimas, realmente importantíssimas, não?

Romani: Porém eram importantes para o ... sujeito.

Portelli: É verdade, mas se tornaram importantes para mim, porque para mim era importante saber o que era importante para eles, certo? Senão eu baixava um gabarito segundo o qual só era importante a fábrica, o sindicato, o partido, a greve e os guerrilheiros, mas, todas estas coisas, isto é, talvez seja importante noivar, é importante a formação sexual, não? Essas coisas eram importantes... Aliás, tinham muito a ver com a classe. Assim, digamos, este é o fim da história, depois todo o resto...

A outra coisa que aconteceu foi que, voltando a Roma, à cátedra de literatura americana, recomecei a viajar com bastante frequência para os Estados Unidos, para dar partida neste projeto — finalmente, depois de vinte anos em Harlan, com os mineiros — que levei adiante durante quase dez anos. E, enfim, esta espécie de grande projeto que tenho em mente, que é de fazer um livro de História Oral na Itália, e é *Biografia de uma cidade*, que é a história de Terni, de 1930 a 1980.

Romani: Então, graças também a tudo isso que conseguiu coletar, você encontrou o fio...

Portelli: Bem, me fez saltar... Eu queria fazer um livro de teoria da História Oral, chamado *Luigi Trastulli*. Queria fazer um livro que fosse bem o contrário, de teoria literária partindo do oral, e é *The text and the voice*. Agora, na quarta parte do projeto, tenho problemas, é o equivalente americano da *Biografia de uma cidade*, *Biografia de Harlan County*. E aí parei um pouco, porque me falta dinheiro, pois uma coisa é fazer as entrevistas, outra coisa é transcrevê-las no dialeto do Kentucky, isso eu não posso fazer com seriedade, teria de pagar a outras pessoas, e não tenho

o dinheiro, mas esta é a outra face. Nesse meio tempo, antes de tudo isto havia os afro-americanos, e estou novamente me ocupando de literatura afro-americana. Mas devo dizer que é fundamental essa questão da relação oral-escrita, que é a forma que, neste momento, assume o tema que eu tinha de início, que era o tema da relação entre alta cultura e baixa cultura, alta cultura literária, folclore e cultura de massa. Portanto, entrelaçar essas coisas.

Romani: Então, a parte da reflexão teórica que começa por meio da História Oral deriva muito do descobrir e chegar, de ir ao encontro dessa multiplicidade de pessoas e multiplicidade de histórias que surgem, quando você procura dar autonomia ao sujeito...

Portelli: Sim, esses mundos possíveis que... você vê que chego à ficção científica?

Romani: Esta é outra reflexão, pois nesse sentido... Se se faz história, inclusive usando isso, chega um ponto em que você descobre que, de alguma forma, aquilo que você contou é ficção científica, não? Uma ficção. Então, de certa forma, aquilo que é contado, levado ao público maior, é uma ficção fragmentada?

Portelli: Sim, é... Mas sabe o que é fundamental, que é a diferença neste momento, hoje? Em um plano mais ou menos “destrucionista”, poderíamos dizer, existem somente ficções. Ou, pelo menos: existem somente discursos. Há somente a linguagem, a referência é impalpável, portanto não há diferença entre uma ficção e um relato fático. Aqui, enquanto eu uso muito certas abordagens destrucionistas, com relação ao texto, a premissa principal é de que o material puro não conta, isto é, que é inalcançável. Eu não acredito nisso e, para mim, é muito importante que, para compreender a ficção, que seja claro que é uma ficção, isto é, se digo “Luigi Trastulli morreu em 1953”, é uma ficção, se digo “Luigi Trastulli morreu em 1949”, isso, até prova em contrário, é um fato, não? Portanto, tudo o que construí sobre essa história de Luigi Trastulli tem a ver com a discrepância entre o fato e a ficção e, portanto, com a apresentação da ficção no contexto dos fatos. Nesse sentido, para mim, fazer História Oral significou imediatamente aprender a consultar os arquivos. Isto é, não posso fazer este trabalho sem ter o confronto das coisas escritas. A diferença, qual é? É que, justamente como você disse antes, fui fazer a história de Terni sem ter a mínima idéia de como era a história de Terni.

que aprendi com os narradores orais, depois verificava o que era inventado e o que era verdade. Mas isso quer dizer que a estrutura da memória, a periodização, por exemplo, é interna à cultura, enfim, não é uma periodização que eu, como observador, levei à cultura, mas sim que a cultura me fez compreender como espectador.

Por exemplo, todos os livros de história sobre Terni, de história local, antes do meu — depois do meu, não mais —, periodizam a história da cidade: a guerra, as eleições, com base nos eventos políticos! Eu também dividiria com base nos fatos, mas qual é o fato que periodiza essa história? As demissões de 1953. Isto é, Terni é uma coisa antes de 53 e outra coisa depois de 53. Isso eu não saberia se tivesse estudado a história da cidade nos livros de história local ou nos arquivos, ou coisa semelhante. Só sei porque não há uma única pessoa que deixe de contar a história dizendo: antes de 53 era assim, depois de 53 é assim. Desse momento em diante, a história de Terni é periodizada desse modo, que é o modo interno... como a viveram subjetivamente...

Esta é uma primeira consideração. A segunda: em que sentido é história o fato de — insisto na palavra fato — o fato de tanta gente na cidade de Terni acreditar que Trastulli morreu em 53? Isto é, a história é que ele morreu em 49, em que sentido é história? É história no sentido que, em meu modo de pensar, é específico da História Oral fazer história da subjetividade, isto é, que nos faz compreender isso... É uma coisa que se entrelaça muito com a literatura. Há um escritor de que gosto muito, que é um clássico, Henry James, e ele fala de um capítulo do *Retrato de senhora*, em que não acontece nada, isto é, a protagonista está sentada diante da lareira e pensa, e ele diz: “este é o capítulo mais aventuroso que já escrevi”, porque há uma série de golpes de cena, à medida que ela compreende o que aconteceu, a trama está toda em sua mente, bem, de certa forma a história vem também da mente das pessoas, não?

No corpo dos operários aconteceu que um deles morreu, que passaram fome, foram demitidos, etc. Na mente deles, o que pensaram? Como interpretaram? De que forma viveram esses anos, esses momentos? Isso é história, é história da subjetividade, é interpretação historiográfica, isto é: de que forma estas pessoas interpretam aquilo que lhes aconteceu — o que não significa que devamos interpretar da mesma forma que eles, ou melhor, significa que eu devo interpretar as interpretações deles, não?

Sobre isso, há um episódio engraçado, o último trabalho que fiz, que nasceu do movimento estudantil, da ocupação de 1990 na Universidade de Roma; um núcleo de alunos e eu fizemos um livro, na verdade foram 80 alunos, fizemos um livro sobre a história dos estudantes de línguas, romanos, de 1980 a 1990 e a seguir. O livro se chama *O avião e as estrelas*, porque há um episódio contado por um rapaz, que viu luzes no céu e pensou que fosse um avião, e só depois percebeu que eram estrelas — e nós interpretamos, dizendo: a imaginação tecnológica que redescobre a utopia... depois fizemos com que todos os entrevistados lessem o manuscrito, esse rapaz disse: “eu não pretendia realmente dizer isso, estava só contando uma história para fazê-los compreender como não tínhamos cabeça, como éramos tolos...”

Muito bem, o livro começa com a nossa interpretação, com esse relato e a forma como nós o interpretamos; termina com ele dizendo: “A interpretação inicial é errada, por tais e tais razões”, e nós que analisamos o discurso com que ele diz que nossa interpretação é errada e interpretamos sua interpretação da nossa interpretação, dizendo: “ele diz que essa interpretação é errada por tais e tais razões”, e assim ele vai ler o livro e vai pensar: “a nossa interpretação da sua interpretação da nossa interpretação...” enfim... isso vai *ad infinitum*, não? Não chegaremos nunca a um significado, mas teremos uma construção articuladíssima de sentido, no diálogo entre nós e, nesse sentido, saber que os rapazes que estavam na universidade em 1990 esperavam que no céu houvesse aviões e descobriram que eram estrelas é muito paralelo ao fato de que esses mesmos rapazes eram apaixonados pelo fax, mas o movimento tinha o nome da pantera... É o paradigma tecnologia-exótico, natureza-outro, tecnologia-forma, que seguimos em todo o livro. Ora, isso ninguém diz, não está escrito em nenhum papel...

Romani: Esse trabalho com as canções terminou? Não se faz mais, com as canções populares?

Portelli: Não, mas muito menos. Por exemplo, em Kentucky continuei a coletar canções. Na Itália menos, muito menos, porque, cada vez mais, dos anos 70 até hoje, a atenção se deslocou para o discurso musical, para a música instrumental, para a técnica, para a música como discurso em si, não como veículo de palavras, não? E eu não sou capaz de analisar as palavras. Cada vez mais, isso se tornou o que devia ser, o patrimônio dos músicos. Assim, eu ainda trabalho muito em contato

com esses músicos populares que coletam, ou reelaboram, mas tenho a impressão de que minha utilidade nisso diminuiu muito. Nesse meio tempo, passei a seguir alguns aspectos da música rock, aqui também em termos de sua relação com a cultura de classe.

Não sei se vocês têm conhecimento do trabalho de George Lipsitz, um historiador americano que escreveu coisas belíssimas sobre a relação entre rock'n'roll e cultura operária, até discutíveis, mas belas, enfim, fazendo ver como ele nasce do mundo, da cultura das classes subalternas. Então, por exemplo, ouvi muito e escrevi algumas coisas sobre Bruce Springsteen, em quem há muito desse tema do universo operário, ou pelo menos havia. Acompanhei bastante a música country, lendo-a exatamente como expressão, em parte autêntica, isto é, expressão distorcida, mas com um fundo de autenticidade, da cultura proletária. Fiz isso, porém, sabendo sempre que o fato de me permitirem escrever sobre música é uma indicação de quanto é atrasada a crítica musical (risos), porque se tivéssemos críticos musicais sérios, não?...

Romani: Neste momento não existe... na Itália especificamente... uma revista?...

Portelli: Não. O Instituto Ernesto de Martino continua, mas seu trabalho mais importante é o de manter o arquivo, digo francamente. Há alguns etnomusicólogos muito ativos, por exemplo Francesco Giannattasio, que é um daqueles com quem compilamos canções do Lazio, em 72, hoje é professor de etnomusicologia — e faz um trabalho extraordinário. Ambrogio Sparagna, que também estava no círculo de Gianni Bosio e é talvez o melhor músico sincrético, que faz experimentações a partir da música popular. Giovanna Marini, também ela uma musicista clássica, que passou pelo *folk revival* e agora faz uma música sincrética, entre clássico e popular. Então, existe isso, portanto existe a pesquisa de campo, acontece muito em nível acadêmico, hoje, mais que antes, existe mais, e talvez mais consciente em certos aspectos, é mais ligada à modernidade. Aquele tipo de trabalho de militância que fazíamos no início dos anos 70 está quase desaparecido.

Romani: Seu envolvimento com a política começou a diminuir, nos anos 80? Política mais ou menos no sentido em que você a fazia antes, nos anos 70.

Portelli: Sim, a militância sim, no sentido em que não se pode mais ir com os volantes na frente das indústrias pregando a revolução aos operários. Talvez não se pudesse fazer isso nem naquele tempo, mas naquele tempo achávamos que podíamos... Certamente, a chamada nova esquerda não existe mais.

Romani: É um pouco o reflexo de um momento.

Portelli: Certamente...

Romani: Digo... a mudança da militância.

Portelli: A militância mudou. Eu considero fortemente político o trabalho na universidade. Não no sentido de se fazer propaganda, obviamente, porque os estudantes não ouvem, se você fizer, mas no sentido em que a construção da capacidade crítica é um grande instrumento de resistência hoje em dia... no momento em que o domínio vem principalmente através da comunicação. A Itália foi transformada completamente pela televisão em cores e pela televisão comercial, completamente; quero dizer, o dono da televisão comercial em cores tornou-se Primeiro Ministro, coisa que aqui, nem a Rede Globo, não?

Assim, ainda que errando, grande parte do conflito se deslocou para a comunicação, então para mim se torna importante. Enquanto, por exemplo, para a esquerda, a idéia é a de "entrarmos nós também na televisão... e transmitirmos também nosso discurso ali dentro", eu penso que isso é válido, mas ali perderemos sempre. Se a única estratégia é a de irmos nós também à televisão, os outros são melhores, não? Então, essa estratégia deve ser acompanhada de uma estratégia que seja de educar o público para não acreditar *a priori* em tudo o que diz a televisão, isto é, para usá-la de forma inteligente, e aqui acho que o terreno é a escola. A prioridade absoluta de resistência política é ter-se um bom sistema educacional público e, neste momento, ter um bom sistema educacional público não interessa a ninguém, inclusive à esquerda, porque ela pensa em ir para o governo aliando-se — e peço desculpas — aos católicos, e, portanto, o principal ataque à escola pública vem da Igreja, e a privatização, a destruição do sistema escolar passa pela aliança com a Igreja. Assim, a luta pela escola pública é uma luta política fundamental, e então, simplesmente fazer bem o teu trabalho na universidade é uma boa coisa.

Outra transformação profunda ocorrida na Itália é que passou a receber um grande contingente de imigrantes, ao contrário do que havia ocorrido no passado, quando houve um grande êxodo de italianos para outros países, e a violência da cultura de massa é tal que nos esquecemos de como ficávamos indignados com a discriminação contra os operários italianos na Suíça ou na Alemanha, vinte anos atrás. E fazemos muito pior com os nigerianos, os senegaleses, os albaneses, etc, e isso se complica ainda mais pelo fato de que não temos tanto uma imigração operária, mas uma imigração de marginais, e dentro da imigração de marginais, naturalmente, há uma quota de... chamemos de pequena delinquência, pequena criminalidade...

Nossos operários italianos que iam para a Suíça, para a Alemanha, eram quase todos comunistas, os albaneses e os romenos que vêm para a Itália são todos deslumbrados pelo o milagre do capitalismo e, portanto, pelo dinheiro, não? Isto é, existem essas diferenças, assim é difícil estar de acordo, é difícil criar uma sociedade multicultural, tolerante, e assim por diante... porque não se pode fingir que não existem conflitos, mas tampouco se pode pensar que... Isto é, uma sociedade moderna está voltada para o conflito.

Então, ensinar a história afro-americana, ensinar as dificuldades, os conflitos e os erros na construção do multiculturalismo nos Estados Unidos é também um modo de fazer política, de preparar, de ajudar os jovens que vêm para a universidade, que já são privilegiados, a compreender seu próprio multiculturalismo. Há um artigo que escrevemos, eu e uma das estudantes, com quem fiz uma pesquisa, publicado na revista de Paul Thompson, que é justamente sobre isso... interrogar, entrevistar os estudantes estrangeiros, os jovens italianos que viajaram para o exterior, os jovens que estudam outras culturas; pensar em nosso pedacinho de universidade como um lugar multicultural. Portanto, faço militância política no sentido em que escrevo para o *Manifesto*, publico com o *Manifesto* livros, isto é contínuo a ser o "intelectual de esquerda"; militante de base não se pode mais ser.

Romani: Você sugere que a partir dos anos 70 começa a haver uma mudança de linguagem principalmente nos mais jovens, em função da influência da televisão. Você acha que a discussão linguagem audiovisual *versus* escola seja pertinente?

Portelli: Bem, como vê, um pouco. Eu penso isto, que há uma idéia de progresso que é linear, isto é, antes havia a oralidade, depois veio a escrita, depois o audiovisual,

depois a eletrônica e sempre que chegava uma técnica nova, a técnica anterior ficava obsoleta e era abandonada. Eu tenho uma idéia pela qual, ao contrário, o progresso é expansivo, é horizontal, isto é, uma idéia que está ligada à sintaxe da oralidade, em vez da sintaxe linear da escrita, de modo que o que acontece é que se acrescentam técnicas novas, não que se perdem as anteriores, e o acréscimo de uma técnica nova muda as técnicas anteriores, no sentido em que as especializa.

Por exemplo, uma coisa que explico aos alunos: vocês se aborrecem tanto ao ler os romances do século passado, aquelas descrições longuíssimas, lembrem-se de que não existia o cinema, não existia a televisão, se alguém quisesse dizer como era Roma, precisava descrevê-la por escrito. Hoje, podemos escrever romances sem descrições, não? Portanto a escrita se especializa. A escrita, a oralidade, farão sempre mais as coisas que a eletrônica não pode fazer. Umberto Eco disse esta coisa deliciosa, com a qual me identifico totalmente: que nunca será possível substituir inteiramente os livros pelo computador, porque, quando você está tomando banho de banheira, não pode levar junto o computador. E como eu adoro ler enquanto estou na banheira... (risos), porém...

Romani: O espaço de leitura...

Portelli: Sim, o espaço de leitura... Os lugares onde as pessoas lêem. Eu acredito muito nisso, que o campo da comunicação se expande e se divide e se especializa. Com relação aos audiovisuais, acho que é absolutamente trágico, o fato de que nosso sistema escolar finge que não existem. O computador entrou um pouquinho em nossas escolas, mas ensinar um jovem a usar uma câmera de vídeo, acho que seria o primeiro passo para ensiná-lo a compreender de forma crítica aquilo que vê na televisão...

Esta é uma idéia muito americana, na verdade há um termo americano para isso — mãos na massa (*hands-on*). Na Itália, a educação nunca é com as mãos na massa, porque na Itália a cultura não tem mãos. Na Itália, a língua inglesa é ainda de segunda classe, porque é a língua da modernidade e da tecnologia. É uma língua que serve só para os técnicos..., isto é, encontra-se ainda essa mentalidade. Assim, creio que isso seria muito importante. Como, por exemplo, na nossa escola não existe música, porque a música é feita com as mãos, não? Isto é, essas coisas não existem mesmo.

Com relação à pesquisa, acho que o uso do vídeo — eu não sei usá-lo, para começo de conversa... Ficaria até fascinado, mas não sou capaz, e pode ser que mais tarde aprenda, da mesma forma que depois de vinte anos acabei aprendendo a ler música, pode ser que depois de trinta anos eu aprenda a usar uma câmera de vídeo. Não tiro fotografias, não sei usar máquinas fotográficas, estou como turista no Brasil e não carrego uma máquina fotográfica...

Romani: Está chovendo... (risos)

Portelli: Está chovendo..., mas esperemos que mude, não? Portanto, faço muito mal. Assim, minha resistência neste momento é em dois pontos: um, que tendo essa idéia de que a entrevista é uma invasão do terreno do outro, tenho a sensação... não aqui, porque aqui estou em terreno seu, mas... se vou à casa de alguém com a filmadora, é um pouco mais invasivo que o computador, que o gravador, não? um pouquinho mais. Entre outras coisas, a qualidade de minhas gravações é péssima, justamente porque não tenho coragem de dizer: "coloque o microfone mais perto, desligue a televisão, retire a tomada do...". Não tenho coragem de fazê-lo, portanto minha qualidade não é muito boa. E isso faz parte da instrução humanista... E depois — este é o primeiro problema, mas superável, evidentemente — o outro problema é que há vários outros aspectos técnicos, mas o modo de apresentação é um modo em que, ainda mais que na escrita, os tempos da apresentação são impostos pelo meio.

Quero dizer, se você vê *Biografia de uma cidade*, a principal violência que realizei sobre as fontes consiste na montagem e, de fato, em positivo e negativo, me disseram: "parece uma montagem, parece exatamente um filme". Aliás, no Kentucky, com os meus alunos, fizemos uma representação teatral com base nas entrevistas... A montagem tornou-se teatro. Ora, isso compreende o fato de que — já faz duas horas ou mais que estou falando — o que se pode fazer com uma pessoa que fala durante duas horas ou mais? Nós os chamamos de meio busto, *talking heads*, não?

É claro que, se vocês quiserem usar este documento, deverão — e os autorizo desde já — recortar, montar e terão tempos de montagem muito mais rápidos do que teriam sobre a escrita. É preciso fazê-lo, mesmo que vocês usem a transcrição e façam um livro, mas os tempos seriam muito mais pesados. E, depois, uma

pessoa que fala em um texto escrito é suportável, mas uma que fala em vídeo, enfim... precisa de um movimento, um pano de fundo.

Outra coisa é que, na escrita, a voz do narrador é muito menos intrusiva que em um audiovisual. No audiovisual você acaba precisando usar muita montagem e falar através da montagem. Na escrita eu também gosto muitíssimo de falar através da montagem, mas quando preciso, assumo a responsabilidade. Aparentemente, é mais democrático tirar a voz, mas em substância, assim como o discurso não é o discurso das fontes, é sempre o discurso do autor do documentário, o fato de que ele não é visto e sua voz não é ouvida tende a dar muito mais a ilusão de realidade a um discurso que é uma interpretação, é uma colagem de citações. Isto é, não se vêem as aspas, mas toda a História Oral é cheia de aspas... As aspas não são vistas, é tudo em discurso indireto livre, mas quem olha talvez não perceba, porque somos educados pela televisão, etc., portanto isso cria...

Acho que o entrevistador de campo é fundamental. Inclusive para lembrar que um diálogo não é um monólogo, mesmo se falo sozinho, no meu caso falo só eu (risos), não?

Romani: Está bem, acho que poderíamos falar por mais duas horas, mas... (risos).

Portelli: Há uma expressão italiana que se aplica a mim, é a seguinte: "cem liras para fazê-lo começar e dez mil para fazê-lo parar" (risos).

Romani: Está bem, com isso, com dez mil, fizemos Portelli parar... Terminemos esta entrevista e... muito obrigado, agradecemos ao Professor Portelli.

ALISTAIR THOMSON

Data: 19 de outubro de 1995

Local: Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP

Entrevistador: Daisy Perelmutter

Entrevistador convidado: Déa Fenelon

Registro em vídeo: Adriana Judith Rachman

DP: Alistair, gostaríamos que você desse início ao depoimento nos contando um pouco sobre sua infância, onde e quando nasceu.

AT: OK. Nasci em 1960, em Geelong, uma cidade industrial a oeste de Melbourne, mas não vivemos lá durante muito tempo. Meu pai era militar e a cada dois anos nos mudávamos de um para outro acampamento militar. Na época em que eu nasci meu pai estava acantonado nas imediações de Geelong. Nos 15 anos seguintes moramos em vários lugares da Austrália e um certo tempo na Inglaterra também, mais ou menos um ano. Estávamos sempre mudando. Talvez isso, o fato de ser filho de um militar, tenha influenciado os trabalhos a que me dediquei mais tarde. Nunca houve um lugar que eu considerasse realmente um lar. Finalmente, meus pais compraram uma pequena casa na praia, ao sul de Sydney, que se tornou nosso lar, e era lá que passávamos as férias.

DP: Sua mãe trabalhava fora?

AT: Não... houve uma época, quando eu estava na escola, que ela voltou a lecionar. Era professora de línguas, ensinava francês. Mas meu pai se tornara um oficial graduado e esperava-se que as mulheres dos oficiais desempenhassem um papel específico, portanto muito freqüentemente minha mãe trabalhava apenas meio período; no resto do tempo tinha funções a cumprir como esposa de um oficial, como cuidar das esposas dos outros soldados e de coisas desse tipo.

Mais tarde, quando eu tinha uns 12 anos — estávamos morando ao norte de Queensland, que é a Austrália tropical —, meu pai foi transferido para a Austrália

ocidental, mas ele não queria ir. Um de meus irmãos tinha dificuldade de aprendizado e estava freqüentando uma escola especial em North Queensland, e por isso meus pais decidiram se estabelecer naquela cidade e compraram uma casa lá. Dirigiram um hotel de primeira classe durante alguns anos, o que para mim foi maravilhoso. E então meu pai resolveu ingressar na política. Ele representava a área de North Queensland na câmara de Canberra. Na época, o principal emprego de minha mãe era cuidar do eleitorado, da área que meu pai representava no Parlamento, enquanto ele estava fora, em Canberra, que fica a cerca de 3.000 km de Queensland. Ela cuidava do eleitorado, das eleições e de outras coisas semelhantes. Meu pai era membro de um partido chamado Partido do País; é um partido para fazendeiros e pessoas do campo, e eles são relativamente conservadores. E, gradualmente, nossos pontos de vista políticos passaram a divergir. Nem sempre enxergávamos a política sob o mesmo ângulo. Mas naquela época eu já tinha terminado o colegial e estava freqüentando a Universidade em Melbourne.

DP: Você teve alguma educação religiosa?

AT: Bem, eu tentei [risos]. Não me lembro de já ter acreditado em alguma coisa. Não acho que algum dia tenha acreditado em Papai Noel, ou no coelhinho da Páscoa, ou em Jesus. Achava que eram histórias muito boas, mas creio que desde pequeno eu já era ateu. Meu pai se dizia cristão, minha mãe parece achar isso importante. Não, realmente não tenho religião. Acho que sou ateu, ou humanista, ou seja lá que nome você queira dar.

DP: É interessante que a religião não represente um papel importante na vida do australiano.

AT: Bem, não representou na minha, mas acho que representa. Uma das grandes discordâncias na história da Austrália no século XIX foi aquela entre protestantes e católicos, os católicos que emigraram da Irlanda e os protestantes que emigraram da Inglaterra, Escócia e País de Gales. Havia muita tensão; normalmente os protestantes tinham mais força, mas gradualmente os católicos e irlandeses também se fortaleceram, e no século XIX o movimento trabalhista na Austrália envolvia, em grande parte, católicos irlandeses que, no século XX, finalmente se tornaram bas-

tante conservadores. Havia uma grande dissidência entre socialistas e católicos dentro do movimento trabalhista.

A religião era muito importante, e todas as ondas de imigração na Austrália, de modo parecido ao que ocorreu no Brasil, traziam pessoas diferentes, com religiões e formações diferentes. É muito complicado.

DP: Alistair — uma vez que vocês mudavam muito — como foi seu tempo de estudante?

AT: Começou quando eu estava no primário; fomos à escola na cidade em que estivéssemos morando. Na época eu achava isso bom, eram lugares novos, interessantes, e a família parecia razoavelmente estável. Mas era difícil, eu tinha sempre que fazer novos amigos, e ... é interessante; lembro-me de que quando mudamos de Canberra para Queensland — os moradores de Queensland têm um sotaque forte, áspero, e eu cheguei com o meu polido sotaque de Canberra — foi difícil, os garotos caçoavam muito de mim. Sim, foram anos difíceis, mas tenho muitas lembranças boas também.

Quando eu estava com 11 anos — época de começar o ginásio — tive de fazer uma escolha, pois nos mudamos novamente. Meus pais perguntaram o que eu queria fazer. Candidatei-me a uma bolsa de estudos para uma escola em Melbourne, a mesma em que meu pai estudara, e consegui. E fui para lá como aluno interno. Passei seis anos nessa escola, fiz todo o ginásio e o colegial, enquanto meus pais continuavam morando em Queensland, a cerca de 3.000 km de distância. Portanto, fiquei seis anos em um internato. Foi uma boa educação, eu praticava muitos esportes, mas às vezes era difícil estar tão longe de casa.

DP: Você costumava ir para casa nas férias?

AT: Sim, três vezes por ano; e aos 11 anos isso era difícil, era muito pouco; aos 17, tudo bem. Assim, nunca tive aquelas grandes discussões que os adolescentes costumam ter com os pais. Não senti muita falta disso, porque tive bons professores enquanto estive no internato.

DP: Você freqüentou várias escolas. Havia um padrão de ensino nessas escolas? Você sentia diferenças entre os métodos de ensino de um lugar para outro?

AT: Sim, sem dúvida. No sul da Austrália, as pessoas sempre acham que Queensland (que fica ao norte, equivalente ao Norte aqui) é atrasada, desprezível. Eu estava indo de uma escola de Queensland para uma de Canberra, e de fato em Canberra as crianças, as aulas e o método de ensino estavam muito mais adiantados. Portanto, foi uma fase bastante difícil.

Na Austrália, o sistema educacional varia de um estado para outro. Cada estado tem seu sistema padrão. Por isso, acho que para mim foi mais fácil fazer o ginásio e o colegial no mesmo lugar. E era uma escola muito boa em termos de ensino.

Hoje acho que não é justo, eu tive uma bolsa de estudos, mas a maioria dos alunos pagava; deviam ser filhos de pessoas muito ricas. Quando penso nisso agora, acho que não está certo uma pessoa ter uma boa instrução porque seus pais têm muito dinheiro.

Acontece que a escola não apenas dá uma boa educação, mas também ensina a pessoa a adquirir autoconfiança e desembaraço social. Como se costumava dizer, na escola você não adquire apenas conhecimentos, aprende como servir a seu país, esse tipo de retórica. E meus contemporâneos acabaram se tornando pessoas influentes na mídia, na política, nos negócios e no jornalismo ... coisas desse tipo, portanto, aquele era o tipo de escola que preparava as pessoas para subir na vida.

DP: E como era o ensino de História naquela época?

AT: Terrível [risos], realmente terrível. Lembro-me ... bem, não era tão terrível. Depende tanto do professor... Lembro-me de que no primeiro ano do ginásio tivemos um professor de História sensacional. Não me lembro do assunto que estávamos estudando, mas lembro-me que eu estava muito interessado e pensava: "Como isso é interessante". Acho que foi no quarto ano, quando estávamos estudando História da Austrália. Tínhamos um curso chamado História da Austrália, é um curso completo. Talvez a faculdade tenha um curso sobre a Austrália aborígine, os primeiros 20.000 anos, mas não vimos essa parte, partimos da época dos exploradores e pioneiros.

As aulas eram tão cansativas! eram só fatos, datas e lugares. Não falavam sobre as pessoas que viveram e experimentaram... Interrompi o curso e não estudei História no último ano ou nos dois últimos anos. Estudei Ciências e Matemática e coisas desse tipo, que jamais usei. E isso foi estranho.

O que fiz quando entrei na universidade?... Ah, sim, primeiro estudei Direito, pois tenho um tio que é advogado, e eu achava que iria adquirir conhecimentos úteis. Na Austrália as pessoas costumam combinar diplomas. Assim, fiz um curso de Direito que incluía formação em Artes e assuntos relacionados com História. A primeira matéria que estudei naquele primeiro ano chamava-se *A Idade das Revoluções*. Era sobre a Revolução Francesa e a Revolução Americana. Eu tinha um professor, que mais tarde se tornou um grande amigo e continua sendo um de meus melhores amigos até hoje, que era simplesmente incrível. Acho que ele logo percebeu meu interesse e passou a sugerir livros interessantes para eu ler. Deu-me um exemplar do livro de Thomas Kuhn, *A Estrutura das revoluções científicas*. Tudo sobre paradigmas... Eu achei aquilo maravilhoso; antes, eram datas e coisas desse tipo e, de repente eu estava lendo sobre idéias e mudanças e como as coisas haviam mudado, portanto fiquei fascinado. E logo depois — o estudo de Direito era terrível, é uma matéria muito cansativa — desisti do curso e passei a me dedicar à História. Eu tinha de fazer um curso de História!

DP: Seus pais tinham alguma expectativa quanto à sua profissão?

AT: Sim, queriam que eu me formasse em Direito ... É o de sempre, e isso provocava tensões. Eles se preocupavam e não conseguiam ver que tipo de emprego eu poderia arrumar com um diploma de História, o que tem sentido, pois esse não é um curso profissionalizante. Meu tio, um advogado muito bem-sucedido, ficou desapontado, pois tinha três filhos, e todos os três haviam desistido da carreira para se tornar escritores — e desempregados —, e pelo menos haveria alguém na família que seria um advogado. Por fim meu irmão, que fizera outras coisas, voltou a estudar Direito quando mais velho e atualmente exerce a profissão em Melbourne.

DF: Ele é o advogado que a família queria.

AT: Sim, e isso alivia a pressão. Acho que eles pensavam que História era algo interessante, mas nada sério. Não é realmente uma profissão.

DF: É verdade. As pessoas, nossos pais, não conseguem entender por que gostamos de História.

AT: Por outro lado, muitas pessoas que estudam História acabam desempenhando um importante papel social e político. Acho que, entre outras coisas, é um bom treinamento para entender o mundo e saber como mudá-lo. Agora, só agora, acho que eu poderia tentar fazer meus pais compreenderem por que...

DF: Agora que você é professor de História...

AT: Mas talvez meus pais não aceitassem isso. Iriam discutir as maneiras de aprender História e de mudar as coisas. Minha mãe não agiria assim, mas meu pai...

DP: Quando você entrou na faculdade? Que idade tinha?

AT: 17. Cursei o primeiro ano em 1978. Entrei na Universidade de Melbourne, a mais antiga do local, uma excelente universidade.

DP: Quais as principais matérias que você estudou?

AT: Bem, durante os três primeiros anos eu estava cursando Direito, e meu desempenho era muito fraco em quase todas as matérias, pois detestava a maioria delas. Havia uma, Direito Constitucional, que era interessante. Mas coisas como contratos e leis de propriedade eram muito maçantes.

No primeiro ano — creio que porque eu ainda estava tentando adquirir conhecimentos úteis para fazer coisas úteis —, estudei uma matéria sobre a Época das Revoluções, e fiz também Economia. Mas essa matéria era ensinada de uma forma horrível e logo percebi que não seria um economista.

E então, cursando ao mesmo tempo Direito e Política, estudei diferentes tipos de História durante os anos seguintes. Tive uma experiência realmente interessante no primeiro ano, quando estudamos a Revolução Francesa. Hoje, a Revolução Francesa e a Revolução Americana são assuntos interessantes para se estudar; há conceitos, mudanças, política, razões econômicas, várias coisas desse tipo. Naquela época lemos *As origens ideológicas da Revolução Francesa*, de Bernard Bailyn.

DF: Temos um livro sobre a Revolução Inglesa, também, que faz uma comparação entre as três revoluções. É muito conhecido por aqui.

AT: Sim. Durante o segundo ano, havia uma matéria que era muito popular no Departamento de História da Universidade de Melbourne, chamada História Social e Reflexiva. O professor, Craig Denning, era antropólogo e historiador, e era excelente. Era excelente por dois motivos: primeiro, porque achava que não devíamos apenas estudar História; que além de estudar História, devíamos fazer História, fazer pesquisa original, antes de obter o diploma. E isso foi muito bom.

Outro aspecto interessante era que ele achava que a História deveria ser estudada juntamente com alguma outra disciplina. Ele nos fazia ver a relação entre a História e a Psicologia, a História e a Sociologia, a História e a Antropologia, e assim por diante. Isso era maravilhoso. E ele começou a nos ensinar a fazer projetos sobre História. Coisas realmente interessantes.

Por exemplo, no primeiro ano, desenvolvi uma etnografia em uma escola de um bairro operário, onde um de meus amigos era professor de História. A escola ficava em um bairro da zona oeste da cidade, onde a concentração de imigrantes era bastante grande — havia garotos da Macedônia, Grécia, Vietnã, Itália, enfim, de vários países —, e eu preparei um estudo sobre como ensinar História em uma escola que tem alunos de vários países diferentes. Foi fascinante.

No segundo ano, não sei bem por que, acabei fazendo um trabalho, a História da Ilha Pitcairn, que era... vocês já ouviram falar sobre o motim do Bounty, sobre o Capitão Bligh?

DF: Sim, o motim.

AT: É, o filme. As pessoas envolvidas no motim acabaram se estabelecendo em uma ilha chamada Pitcairn e criaram sua própria sociedade. Era uma ilha desabitada. Assim, após cerca de 50 anos, ninguém sabe que eles estão lá. Eles se autodestruíram, pois havia entre eles alguns taitianos e alguns remanescentes do motim, e eles começaram a brigar. No fim, restaram apenas um homem e algumas mulheres taitianas. Têm filhos e a sociedade sobrevive. Foi um trabalho fascinante.

Consegui reunir todas as coisas que haviam sido escritas por pessoas que visitaram a ilha nos primeiros 30 ou 40 anos. Essa foi uma experiência vivida por um aluno do segundo ano, que descobriu que é possível pesquisar e fazer História. Foi maravilhoso.

E então, no terceiro ano do curso, escrevi um tipo de biografia, uma história sobre meu bisavô, que emigrara da Irlanda para a Austrália como órfão, aos 14 anos, durante a corrida do ouro da década de 50. Ele acabou se tornando um religioso. E como estava falido, escrevia artigos para jornais sobre sua vida, suas experiências, que encontrei em um grande livro de recortes. Esse curso era realmente interessante porque, de um modo ou de outro, nos estimulava a fazer essas coisas. Éramos estimulados a fazer História, não apenas a ler a História de outras pessoas, e isso foi muito bom.

Acho que passei a desenvolver meu próprio trabalho de História porque cheguei à conclusão de que recomendar aos alunos que apenas leiam histórias escritas por outras pessoas não resolve.

DF: Também temos esse tipo de discussão aqui no Brasil, tanto nos cursos de graduação como de pós-graduação em História, sobre o conceito de que é possível ensinar as pessoas a fazer História.

AT: E eles fazem isso?

DF: Sim, aqui nesta universidade. É uma das poucas que fazem esse tipo de experiência.

AT: As outras não?

DF: Não, eles não acham que vale a pena, que os alunos serão apenas professores ginásiais e não precisam saber como fazer História. Mas é interessante ouvir você falar sobre isso.

AT: Não tenho certeza se ainda é... acho que ainda é o caso. Quer dizer, na Austrália há hoje um número muito maior de alunos em cursos universitários. Pode ser que haja mais pressão quanto a recursos e coisas do gênero. Foi maravilhoso, realmente. E assim, durante os outros anos de meu curso de História — era um curso de quatro anos, todas as matérias incluíam pesquisa original. Nos dois últimos anos, a maioria era sobre História da Austrália. Desenvolvi muitos projetos interessantes.

DP: E depois, quando você terminou o curso, você foi para a Inglaterra, para fazer mestrado?

AT: Sim... eu não pretendia ir. Terminei o curso em 1982 e não estava certo sobre o que fazer, mas ganhei uma bolsa de estudos para fazer mestrado em Melbourne; mas me candidatei a uma bolsa da Commonwealth para estudar na Inglaterra. Inicialmente, fui informado de que não havia conseguido. Mas eu estava na lista de espera, no caso de alguma desistência. Vocês conheceram Mike Winter? Ele também conseguiu uma bolsa naquele ano; éramos colegas. Aliás, fizemos juntos o curso sobre Revoluções.

Assim, comecei a fazer o mestrado em Melbourne e, ao mesmo tempo, fazia... foi uma época interessante, pois nessa ocasião comecei a desenvolver o trabalho de História Oral; durante o último ano da faculdade, eu tivera um curso sobre História da Austrália, que enfocava o período entre as duas Guerras Mundiais. Eu queria fazer um estudo sobre o que acontecera quando os soldados voltaram da guerra e o impacto que causaram na sociedade australiana. Foi nessa época que desenvolvi meu primeiro trabalho de História Oral. Eu queria fazer trabalhos especificamente sobre os soldados veteranos, pois tinha a impressão de que a história deles não havia sido contada.

Naquela época eu fazia parte também de um grupo da comunidade de Melbourne, em um bairro chamado Brunswick, perto do local onde eu morava; era chamado Grupo de História da Comunidade de Brunswick.

Assim, decidi contatar as organizações de veteranos de guerra em Brunswick e descobrir se ainda havia por lá veteranos da Primeira Guerra Mundial. E entrevistei três deles. Era quase impossível entender as entrevistas — eram confusas, extremamente entrecortadas. Hoje analiso a maneira como fiz as perguntas e tudo mais. A primeira entrevista foi com um senhor, Harold Blake, e sua mulher, cujo nome não me lembro. Eu não sabia como fazer as pessoas falarem e eu ir respondendo apenas sim, não, respostas curtas, e foi uma boa experiência.

Mas a terceira entrevista que fiz naquela ocasião — eu estava cursando o último ano de História — foi com um senhor chamado James McNair. Acho que foi essa entrevista que me fez perceber que a História Oral é uma coisa maravilhosa; ele morava sozinho, e ficava feliz quando tinha alguém com quem conversar. McNair era muito animado, conversava muito. Fiquei absolutamente entusiasmado. E as histórias que ele me contou eram extraordinárias — sobre a guerra, sobre a volta para casa. James tinha muito humor, e sabia cantar algumas canções. Essa foi uma excelente oportunidade para me sentar e ouvir, e estimular as pessoas a falar sobre

sua própria vida. Fizemos anotações sobre as entrevistas e depois enviamos a transcrição para uma revista de História para estudantes. Infelizmente, James morreu pouco antes de a entrevista ser publicada, e isso foi uma pena. Seus dois filhos ficaram contentes, pois eu conservara uma cópia da fita e da transcrição. Foi a primeira transcrição que datilografei, e eles puderam guardar a fita e a transcrição. E aí percebi que James tinha se divertido, tinha curtido a situação. Os filhos ficaram satisfeitos em poder guardar uma gravação sobre a vida do pai, e eu me senti animado com o projeto que estava desenvolvendo.

Talvez tenha sido essa entrevista que me fez decidir que — quando eu começasse o mestrado no ano seguinte — faria uma pesquisa mais ampla, enfocando o impacto provocado pelos soldados quando eles voltaram para a Austrália. Assim, iniciei um projeto em um bairro da região oeste, que envolvia entrevistas, e fiz todas elas antes de ir para a Inglaterra, pois foi somente no final do ano que recebi uma carta, dizendo: “Você conseguiu uma bolsa de estudos, afinal. Poderia estar na Inglaterra dentro de dois meses?”. Eu já havia feito todas as entrevistas, e meu projeto estava bem adiantado. Precisava decidir o que fazer. Então, encerrei as 25 entrevistas e fui para a Inglaterra, e um ano depois voltei com as transcrições.

Outra coisa que aconteceu aquele ano, antes de minha viagem: consegui meu primeiro emprego relacionado com História Oral. Foi na época em que o governo australiano estava começando a financiar projetos de História Oral em várias partes do país, devido ao Bicentenário, que estava próximo — duzentos anos desde que Arthur Philip e a primeira frota de condenados haviam se estabelecido na Austrália. Portanto, havia muitas verbas, e a História Oral fazia parte dos projetos. Havia um grande projeto sobre História Oral para o bicentenário e nele estavam envolvidos dezenas de historiadores orais. Mas consegui um emprego. Havia um projeto chamado Projeto de História Oral do Bicentenário do Parlamento, que envolvia entrevistas com políticos aposentados, em várias partes do país. Inscrevi-me como um dos entrevistadores. Éramos dois ou três em cada estado, e eram cerca de seis estados. O emprego era excelente, pois éramos pagos para fazer uma coisa da qual gostávamos, para fazer pesquisa e para realizar entrevistas, para fazer anotações; depois, outra pessoa fazia a transcrição. E era você quem decidia qual seria a duração da entrevista; podia durar dez horas, 25 horas, ou levar mais tempo ainda. Eu e as outras pessoas envolvidas no projeto decidimos que não queríamos simplesmente fazer entrevistas políticas, limitadas sobre o que acontecera. Queríamos

colocá-las no contexto da vida dos entrevistados e analisar como suas idéias e conceitos políticos haviam se formado e mudado, enfim, esse tipo de coisa.

DP: Qual foi o resultado dessa pesquisa? O que você fez com as entrevistas?

AT: Eu era apenas um funcionário. Havia dez de nós fazendo entrevistas pelo país. Não tínhamos nenhum controle sobre o que aconteceria depois. Isso era com a biblioteca do Parlamento, em Canberra. Eles recebiam as fitas e faziam as transcrições, que eram encaminhadas não a nós, mas sim aos entrevistados, para verificação, correção, ou para decidirem que trechos queriam eliminar. A seguir, as entrevistas eram classificadas e colocadas no arquivo da biblioteca do Parlamento, como fonte para pesquisadores, e também para consulta pela pessoa dona da história.

DP: Portanto, era tudo História Oral. Isso foi no início da década de 1980, certo?

AT: Em 1982. Mas na Austrália, na década de 70, a História Oral já estava muito difundida. Pessoas como Wendy Lowenstein fizeram uma História Oral sobre a Depressão, chamada *Weevils in the flour* (Carunchos na Farinha), que causou grande impacto.

Patsy Adam-Smith fez uma das primeiras histórias orais sobre os *Anzacs*, e muitas outras também. Elas faziam parte da História Oral. A História Oral dos imigrantes foi muito importante naqueles primeiros anos e, mais recentemente, na década de 90, a História Oral de mulheres e trabalhadores; a história dos aborígenes é muito importante; inicialmente foi feita por historiadores brancos, mas atualmente é feita principalmente pelos próprios aborígenes.

DP: Havia alguma resistência por parte dos historiadores mais tradicionais?

AT: Na Austrália? Ah, sim! Houve muita polêmica. Exatamente como na Inglaterra.

DP: Aliás, como em toda parte...

AT: Estou tentando me lembrar em que ano foi... 82, 83, ou 84-85. Um exemplar da revista da Associação de História Oral da Austrália publicou uma grande polêmica.

Não sei se foi iniciada em uma reunião, pois eu não estava presente. Sei que várias pessoas enviaram opiniões, a favor ou contra. Havia um rapaz — acho que seu nome era Patrick O'Farrall — que escreveu um artigo muito útil, uma das críticas mais severas sobre História Oral; aponta coisas que considero erradas com relação à História Oral. Vários historiadores que trabalham com História Oral responderam. E os argumentos eram os mesmos usados na Inglaterra: as lembranças não são confiáveis, a entrevista é tendenciosa, não é uma amostra suficientemente representativa, a memória das pessoas idosas é distorcida, enfim, coisas desse tipo.

E as respostas, parecidas com as que ocorrem na Inglaterra, eram... é isso que eu estava dizendo ontem: eles tendiam a responder a essas críticas em seus próprios termos, tentando descobrir como fazer com que as lembranças sejam confiáveis, como conseguir uma amostra representativa, e argumentavam que a memória das pessoas idosas não necessariamente estava deteriorada — o que às vezes é verdade — e diziam que documentos escritos também podem ser falhos, então, por que toda essa polêmica? Outros argumentavam que as lembranças ditas não confiáveis são mais um recurso que um problema. Quando penso em pessoas como Alessandro Portelli...

O Grupo de Memória Popular — em 1992-93 eu fazia parte de um grupo de historiadores pós-graduados e tínhamos aquele livro, vocês conhecem, *Making history* (Fazendo História)?

DF: Sim, tenho um exemplar.

AT: Todas as semanas enfocávamos um livro diferente, ou um trecho de um livro, inclusive o capítulo sobre o Grupo de Memória Popular. Isso foi em Melbourne, que fica a cerca de 20.000 km de distância de Brighton. E achávamos aquilo realmente interessante. Esse trabalho fez com que começássemos a pensar de forma mais crítica sobre os assuntos, sobre memória, e como seria possível superar aqueles velhos argumentos e descobrir formas de trabalhar com a memória, de modo a fazer com que ela funcionasse.

Acho que isso nos distanciava da tradição da história positivista e da tradição empírica, levando-nos a algo que realmente refletia a natureza particular e o valor das lembranças. Isso estava começando a acontecer na Austrália no início da década de 80.

DP: Esse grupo de historiadores orais... eram muito jovens. Ficavam eles à margem do establishment histórico?

AT: Eu não pertencço à primeira leva de historiadores orais australianos. Dez anos depois, realmente... Na época em que começamos a fazer História Oral, não havia problema. Acho que ainda restava uma certa dúvida: se você, ao pretender iniciar um doutorado em História Oral, teria de apresentar um anexo com suas transcrições — o que é ridículo, pois isso não era exigido para fontes escritas. Portanto, ainda havia um pouco de desconfiança. Mas estava praticamente acabando. Muitos historiadores australianos da Universidade de Melbourne recorriam à História Oral e estavam muito empenhados nos projetos para o Bicentenário. Assim, na década de 90, a História Oral era bastante reconhecida e aceita. Acho que em Melbourne predominavam entre os professores e as historiadoras socialistas feministas, embora houvesse também historiadores conservadores.

DP: E quanto às principais influências teóricas que você sofreu, elas vieram da Inglaterra?

AT: No meu caso suponho que sim, pois fui então para a Inglaterra e li os trabalhos do Grupo de Memória Popular, os de Luisa Passerini e de Sandro Portelli. Fui para a Inglaterra pensando que as melhores idéias estariam lá, que você precisa ir à Inglaterra, e logo percebi que, na verdade, em Melbourne estávamos fazendo coisas muito interessantes também. Acho que muitas pessoas com quem trabalhei em Melbourne estavam realizando um trabalho bastante crítico e consciente sobre memória e sobre História Oral, portanto havia idéias desenvolvidas no próprio país. Sem dúvida, o Grupo de Memória Popular e os historiadores orais italianos me influenciaram muito; assim como algumas pessoas com quem trabalhei, alguns pós-graduados, antes de minha ida para a Inglaterra, em 1983.

DP: Alistair, tenho uma curiosidade com relação ao funcionamento dos Arquivos Nacionais. Como é que funcionam e qual é o tratamento que dão ao documento oral?

AT: Normalmente, é um sistema do governo. Não sei quando a Associação de História Oral foi fundada, mas deve ter sido no final da década de 70, ou início de 80

(acho que no final da década de 70). O sistema de História Oral é federal; há uma Associação de História Oral Australiana, com uma filial em cada estado. Na verdade, há um sistema de rodízio entre os estados para a presidência da Associação Nacional, e a maioria das filiais tem um boletim; quase todos os estados têm uma biblioteca pública.

Atualmente, em geral a biblioteca pública tem um departamento de História Oral, freqüentemente com um curador. Sydney tem uma excelente biblioteca pública para o programa e projetos de História Oral. O mesmo acontece na Austrália Ocidental. É estranho, mas em Melbourne o programa é mais fraco; a biblioteca pública é a menor de todas nesse setor. Mas eles tinham Patty Adam-Smith, que fez a primeira História Oral sobre os *Anzacs*, uma das primeiras desse tipo. Ela era curadora, trabalhava na biblioteca de Melbourne, e passou a coletar uma grande quantidade de material. E foi assim que começou a fazer História Oral, pois ao coletar diários e cartas e coisas desse tipo percebeu que, na verdade, as pessoas estavam lhe contando coisas tão interessantes quanto aquelas que já haviam sido escritas. E passou a compilar esse material.

Acho que os Arquivos são, de fato, magníficos. Estive em Sydney no ano passado. Lá, normalmente as pessoas estão trabalhando em projetos. Elas não apenas coletam material sobre História Oral. Em geral, têm um ou vários projetos em andamento ao mesmo tempo, dependendo das verbas. Não estou muito bem informado, mas sem dúvida as verbas fazem uma grande diferença. E o Bicentenário, em 1988, teve um grande impacto na liberação de verbas para projetos em todo o país. Eu não estranharia se alguns deles tivessem acabado em nada. Desde aquela época, tem sido uma guerra conseguir verbas.

Sim, os arquivos são bons. Existe uma política em Sydney — que, suponho ser igual em todos os outros lugares — de não transcrever todas as fitas existentes na biblioteca. Fazem uma classificação e resumos bastante claros. Rosie Block, encarregada do setor de História Oral da biblioteca pública de Sydney, diz que se você transcrever uma fita para dá-la aos historiadores que procuram a biblioteca, eles jamais ouvirão a gravação, vão apenas ler a transcrição e com isso perderão muita coisa importante. Assim, o que a biblioteca tem é uma classificação detalhada de cada entrevista, e o melhor provcito possível é tirado do testemunho oral. Se você tiver uma classificação bem-detalhada, com marcação semelhante àquela feita com o contador do toca-fitas, um bom sistema técnico que permita encontrar ra-

pidamente a seção, não fica tão ruim. Mas o ideal é ouvir a fita toda. Ou seja, você deve fazer o que, acho, a maioria dos historiadores não faz. Muitos usam apenas a transcrição e, com isso, perdem muita coisa. Mas, se você se força a ouvir, descobre muitas coisas: percebe as pausas e os silêncios, a entonação, o que não acontece na transcrição, mesmo quando você se esforça. E, se for um vídeo, você pode ver a expressão da pessoa, as lágrimas, o entusiasmo, os sorrisos, enfim, coisas desse tipo. E praticamente consegue “sentir” o diálogo.

DP: Qual a contribuição da tradição oral australiana para o florescimento da História Oral na Austrália? Quando se começou a desenvolver projetos de História Oral no Brasil, ficou explícito o quanto a documentação escrita oficial não cobria a pluralidade de experiências aqui encontradas.

DF: Muitas dessas pessoas são analfabetas; nunca tiveram oportunidade de escrever nada. A maioria das tradições é transmitida oralmente.

AT: Portanto, havia uma tradição oral antes de haver a História Oral.

DF/DP: Sim, é verdade.

AT: Penso que isso é verdade. Seria diferente em partes diversas da sociedade australiana. A sociedade aborígine é uma sociedade oral; assim, os membros mais velhos das tribos — como os Griot, na África —, contando suas histórias imaginárias. Portanto, para a nova geração, parte da iniciação estava ligada a isso. Acho que a História Oral pode ser facilmente relacionada com essa tradição. Há tensões, tensões muito sérias, histórias que eram segredo. Havia histórias apenas para mulheres e histórias apenas para homens; portanto, é difícil contar essas histórias em público. Na Austrália branca, sim, há tradições folclóricas muito fortes, embora o país seja relativamente jovem. A sociedade tipo fronteira criava histórias. Cartas — talvez seja comum, se as pessoas forem alfabetizadas, escrever cartas para casa. Assim, há uma fonte muito rica de tradição autobiográfica, a troca de cartas com o país de origem da pessoa. Havia esse tipo de coisa. Sim, acho que existe um forte movimento na Austrália voltado para a cultura popular, que tem ligação com a História Oral, mas tem um enfoque diferente.

DF: Sim, o extraordinário.

AT: ... o extraordinário, o anedótico, para não usar essa palavra em um sentido mais amplo.

DF: ... o excepcional...

DP: Como foi o tempo que você passou na Inglaterra? Como foi a experiência de morar lá?

DF: Começar de novo...

AT: Eu queria ir para a Inglaterra, mas quando consegui a bolsa de estudos fiquei surpreso, pois realmente não esperava; tive de decidir rapidamente o que fazer, para onde ir. Uma das razões pelas quais eu achava que deveria ir para a Inglaterra era que grande parte dos conhecimentos que adquiri durante o curso de História na Austrália havia sido sobre História Australiana, e achei que seria importante estudar História Inglesa, que servira como modelo para uma boa parte da História Australiana. E percebi que eu não tinha feito nenhum trabalho sobre esse gênero de História, portanto achei que seria apropriado fazer alguma coisa nessa área. Consegui uma lista de todas as universidades da Inglaterra e perguntei a um amigo quais universidades tinham cursos de História Social; ele me informou que eram Essex, Sussex, Warwick e Lancaster. E perguntei a mim mesmo por que não escolher uma delas.

Foi quase casual. Ao mesmo tempo, um dos livros que lemos no grupo de leitura foi *People's history and socialist theory* (A história do povo e a teoria socialista). Tivemos um Workshop durante o qual houve uma série de debates sobre a história do povo e sobre a editora da comunidade, debates com Jerry White, Stephen Yeo e Kem Worpole. Eram assuntos nos quais estávamos interessados. E lembro-me de que no rodapé do trabalho apresentado por Stephen Yeo havia uma nota: "Stephen Yeo trabalha na Universidade de Sussex e tem grande atividade na Queenspark Books, Editora da História da Comunidade". Então, quando li aquela nota, me decidi: "É para Sussex que eu vou".

Procurei fazer duas coisas: história acadêmica e história social, e me envolvi também com a Queenspark Books. Na verdade, isso foi o que aconteceu. Foi estranho

ir para outro país, pois você pode mudar de vida, ser outra pessoa. E, depois de ter sido australiano, um garoto de classe média-alta filho de um político e tudo mais, de repente eu podia ser quem eu bem entendesse — essa liberdade era uma coisa muito agradável.

O grupo de História ia bem. Eles não perceberam que estávamos fazendo coisas interessantes em Melbourne. Coisas parecidas com as que vocês estão fazendo aqui. Como pós-graduados, editávamos nossa própria revista, organizávamos conferências e atuávamos em grupos de história da comunidade, enquanto em Sussex os pós-graduados faziam uma dissertação e alguns cursos. Mas lá não havia aquele tipo de cultura ativa que existia em Melbourne, e isso me desapontou um pouco. Mas ao mesmo tempo me envolvi com a Queenspark Books, que estava desenvolvendo um projeto sobre um homem chamado Harry Cowley, um limpador de chaminés que acabou se tornando uma espécie de líder populista; ele fazia campanhas a favor dos desabrigados, pensionistas, coisas desse tipo. Não era um socialista, ou um radical; era um populista, e algumas pessoas o odiavam. De qualquer modo, fizemos um projeto de História Oral. E passei a fazer entrevistas; fizemos um vídeo e um livro sobre esse homem. Participei ativamente e fiz muitos amigos, foi maravilhoso.

DP: Você se sentiu um estranho quando foi para a Inglaterra?

AT: Sim. Eu pertencço à quinta geração australiana. Meus antepassados chegaram à Austrália em 1830, 1840. Eu era australiano, mas não apenas isso, minha identidade australiana havia se formado em oposição à britânica, aos hábitos ingleses, não através de revolução ou coisa parecida; na verdade, todas as afirmações de nacionalismo australiano, de identidade nacional, nos séculos XIX e XX, insistiam em que éramos diferentes dos ingleses.

E eu absorvi essa idéia. Além disso, eu fazia parte da geração que se tornou adulta na década de 70, quando a Austrália tinha um governo trabalhista. Era um governo profundamente nacionalista nas artes, no cinema, na literatura. Assim, cresci assistindo a filmes australianos, lendo livros australianos e tudo mais. Eu me sentia muito australiano; embora houvesse coisas familiares sobre a Inglaterra, eu era um estrangeiro e me sentia assim. Era interessante. Tenho lido algumas pesquisas sobre

os britânicos e gregos que imigraram para a Austrália, e há argumentos afirmando que os imigrantes gregos sabem lidar com problemas relativos à identidade muito melhor que os imigrantes britânicos porque as diferenças entre a cultura grega e a cultura australiana são muito mais óbvias e as pessoas percebem e reconhecem isso, enquanto os britânicos que imigraram para a Austrália, por outro lado, sabem que para eles deveria ser mais fácil, pois há muitas coisas parecidas: a mesma língua, as mesmas tradições, etc. Mas na verdade existem diferenças sutis sobre a língua, a cultura, a identidade e, quando essas diferenças não são muito óbvias ou não são reconhecidas, a situação fica mais difícil. Mas acho que, em termos de racismo, é mais fácil ser um australiano na Grã-Bretanha do que um caribenho. Em geral, os australianos gozam de boa reputação na Grã-Bretanha, principalmente entre os ingleses da classe trabalhadora. Tive mais problemas com ingleses da classe alta, pessoas que costumam tratá-lo de modo superior, imaginando que, por ser australiano, você deve ser ignorante, mera ralé. O povo australiano é tão culto quanto o povo britânico.

Mas quase sistematicamente os britânicos da classe trabalhadora tinham parentes que haviam imigrado, e queriam falar sobre isso — e me acolheram com muito carinho. Na verdade, ter um sotaque australiano na Inglaterra foi uma benção porque, enquanto na Inglaterra as pessoas são classificadas de acordo com seu sotaque e com seu modo de vestir, mas principalmente com o sotaque — meu sotaque australiano significava que eu estava fora disso, eu era australiano. E significava que eu podia fazer coisas, como me envolver com a Queenspark Books e com a classe trabalhadora com muito mais facilidade, e ser aceito muito mais facilmente que na própria Austrália. Portanto, de certa forma..., era uma vantagem. Mas às vezes você se sente como se não estivesse sendo reconhecido. As coisas ao seu redor não fazem sentido.

DF: Os canadenses dizem a mesma coisa com relação aos Estados Unidos.

AT: Sim.

DP: Alistair, a sua permanência na Inglaterra deveu-se ao trabalho acadêmico?

AT: Não, eu tinha planejado ficar lá por um ano, para fazer o mestrado, em parte porque queria voltar e terminar o projeto de entrevistas. Havia feito as entrevistas e não podia simplesmente deixá-las pendentes. E em parte porque eu rejeitava um pouco a vida acadêmica. Não queria fazer um doutorado. Queria trabalhar com História, fora da universidade. E esse tipo de trabalho não era possível na Inglaterra. Na Austrália, sim; lá você podia ser um historiador autônomo. Por isso eu queria voltar. Foi interessante morar na Inglaterra por um ano, mas eu jamais quis ficar lá permanentemente. Politicamente, o país amedrontava; economicamente, era um caos; culturalmente, era atrasado. Vou ter problemas se falar mais alguma coisa...
[Vários risos].

DP: O clima...

AT: O clima? O clima é terrível. É terrível, as praias são malcuidadas, enfim, esse tipo de coisa. Por tudo isso, eu realmente gostava de ser australiano. Portanto, eu queria voltar. Antes de deixar a Inglaterra participei de um movimento pacifista, e conheci uma mulher com quem fiquei muito envolvido. É por isso que...

DF: Sentimental...

[Várias vozes, risos]

AT: Às vezes as coisas atravessam seu caminho. Eu havia planejado voltar à Austrália depois de um ano na Inglaterra. Encontrei essa pessoa no final do ano. Já havia decidido voltar para minhas entrevistas e meu trabalho anterior. Assim, voltei para a Austrália por um ano, para decidir se voltaria ou não para a Inglaterra, a fim de ficar com Fiona, e passei mais um ano na Austrália. Isso foi muito importante, pois eu estava tentando fazer o que sempre quis: desenvolver um trabalho de historiador sem estar ligado a uma universidade.

DP: Você trabalhou como autônomo, não?

AT: Sim, durante um ano. Trabalhei no projeto do Bicentenário. Entrevistei até mesmo meu pai, o que foi interessante; na época ele já estava aposentado. Ele perdera as eleições e tinha se afastado da vida política. Entrevistei também minha mãe, pois nós, do projeto, sempre achamos que seria interessante entrevistar o cônjuge e isso

incluía os políticos também — o cônjuge sempre desempenha um papel importante na vida política.

DP: E como foi isso?

AT: Bem, ao todo, entrevistei meus pais durante 25 horas — não é sempre que você tem a chance de fazer isso. [risos] Foi difícil porque freqüentemente meu pai e eu discutíamos muito a respeito de minha pesquisa sobre os *Anzacs* e sobre política em geral. Por outro lado, muitas vezes eu tinha oportunidade de dizer simplesmente: “Fale-me sobre você”. Pesquisei bastante o passado de meu pai, sua vida política. Foi muito interessante porque no fim ele passou a contar coisas sobre sua infância que provavelmente não tinha conseguido contar antes.

DP: E você já sabia muitas coisas sobre a vida dele?

AT: Eu estava começando a ter uma idéia melhor e a entender sua indignação. E ele estava começando a dizer coisas que nunca havia dito antes. Não me lembro muito bem, havia dois trechos da entrevista que ele pediu que não fossem revelados antes de sua morte; um era sobre um desagradável incidente político e outro sobre sua infância difícil. Acho que foi minha única entrevista em que o entrevistado fez restrições quanto à divulgação, e essa pessoa era justamente meu pai. Isso é interessante.

E desenvolvi esse projeto. Foi muito bom. Era realmente uma boa maneira de ganhar a vida, ganhávamos muito dinheiro. E éramos pagos para fazer entrevistas em várias partes do estado. Entrevistei um rapaz extremamente direitista, um político da classe trabalhadora irlandesa, um irlandês católico. Valeu a pena.

Fiz, juntamente com uma amiga, Katie Holmes, um outro trabalho sobre História Oral, entrevistas com o pessoal do Corpo de Bombeiros de Melbourne. Descobri que conhecia o chefe do Corpo de Bombeiros, um velho soldado, quando eu era criança. Ele era um verdadeiro reacionário e não gostou das entrevistas, porque tinha havido uma grande greve no município, e o Corpo de Bombeiros ficara dividido. Naquela época, as pessoas pertencentes àquele órgão viviam no mesmo setor em que ficavam os caminhões: as famílias, os bombeiros, os comandantes, todos. Quando ocorreu a greve, houve uma incrível divisão entre os comandantes. E nós nos envolvemos. Era uma situação muito tensa. Descobrimos várias

histórias sobre a greve. O Corpo de Bombeiros queria um livro leve, um livro bonito, com fotos e histórias bonitas, porque era o centenário da organização, e eles queriam mostrar uma história bonita. Eles tinham nos contratado para fazer as entrevistas e a pesquisa, mas eu acabei não escrevendo o livro. Essa foi a primeira vez que trabalhei para um empregador cujo objetivo era diferente do normal. De qualquer modo, as entrevistas eram propriedade do Corpo de Bombeiros, e eles não quiseram que fizéssemos a transcrição.

DF: E o livro nunca foi escrito.

AT: Não, nunca. Eles eram os donos das fitas. Fiz algumas palestras, algumas conferências sobre o assunto. Não podíamos publicar o material, não era nosso. Portanto, foi algo parecido com o que está acontecendo aqui no Brasil, o mesmo tipo de coisa.

DF: Sim, sem dúvida.

AT: O mesmo tipo de tensão.

DF: Isso é interessante.

AT: Outro projeto realmente interessante que fiz naquele ano foi em Footscray, um bairro de Melbourne. Tenho um amigo, John Lak, um rapaz muito legal, que é historiador da Universidade de Melbourne; ele foi criado em Footscray, seu pai trabalhava com carnes. A Câmara de Footscray pediu a John Lak para escrever uma história sobre aquele bairro de trabalhadores. Ao mesmo tempo, ele queria criar um projeto de conservação urbana, pois naquela época havia na Austrália um movimento muito forte sobre preservação arquitetônica. Queria fazer algo diferente; esses trabalhos são em geral sobre os bairros industriais ou sobre os bairros residenciais dos ricos, as casas luxuosas. E em Footscray não havia classes desse tipo, pois era um bairro de trabalhadores. Havia, sim, grandes fábricas e coisas semelhantes. E tivemos de pensar como desenvolver um projeto de conservação urbana em um local como aquele.

Portanto, meu trabalho era fazer um relatório preliminar para a Câmara, com sugestões sobre o que deveria ser feito. E, paralelamente, eu trabalhava com um

grupo de alunos da Universidade de Melbourne em um curso sobre conservação urbana. Assim, eram várias coisas. Acabamos preparando um relatório que explorava as possibilidades de fazer um estudo sobre conservação que se concentrasse no que as pessoas que moravam naquela área consideravam importante: quais os lugares e espaços que gostariam de ver preservados — as casas onde moravam, ou determinadas ruas? O cinema, o velho cinema, que estava bastante deteriorado — isso era extremamente importante, pois era o local em que muitas daquelas pessoas tinham namorado, encontrado suas atuais esposas, se beijado na última fila, enfim, coisas desse tipo.

E também as velhas fábricas, havia muita tensão com relação aos frigoríficos, que estavam para ser demolidos, e onde a maioria das pessoas tinha trabalhado, ou vivido nas imediações... Era um local que gostariam de preservar? Ou era alguma coisa que preferiam que fosse destruída? Esse foi um projeto realmente interessante, para o qual fizemos algumas entrevistas informais. Não fazíamos gravações, apenas conversávamos com as pessoas sobre aqueles lugares. Se havia no bairro locais que eles gostariam de ver preservados, quais seriam?

DF: E qual é idéia deles sobre preservar? Não é o estilo, a arquitetura...

AT: Ou, se for a arquitetura e o estilo, é a arquitetura que pertence a eles.

DF: Sim, isso faz sentido para eles; locais dos quais eles gostam, ou que tenham como ponto de referência.

AT: Foi complicado, pois era um bairro de imigrantes. Havia diferentes grupos, na verdade. No século XIX, aquele bairro fora anglo-irlandês. E durante o século XX houve gregos, italianos, vietnamitas, etc. E cada novo contingente tinha contribuído para mudar o ambiente. Assim, como fazer um projeto de preservação que, não fosse estático e mostrasse também que as mudanças continuavam acontecendo. Esse é um dos problemas da preservação, você simplesmente faz com que as coisas parem de acontecer. Os ambientes urbanos mais interessantes são aqueles que mostram as camadas de mudanças — não as camadas de lembranças — as camadas de mudanças físicas. Portanto, era algo realmente empolgante. Adorei esse projeto. E então, o que mais fiz? Eu ainda participava do Grupo de História da Comunidade

de Brunswick, que incluía um novo projeto chamado O Museu do Oeste Vivo, que também tinha como base Footscray; era um projeto sobre a história da comunidade, História Oral e fotografia, que estava sendo iniciado. Fiz parte do Comitê de Gerenciamento durante um ano, apenas para me inteirar sobre o que estava sendo feito. Quando o comitê se desfez, eu estava fora. Houve tensões muito fortes entre os profissionais que eram pagos e as pessoas que moravam no Oeste. Desenvolvi também alguns trabalhos em escolas — *workshops* sobre História Oral, com crianças, e coisas desse tipo. Foi realmente muito interessante. Foi muito difícil tomar a decisão de voltar para a Inglaterra. Eu estava dividido; mas queria voltar para ficar com Fi.

DP: Nessa época, na Inglaterra, você iniciou o projeto sobre os *Anzacs*.

AT: Sim, comecei esse projeto antes de ir para a Inglaterra, em 1983. Seis meses antes de viajar, eu já tinha feito todas as entrevistas. Só depois viajei. Naquele ano, durante minha estada na Inglaterra, não trabalhei nas entrevistas. Fiz um curso de pós-graduação, porém não em História Oral. E quando voltei para Melbourne eu tinha as transcrições das entrevistas e visitei novamente as pessoas entrevistadas, conversei com elas e comecei a pensar o que eu poderia fazer com as entrevistas. Naquela ocasião eu já sabia que voltaria à Inglaterra em setembro, e ainda estávamos no início do ano. O que eu poderia fazer com as entrevistas? Fiz algumas coisas. Havia um rapaz, Stan D'Altera, de quem eu gostava muito. Ele morreu há pouco tempo. Escrevi um artigo sobre ele para a Sociedade Histórica de Footscray, com base nas entrevistas. Foi muito agradável.

Pensei em fazer algo que, de preferência, pudesse ser completado no prazo de um ano. Achei que seria interessante me concentrar nos quatro homens que eu entrevistara antes e que tinham muito a dizer quando voltaram da guerra. Havia muitos como eles. Tinham se tornado socialistas e pacifistas. E a história deles nunca fora contada. Achei que isso era importante. Assim, escrevi um manuscrito que chamei *The forgotten Anzacs* (Os Anzacs Esquecidos). Era uma transcrição revisada do depoimento daqueles quatro homens. Revisei os depoimentos e acrescentei uma conclusão, procurando enquadrá-la no contexto. Terminei de escrevê-la antes de voltar para a Inglaterra. E depois procurei vários editores. Um deles afirmou que publicaria o manuscrito se o Memorial de Guerra Australiano (o museu da guerra)

participasse como co-editor. O pessoal do Memorial examinou o manuscrito e decidiu não publicá-lo, alegando que não considerava representativas as histórias daqueles quatro homens. Era exatamente isso que eu estava tentando argumentar: elas não eram representativas, eram diferentes! E isso era o que importava.

Portanto, esse livro jamais aconteceu. E então, quando voltei para a Inglaterra, comecei a achar que precisava repensar aquele projeto, não apenas pensar sobre aquelas quatro entrevistas, mas sobre todas elas, e explorar a história dos rapazes que realmente participaram das marchas do Dia dos *Anzacs* e de fato viveram aquela vida um tanto legendária. Como eu poderia compreender isso e, portanto, como poderia compreender por que a lenda era tão importante para aqueles homens? Ela fora rejeitada por alguns ex-soldados, mas para a maioria deles era muito importante.

Assim, o projeto mudou. Foi quando voltei para a Inglaterra. Eu não sabia... A única maneira que me possibilitaria viver na Inglaterra — pois eu não poderia trabalhar, por ser australiano — seria fazer um doutorado. Eu tinha outros dois anos de bolsa. Assim, apesar de minha idéia inicial de nunca fazer um doutorado...

DP: Você fez.

AT: Sim. fiz. E isso levou mais de dois anos.

DP: Na época em que você estava trabalhando no projeto *Anzac* seus avós ainda eram vivos?

AT: Não, eles já tinham morrido. Um deles morreu antes de eu nascer. O outro, quando eu era adolescente.

Portanto, foi quando voltei para a Inglaterra que finalmente comecei um trabalho mais detalhado sobre o Grupo de Memória Popular e sobre a teoria e a prática da História Oral e comecei a pensar sobre todas as discussões a respeito de História Oral e também que eu talvez pudesse realizar outra série de entrevistas com alguns dos veteranos. Assim, voltei para a Austrália em 1987 por alguns meses e fiz a segunda série de entrevistas. A maioria dos entrevistados já tinha morrido — eram muito velhos, estavam perto dos noventa, mas cinco deles ainda estavam vivos. E entrevistei esses cinco. Foram entrevistas diferentes. As primeiras haviam sido so-

bre a história da vida deles, e foi tudo bem. Na segunda série — em parte porque eu já conhecia a história da vida deles — as entrevistas foram mais uma exploração sobre alguns assuntos, sobre coisas das quais eles se lembravam e sobre a opinião deles quanto à lenda dos *Anzacs*.

DP: Quanto tempo levou o processo todo de pesquisa?

AT: Até que o livro fosse publicado?

DP: Sim.

AT: 11 anos [risos]. Fiz a primeira série de entrevistas em 1983 e a segunda em 1987. Levei dois anos, em tempo integral, para fazer o doutorado. E então, como minha bolsa de estudos tinha terminado, dei aulas, trabalhei para a Queenspark Books e tive outros empregos de meio período, enquanto terminava o doutorado.
[risos]

DF: Aqui isso não é permitido.

AT: É muito difícil. Era uma coisa que eu fazia à noite, ou nos fins de semana, portanto levei muito tempo para escrever.

Terminei o doutorado em 1990, e então o editor com quem eu trabalhava... queria que eu mudasse o que havia escrito, queria que eu eliminasse a teoria do texto principal e a colocasse em um apêndice no final, de modo que não espantasse os leitores; com o que concordei, pois eles não queriam que fosse um livro acadêmico, mas que atingisse um público maior. E queriam que eu desse ênfase às histórias dos homens. Acho que estavam certos. Finalmente terminei o trabalho, cerca de dez anos depois que começara. Na ocasião, porém, apenas um dos entrevistados ainda estava vivo, o que, como eu disse, realmente me deixou triste. Eles ficaram entusiasmados com o livro e com o fato de que a história de seus parentes havia se transformado em História. Muitos membros das famílias dos entrevistados compareceram ao lançamento do livro.

DP: Fiquei muito bem impressionada com seu curriculum vitae, com o número de trabalhos (livros) que você escreveu, estudos e artigos, mesmo durante o doutorado,

e tudo mais; no início desta entrevista você disse que não queria seguir a carreira acadêmica, mas você tem uma formação acadêmica muito bem-sucedida, e num certo sentido precoce...

AT: Como eu disse, acho que foi na época daquela experiência, durante meu segundo ano na faculdade, que me decidi a fazer História. O outro lado da questão era o que meu professor dissera, que você deve escrever e publicar história. Só porque você é um estudante não significa que não pode publicar, portanto, quando eu ainda estava na faculdade, escrevi a resenha de um livro e um artigo sobre as memórias de Gallipoli, que foram publicados na revista dos pós-graduados. Desde então, passei a achar que deveria escrever sobre tudo que fizesse, senão, de que adiantaria fazer o trabalho? Seja um ensaio escrito por um aluno ou um ensaio para um doutorado. Portanto, publiquei trechos do livro, antes que ele saísse, e também matérias sobre educação de adultos, além de trabalhos da editora da comunidade nos quais eu estava envolvido.

DP: Seu currículo diz também que você trabalhou como pesquisador na BBC.

AT: Sim, foi apenas um pequeno trabalho, conforme já disse, quando minha bolsa terminou; eu tinha de sobreviver, portanto tinha de fazer tudo que pudesse...

DF: Arrumar um emprego?

AT: Sim, arrumar um emprego, é estranho também; tive um trabalho realmente interessante como administrador da Queenspark Books durante vários anos, apenas um dia por semana; a Queenspark fazia parte da Federação Nacional dos Escritores da Classe Trabalhadora; é chamada Federação dos Escritores Trabalhadores e Editora da Comunidade; há grupos em toda a Inglaterra, cerca de 50 grupos. Eu me candidatei a um emprego na Federação Nacional e desenvolvi esse trabalho durante alguns anos; mas durante todo o tempo estava fazendo outras coisas também — dava algumas aulas, ensinava estudos culturais, História, dava aulas para adultos. Não me lembro por que, fiz algumas pesquisas usando o que chamamos de Arquivo de Observação das Massas, sobre o qual já conversei com Yara; esse arquivo foi iniciado na década de 30; vários antropólogos e jornalistas queriam organizar um arquivo sobre a antropologia da vida quotidiana na Grã-Bre-

tanha e, para tanto, recrutavam voluntários em todo o país, para observar a vida ao seu redor e depois escrever sobre ela, e para escrever um diário sobre sua própria vida. Isso foi feito durante cerca de 20 anos, da década de 1930 à de 1950, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial. É um recurso excepcional para a história social da Segunda Guerra. Todo o material foi enviado para a Universidade de Sussex, e, mais tarde, na década de 80, o projeto foi retomado e foram recrutados voluntários em toda a Inglaterra para escrever sobre sua vida, respondendo ao que chamamos de diretrizes, que eram enviadas mais ou menos três vezes por ano. A arquivista, minha amiga Dorothy Sheridan, envia um questionário, não, não é exatamente um questionário, são diretrizes mesmo, pedindo que as pessoas escrevam, por exemplo, sobre religião, sobre suas experiências, e dêem respostas francas sobre um determinado tópico; esse material volta então para o Arquivo, e assim foi formada uma vasta coleção, que é uma fonte extraordinária para se fazer qualquer tipo de trabalho de história social ou de sociologia sobre a Grã-Bretanha dos anos 80 e 90.

Já usei esse Arquivo, pois uma das diretrizes era sobre educação, e consultei o material para meu trabalho. Eu estava dando um curso de estudos culturais sobre a Grã-Bretanha e sobre as lembranças e experiências de guerra na Grã-Bretanha do século XX; dei esse curso logo depois da Guerra das Malvinas; o pessoal que trabalhava no projeto de Observação das Massas tinha elaborado uma diretriz solicitando que as pessoas mantivessem um diário sobre todas as suas experiências, medos e reações durante a guerra; elas responderam, e foi extraordinário. Eu dizia inclusive que fiz os alunos usarem esse material; eu havia escolhido algumas respostas — havia caixas e mais caixas de material — para verificar como o povo britânico reagira à guerra, portanto foi um recurso excelente; o que eu estava fazendo, na prática, era conseguir com que os alunos fizessem um pouco de pesquisa e usassem aquele material para tentar entender a guerra, não apenas criticá-la, mas tentar entender como as pessoas reagiram. Portanto, foi isso que ocorreu no caso da Guerra das Malvinas. E então veio a Guerra do Golfo, alguns anos mais tarde, e o pessoal do Arquivo fez a mesma coisa: pediam às pessoas que anotassem suas experiências.

DF: As pessoas têm de assinar o material que enviam?

AT: Ah, sim..., mas também podem ficar anônimas. O Arquivo sabe quem elas são, mas, antes de começarem a fazer anotações, as pessoas sabem que o material será usado por pesquisadores e que elas não serão identificadas.

DF: É um projeto brilhante!

AT: É um projeto brilhante, e quero mostrá-lo a Yara quando ela for à Inglaterra. É um recurso maravilhoso e voltarei a trabalhar nele, pois Dorothy e eu criamos um curso de História da Vida em Sussex com base nessa experiência, e pretendo retomar esse projeto. Voltando a falar sobre a BBC... durante a Guerra do Golfo, o pessoal do Arquivo de Observação das Massas fez o mesmo tipo de trabalho, e a BBC telefonou para eles, perguntando: "Vocês têm alguma coisa sobre a Guerra do Golfo? Gostaríamos de fazer um documentário sobre a opinião das pessoas na Grã-Bretanha com relação a essa guerra". E então Dorothy me perguntou se eu gostaria de ganhar algum dinheiro fazendo pesquisas e examinando as respostas à medida que chegassem ao Arquivo.

Acho que isso tem me ajudado a progredir muito nos últimos anos, seja trabalhando com material escrito ou oral (dentro do programa da editora da comunidade, não se trabalhava apenas com História Oral), ou com a ajuda de fotos. Para mim, portanto, as linhas entre a História Oral e as Histórias da Vida escritas às vezes ficam um pouco embaralhadas, há diferenças, mas há também muitos paralelos.

DP: Gostaria que você comentasse a importância dos projetos comunitários no movimento de História Oral inglês.

AT: É algo muito grande. Se eu fosse tentar resumir o movimento da História Oral inglesa, diria que a História Oral acadêmica é bastante reduzida, ela ocorre em inúmeros lugares; não há muitos cursos que ensinam História Oral, e há apenas alguns historiadores orais. E os dois maiores movimentos — creio que o maior de todos os movimentos da História Oral inglesa — é o movimento da reminiscência, que se baseia no conceito de que recordar pode ser muito bom para as pessoas, não apenas para os historiadores — isso é muito importante; outra coisa importante é a mídia fazer uso da História Oral, pessoas como Steve Humphries, seus documentários; atualmente há um programa na televisão inglesa chamado *People century* (O Século do Povo), que é a História Oral do mundo no século XX; é um

projeto bastante amplo. Acho que é um exemplo muito ruim do uso do testemunho oral porque você percebe que as pessoas estão procurando obter alguma coisa, o programa não está realmente em busca das experiências das pessoas; mas tem sido muito visto, e hoje a maioria dos documentários sobre a história do século XX usa testemunho oral. Portanto isso tem predominado, e o conceito, o nome "História Oral" é usado com bastante frequência; em geral, hoje as pessoas compreendem quando você diz que é um historiador oral; dez anos atrás talvez não fosse assim.

DF: Isso é bom.

AT: Portanto, isso é realmente importante, mas de fato existem tensões. Alguns anos atrás, durante uma conferência, houve muita discordância entre as radiodifusoras e os historiadores orais quanto à divulgação da História Oral. Como eles têm abordagens diferentes, as pessoas que usam o testemunho oral no cinema, rádio e televisão exploram essas histórias, elas querem encontrar alguém de boa aparência que conte uma boa história, e não oferecem muito em troca — querem apenas se apossar de um pouco da história de alguém para ver como ela funciona em seu filme, por exemplo; não têm o tipo de cuidado que deve envolver a História Oral.

DP: Existe alguém dentro da mídia que tenha um pouco mais de sensibilidade? Como Eduardo Coutinho, aqui. O fato é que ele realmente está fora de um circuito mais comercial.

AT: Não sou a melhor pessoa para responder a essa pergunta. Talvez Robert Perks pudesse responder, ou minha amiga Teresa Watkins, que trabalha no rádio.

Há projetos de vídeo, exatamente como essa editora da comunidade, há também vídeo da comunidade e alguns deles fazem trabalhos de História Oral, mas isso está apenas decolando, principalmente na Austrália. E em termos de mídia há também o rádio da comunidade, que é muito mais amplo na Austrália, é um dos principais veículos de História Oral lá, e está se desenvolvendo também na Grã-Bretanha. Teresa Watkins, que trabalha no rádio da comunidade em Londres, tem uma compreensão muito melhor do assunto que eu.

O que está acontecendo na BBC e no canal 4, que são canais excelentes e, em geral, fazem boa história, realmente é que seus documentários têm um impacto muito mais forte do que qualquer livro que um dia poderia ser escrito a partir das

fontes orais. É interessante assistir a esses programas. É uma coisa que tem força; mas, em termos de como são feitos e como os depoimentos são usados, é um pouco ilusório.

DP: Em relação à sua atuação como editor da *Oral History Review*, poderia falar um pouco sobre o enfoque e os principais objetivos da revista?

AT: Ok. Bem, comecei a trabalhar na revista por volta de 1990, porque eu havia colaborado em um *workshop* em Brighton, em 1989-1990, sobre memória — memória e debates sobre História Oral que incluíam pessoas do grupo de memória popular, como, por exemplo, Dorothy Sheridan, do Arquivo de Observação das Massas —, e achamos que deveríamos apresentar nossos trabalhos à revista de História Oral. Os editores — eu não era editor — acharam que seria uma boa idéia, e foi a questão sobre memória popular que veio à tona por volta de 1990. Não lembro exatamente a data; depois disso eles entraram em contato com Paul Thompson e comigo e disseram: “Você gostaria de fazer parte da equipe de editores?”.

Naquela época eu não tinha um emprego acadêmico, ainda estava trabalhando para a Queenspark Books, portanto era uma maneira de retornar à vida acadêmica, aos debates, etc, e decidi aceitar. As coisas estavam mudando. Pouco antes de minha chegada tinha havido muitas tensões entre os membros da sociedade e Paul Thompson, quando ele criou o *Livro Internacional do Ano*. O pessoal da Sociedade de História Oral achava que essa publicação iria minar a revista, e, portanto, isso provocou muitas tensões. Então, não sei se Paul se demitiu ou se foi demitido do Comitê da Sociedade de História Oral, e seu título mudou para “editor fundador”. Às vezes ele examina alguns assuntos, mas não desempenha uma função ativa, não faz o trabalho editorial propriamente. Assim, quando ingressei na revista, Paul estava meio à margem. Havia Robert Perks, que era secretário da Sociedade de História Oral e curador do Acervo de História Oral da Biblioteca Inglesa, e Joanna Bornat, historiadora oral, excelente no trabalho de reminiscências. Ela publicou um livro no ano passado — talvez seja interessante você conseguir um exemplar —, *Reminiscence reviewed* (Crítica das Reminiscências), que analisa o desenvolvimento dos debates sobre reminiscências até os dias de hoje. Foi publicado pela University Press, realmente vale a pena. Assim, o grupo foi formado por Robert, Joanna e eu; logo depois Teresa Watkins, que trabalhava na rádio da comunidade com projetos de história da comunidade no East End, juntou-se ao grupo. Portanto éramos

quatro, além de Brenda, que é a editora de críticas; creio que ela já exercia essa função há bastante tempo; portanto éramos cinco — uma equipe de quatro era responsável pelos assuntos.

Acho que da maneira como trabalhamos conseguimos adquirir mais prática através dos anos, elaboramos nossos sistemas e métodos de trabalho. Com relação à apresentação dos artigos, cada um de nós tem uma função diferente: Joanna cuida da grande seção de notícias e projetos ingleses, e todas as informações que conseguimos, sejam de onde for, sobre projetos de História Oral que estão em andamento na Inglaterra são revistas por Joanna; ela edita essas matérias em uma coluna de cerca de 10 páginas sobre o assunto. Eu faço o mesmo tipo de trabalho com relação às notícias do exterior e consigo, através de várias maneiras, notícias sobre o que está acontecendo na área de História Oral em diferentes partes do mundo e faço o mesmo que Joanna.

DF: Quer dizer que você fará um relatório sobre nosso evento.

AT: Sim, farei um relatório sobre o Brasil. E também sobre o que Lutz me falou sobre a Alemanha e Alessandro sobre a Itália.

DF: Isso é interessante.

AT: Realmente. Tem sido maravilhoso fazer esse trabalho, pois tenho um bom relacionamento com o pessoal do Caribe, por exemplo, lá há vários bons projetos sobre História Oral em andamento. E também na África do Sul, Austrália, Europa Oriental, em muitos lugares; é super interessante. Na Palestina...

No último número da *Revista de História Oral* há um artigo sobre a História Oral da Palestina.

Bem, voltando ao que eu estava dizendo: Brenda faz as resenhas, mas no corpo principal da revista, onde estão os artigos, temos uma subseção de eventos futuros — é o boletim e a revista para todos os membros da Sociedade; uma maneira de compilar as notícias e de publicar artigos sérios. E o que fazemos é encaminhar todos os artigos para Brenda, em Essex, ou para qualquer um do grupo de editores. Hoje temos um sistema que não tínhamos antes: qualquer um que receba o artigo se torna o responsável, o nome do autor é retirado, e o artigo é então enviado para

os outros quatro editores; acho que esse é um bom método, pois se você visse o nome do autor, se soubesse, por exemplo, que foi escrito por Alessandro Portelli, provavelmente publicaria o artigo, por causa do nome, o que, na verdade, não está certo, um artigo deve ser publicado se for bom. Assim, a matéria circula entre os quatro editores, cada um dos editores a lê — isso leva alguns meses —, e cada um escreve uma página de comentários que é acrescentada à cópia a ser enviada ao próximo editor.

Mais ou menos a cada três meses, os quatro editores se reúnem para discussões; Brenda em geral também participa, discutimos os artigos, os comentários, para decidir sobre a publicação. Muitas vezes discordamos, é realmente interessante, precisamos escrever um artigo sobre o modo como tomamos decisões, nem sempre podemos prever quem vai discordar de quem. Robert tem tendência a suspeitar de coisas muitas longas e muito teóricas. Joanna quer sempre ter certeza de que os assuntos têm solidez quanto ao aspecto histórico. Eu gosto de matérias que conduzem à reflexão. Todos gostamos de artigos escritos com bom-senso. De qualquer modo, antes de tomar a decisão final sobre o que fazer — em caso de dúvida apelamos para outro juiz —, procuramos contribuir com comentários construtivos.

Muitas vezes achamos que um determinado artigo poderia ser publicado se fosse mais bem trabalhado e, então, o enviamos de volta, sugerindo o que poderia ser feito, o que às vezes fica difícil, pois cria uma expectativa — talvez o artigo seja reescrito e mesmo assim não fique suficientemente bom, etc. Outras vezes achamos que a matéria talvez esteja pronta para publicação; fazemos pequenas correções e temos então que decidir em que tipo de assunto o artigo se encaixa. Ou seja, geralmente tentamos fazer com que cada assunto tenha um determinado tema, quais os outros artigos que estariam relacionados, e procuramos ver o que está chegando e qual é a relação entre os artigos, os trabalhos apresentados em conferências, e coisas desse tipo.

Um dos critérios que desenvolvemos é que o artigo precisa ser acessível para um grande público; portanto, se o assunto é bom, tem de ser escrito de forma compreensível. Às vezes recebemos matérias escritas por professores, coisas boas, provavelmente, mas quase incompreensíveis. Quando isso acontece, enviamos o material de volta e pedimos que a pessoa use um inglês bem claro, para que possa ser compreendido pela grande maioria. De preferência, o artigo deve incluir exemplos de trabalhos de História Oral, e, se possível, testemunhos. Queremos que as

pessoas não apenas descrevam um projeto ou contem uma história, mas que reflitam sobre a questão de fazer História Oral, sobre a memória e os artigos que apresentam essas três coisas em geral são publicados.

DF: Isso é interessante.

AT: Essa é, portanto, a maneira como trabalhamos; é uma coisa realmente interessante, acho que mencionei isso ontem em minha apresentação. Em minha opinião, um dos focos de tensão da História Oral — isso acontece em universidades e também em nível internacional — está entre o trabalho teórico (que pode ser muito empolgante) e o trabalho de História Oral que é feito por grupos de reminiscências e grupos como o Queenspark, em que as pessoas não têm acesso fácil a debates teóricos. Portanto, para mim — vocês devem perguntar aos outros editores se eles concordam —, um dos principais papéis da revista é tentar estabelecer uma conexão entre esses dois pólos e produzir alguma coisa que facilite a combinação da teoria e da prática.

DP: Eu me lembro, no ano passado, durante o congresso no Rio, que Michele Trebitsh, do grupo *Histoire des temps présents* (*História dos Tempos Atuais*), da França, disse que a História Oral se tornou popular devido à sua incorporação à mídia e à sua banalização. O que você acha?

AT: Michele afirmou que a História Oral se tornou popular porque a mídia está fazendo uso dela e transformando-a em algo banal?

DP: Sim, você acha que existe um tipo de *domesticação* da História Oral?

AT: Teria talvez perdido seus objetivos políticos?

DP: Isso obviamente nos deixa preocupados.

AT: Sim, acho que é um risco real e um perigo real. Você pode ver isso em muitos programas de televisão, mas não em todos. Acho que existe um risco nos museus e nos projetos de preservação da cultura, principalmente quando a história se torna um tanto banalizada, quando tudo se resume em passar por uma experiência interessante e não em analisar o passado de forma crítica e eficaz. Mas não precisa

ser assim. Há projetos que são apenas isso, mas se você visitar um museu de Brighton... um museu de Brighton contratou uma pessoa que eu conheço para fazer um projeto de multimídia usando História Oral, chamado *Minha Brighton*.

Você entra no museu e há uma grande mesa, uma grande tela de toque, e todo o material sobre o projeto está em todos os pontos — não sei como funciona — basicamente, há vinte tipos diferentes de pessoas em Brighton: alunos de escolas, motoristas de taxi, desabrigados, desempregados, idosos, enfermeiras, enfim, e eles fazem uma história, falam sobre sua vida em Brighton. Você aperta um botão e acompanha a história daquela pessoa, com fotos, vídeo, transcrições, etc. Por um lado você poderia argumentar que isso é banal, mas, por outro, é uma forma de reconhecer diferenças relacionadas à história daquelas pessoas; há vários tipos de pessoas, portanto é possível conseguir material que proporcione à comunidade ou aos visitantes do museu a oportunidade de conseguir essas histórias e de explorá-las a seu próprio modo e que permita oferecer uma interessante gama de tipos diferentes de experiências que realmente constituem um desafio, não servem apenas para transformar aquilo em algo banal.

DP: Outra coisa que gostaria de saber: em seu currículo você menciona dois livros prontos para publicação.

AT: Um deles acabou de sair, é sobre educação de adultos; trabalhei muito com esse assunto, meu emprego na Universidade consistia em fornecer apoio à pesquisa e desenvolvimento na educação de adultos; em parte também porque o trabalho que faço na Queenspark e na Federação é sobre educação de adultos, portanto o livro fala sobre como se familiarizar com a educação de adultos, como trabalhar com grupos que vivem à margem do sistema educacional — desabrigados, pessoas que têm dificuldade de aprendizado, etc. O livro se baseia em um projeto de nosso Centro sobre o trabalho com grupos de pessoas de certa forma marginalizadas, que não tiveram acesso à educação universitária, e os capítulos são escritos pelos participantes dos programas desse projeto — alunos, orientadores, organizadores. E eles escrevem sobre o assunto, sobre como os diferentes grupos de adultos pensam com relação à universidade e como reagem às diferentes necessidades educacionais; fiz o trabalho de revisão desse livro.

Quanto ao outro, Robert Perks e eu fizemos um contrato com a Routledge para a revisão de um trabalho que denominamos *The Oral History reader* (O Leitor de História Oral). É dirigido a estudantes e pessoas interessadas em História Oral. Foi escrito em inglês e, seja traduzido ou não, será sempre um livro escrito no idioma inglês. Entretanto, conforme eu já disse, muitas vezes conseguimos material de países cujo idioma não é o inglês; isso é bom, mas a produção é dispendiosa. Em minha opinião, esse livro contém os melhores artigos ou trechos de livros sobre História Oral já publicados; não é, portanto, um material novo; é um material compilado, colhido em vários países diferentes. O livro é dividido em seis ou sete seções — cada seção contém seis ou sete trechos, e o livro tem um total aproximado de 400 páginas. É um livro didático, dirigido a pós-graduandos, alunos e profissionais. Há uma seção chamada *The history of the Oral History* (A História da História Oral). A seção *The memory and history debates* (Memória e Debates sobre História) aborda debates sob diferentes ângulos, a respeito de memória e História Oral. A seção *Interviewing* (Entrevistas) dá sugestões sobre como entrevistar pessoas. A seção *Preserving the past* (Preservando o Passado) sugere formas de usar as fitas. A seção *Advocacy and empowerment* (Defesa e Habilitação) explica as formas como a História Oral é usada para lidar com grupos marginalizados. Outra seção, *Making history* (Fazendo História) mostra as diferentes formas de usar o testemunho oral para fazer com que as histórias possam ser usadas em livros, filmes, televisão, exposições, etc. Espero que esse livro facilite minhas aulas e as suas também, sem que seja preciso procurar desesperadamente por material que nossos alunos possam ler.

DP: Gostaria de fazer outra pergunta: Você acha que a História Oral pode ser enfraquecida por esse tipo de globalização, a Internet e coisas desse tipo? As comunicações estão se tornando cada dia mais fáceis...

AT: Você está se referindo à internacionalização das comunicações? Ela acarreta coisas diferentes. Primeiro, acho que torna mais fácil a comunicação à distância, e as pessoas ficam sabendo que o que estão fazendo é parecido com o que outras pessoas também estão fazendo no campo da História Oral, e acho isso bom. Há duas coisas: não creio que a internacionalização das comunicações acabe com o diálogo entre as pessoas, dentro de determinadas comunidades; não necessariamente comunidades físicas, mas comunidades com identidades ou interesses semelhantes; acho que isso

não acontecerá. Não vamos, ou melhor, creio que não vamos viver em um mundo onde as pessoas não mais se falam, não conversam...

DF: Apenas através...

DP: Do E-mail.

AT: Acho que o verdadeiro problema é que a Internet, com toda a globalização do conhecimento e das comunicações, é que terá acesso a essa fonte, e se, por exemplo, iniciarmos um trabalho de História Oral empregando novas e brilhantes tecnologias, é a Internet que terá acesso a isso na Grã-Bretanha, e também no Brasil, portanto acho que há problemas quanto ao acesso. Por outro lado, as crianças estão usando as novas tecnologias mais do que nós, e não podemos subestimar a capacidade das novas gerações de usar esse tipo de material, ou seja, não posso dizer nada quanto ao futuro. Mas posso imaginar em breve revistas e conferências como esta acontecendo através do E-mail.

DF: Dentro de três ou quatro anos...

AT: Talvez seja mais fácil realizar uma conferência desse tipo através do E-mail.

DF: Escolhe-se uma sala de reuniões em cada lugar e...

AT: Bem, nos Estados Unidos, eles fizeram isso, realizaram uma conferência sobre História Oral através da Internet.

DF: Verdade?

AT: Sim. A conferência foi no Havaf, e pessoas de várias partes da América participaram através de material de vídeo. E você pode imaginar também que eu estaria morando na Inglaterra e entrevistando alguém na Austrália, pois eu poderia usar as novas tecnologias para fazer isso. O que essa facilidade significa com relação aos relacionamentos dentro da História Oral? Quando uma pessoa começa a chorar, como você pode lhe oferecer um lenço se não está perto dela?

Os CD-ROMs e as coisas que estão surgindo a partir deles vão transformar drasticamente o que fazemos, pois mais cedo ou mais tarde não estaremos apenas

escrevendo livros e artigos. Estaremos fazendo outras coisas, o que é ótimo, porque poderemos fazer histórias orais que terão um rosto, uma voz, não apenas palavras. Isso ocorreu na Austrália com a História Oral aborígene. Cerca de 20 anos atrás, um amigo meu que lecionava em uma escola iniciou um projeto e foi despedido, perdeu o emprego porque estava fazendo isso. Ele fez um grande projeto sobre o povo aborígene de sua comunidade, e no final eles produziram um CD-ROM que foi feito na escola e no centro comunitário, nas reservas ao redor da área; incluía testemunhos, rostos, citações, mapas. Você aperta um botão e encontra a história sobre o povo aborígene daquela área, pessoas mais velhas contando histórias. Para mim, isso talvez tire um pouco do poder do historiador, pois na verdade você apresenta a história ao espectador e ele decide o próprio caminho, e se quer ouvir a história, e...

DF: Não a que você está apresentando, mas outra...

AT: Alessandro estava falando sobre a possibilidade de ter uma história multifocal, muitas vozes; ao mesmo tempo, não acho que sua responsabilidade diminuiria, é possível que você conseguisse também colocar sua síntese lá, e a pessoa poderia também ter as fontes originais. Gostaria de mencionar apenas mais uma coisa: o curso que estamos dando em Sussex, o diploma em Trabalho da História da Vida.

DF: Sim, sua experiência atual.

AT: Não é realmente inovador, mas surgiu através da constatação de que não sou apenas um historiador oral e que na verdade há muitas maneiras de se fazer um trabalho de história da vida — usando anotações escritas da história biográfica de uma família em um certo período, fazendo trabalho de reminiscência; esse tipo de coisa, algo semelhante a um diário. Eu queria interligar a teoria e a prática; e também analisar a ligação entre diferentes partes do trabalho de História Oral.

Assim, Dorothy Sheridan e eu criamos esse curso, que tem a duração de dois anos; é dirigido a alunos adultos, mas na verdade graduandos e pós-graduandos também começaram a fazê-lo, e está agora sendo procurado também por universitários, por pessoas que estão trabalhando em projetos de história da comunidade ou que querem escrever a história de uma família.

No primeiro estágio todos fazem um curso chamado *Exploring life histories* (Explorando Histórias da Vida), que trata de assuntos relativos a histórias da vida em geral. No segundo estágio os alunos podem escolher entre três cursos: há um que eu dou sobre História Oral; Dorothy dá um curso sobre como analisar documentos relativos à História Oral e um sobre o trabalho de reminiscência, e neles são enfocados determinados assuntos e abordagens. No terceiro estágio os alunos fazem um projeto de pesquisa dentro do contexto em que estiverem trabalhando na ocasião e produzem algo que pode ser uma exposição ou um filme, um projeto, ou alguma coisa semelhante.

Nossas experiências, portanto, parecem bastante semelhantes; com contextos diferentes, talvez, mas bastante semelhantes ao que vocês provavelmente estão fazendo com pós-graduandos.

DF: Sim...

DP: Apenas mais uma pergunta: Quais são os desafios, dentro da História Oral, que você pretende enfrentar agora?

AT: Ainda sou bastante jovem, comecei a fazer História Oral antes dos 20 anos, portanto, 15 anos atrás. Na verdade, fazer História Oral é um desafio para mim, estou muito ocupado dando aulas e ajudando outras pessoas a se familiarizarem com nosso trabalho, e desenvolvendo teorias. Gostaria de fazer mais entrevistas. Há muito não faço verdadeiras entrevistas. Portanto, pretendo conseguir uma verba para desenvolver um projeto sobre a migração entre a Grã-Bretanha e a Austrália, analisando principalmente os ingleses que emigraram para a Austrália, não se adaptaram e voltaram para a Grã-Bretanha. Na Inglaterra, frequentemente as pessoas ouvem meu sotaque e dizem: "Ei, você é australiano, não? Estive na Austrália, não gostei e voltei". Como as histórias sobre imigrantes costumam falar de sobrevivência ou êxito, quero entrevistar pessoas com uma experiência ou lembranças menos positivas sobre a emigração para a Austrália e pretendo iniciar esse projeto no próximo ano. Portanto, o desafio é fazer um pouco de História Oral, fazer algo novo e não escrever mais sobre a guerra. E acho que o desafio teórico e metodológico é colocar essas idéias em prática, em um projeto, de uma forma que as pessoas com as quais você está trabalhando possam entender e decidir também quais os padrões a serem adotados — como permitir que as

pessoas sendo entrevistadas reajam às suas interpretações e quais são os limites entre seu projeto e a memória dessas pessoas. Gostaria também de analisar como colocar isso em prática, em um projeto sobre reminiscências, ainda não sei bem como. Por ora isso é tudo a respeito de desafios.

DF: Você tem muito trabalho pela frente!

DP: Gostaria de encerrar e agradecer sua participação.

DF: Tudo bem, foi muito interessante.

LUTZ NIETHAMMER

Data: 18 de outubro de 1995

Local: Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP

Entrevistador: Daisy Perelmutter

Entrevistadores convidados: Estefânia Canguçu Knotz Fraga e Marianne Ludman

Registro em vídeo: Adriana Judith Rachman

DP: Professor Niethammer, gostaríamos que você desse início ao depoimento falando um pouco sobre sua infância, onde e quando nasceu.

LN: Nasci no final de 1939, no início da Segunda Guerra Mundial; meu pai foi para a guerra três meses antes de meu nascimento. Voltou quando eu tinha 11 anos, após ter lutado e vivido como prisioneiro de guerra. Portanto, fui criado entre mulheres. Durante a época da guerra, minha mãe, meu irmão, minha irmã e eu vivemos no interior. Morávamos em uma casa onde havia dez mulheres e dois garotos, portanto fui realmente criado entre mulheres. Quando a guerra terminou, éramos uma família de cinco pessoas. Uma de minhas primeiras lembranças reporta-se ao tempo em que fui para a escola em uma pequena cidade no sul da Alemanha. No início das aulas havia 85 crianças em minha classe. Naquela época, tudo estava deteriorado na Alemanha, e quando meu pai voltou da guerra e do cativo na Rússia, voltamos para Stuttgart, minha terra natal. Stuttgart é a capital regional da província, e foi lá que frequentei o curso secundário. Esse é um apinhado geral sobre minha infância. Acho que o fato de ter nascido durante a guerra e ter sido criado entre mulheres teve muita influência em minha vida.

DP: Sua mãe tinha alguma atividade profissional?

LN: Meus pais haviam trabalhado fazendo propaganda de artistas – minha mãe era a mais criativa dos dois. Ela trabalhou enquanto meu pai esteve fora. Na verdade,

ela era mais velha do que ele e mais bem qualificada em termos profissionais; havia sido assistente da Escola de Artes; meu pai era mais conservador – de fato, era um nazista. Consegui reconstruir a vida de meus pais através de suas cartas e pinturas. Minha mãe passou por um processo de adaptação, uma espécie de emancipação, pois teve de cuidar dos filhos durante a guerra e o pós-guerra, trabalhando o tempo todo, e quando meu pai voltou ele era um estranho para ela.

DP: Você teve uma formação religiosa?

LN: Meus pais não eram religiosos, mas minha mãe vinha de uma família católica, e durante a guerra passamos a morar com seus parentes – minha avó e outra filha, que estava na escola. Elas eram muito católicas, portanto eu pensava: “sou protestante, mas estou vivendo em uma atmosfera essencialmente católica”. Na verdade, estudei Teologia; naquela época eu pensava em ser jornalista; como jornalista você podia estudar qualquer assunto; creio que isso era típico da época, e foi quando decidi o que pretendia estudar. Lembro-me de que estudei Teologia em 1960, pela mesma razão que, dez anos mais tarde, as pessoas passaram a estudar Psicologia, uma espécie de autoterapia. Três ou quatro anos mais tarde abandonei a Teologia e comecei a estudar Ciências Sociais, que também fazia parte da mudança cultural da década de 60.

DP: Quais são as suas memórias da sua cidade natal?

LN: Quando fomos para o interior, durante a guerra, eu tinha três anos; não me lembro de nada dos três primeiros anos de minha vida; quando voltamos a morar na cidade eu estava com 11 ou 12 anos, fase muito interessante para se passar a viver em um lugar maior. Passar a infância no campo é muito bom, mas na adolescência você quer morar em uma cidade, e naquela época Stuttgart estava sendo reconstruída. Embora, dentro dos padrões brasileiros, Stuttgart seja uma cidade muito pequena, com cerca de 400-500 mil habitantes, na década de 50 havia um espírito de reconstrução por toda parte, tudo estava mudando, as ruínas desapareceram, e a cidade foi reconstruída.

No início, eu era um aluno muito relapso; eu queria ser arquiteto; mas havia muitos arquitetos e projetistas na família. Eu era muito fraco também nos esportes e tentei ficar longe dessa área.

DP: Você teve algum tipo de militância estudantil?

LN: Sim, e fundei uma revista estudantil, uma revista para crianças, juntamente com algumas garotas que eram minhas vizinhas, e isso me trouxe uma série de vantagens: em primeiro lugar, ganhei uma carteirinha de “homem de imprensa” e podia ir ao cinema sem pagar ingresso – naquela época eu ia ao cinema três ou quatro vezes por semana. Segundo, eu era o único garoto que tinha permissão para entrar no ginásio feminino porque, como editor, tinha contatos oficiais para fazer em nome da revista, e, terceiro, assistia às aulas de editoração em vez das aulas de educação física e consegui me livrar dessa matéria – escolhi o professor de educação física como nosso consultor, portanto ele me liberou de suas aulas.

Nessa época eu estava com 15 anos, e aos 19 não havia praticado nenhum esporte, e considerava isso muito bom. Na década de 50, a atmosfera na Alemanha era, segundo me lembro, um tanto curiosa, pois, por um lado, havia coisas extremamente tradicionais, além do silêncio a respeito da guerra, e, por outro, havia os jovens, franceses e americanos; os franceses eram existencialistas pretenciosos. Os americanos, filhos de um país grande e democrático, com sua cultura de massa e sua tecnologia, sua grande população de jovens. Nos anos 50, para minha geração, principalmente para os mais jovens, os Estados Unidos não mais eram alvo de tanta veneração, era um país encarado com naturalidade; nossa formação não incluía as vigorosas e dinâmicas idéias pre-concebidas dos nazistas porque não havíamos realmente vivenciado aquela época, era mais um problema de querer saber como fora e como nossos pais haviam se comportado.

Mais tarde, na década de 60, devido à guerra do Vietnã, para aqueles que eram um pouco mais jovens que eu, os Estados Unidos se transformaram em uma espécie de anti-herói, portanto eu vivi entre esses dois conceitos. Não passei a odiar os Estados Unidos como as pessoas que eram 4 ou 5 anos mais jovens que eu, mas também não pertencia à geração dos conhecidos filósofos alemães, como Habermas, por exemplo. Ele nasceu por volta de 1930 e considerava a ocidentalização da Alemanha Ocidental o resultado principal do pós-guerra na Alemanha. Eu não tenho esse tipo de pensamento, portanto estou, de certa forma, mais ou menos entre as gerações mais marcadas.

DP: Quais são suas memórias mais marcantes sobre a guerra? Sua mãe costumava conversar com você sobre esse assunto? É provável que a guerra o tenha afetado muito, pois você só conheceu seu pai quando estava com 11 anos.

LN: Sim, isso teve muita influência em minha vida pessoal. Na verdade, meu pai e eu nunca nos entendemos depois que ele voltou da guerra. Não me lembro bem, mas meus parentes contavam que certa vez meu pai voltou para casa antes de uma batalha, ou coisa parecida; estava usando uniforme; eu não o conhecia, e nem ele a mim, e deve ter sido muito difícil para ele também; a única coisa que eu disse quando me dirigi a ele foi: “os soldados devem ir embora”. Mais tarde nós nos reencontramos, e foi muito difícil. Quando ele morreu, no final da década de 60, passei a sentir falta dele, pois já o compreendia melhor. Em muitos aspectos nós éramos parecidos, mas durante o período em que convivemos, na década de 50, discutíamos o tempo todo; eu era uma criança, mas creio que essas discussões eram comuns entre as gerações alemãs daquela época.

Por outro lado, as primeiras lembranças que tenho são imagens da guerra. A primeira coisa da qual realmente me lembro é de uma tarde em que eu estava com meu avô e minha tia; minha mãe e algumas pessoas da família estavam sentadas na cozinha; o céu estava nublado. Stuttgart ficava a cerca de 75 km de distância do local onde morávamos, e foi a noite do grande bombardeio sobre nosso vilarejo; de repente, minha avó disse: “Agora é a vez da nossa casa”, e, de fato, foi. Aquele céu avermelhado que eu vi através da janela da cozinha representa uma de minhas primeiras lembranças.

Outra imagem, que está relacionada com o final da guerra, é de uma cena que ocorreu em abril de 1945; é trágica e cômica ao mesmo tempo; havíamos nos reunido para a libertação. O trágico é que deve ter acontecido dois ou três dias antes que o exército francês entrasse no vilarejo onde morávamos. Houve um bombardeio aéreo, e um dos trabalhadores estrangeiros que haviam sido trazidos da Alemanha estava procurando abrigo; todos nós estávamos abrigados no porão da casa; havia uma árvore nas proximidades, e aquele homem procurou abrigo sob a árvore; ouvimos então um grande estrondo e saímos do porão – a árvore não estava mais lá, havia desaparecido.

A casa onde morávamos pertencia a três senhoras idosas que não gostavam de crianças. Havia uma varanda ao redor da casa, e eu gostava de dar a volta nela

em um velocípede, mas não conseguia me equilibrar muito bem. Certo dia, os franceses chegaram – eram negros marroquinos – com tanques e procuravam uma posição na casa de onde pudessem atirar; enquanto escolhiam essa posição, percorreram a varanda com um de seus tanques, destruindo-a completamente; para mim, aquilo ficou gravado como a imagem da libertação.

DP: E sobre seu tempo de escola, como era o ensino de História naquela época?

LN: Bem, primeiro tive aulas de História, quando frequentei uma escola secundária alemã. Creio que eu tinha 12 ou 13 anos, portanto acho que estávamos morando em Stuttgart. Além disso não estudei mais essa matéria; talvez tenha aprendido algumas coisas locais, geografia local, por exemplo. Lembro-me de que minha tia era professora de História, de inglês e de francês e ficou muito surpresa quando foi promovida a diretora da escola. Ela não era nazista, ao contrário, era muito católica, e foi promovida porque praticamente todos os outros professores eram nazistas e haviam sido expulsos logo nos primeiros dias depois da guerra; mais tarde voltaram, mas quando eles foram expulsos, ela foi promovida, e os franceses vieram e introduziram novos livros escolares. Iniciaram um tipo de reorientação; era muito curioso, pois eles ensinavam que o nazismo representava o militarismo alemão, o que, de certa forma, é verdade, e, por outro lado, muito bonito de se dizer..., em resumo, a reforma se resumiu em suprimir dos livros de História todas as guerras – ainda tenho em casa um desses livros, que na verdade nunca usci, pois tive aulas de História somente a partir de 1950, e esse livro foi escrito em 1946.

Na zona de ocupação francesa foi adotado um livro de História no qual as guerras simplesmente não eram mencionadas e, conforme todos sabem, as guerras tinham sido muito importantes no contexto da história européia. Eles tentavam mudar nossos conhecimentos, deixando esse lado da realidade fora de nosso alcance, pois achavam que a juventude alemã sempre fora educada com base na história militar alemã, e coisas desse tipo. Se era verdade ou não, eu não sei, mas era uma tolice tentar mudar a história, deixando de lado o aspecto militar.

Quando comecei a estudar História, era como voltar ao não-nacionalismo, não-militarismo. Assim, começamos com o Egito Antigo, e creio que levamos dois ou três anos para chegar à História Moderna. Em geral, a matéria era esquematizada de modo que você tinha de estudar História dos 12 aos 16 anos, quando havia um

primeiro exame. Em geral, os professores que tinham sido soldados ou nazistas, tentavam estender o ensino da História dos séculos XVIII e XIX, de modo que sobravam apenas duas ou três horas para a história do século XX, e assim eles não eram forçados a falar sobre o século XX.

ML: Isso ainda acontecia quando entrei na escola.

LN: Mas com alguns professores isso era diferente; havia, por exemplo, professores jovens que haviam estado nos Estados Unidos e tinham muita vontade de falar sobre o assunto. No meu caso, o professor de História não queria falar sobre isso, mas tivemos também aulas de Estudos Sociais; o professor era um jovem que realmente não queria se envolver, e assim não tínhamos acesso a esse tipo de história. Mas passamos a conhecer as discrepâncias da memória pública, e acho que essa foi a lição que aprendemos. Ficamos privados da história contemporânea da Alemanha, mas os fragmentos de memória da geração mais velha constituíram a verdadeira lição que aprendemos.

DP: E quando você se decidiu pela carreira de História?

LN: Conforme eu disse, comecei a estudar Teologia e, embora meus pais não frequentassem a Igreja, frequentei um curso de um ano em uma igreja, para estudar hebraico e grego. Essa foi uma experiência extraordinária, pois todas as pessoas com as quais eu convivi estavam estudando para se tornar pastores protestantes; eu era o único rapaz que não tinha intenção de se tornar um membro da Igreja. Na verdade, a garota que se sentava ao meu lado nas aulas de hebraico pretendia se tornar uma freira protestante, o que era algo muito sério. Havia somente um mosteiro protestante em toda a Europa, e ela queria ir para lá, e, para mim, isso era uma coisa tão extraordinária e estranha que imediatamente me apaixonei por outra garota do curso. Eu gostava realmente de estudar hebraico; era a primeira vez que entrava em contato com alguma coisa que estava completamente fora da estrutura alemã. Creio que a primeira vez que considerei a História como profissão foi durante a época em que estudei o Velho Testamento.

Comecei a ler cuidadosamente os livros antigos, de maneira crítica, e isso era uma coisa realmente nova. Senti-me gratificado com esse tipo de introdução à História. Fiz outros cursos sobre História e Ciências Sociais e frequentei a universidade de

Heidelberg. Algumas cidades universitárias não foram bombardeadas durante a guerra, e esse foi também o caso de Heidelberg, porque essas cidades abrigavam grandes centros hospitalares. Havia uma espécie de acordo tácito internacional segundo o qual os centros hospitalares deviam ser poupados. Portanto, estudar em um local desse tipo era uma coisa romântica, pois muitas partes da Alemanha haviam sido bombardeadas.

Tudo naquele país era novo, de modo semelhante ao que acontece aqui nas grandes cidades, mas estudar em uma cidade universitária era realmente romântico. Na verdade, isso me causou uma impressão tão profunda que eu tinha idéias bastante tolas quando fui para os Estados Unidos pela primeira vez, em 1965. Naquela época eu estava preparando minha dissertação e pensava que naquele país tudo era novo, os prédios e tudo mais. Imaginava as cidades americanas como algo oposto às cidades alemãs. Fiquei admirado ao constatar que o estilo americano era muito mais velho que o da nova Alemanha, nos locais que não haviam sofrido bombardeios.

Fiz também cursos de História e de Ciências Sociais durante o terceiro ano em que estudei Teologia. De acordo com o programa, estudávamos primeiramente história religiosa e história da Igreja. Líamos e estudávamos a Bíblia; eu gostava de todas essas matérias, mas depois passei a estudar a filosofia religiosa e coisas práticas, por exemplo, como lidar com as pessoas. Eu achava que os professores eram hipócritas ou não eram convincentes. Foi quando surgiu o dogmatismo; eu então abandonei a Teologia e passei a me dedicar à História e às Ciências Sociais.

DP: História e Ciências Sociais. Como você estabeleceu a articulação entre ambas as disciplinas?

LN: Creio que, como muitas pessoas de minha geração, eu estava mais interessado na história contemporânea – o 3º Reich, o nazismo; o núcleo daquilo que, em nosso entender, constituía a história da Alemanha. Tínhamos de nos inteirar sobre esses assuntos e, ao mesmo tempo, achávamos que muitos historiadores daquele período tentavam também analisar as Ciências Políticas e a Sociologia. Como já disse antes, sinto-me de certa forma entre duas gerações e pertencço à mais velha. Os mais velhos diriam que é preciso encarar a História como uma Ciência Social, mas na verdade havia pouca relação com a lógica social; muitas pessoas não colaboram

para isso, apenas valem-se de teorias. Nunca entendi a História como uma Ciência Social, mas sim como um modo de ler, como uma arte. Entretanto, durante toda minha vida profissional sempre me preoquei com a lógica social e com as pessoas, portanto para mim isso não é uma coisa teórica. Fez parte de minha formação, de meus amigos e continuará a ser assim. Até hoje eu realmente colabo, na prática, com os cientistas sociais. Mas em meu ponto de vista, a História não é uma Ciência Social. Tem uma outra relação com o público, mas não tem resultados práticos. Eu achava que para lidar com História era preciso considerá-la muito mais como parte da memória, enquanto as pessoas que são uns 20 anos mais velhas que eu encaram a História como uma memória que é apenas lixo, que não é cultural, etc.

DP: E como surgiu o interesse pela História Oral?

LN: Bem, talvez eu devesse mencionar influências anteriores, pois a História Oral da Alemanha veio bem mais tarde. Creio que começou no final da década de 70; acho que minha formação universitária se voltou totalmente para História em 1964. Foi nessa época que tive o primeiro contato com entrevistas, não com História Oral. Tive uma experiência curiosa logo que comecei a fazer entrevistas. Estava preparando uma dissertação sobre a “desnazificação” da Bavária e entrevistei muitas pessoas, mas não usava um gravador, apenas tomava notas.

Minha primeira experiência com o uso de um gravador foi em uma entrevista com um velho comunista; ele estivera em um campo de concentração e era uma das poucas pessoas que tinham tentado escapar do campo. Quando ele voltou para casa, entrei em contato com ele, dizendo que gostaria de entrevistá-lo. Usando um gravador, eu ia lhe fazendo perguntas. Havia um microfone entre nós, mas ele não se sentia à vontade, pois certas pessoas haviam sido expurgadas, e ele estava preocupado em dar um depoimento exato, sob o ponto de vista histórico, pois eu era um historiador. Assim, naquele primeiro contato, minha intenção era fazer uma entrevista, mas na verdade a documentação foi criada pelo próprio entrevistado. Como era a primeira vez, ele não sabia operar o aparelho; estava confuso (tinha perdido a amante pouco tempo atrás) e não percebeu que, depois de meia hora a fita acabou; só percebeu isso depois de duas horas e ficou muito nervoso ao constatar que a fita não serviria para nada. Assim, meu primeiro trabalho envolvendo entrevistas foi, de certa modo, divertido.

Naquela época considerávamos as entrevistas como parte do processo de coletar dados sobre a história local, não como parte da história da vida, ou seja, não dávamos a elas uma interpretação cultural; não tínhamos fitas, nem documentos; trabalhávamos apenas com o que tínhamos ouvido e anotado. O início da História Oral na Universidade da Alemanha foi, de certa forma, demorado, e eu poderia dizer que grande parte dela estava relacionada com o final da década de 70, pois inúmeras entrevistas tinham sido realizadas depois da guerra.

Houve um expurgo – a chamada desnazificação –, e trabalhei durante oito meses nesse assunto, a fim de coletar dados para minha dissertação; era uma coisa realmente massificante. Depois da guerra foram realizados julgamentos nos estados pertencentes às zonas ocidentais e praticamente um terço da população foi indiretamente afetada pelo processo de desnazificação que, no final, não produziu muitos resultados, devido à guerra fria. Os americanos foram obrigados a adotar uma atitude mais amigável para com os alemães, mas, no final de 1945 e no início de 1946, quase todas as pessoas tinham de preencher questionários e dar entrevistas, e havia pesadas sanções por parte do governo. Acho, portanto, que a primeira coisa que os alemães aprenderam sobre tradição oral, no caso de seu país, é que a tradição oral era sinônimo de mentir.

A lição básica aprendida pelos alemães depois da guerra foi o processo de desnazificação, e todos sabiam que tentávamos escapar da acusação de assassinato. Tentamos atravessar esse processo e, como todos diziam – com razão –, “você não pode confiar em ninguém para contar sua própria história, ou você tem documentos, ou então nada é confiável”.

De modo semelhante, como ocorreu na década de 50 – foi uma das experiências de minha geração –, quando uma família se reunia para alguma comemoração, em menos de meia hora todos os homens de meia-idade já estavam agrupados, contando histórias; nós, as crianças, odiávamos isso. Hoje fazemos entrevistas procurando ouvir essas mesmas histórias. Na época em que havia inúmeras histórias desse tipo na sociedade – as histórias sobre a guerra eram contadas em toda parte – nós sentíamos ódio; eu queria que as pessoas se calassem, mas elas precisavam de uma espécie de “quadro de mensagens”, no qual pudessem registrar fragmentos de sua memória. Portanto, a tradição oral da história contemporânea da Alemanha foi muito desvalorizada, e nós costumávamos abordá-la sob perspectivas diferentes. Em resumo, tudo versava sobre o 3º Reich.

De certa forma, a história precisava ser reiniciada de modo diferente, e começou através da experiência, por volta de 1968, para que nos livrássemos da teoria e passássemos a conhecer as pessoas, o que em geral era chamado de "história da vida do dia-a-dia". E foi em 1968 que criamos uma espécie de esquerdismo que jamais existira antes; tudo e todos se voltavam para o movimento trabalhista, o sistema trabalhista, etc. Muitos pertenciam à classe média; esse movimento passou a se projetar e estendeu-se aos países do terceiro mundo. Na década de 70, as pessoas achavam que as desigualdades não podiam continuar. Era preciso eliminá-la, ou ir para o Tibete, ou algo parecido.

Creio que a História Oral teve início principalmente na Alemanha, mas também, de certa forma, na Itália e na França, onde o movimento não se desenvolveu ao mesmo tempo, mas onde havia mais raízes; por exemplo, na Itália – embora o país tivesse atravessado o processo fascista –, havia uma resistência esquerdista mais forte, que ali começou depois da guerra, portanto havia a crença em uma mentira diferente. A mentira que dizia que todas as pessoas boas haviam participado da resistência, como na França, era uma coisa complicada, mas não tinha tanto descrédito como na Alemanha.

As pessoas que atravessaram o ano de 1968, tornando-se esquerdistas sem saber de nada, precisaram chegar mais perto da realidade, da vida real da classe trabalhadora, das pessoas, das mulheres, etc, das coisas que aconteceram ao mesmo tempo.

Em 1970, eu ensinava História no distrito de Ruhr, escolha que fiz deliberadamente. Não havia universidades naquele distrito. É um importante distrito industrial europeu, mas sua população é 5 milhões de habitantes, pequena em comparação com os 18 milhões que vocês têm aqui, mas de acordo com os padrões europeus é muito grande, e é, ou costumava ser, um distrito proletário, voltado para a indústria do carvão e do aço, e o povo de lá não tinha educação superior.

A primeira universidade do Ruhr foi fundada em 1965, e lá trabalhei como assistente, no início de 1968. Eu vinha de Heidelberg, palco, em 1968, de ondas de um movimento caracteristicamente burguês, etc. Meu primeiro emprego em 1968 foi em uma cidade siderúrgica, e as coisas lá eram muito diferentes, havia inclusive manifestações, mas naquela época o distrito de Ruhr era um dos poucos locais da Europa em que havia verdadeiras manifestações da classe trabalhadora em geral, de trabalhadores do setor siderúrgico, e de pessoas da universidade recém-inaugurada.

De certo modo, entrei em contato com todas essas coisas de uma forma mais realista, e isso foi importante. Mas na década de 50 eu era uma criança e, portanto, sempre fui um liberal. Jamais me considerei um verdadeiro socialista, como muitos da geração mais nova, mas mesmo assim tudo isso me influenciou profundamente, foi uma abertura cultural. Essas coisas aconteceram em um cenário industrial, e mais tarde eu pude escolher entre ir trabalhar em Berlim ou em Bremen, que era uma cidade muito bonita, relativamente nova. Na década de 70 Bremen passou a contar com uma nova universidade, que era de esquerda. Naquela época eu estava em Paris e tive uma oferta para trabalhar nessa cidade, mas preferi voltar para o Ruhr, pois achava que lá havia uma espécie de realismo, e eu acreditava que isso era algo positivo. Não era tão chique, mas lá eu me sentia bem.

Acho que estou falando sobre todas essas coisas porque essas influências também me fizeram começar a tentar fazer da História Oral uma parte da história profissional. Naquela época eu pertencia a um sindicato em Essen; tentávamos não nos envolver apenas teoricamente com o heroísmo da classe operária, mas sim estabelecer um relacionamento com as pessoas à nossa volta, pois naquela ocasião o vale do Ruhr estava passando por uma grande transformação; a indústria do carvão estava falida, os operários da indústria siderúrgica estavam em crise, e todos achavam que a industrialização deveria ocorrer através de indústrias de serviços terceirizados, etc.

Portanto, havia uma crise muito grande, além da memória do velho modo de vida, os filhos dos operários estavam frequentando universidades recém-fundadas – eram nossos estudantes. De certo modo, portanto, foi uma época de crise, mas de uma forma muito estimulante. Nesse cenário, queríamos fazer coisas junto com as pessoas que nos rodeavam, embora fôssemos diferentes delas. Tenho uma formação de classe média, estudei em Heidelberg, mas mesmo assim eu morava na região do Ruhr e convivia com os moradores de lá.

Na década de 70, estudei Direito durante dois anos, e esse fato também influenciou minha vida.

Antes de me tornar professor, eu era professor convidado de Oxford e fiz muitos amigos entre os historiadores e fiz também contato com E. P. Thompson. O conceito de Thompson sobre História, que ele explica em seu primeiro livro importante sobre a história da classe operária inglesa, exerceu grande influência sobre minha formação, e eu tentei transmitir isso.

O *History Workshop*, que no início da década de 70 acabou se transformando em um movimento – o que não costuma ocorrer tão facilmente em Oxford –, exerceu uma grande influência no meu caso, pois naquela ocasião eu apreciava aquela tendência esquerdista na Inglaterra; as pessoas estavam realmente em contato com a classe operária através da educação de adultos e coisas desse tipo.

Outra grande influência em minha vida foi o ano que passei em Paris, 1978. Participei de um pequeno seminário, organizado por Fernand Braudel, durante o qual conheci muitas pessoas. Na verdade, aquele ano em Paris de certa forma funcionou também como um desmistificador, pois Fernand Braudel, uma personalidade fascinante, tinha grande ligação com o Brasil, pois havia morado aqui durante um ano. Sob o ponto de vista alemão, a escola dos *Annales* parecia um tanto de esquerda, muito científica e teórica. Mas na realidade, jamais conheci alguém menos teórico que Braudel, um contador de histórias filho de um fazendeiro da região da Alsácia-Lorena, na França; essa região havia se tornado parte do Império Alemão e, portanto, ele era mais ou menos da fronteira alemã. Muitos franceses são extremamente nacionalistas, e ele também era, e fez do Mediterrâneo o assunto central de sua vida. Ele não era daquela região e não tinha relacionamentos lá, mas na velhice se apegou àquela região, assim como ao Brasil.

Quando nos conhecemos ele tinha mais de 80 anos. A imagem que ele tinha da sociedade era que todos os países do mundo eram governados por 200 famílias e que cada sociedade tinha uma elite, uma espécie de aristocracia local. Achava também que o Brasil era governado por 200 famílias, de modo semelhante ao que ocorria em outros países; isso me surpreendeu muito, pois era completamente diferente daquilo que eu havia imaginado. O interessante é que eu tinha um relacionamento muito amigável com o pessoal da escola dos *Annales*, e, no meu caso, isso foi muito útil e atuou como um desmistificador.

O que quero dizer é que todas as importantes inovações na história alemã do período pós-guerra foram realizadas através da imigração de alemães para a América e da importação da história liberal e da teoria da modernização, ou ainda, deveram-se ao fato de que as pessoas foram para a França estudar o marxismo. No meu caso, era mais uma questão de ir para a Inglaterra para me inteirar a respeito do *History Workshop*. Isso foi, de certa forma, proporcionado por Paul Thompson quando, em 1978, ele realizou a primeira Conferência Internacional sobre História Oral, em Colchester.

Creio que há uma geração de historiadores orais na Europa, nascidos entre 1938 e 1948 – durante a guerra e o pós-guerra –, que não eram propriamente ativistas, mas que foram muito influenciados pela efervescência de 1968. Mesmo assim, 1968 foi importante na formação de todos nós, pois de repente passamos a nos compreender mutuamente; éramos forasteiros em nosso próprio país e unimo-nos para construir um novo e sofisticado tipo de conhecimento de âmbito internacional; foi uma grande experiência renovadora. Essas conferências eram muito diferentes de outras conferências sobre História.

Naquela época, no início da década de 80, tinham um aspecto populista, quase romântico; eram mais abertas aos jovens, não eram tão hierárquicas; tinham um aspecto festivo, de confraternização, pois reuniam forasteiros que adquiriam força a partir do encontro com pessoas de outros países. Não tenho certeza se esse tipo de sentimento ainda continua vivo, e sei que varia de país para país, mas ainda há uma tendência subjacente que nos mantém unidos.

Em na Alemanha tivemos de superar o conceito de que atualmente todas as pessoas são mentirosas, de que todos os alemães mentem a respeito da história de seu país, de que não podemos construir a História Oral partindo do pressuposto de que todo mundo mente. Você pode lidar com mentiras ou talvez fazer pesquisas dentro de uma cultura um tanto mentirosa, mas se o pressuposto geral é de que todos mentem sobre a história da vida, isso fica difícil. Portanto, não começamos por aí. Decidimos visitar primeiramente vários outros países e sentir a experiência deles.

O primeiro livro que editei falava sobre minha experiência com História Oral nos Estados Unidos, França, Itália e Inglaterra. Hoje, muitos escritores de História Oral foram figuras importantes do Movimento Internacional de História Oral dos primeiros tempos. Trazer essa experiência estrangeira para a Alemanha foi, em minha opinião, o ponto de partida, pois percebemos que entre os alemães vigorava o pressuposto de que a tradição oral era algo sem sentido, um fenômeno cultural específico que devia ser pesquisado. As pessoas ligadas à história contemporânea daquela época diziam: “Bem, agora os bons democratas alemães estão envelhecendo e recebem pensões, portanto devemos passar a entrevistar políticos”.

Visitar os Estados Unidos, Inglaterra, França e Itália e trazer a experiência deles mostrou ser uma abordagem cultural da História Oral bastante diferente do que era esperado e, em um sentido amplo, de esquerda. Entretanto, acho que dessa

experiência resultou uma combinação muito especial, pois logo depois, no início da década de 80, a História Oral se tornou moda, mas não de forma acadêmica.

DP: Quando é que a História Oral profissionalizou-se?

LN: Isso aconteceu rapidamente. Conforme eu disse, creio que a leitura da História Oral internacional surgiu em 1978-79. Naquela época, muitas pessoas já estavam experimentando uma forma bastante sofisticada de realizar entrevistas e também de trabalhar com a lógica social. Creio que o ponto alto da História Oral profissional aconteceu na primeira metade da década de 80, pois naquela época a mídia e também o ensino da História Oral nas escolas faziam amplo uso de entrevistas para realizar pesquisas entre a geração mais nova, a respeito de seus avós fascistas.

Há na Alemanha uma fundação particular que patrocina um concurso anual, ou bienal. A fundação concede um prêmio, pago com dinheiro de particulares, que é direcionado para o estudo de História. Eu sou membro da diretoria científica dessa instituição desde meados da década de 70. Juntamente com um grupo, tento primeiramente direcionar esse concurso para a história do dia-a-dia da vida; no início da década de 80, organizamos um concurso sobre a vida no início do regime fascista.

A iniciativa foi muito bem-sucedida e prendeu a atenção do público. Os alunos entregaram cerca de 3.000 projetos, e isso significa que praticamente em todas as cidades os jovens consultaram os arquivos locais e fizeram entrevistas com as pessoas das redondezas. Isso possibilitou uma verdadeira abertura da memória coletiva em benefício das crianças, muito mais que através de historiadores profissionais, mas ocorreu paralelamente a um processo em que o silêncio dos alemães sobre sua própria memória do fascismo estava em vias de extinção, já que a geração que participou diretamente deste momento não mais vivia.

Assim, a abertura da memória sobre a experiência fascista começou pelos jovens que haviam sido discípulos ou membros do governo de Hitler. Eles tinham um problema, mas por outro lado não tinham nenhuma responsabilidade, e podiam ser os primeiros a dizer: "Eu vivi essa experiência e fui um nazista, mas não fui um representante legítimo do regime". Isso tudo era um tipo de conjectura que se repetiu no final da década de 70 e no início da década de 80. Portanto, foi assim que a História Oral se transformou em uma coisa profissional. Mas naquela ocasião

não era muito bem recebida pelos historiadores acadêmicos, e creio que sou um dos poucos professores de História Geral que já se dedicou a isso, mas acho que era importante que pelo menos um professor de História Geral o fizesse, pois como eu já era um professor de História Geral antes de me dedicar à História Oral, ninguém poderia dizer que eu estava entrando pela porta dos fundos, ou algo parecido. Mas é um pouco difícil transmitir isso para outras gerações.

Eu achava também que as pessoas deviam desenvolver um determinado trabalho durante uns 10 anos e depois encarregar outros desse trabalho, por isso não pretendo ser um historiador oral durante minha vida toda, mas já fiz muitas coisas nessa área durante a década de 80 e no início da década de 90. Mas como fui o único professor de História Geral na Alemanha a fazer isso, acabei me tomando uma espécie de marca registrada, da qual gostaria de me livrar.

Agora, para falar sobre algo mais concreto, talvez fosse interessante contar alguma coisa sobre os projetos que dirigi. Como já disse, eu era professor de História na recém-inaugurada Universidade de Essen, cidade metropolitana do distrito industrial do Ruhr. Depois de fazermos essa interpretação da História Oral, realizamos um projeto sobre a classe trabalhadora daquela região, por volta de 1968. O Ruhr era um distrito essencialmente proletário, e desenvolvemos nosso trabalho de uma maneira que talvez tenha sido bastante especial para a Alemanha.

O trabalho estava relacionado com as experiências da época do fascismo, e tentamos registrar a história da transformação da classe trabalhadora, desde a grande depressão de 1930 até o período de modernização, na década de 60, pois esses anos englobavam o 3º Reich e o período de reconstrução pós-guerra, e assim não havia outras fontes que pudessem ser consultadas. Achávamos, portanto, que seria muito importante fazer com que as pessoas percebessem que elas próprias podiam servir como uma sondagem da continuidade, pois os sistemas políticos, econômicos e culturais estavam, de certo modo, prejudicados pela falta de continuidade. Por um lado, tentávamos estabelecer essa continuidade e, por outro, reconstruir a cultura da classe trabalhadora durante aquele turbulento período.

Para iniciar o projeto, conseguimos uma doação da fundação e pudemos contratar três pessoas em regime de tempo integral, mas como naquela época havia muito desemprego, decidimos contratar seis pessoas em regime de meio período. Colocamos anúncios para recrutar esse pessoal e contratamos quatro homens e duas mulheres; nenhum deles tinha experiência em História Oral. Tinham formações

diferentes, um tanto de esquerda. Um dos homens tinha desempenhado importante papel no movimento maoísta; o partido comunista ao qual pertencera acabara de ser dissolvido e ele fora um dos líderes nacionais desse partido. O segundo fizera parte de grupos comunistas normais, a versão estalinista, e havia caído fora, o terceiro era um social-democrata e o quarto havia participado espontaneamente de um grupo, em 1968, e tornara-se professor, o que era raro, pois era um funcionário do governo. Como professor, ele tinha um emprego vitalício e estava disposto a jogá-lo fora, em troca de uma coisa arriscada. As duas mulheres pertenciam a duas facções diferentes do movimento feminista e não se entendiam.

Assim, havia muitas tensões entre os membros do grupo. Nunca me esquecerei desse trabalho. Não trabalhávamos em uma universidade; a prefeitura da cidade nos cederá uma sala, que ficava em uma sinagoga reconstruída, que tinha sido queimada em 1938. Tentamos reconstruí-la como um museu anti-fascista. Ocupávamos o segundo andar do prédio. Éramos nove ao todo e começamos as reuniões para iniciar nosso projeto, que era pioneiro; era o primeiro a ser desenvolvido em uma base voluntária, e nunca me esqueço da primeira reunião do grupo – todos tinham experiências de vida muito intensas e nenhum emprego. Eu disse então: “Bem, agora vamos nos apresentar”. Todos deviam contar alguma coisa sobre a própria vida, de modo que pudéssemos nos conhecer melhor. Lembro-me que todos declararam seu nome, idade, áreas de trabalho e nada mais.

DP: Não havia um diálogo?

LN: Não. Todos escondiam sua experiência de vida – partiam de seu primeiro projeto, a história da vida da classe trabalhadora. Assim, nosso projeto se revelou muito interessante, mas também muito difícil em termos de dinâmica de grupo; enfrentávamos todo tipo de problema, as pessoas se revelaram muito diferentes de nossa ideia inicial sobre elas.

Através desse projeto, desenvolvemos a hipótese de que na década de 30, no período de paz, a classe trabalhadora fora despolitizada e ficou privada de seu sindicato e de instituições culturais, não para evitar a exploração, mas no sentido de ser levada a se encaixar em uma forte economia de guerra. Com isso, as pessoas retomaram os empregos que haviam perdido na época da grande depressão. E, de

certa forma, sua vida particular foi pulverizada das instituições proletárias. Tinham grandes expectativas; diziam por exemplo, “um dia terei um carro”, ou “um dia terei um apartamento decente”, “um dia conseguirei me livrar da pobreza”, e coisas semelhantes que, na época, eram difíceis para a maioria. Essas eram coisas sobre as quais eles antes nunca teriam pensado, sonhavam apenas com uma melhora pessoal, pois todas as instituições coletivas haviam falido. Passaram a acalantar expectativas para si próprias e para a família. As famílias estavam mais prevenidas contra a cultura pública que existira anteriormente, e essas expectativas foram, de certa forma, associadas à americanização do pós-guerra, quando realmente se materializaram.

Essa era, portanto, uma história cultural muito mais complicada que a da classe trabalhadora, explorada durante o 3º Reich. De certo modo, a classe trabalhadora não continuou a existir nas décadas do pós-guerra, e sim produziu o trabalhador rico. Assim, tentamos estabelecer uma nova hipótese cultural quanto à relação entre a experiência e as falsas expectativas do período de reconstrução, mesmo entre a classe trabalhadora daquele importante distrito industrial.

Creio que criamos a História Oral da Alemanha Ocidental através de histórias da vida. O que quero dizer é que houve outros projetos que começaram de outra maneira; dizíamos: “Agora vamos tentar reconstruir o nazismo como era naquela época; e procurávamos pessoas que tivessem vivenciado aquela experiência, mas como tínhamos chegado à conclusão de que todos os alemães mentiam sobre a história de seu país, fazíamos a eles perguntas sobre sua vida pessoal, reconstruindo a cultura a partir das implicações na atmosfera pessoal. Agindo dessa forma, desenvolvemos uma estratégia de entrevistas e uma avaliação cultural sobre o que a História Oral pode ou não fazer.

Outro aspecto é que nossa abordagem da entrevista fosse menos populista. Refiro-me, por exemplo, ao que não é verdade... você acaba agindo como um verdadeiro guia do entrevistado; mesmo os fascistas tornam-se mais amigáveis, à medida que você passa a conhecê-los melhor. Tínhamos uma abordagem muito mais cética, e nosso ceticismo a partir da experiência de campo aumentou, pois estávamos partindo de ideias esquerdistas, e elas foram reduzidas por estudos empíricos. Portanto, creio que o que fizemos foi, antes de mais nada, deixar que as pessoas narrassem sua vida da maneira como quisessem, pois o modo como elas contam sua história

para um estrangeiro é, por si só, um documento cultural. Mas tínhamos uma diretriz bastante específica.

As entrevistas baseavam-se em cerca de 200 pontos, uma mistura na qual perguntávamos sobre o itinerário social do entrevistado durante o período da guerra e coisas semelhantes. Fazíamos repetidas perguntas sobre a situação de trabalho, relacionamentos familiares, história dos pais, dos filhos, etc, de modo que gerávamos um conjunto bastante elaborado de dados sobre parentescos e explorávamos a experiência de vida de cada uma daquelas pessoas. Ao mesmo tempo, preparávamos com antecedência perguntas-chave, que deveriam gerar histórias. Na Alemanha, por exemplo, perguntávamos para todas as pessoas se elas tinham alguma lembrança do primeiro soldado aliado que haviam visto na época da ocupação, e isso gerava inúmeras histórias; ou perguntávamos se tinham visto os pogroms nazistas em 1938, quando as sinagogas foram queimadas, e essa pergunta também gerava muitas histórias; outra pergunta era se tinham visto Hitler pessoalmente, e se alguns tinham participado do movimento de resistência.

Dependendo da pergunta, a pessoa voltava ao passado e falava de sua infância. Houve um caso em que a pessoa se lembrou da ocasião em que Hitler chegou ao teatro local em um grande Mercedes; ela era criança; havia adultos em pé na sua frente, e ela ficou contente quando pôde ficar na frente dos outros, pois conseguiu ver melhor o ditador. Daí para a frente, a resistência sobre a história acabou, e o entrevistado passou a contar uma história diferente.

Tínhamos também a parte que chamávamos de "impulsos" quando fazíamos mais ou menos as mesmas perguntas; assim, em geral sempre havia quatro componentes envolvidos nas entrevistas. Havia o que chamávamos de entrevista aberta, dividida em quatro partes; uma das partes consistia em apenas ouvir a pessoa falar sobre sua vida; algumas falavam durante cerca de 10 minutos; outras chegavam a falar durante quase uma hora. Era como se fosse um teste para um emprego. Tínhamos uma parte interativa, quando o entrevistador perguntava se não faltava alguma coisa para ser contada, demonstrando que não estava acreditando muito no que ouvira. Por exemplo, se um homem falara apenas sobre seus negócios e sobre o partido no qual ingressara, dizíamos: "Agora conte-nos sobre a primeira garota pela qual você se apaixonou". Assim, tentávamos promover uma interação, estimulando outros caminhos da memória, desviando-a do caminho pré-escolhido e abrindo outros, para dar maior complexidade à entrevista. Dessa forma, conseguíamos criar uma

atmosfera pessoal, pois não estávamos criticando as pessoas, apenas tentando fazer com que se lembrassem de outro fatos, de outro lado de sua vida e, principalmente, desenvolvendo o lado emocional da entrevista. A seguir vinham perguntas a respeito de dados. Portanto, como dissemos, esses quatro componentes sempre faziam parte das entrevistas, e fizemos cerca de 100.

O ponto mais crítico do projeto foi no início de seu desenvolvimento. Aconteceu algo de que me lembrei ontem à tarde. Costumávamos nos reunir em volta da mesa de trabalho, quando cada membro do grupo apresentava uma de suas entrevistas e suas idéias a respeito. Depois que um dos participantes apresentou uma de suas entrevistas, estávamos discutindo seu conteúdo, quando, de repente, todos começaram a criticar a pessoa que havia sido entrevistada, acusando-a de nazista, má, de ser uma mulher que não vivia de acordo com os padrões do feminismo, e coisas desse tipo. E então o entrevistador, que havia apresentado a entrevista ao grupo com o objetivo de mostrar algo importante e novo, subitamente passou a defender o entrevistado, dizendo: "Vocês entenderam tudo errado, deviam ter conhecido essa pessoa... não, é diferente". Portanto, isso constituía o que, na época, considerávamos a parte essencial do projeto social. Representava o choque de se libertar dos estereótipos, e isso parece essencial para desenvolver um projeto de História Oral criativo.

Entretanto, depois desse episódio tivemos uma queda na dinâmica de grupo, pois se você perde suas estruturas de percepção e seus estereótipos, fica extremamente difícil criar novos, principalmente se você não trabalha sozinho. Se você faz História Oral sozinho, tem uma série de projeções, e ninguém as contesta, mas se você pertence a um grupo, essas projeções são dissecadas. Eu achava que podíamos fazer isso, porque havia muitos estereótipos conhecidos, e, de certa forma, comparávamos nossa experiência, diferenciada e fragmentada, com os estereótipos conhecidos. Entretanto, acho que, como um grupo, não estaríamos em condições de prescindir desses estereótipos.

Outra característica de nosso projeto era o fato de que não estávamos produzindo documentários, mas sim tentávamos criar tipos de experiências. Produzimos três volumes de ensaios sobre tipos especiais de experiências. O primeiro diz respeito principalmente a experiências relacionadas com o 3º Reich. O segundo concentra-se nos primeiros anos pós-guerra; e o terceiro é uma tentativa de integração e obtenção de perspectivas de longo prazo.

Escolhemos, por exemplo, mulheres que, na década de 30, começaram a trabalhar, pela primeira vez, em escritórios do setor metalúrgico, pois antes o setor não empregava mulheres, e de repente apareceu uma geração pioneira que pertencia, em grande parte, à classe trabalhadora. Em outra situação, escolhemos uma geração mais nova de minciros, para tentar mostrar como o conflito de gerações entre pais e filhos mesclava-se com a mudança de suas perspectivas políticas, e que usavam delas.

Nesse sentido, portanto, escolhemos o que chamamos de grupos estratégicos. Mas como éramos um grupo, podíamos ter vários desses grupos estratégicos e fizemos a seguinte experiência: se você tem cerca de 15 entrevistas, e elas de certa forma envolvem um aspecto cultural, isso é suficiente. Se você faz outras 15 entrevistas, elas apenas se duplicam, pois as 15 primeiras são suficientes para você perceber se existe na vida daquelas pessoas alguma coisa que seja considerada cultural para aquele grupo, e se esse fator cultural não estiver presente entre 5 e 15 entrevistas, então ele simplesmente não existe. E se elas retratarem apenas a pluralidade da vida, então você, por assim dizer, estará culturalmente no escuro. Afinal, o projeto precisa ter algum componente cultural, não pode ser apenas sobre a vida de indivíduos, mas deve analisar a vida de indivíduos.

Realizamos esse trabalho no início da década de 80, e alguns membros de nosso grupo continuaram um pouco além; realizaram outras entrevistas com membros da classe média do Ruhr.

DP: O que resultou este trabalho?

LN: É um livro de três volumes, e isso de certa forma é curioso, pois em Munique há um importante instituto de história contemporânea. O pessoal de lá odiava História Oral e queria uma documentação apropriada. Entretanto, teoricamente era relativamente aberto. Na mesma época fizeram um trabalho que na Alemanha foi chamado de projeto bávaro. Desenvolveram um volumoso relato da vida do dia-a-dia, assim como da história social e cultural do 3º Reich na Bavária. De certo modo, éramos duas entidades concorrentes, mas o projeto deles era muito mais extenso que o nosso..., e eles contavam com documentos oficiais, principalmente relatórios policiais e coisas semelhantes.

Isso ocorreu entre o final da década de 70 e o início da década de 80, e eles acabaram por mostrar que a Bavária, com todo o seu conservadorismo, seu catolicismo, sua estrutura agrária e tudo o mais, tinha sido um verdadeiro campo de resistência, enquanto nós, com um projeto mais esquerdista e proletário, mostramos uma espécie de colaboracionismo cultural. E o importante era que havíamos produzido esse trabalho através de entrevistas com pessoas. E eles, heroicamente, haviam se mantido fiéis aos documentos tradicionais, consultando a polícia e outras fontes semelhantes.

Do ponto de vista metodológico desenvolver uma História Oral crítica juntamente com o povo poderia revelar pontos de vista muito mais críticos do que aqueles revelados por um relatório policial, pois é tarefa da polícia descobrir seus oponentes e pensar que todo pequeno incidente pode ser o início de uma sublevação política. Assim, qualquer piada contada em uma cervejaria da Bavária era considerada como uma demonstração de resistência, de modo que todos os historiadores que consultaram os registros policiais ficaram com a impressão de que a Bavária estava constantemente em estado de sublevação, e talvez se sublevando contra o 3º Reich. Por outro lado, as lembranças das pessoas indicavam que praticamente não tinha havido resistência. Elas haviam tido boas experiências com os nazistas e, ao comentarem sua experiência de guerra, muitas diziam: "Foi minha primeira viagem ao exterior e me diverti muito na França", e coisas desse tipo.

Portanto, a metodologia e o resultado cultural estavam muito entrelaçados, e creio que ambos os projetos tiveram um importante impacto cultural na Alemanha. Não que os livros sobre esses projetos tenham se tornado *best sellers*, mas de certa forma abriram espaço para a memória dos alemães.

Para encerrar esta entrevista, eu gostaria de fazer um pequeno relato sobre um projeto – a respeito do qual falei na sexta-feira – que fizemos na República Democrática Alemã (RDA) em 1987; gostaria também de comentar, como reflexão posterior, se foi ou não um projeto moral.

Na década de 80, antes de Gorbachev, houve o início de uma nova abertura entre a Alemanha Oriental e a Alemanha Ocidental, e creio que foi, basicamente, uma repercussão de longo prazo da chamada nova política do leste da década de 70 que, de certa forma, inseriu os estados soviéticos do leste em um processo europeu

comum, no qual os direitos civis eram promovidos. Mas não tanto por uma questão de continuar aceitando esse governo, ou de cooperar com ele, mas sim com a finalidade de possibilitar maior liberdade de informação, etc.; não uma liberdade total, mas uma certa dose de liberdade.

E nesse processo, pela primeira vez desde a década de 50, historiadores contemporâneos ocidentais foram convidados a participar de uma conferência organizada pela RDA. Durante décadas não tinha havido nenhum intercâmbio, e eu estava entre as quatro pessoas convidadas. A partir desse ponto, desenvolvemos um processo segundo o qual todos os anos realizávamos uma conferência comum, uma na RDA e uma na Alemanha Oriental, com a participação de várias delegações. Eu era encarregado de organizar a conferência do lado ocidental. Era o início do governo Gorbachev, e naquela época todos – tanto do lado ocidental como do lado oriental – achavam que a RDA não poderia resistir, que a perestroika iria ocorrer também na Alemanha Oriental. Eu abordava as pessoas e dizia que se agora podíamos conversar, deveríamos desenvolver um projeto de História Oral; que o país agora era socialista, e já tínhamos desenvolvido um projeto sobre a continuidade da classe trabalhadora; portanto eram de certa forma pessoas parecidas, e que iríamos apenas fazer no leste o mesmo tipo de perguntas que havíamos feito em outras partes; amanhã falarei sobre isso, pois é uma história complicada.

Finalmente conseguimos permissão oficial das autoridades governamentais, e assim o projeto foi anunciado. Devido ao apoio oficial, era um projeto colaboracionista, e fomos obrigados a trabalhar em cooperação com historiadores do leste. Fomos examinados pelo pessoal da segurança, etc. Creio que, de certa forma, foi a aventura de minha vida. Não conheço nenhum outro pesquisador que tenha conseguido passe livre por seis meses; eu podia entrar e sair da RDA em uma época em que era muito difícil conseguir permissão para entrar naquele país e em que as pessoas de lá não podiam viajar para os países ocidentais; nós viajávamos livremente de carro para lá e para cá, portando gravadores e fitas-cassete, enquanto as outras pessoas não podiam carregar nem sequer uma folha de papel. Portanto, éramos privilegiados.

Eu tinha dois colaboradores: o rapaz que fora chefe dos maoístas na Alemanha Ocidental, e uma mulher, ex-comunista e ex-simpatizante da RDA. Ela havia saído de lá e na ocasião morava em Greens; eu era um liberal, portanto formávamos um grupo bastante especial. Foi muito interessante, pois descobrimos quanto ainda restava da cultura comum alemã através do modo como éramos recebidos e das

coisas que as pessoas nos diziam. De certa forma, éramos considerados parentes, pois elas consideravam a Alemanha Ocidental como parte da cultura comum; eu diria que isso era muito mais verdadeiro do que o inverso, ou seja, o que os alemães ocidentais achavam dos alemães orientais.

Na década de 50, muitas pessoas diziam que os alemães orientais eram irmãos e irmãs, no sentido nacional, mas durante décadas essa afirmativa havia sido ridicularizada. A República Federal Alemã estava a caminho de se tornar uma nação independente, enquanto, na Alemanha Oriental, o governo dizia “somos uma nação socialista”, embora ninguém acreditasse plenamente nisso; mas todos acreditavam que ainda existia uma proeminente nação alemã, e que eles eram parte dela.

Descobrimos coisas muito interessantes sobre nação, nacionalidade, tradição e construção de uma nação, que contrastavam totalmente com as políticas do governo; o governo da Alemanha Ocidental dizia que todos éramos parte de uma nação, mas as pessoas não se comportavam como se acreditassem nisso; as pessoas do leste diziam: “somos uma nação especial”, e o povo dizia “somos todos alemães”. Assim, descobrimos que o problema da continuidade na Alemanha Oriental era mais sério ainda; era a mesma classe trabalhadora, mas seus membros tinham se tornado socialistas na época do pós-guerra; entretanto, eram alemães parecidos com aqueles que haviam experimentado uma história de adaptação e que agora tinham de ser recodificados dentro da história da resistência, ou, por outro lado, tinham sido silenciados.

Portanto, descobrimos que a RDA era menos um país onde o socialismo estava vivo do que um país realmente integrado pela imobilidade social, lá mais acentuada nas décadas de 50 e 60 do que na Alemanha Ocidental, na época considerada uma sociedade bastante móvel. Mas a mobilidade social que vinha da classe trabalhadora era exagerada, principalmente na década de 60 e 70, e a integração social foi muito menos problemática.

Desenvolvemos o projeto no primeiro semestre de 1987, ano em que o governo da Alemanha Oriental se voltou contra os russos, dizendo: “Talvez eles precisem da perestroika; tivemos a nossa na década de 60, e não concordamos com a nova abertura”. E rejeitavam até mesmo revistas especiais vindas da Rússia e coisas semelhantes. Portanto, nosso projeto foi desenvolvido dentro de uma situação em que a Alemanha Oriental estava, de certa forma, se esfacelando politicamente, quan-

do a legitimação através da mobilidade social permitira que o país, até certo ponto, funcionasse.

De uma certa forma estávamos tolhidos, enquanto os alemães ocidentais consideravam a Alemanha Oriental como o país que havia adotado o estilo soviético que melhor funcionava. Era o 11o país industrial do mundo, apesar de ser muito pequeno. Mas descobrimos que as pessoas dentro do país não descortinavam um futuro grandioso. Havia uma grande crise entre as gerações; as pessoas achavam que o conceito socialista não se espalhara entre as pessoas da geração mais jovem porque não era baseado em valores e sim em carreiras, e as carreiras não existiam mais; a geração mais jovem considerava ponto pacífico a qualificação, pois acima dela havia uma camada diferente, constituída pela velha geração.

Portanto, novamente, eu diria que prosseguimos com o projeto de História Oral como uma importante experiência de diagnóstico político e mergulhamos em uma grande aventura. Hoje, analisando a queda da RDA e a abertura do Leste, tudo isso parece convencional. Mas naquela época achávamos que nos países do Leste tudo tinha um significado, tudo era controlado e policiado pelo governo, portanto, realizar um projeto de História Oral era uma grande aventura ..., e agora eu moro na Alemanha Oriental. Hoje, tudo foi desmistificado, todas aquelas instituições não mais existem e, na verdade, tudo se tornou um tanto banal.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. A Revista *Projeto História* é temática e seus artigos, resenhas, traduções, entrevistas e pesquisas devem conter reflexões em torno do tema proposto para cada número.
2. Todos os textos enviados aos editores da Revista *Projeto História* serão submetidos ao Conselho Editorial e a revista só aceitará trabalhos inéditos.
3. Os artigos e as traduções devem conter em torno de 25 (vinte e cinco) laudas e 70 (setenta) toques de 30 (trinta) linhas. As resenhas devem conter 5 (cinco), as entrevistas 15 (quinze) e as pesquisas 10 (dez) laudas.
4. Os originais devem ser encaminhados em disquete de 3,5", Programa Word 6.0 for Windows - e em duas cópias impressas.
5. As traduções devem vir acompanhadas da respectiva autorização do autor do artigo.
6. Cada artigo deve vir acompanhado de seu resumo em português e inglês (*abstract*), com aproximadamente 100 palavras e com título em inglês.
7. Referências bibliográficas devem constar no texto (Autor, data: página), notas de rodapé e bibliografia ao final do texto (em ordem alfabética).
8. Na primeira página do artigo deve constar informação sucinta sobre formação e filiação acadêmico-institucional do autor, em rodapé e indicação em asterisco.
9. O livro resenhado, sendo nacional, deverá ter sido publicado no máximo até há 2 (dois) anos; sendo estrangeiro, no máximo até há 3 (três) anos.
10. Cada autor de artigo, tradução, resenha, entrevista e pesquisa, receberá 2 exemplares da Revista.
11. Endereço para envio de trabalhos: Programa de estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. Comissão Editorial da Revista *Projeto História*. Rua Monte Alegre, 984 - Prédio Novo - 4º andar - sala 414 - SP, Capital, CEP 05014-001

[Faint text]

implantado o Doutorado. As demandas de então apontaram para História Social como área de concentração, indicando História e Cultura enquanto eixo temático, trabalhado em torno das atuais linhas de pesquisa: Cultura e Trabalho, Cultura e Cidade, Cultura e Representação.

As 228 dissertações de Mestrado e as 9 teses de Doutorado, até o presente defendidas, registram esta trajetória de suas discussões e reflexões, além de serem indicadores da contribuição do Programa para fazer avançar a pesquisa histórica no Brasil e problematizar o ofício do historiador, integrando-o nas questões do seu tempo.

O evento "Ética e História Oral", realizado em parceria com o Centro Cultural Banco do Brasil, cujos registros constituem este 15º número da Revista Projeto História, consolida nossas atividades acadêmicas em seu diálogo com a História Oral e expressa caminhos de nosso intercâmbio com outras agências sociais.

Edição comemorativa dos 25 anos do
Programa de Estudos Pós-Graduados
em História da PUC - SP

Programa
de Estudos
Pós-Graduados
em História
da PUC-SP

educ

Apoio Cultural:

